



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Ministério Público do Estado do Maranhão

Relatório de Atividades

2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

**SÃO LUÍS
2020**

Organização:

Raimundo Nonato Leite Filho

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista ministerial – SEPLAG

Shirley Serrador de Assis

Assessor Técnico – SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Chefe de Seção – SEPLAG

Thalysson Araújo Costa

Estagiário – SEPLAG

Supervisão editorial e Normalização

Revisão

Equipe da SEPLAG-MPMA

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Fotos

Acervo do MPMA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau

CEP: 65076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1600 - (98) 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

**Centro Cultural e Administrativo do Ministério
Público do Estado do Maranhão**

“Ed. Dra. Aurora Correia Lima”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2019

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Luiz Gonzaga Martins Coelho

Procurador-Geral de Justiça

Fabiola Fernandes Faheína Ferreira

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da PGJ

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Procurador de Justiça

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos

Jurídicos

Mariléa Campos dos Santos Costa

Procuradora de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos

Administrativos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - CPMP

Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Procuradora de Justiça – Secretária

CONSELHO SUPERIOR DO MP - CSMP

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Procuradora de Justiça – Secretária

CORREGEDORIA DO MP - CGMP

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marco Antonio Anchieta Guerreiro

Procurador de Justiça

Subcorregedor-Geral do Ministério Público

José Márcio maia Alves

Promotor de Justiça

Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral do

Ministério Público

Ronald Pereira dos Santos

Promotor de Justiça Corregedor

Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes

Promotor de Justiça Corregedor

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

Promotor de Justiça Corregedor

Danilo José de Castro Ferreira

Promotor de Justiça Corregedor

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça Corregedor

José Lucíolo Gorayeb Santos

Promotor de Justiça Corregedor

Luiz Muniz Rocha Filho

Promotor de Justiça Corregedor

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP

Márcio Thadeu Silva Marques

Promotor de Justiça

Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Ana Tereza Silva de Freitas

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Cláudio Rebelo Correia Alencar

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Proibição Administrativa – CAOP-ProAd

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

José Frazão Sá Menezes Neto

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOP/IJ

Cristiane Gomes Coelho Maia Lago

Promotora de Justiça - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOP/DHC

Ilma de Paiva Pereira

Promotora de Justiça - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAOP-Saúde

José Cláudio Almada Lima Cabral Marques

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal – CAOP Crim

Nacor Paulo Pereira dos Santos

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOP/Consumidor

Gabriele Gadelha Barboza de Almeida

Promotora de Justiça - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência – CAOP - PIPD

Sandra Soares de Pontes

Promotora de Justiça - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOP/EDUCAÇÃO

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rita de Cassia Maia Baptista

Procuradora de Justiça

Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA PGJ

Justino da Silva Guimarães

Promotor de Justiça

Assessor-Chefe do Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA GERAL DA PGJ

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares

Promotor de Justiça

Diretor-Geral

SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - SAF

Carmen Lígia Paixão Viana

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SECINST

Marco Antonio Santos Amorim

Promotor de Justiça

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Raimundo Nonato Leite Filho

Promotor de Justiça

COORDENADORIAS

Jerusa Capistrano Pinto Bandeira

Promotora de Justiça

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadoria de Administração - CAD

Ivoneide Queiroz Santos

Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP

Tatiana Alves de Paula

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca - CDB

Lucina Macedo Medeiros

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Alan Robert da Silva Ribeiro

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Processos - CP

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura - COEA

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenadoria da Folha de Pagamento - CFP

ASSESSORIAS

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessoria de Controle Interno e Auditoria - ACIA

Maria Emília Martins Silva

Assessoria Técnica da Administração - ASTECADM

Walter da Conceição Andrade Braga

Assessoria Técnica - ASTEC

Vicemir Teixeira Mota Fontenelle

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Lucas Araújo Duailibe Pinheiro

Assessoria Jurídica da Administração - AJAD

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefia de Cerimonial - CER

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - GAECO/MA

Promotores de Justiça integrantes

Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues

Klycia Luíza Castro de Menezes

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ

Promotores de Justiça integrantes

Glauce Mara Lima Malheiros

Ossian Bezerra Pinho Filho

Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON

Promotores de Justiça integrantes

Fernando Antonio Berniz Aragão

Francisco Fernando de Moraes Menezes Filho

Nelson Ned Ribeiro Guimarães

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Paulo Silvestre Silva Avelar

Promotor de Justiça - Diretor

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/MA

Teodoro Peres Neto

Procurador de Justiça - Coordenador

CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MPMA

Administração

Dulce de Maria Alves Serra Moreira

Curadoria

Francisco Colombo Lobo

Apresentação

O Relatório de Atividades de 2019 tem por foco principal, apresentar os resultados alcançados, mediante a execução das metas propostas de acordo com nosso Plano Geral de Atuação (PGA) e com o Planejamento Estratégico.

O presente documento demonstra a efetivação de objetivos estratégicos e programas estruturantes que vem ao encontro, não só de uma visão constitucional, enquanto órgão garantidor e defensor de direitos da sociedade, mais que isso: impulsionarmos para uma nova agenda ministerial do futuro, com foco na cidadania, na justiça, na autocomposição e na resolução extrajudicial de conflitos.

No atual ciclo do Planejamento Estratégico, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) vem intensificando a sua atuação preventiva na adoção de políticas de inclusão efetivas para a redução das desigualdades sociais. Dotar o cidadão de instrumentos de fiscalização na correta aplicação dos recursos públicos repassados de diversas fontes e os gerados a partir da adoção da profissionalização da gestão pública municipal, na medida que proporcionam melhorias na qualidade de vida dos municípios. Refletir diretamente na saúde, educação e nos serviços públicos essenciais básicos, procurando diminuir a dependência financeira, econômica e social da população na medida em que gera renda e oportunidade de emprego na própria economia local.

Para tanto, serão criados grupos de trabalho de atuação preventiva em todas as comarcas maranhenses, com a criação do grupo de valorização à ética e à cidadania e com o lançamento oficial de projetos e iniciativas que visam a intensificação do diálogo com gestores públicos municipais e estaduais.

Da mesma forma, os projetos institucionais hoje vigentes entraram em uma nova fase de implementação, com adoção de ferramentas tecnológicas e maior envolvimento de membros e servidores. A interiorização de ações estratégicas vem apresentando resultados cada vez mais efetivos e de alta resolutividade, bem como os instrumentos de medição proporcionam maior agilidade no monitoramento dos indicadores técnicos e sociais.

Por sua vez, o Centro Cultural do Ministério Público (CCMP) ampliou os canais de diálogo entre o MPMA e a sociedade, na medida em que permitiu uma participação e contribuição mais efetiva do povo na formulação de planos de atuação. A abertura do órgão, com sua conseqüente oxigenação, é uma realidade e, com certeza, vai abrir caminho na construção de um novo ciclo de planejamento que se avizinha, consolidando a instituição como defensora da sociedade e de seus direitos difusos e coletivos de forma eficiente e combativa.

Todos podem estar certos de que o Ministério Público maranhense seguirá sendo inegavelmente independente e comprometido com os reais interesses públicos, com a defesa dos direitos sociais e individuais, sempre trabalhando na valorização da instituição, dos colegas, dos servidores e colaboradores para que possam prestar, com independência, melhores serviços à população.

A grandeza e a importância do MP estão no que fazemos e em tudo o que podemos realizar. Pretendemos continuar o trabalho para modernizar cada vez mais o MPMA, elegendo prioridades, metas e alcançando os melhores resultados para a sociedade. A defesa da sociedade

é a nossa razão de ser e também o que justifica nossa essencialidade. O nosso compromisso é o de conservar a unidade e capacidade de enfrentamento das questões atuais, olhando para o futuro e sem retrocessos.

Nossa gestão é feita a várias mãos, de forma compartilhada, o que tem permitido o alcance de muitas premiações e um conjunto de resultados que, além de fortalecer a Instituição MPMA, beneficia, sobretudo, nosso cliente essencial e prioritário, sua excelência o cidadão maranhense.

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador Geral de Justiça

Sumário

Apresentação	6
O MINISTÉRIO PÚBLICO	10
1. ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	12
1.1. Procuradoria Geral de Justiça	12
1.2. Subprocuradoria Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos.....	12
1.3. Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	13
1.4. Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)	15
1.5. Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).....	16
1.6. Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP).....	17
1.7. Procuradorias de Justiça	18
1.8. Promotorias de Justiça.....	18
2. ORGÃOS AUXILIARES	37
2.1. Escola Superior do Ministério Público (ESMP).....	37
2.2. Ouvidoria do Ministério Público	44
3. DIRETORIAS	56
3.1. Diretoria Geral (DG)	56
3.2. Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)	58
3.3. Secretaria Administrativo-Financeira (SAF)	67
3.4. Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).....	68
4. ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO	76
4.1. Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça	76
4.2. Assessoria Técnica (ASTEC)	78
4.3. Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)	79
4.4. Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM).....	81
4.5. Assessoria Jurídica da Administração (AJAD).....	85
5. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOps)	86
5.1. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)	86
5.2. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp Educação)	90
5.3. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAOP-ProAd).....	95
5.4. Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim)	98
5.5. Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC).....	99
5.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIPD)	101
5.7. Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp-Consumidor).....	103
5.8. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde)	105
5.9. Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)	107
6. COORDENADORIAS	110

6.1.	Coordenadoria de Administração (CAD).....	110
6.2.	Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA).....	119
6.3.	Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	120
6.4.	Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)	134
6.5.	Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP).....	138
6.6.	Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)	141
6.7.	Coordenadoria de Comunicação (CCOM)	143
6.8.	Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)	144
6.9.	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI).....	148
6.10.	Comissão Permanente de Licitação (CPL).....	157
6.11.	Chefia de Cerimonial (CER)	158
6.12.	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)	161
7.	GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (GAECO)	165
7.1.	Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).....	169
	ATOS NORMATIVOS – 2019	178

O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.

NOSSOS COMPROMISSOS COM A SOCIEDADE

MISSÃO

- Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e da defesa da democracia.

VISÃO

- Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

VALORES

- Acessibilidade
- Celeridade
- Compromisso com o capital humano
- Eficiência, eficácia e efetividade
- Ética e integridade
- Proatividade
- Transparência

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

- Unidade
- Indivisibilidade
- Independência Funcional

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para cumprir sua missão constitucional, o Ministério Público do Estado do Maranhão atua em três grandes áreas: criminal, especializada e cível.

Na área criminal, o MP é o titular da ação penal pública, por isso é sua função denunciar suspeitos de crimes indiciados pelas polícias. A investigação na área criminal também é prerrogativa do Ministério Público especialmente em operações de combate ao crime organizado.

Na área especializada, o MP atua na proteção de direitos difusos e coletivos, nas mais diversas temáticas como saúde, educação, infância e juventude, direitos humanos, meio ambiente, ordem urbanística, consumidor, criminal e patrimônio público. E, em sua atuação cível, o MP age como órgão interveniente (fiscal da lei) em processos judiciais de interesse público e que envolvem o interesse de incapazes (como crianças, além de idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade).

Quem Integra o Ministério Público?

Fazem parte do Ministério Público os Procuradores e Promotores de Justiça. No Estado do Maranhão existem **31** Procuradores e **296** Promotores, sendo que 121 destes estão na capital, São Luís, e os 174 restantes estão nas comarcas do interior. Estes atuam em Promotorias Intermediárias e Inicial, algumas das quais especializadas em determinadas áreas tais como: meio-ambiente, consumidor, infância e juventude, etc.

Os Procuradores atuam perante os Tribunais (Segunda Instância), na qualidade de fiscais da lei.

A instituição também conta com o trabalho de servidores, estagiários e terceirizados, que atuam em funções técnicas, administrativas e de assessoramento. Somos 327 membros, 1.573 servidores, 228 estagiários não obrigatórios e 41 voluntários, atuando em 109 Comarcas na Capital e no interior do Estado. Ao todo, somos 2.169 pessoas trabalhando para cumprir a missão constitucional do MPMA.

109 Comarcas

31 Procuradores de Justiça

295 Promotores de Justiça

1.573 servidores

228 estagiários não obrigatórios

41 voluntários



1. ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

1.1. Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, reeleito para o mandato/biênio 2018-2020, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça)¹.

a) Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Em 2018, contou com um quadro de apoio técnico composto de 13 (treze) servidores, coordenados pela Promotora de Justiça Fabíola Faheína Fernandes Ferreira, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete do Procurador-Geral de Justiça:

Tabela 1: Atividades administrativas do GABPGJ

Gabinete do Procurador Geral de Justiça	Quant.
<i>Processos Abertos/DIGIDOC</i>	6.122
<i>Processos Recebidos/Entradas/DIGIDOC</i>	11.918
<i>Processos Arquivados DIGIDOC</i>	1.855
<i>Processos Encaminhados/entrada/saída/SIMP</i>	1.383
Total	21.278

Fonte: GABPGJ/PGJ, 2019.

1.2. Subprocuradoria Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, e ainda interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

As suas atribuições também alcançam a representação do Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008. Cabe, ainda, ao Subprocurador-Geral de Justiça

¹ Art. 51. A Procuradoria Geral de Justiça tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça e compreende:

I – o **Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**; (grifou-se)

II – a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;

III – a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos, eventualmente e sempre que necessário.

Registre-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

- Ao longo de 2019, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **16 (dezesesseis) Audiências**, sendo: 13 (treze) de Instrução e 03 (três) de Conciliação;
- O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **45 (quarenta e cinco) Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça**, sendo: 26 (vinte e seis) Sessões Jurisdicionais e 19 (dezenove) Sessões Administrativas.
- **Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos**, visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino; substituindo Procuradores de Justiça em Sessões do Tribunal de Justiça sempre que possível e necessário.
- **Representou o Procurador-Geral de Justiça** em diversas situações de afastamento/impedimento deste, seja em Eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos; seja em viagens, cuja representação do Ministério Público do Maranhão era necessária; seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja ainda exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado.
- **Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça**, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição.
- **Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias e demais afastamentos legais**, sempre visando o andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias.

No exercício de suas atribuições, resta salientar que passaram por esta Subprocuradoria-Geral de Justiça, para análise e despacho, **463 processos judiciais de Segunda Instância, 1637 processos judiciais de Primeira Instância e 11.056 movimentações (entre processos e documentos administrativos) pelo DIGIDOC.**

1.3. Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando o Chefe da Instituição no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça. Compete também a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição.

Esta unidade ministerial tem atuação destacada nas análises dos mais diversos assuntos administrativos, como adiantamentos, diárias, progressão e promoção funcional, adicionais de qualificação e estágio não obrigatório. Dentre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se:

1. Concessões de adiantamento

Disponibilizados a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens; caráter sigiloso e material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais

de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como o que consta do Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ, os suprimentos de fundos possibilitaram, durante o ano de 2019, a efetivação de despesas inadiváveis das diversas unidades ministeriais.

Esta Subprocuradoria Geral, no ano de 2019, analisou um total de 311 (trezentos e onze) pedidos administrativos, concedendo um total de **R\$ 435.819,58** (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos) de adiantamentos para membros e servidores, sendo que todos lograram êxito em suas prestações de contas.

2. Concessões de diárias e passagens aéreas.

Concedidas aos servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares, sendo que nesse ano, dando continuidade à política de valorização de nossos quadros, realizamos a aplicação de todo o montante destinado à capacitação de membros e servidores, com destinação de mais de 01 (um) milhão de reais para tal ação.

3. Análise de outros pedidos administrativos.

Entre os mais diversos pleitos administrativos analisados, importar registrar que ao longo do ano, no que pertine à progressão e promoção funcional, analisou-se e deferiu-se um total de 308 (trezentos e oito) progressões/promoções, havendo, ademais, a homologação de estágio probatório de 08 (oito) servidores ocupantes dos cargos de Analista Ministerial e Técnico Ministerial, admitidos durante o ano de 2015.

No que toca à Política Local de Gestão de Pessoas, esta Subprocuradoria Geral de Justiça impulsionou importante prática que resultará em ganhos para esta Instituição, tanto na parte orçamentária/financeira, quanto na celeridade e efetividade de tramitação de processos e análises de projetos institucionais, com a edição do Programa do Teletrabalho, cujo Ato Regulamentar prevê que a participação, tanto da unidade, quanto do servidor interessado, dependerá de prévia autorização desta Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o que viabilizará o necessário controle, economicidade e eficácia para a Administração.

Na questão disciplinar, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, decidindo sempre com base nos princípios norteadores da Administração Pública, sendo que dos processos que se findaram em 2019, aplicou-se três penalidades, sendo duas de advertência e uma de suspensão a três servidores, por práticas de infrações disciplinares vinculados a prática de faltas funcionais, cujos processos foram devidamente instaurados e conduzidos por esta unidade ministerial.

Quanto ao controle de frequência, esta Subprocuradoria Geral de Justiça realizou a coleta e o gerenciamento do controle de frequência dos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria Geral de Justiça, em cumprimento ao Ato Regulamentar nº 18/2012 – GPGJ, exercendo o seu papel fiscalizador, sempre atentando para o correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado, tendo ainda obtido êxito na proposição de novo Ato Regulamentar nº 20/2019-GPGJ, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2020, cuja coordenação dos trabalhos de produção e finalização ficou a cargo deste órgão ministerial.

Ademais, foram atendidas diversas outras demandas administrativas, como a realização de sete concursos de remoção interna para servidores efetivos, a fim de preencher claros deixados com as constantes movimentações horizontais, além de dois seletivos para estágio não obrigatório e crucial participação na concessão de benefícios aos servidores ministeriais, como o reajuste de 2,94%, a partir do

mês de janeiro de 2020, a fim de diminuir as perdas salariais da categoria, além do Auxílio Saúde aos servidores efetivos e comissionados

Em relação à Saúde Funcional, destaca-se a atuação desta Subprocuradoria Geral no supervisionamento das ações do Programa de Qualidade de Vida, dentre os quais a Doação de Sangue, Feira de Nutrição, dia das mães/dos pais e Interiorização das ações de preservação da saúde para ter mais qualidade de vida, como as ocorridas nas cidades de Icatu; Anajatuba; Barreirinhas; Humberto de Campos; São Mateus; Bacabal; Vitorino Freire; Olho D'Água das Cunhãs e São Luiz Gonzaga, envolvendo mais de 70 (setenta) participantes.

Destaque-se, ainda, que foram colocados à disposição desta Procuradoria Geral de Justiça e devidamente encaminhados às respectivas Promotorias de Justiça expressiva quantidade de servidores municipais/estaduais cedidos – total de 41 (quarente e um), a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação do quadro de servidores. Para tal ação, foram ainda firmados mais **39 (trinta e nove) Termos de Convênios** com diversas Prefeituras Municipais.

Da mesma forma, foram disponibilizados um total de 18 (dezoito) policiais militares da Reserva Remunerada, a fim de incrementar o potencial de segurança institucional de Promotorias de Justiça do interior do Estado e da Capital, além de 04 (quatro) Policiais Militares da Ativa, a fim de compor o Gabinete de Segurança Institucional desta PGJ.

Quanto à movimentação de servidores, conforme alhures citado, autorizou-se a realização de 07 (sete) Concursos de Remoção, contemplando 08 (oito) servidores estáveis.

Assim, ao longo do período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2019, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho das atividades administrativas ministeriais, tendo movimentado um total de 14.070 (quatorze mil e setenta) processos administrativos, conforme Relatório de Remessa de processos.

Destaque-se, finalmente, o empenho e dedicação dos servidores lotados nesta unidade ministerial, cujas atribuições vem desempenhando com presteza e eficiência, contribuindo decisivamente para o crescimento e valorização do setor, conforme demonstra o presente relatório.

Tabela 2: Resumo da produtividade da SUBADM em 2019

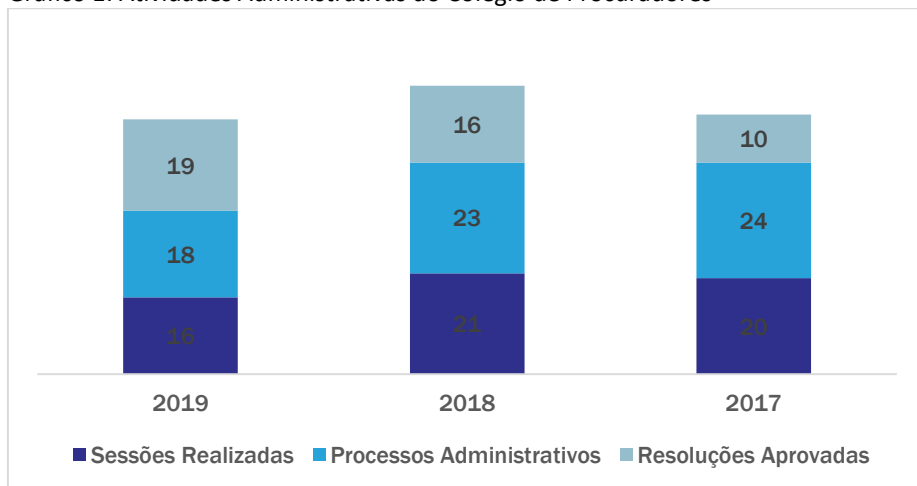
<i>Descrição</i>	Quantidade
<i>Documentos Administrativos produzidos:</i>	7.900
<i>Processos movimentados</i>	14.070
<i>Processo de caráter disciplinar instaurados</i>	05 (cinco) Punições aplicadas, sendo 03 (demissões);
<i>Progressões Funcionais</i>	308
<i>Promoções</i>	36
<i>Adicionais de Qualificação</i>	41
<i>Termo de Convênios Assinados</i>	39
<i>Homologação de Estágio Probatório</i>	08

Fonte: SUBADM/PGJ, 2019.

1.4. Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público com competência para, entre outras, opinar sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como deliberar sobre proposição de criação de cargos e serviços auxiliares.

Gráfico 1: Atividades Administrativas do Colégio de Procuradores



Fonte: CPJ/PGJ, 2019

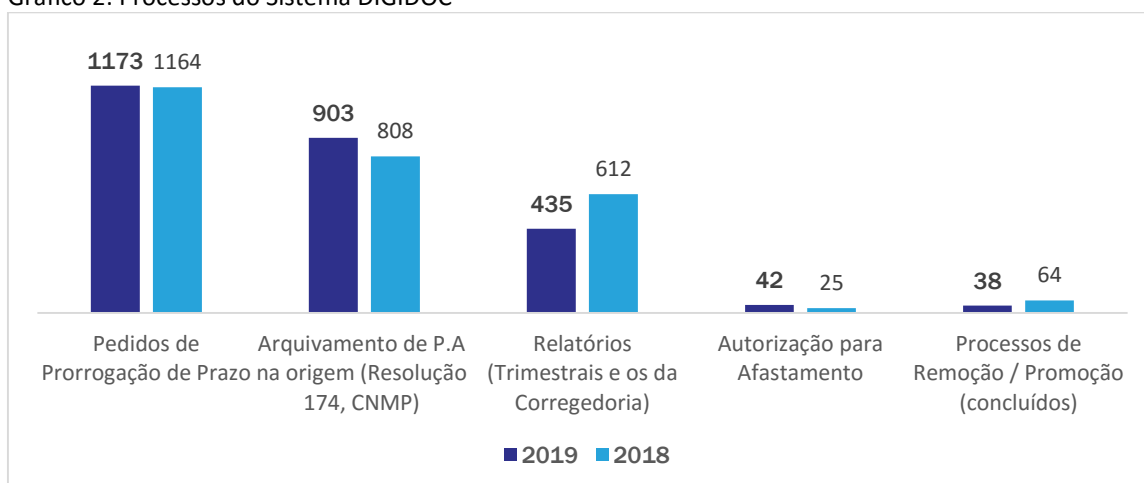
1.5. Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991.

No biênio 2017-2019 integram o Conselho: Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho (Presidente do CSMP e Procurador-Geral de Justiça), Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (Corregedor-Geral), Dra. Domingas de Jesus Froz Gomes (Procuradora de Justiça); Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa (Procurador de Justiça); Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa (Procuradora de Justiça); Dra. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf (Procuradora de Justiça) e Dr. Carlos Jorge Avelar Silva (Procurador de Justiça).

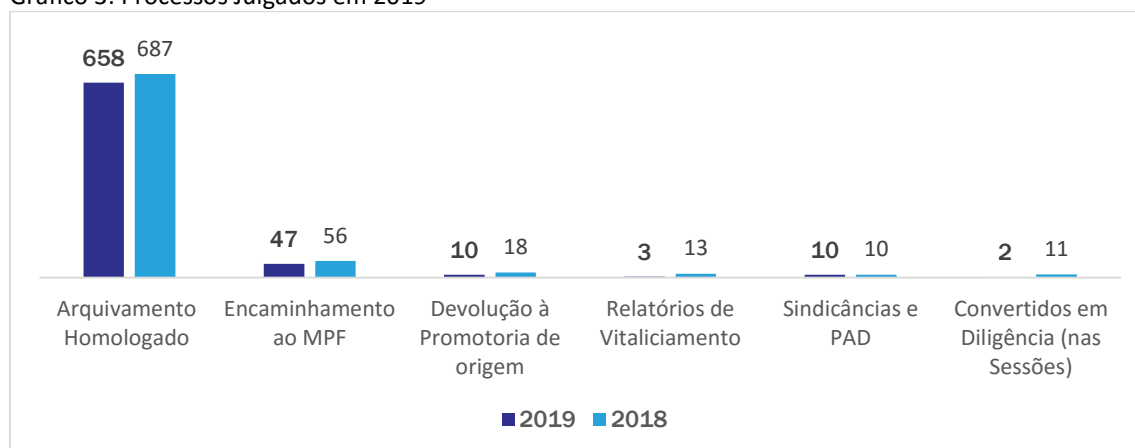
Em 2019, nas **30** sessões do CSMP, foram apreciados **3.318** processos, **110** por sessão, em média.

Gráfico 2: Processos do Sistema DIGIDOC



Fonte: CSMP/PGJ, 2019

Gráfico 3: Processos Julgados em 2019



Fonte: CSMP/PGJ, 2019

Tabela 3: Distribuição Processual 2019

Conselheiro	Distribuídos	Julgados	Diligência	Ag. Pauta	Saldo
<i>Carlos Jorge Avelar Silva</i>	115	75	6	2	32
<i>Domingas de Jesus Froz Gomes</i>	116	93	5	10	0
<i>Francisco das Chagas Barros de Sousa</i>	117	64	1	3	0
<i>Eduardo Jorge Hiluy Nicolau</i>	116	101	1	14	0
<i>Mariléa Campos dos S. Costa</i>	115	97	2	6	0
<i>Luiz Gonzaga Martins Coelho</i>	115	103	5	3	0
<i>Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf</i>	94	92	2	0	0
TOTAL	788	625	22	38	32

Fonte: CSMP/PGJ, 2019

1.6. Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)

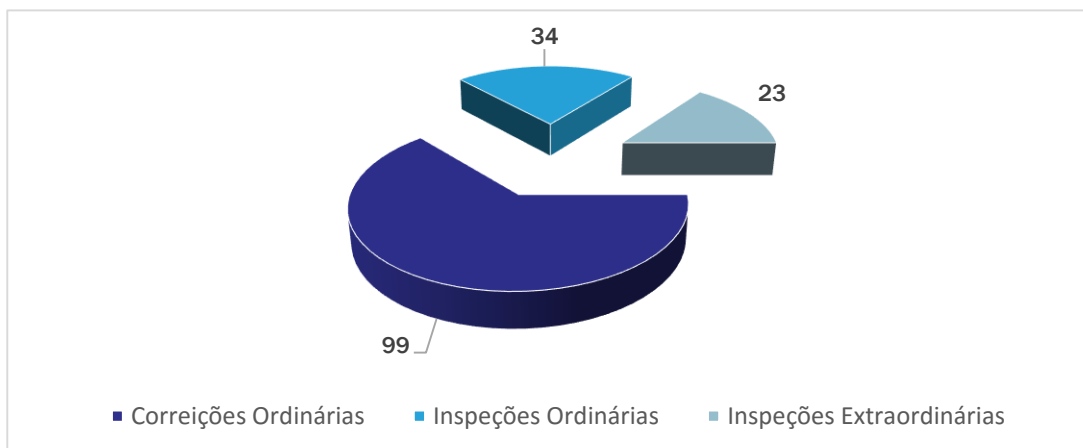
A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tabela 4: Atividades administrativas da Corregedoria

Atividades	Total
<i>Correições Ordinárias</i>	99
<i>Inspeções Ordinárias</i>	34
<i>Inspeções Extraordinárias</i>	23
<i>Sindicâncias</i>	5
<i>Vitaliciamentos</i>	11
<i>Estágio Probatório</i>	3
<i>Recomendações</i>	1
<i>Exercício de Magistério</i>	20

Fonte: CG/PGJ, 2019

Gráfico 4: Procedimento Correicional 2019



Fonte: CG/PGJ, 2019

1.7. Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991.

Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

1.8. Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários.

Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

➤ Promotoria Comunitária Itinerante

O Ministério Público Estadual promove atendimento comunitário itinerante pelos bairros de São Luís desde 1988, realizando audiências públicas e ouvindo as demandas da população dentro das comunidades, principalmente nas mais desassistidas pelo Poder Público, com o objetivo de diagnosticar lesões a direitos coletivos e individuais indisponíveis. Inicialmente surgiu como um projeto, até 2004, e a partir de então como Promotoria Especializada.

Desde o início, o atendimento comunitário itinerante se constituiu num efetivo canal de aproximação do Ministério Público Estadual com os moradores de São Luís, pelo qual a instituição vai até as comunidades para prestar orientação jurídica, ouvir diretamente a população sobre a falta de políticas públicas essenciais e trabalhar em parceria com as lideranças comunitárias na busca de resposta rápida e solução para os problemas, através do diálogo com os responsáveis pelos serviços demandados.

Em 2019, a Promotoria Comunitária Itinerante foi instalada em três áreas ou bairros do município de São Luís: Cohatrac, São Cristóvão e Vila Luizão.

No bairro do Cohatrac I, a instalação ocorreu a pedido da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré, que cedeu o salão paroquial para realização das audiências públicas, com a participação dos moradores, lideranças comunitárias e de representantes do Ministério Público e de órgãos da administração

municipal. A audiência de instalação aconteceu em 30 de outubro de 2018 e a de prestação de contas dos trabalhos dia 20 fevereiro de 2019. O atendimento ao público foi realizado na unidade móvel instalada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, Cohatrac II, entre os dias 05 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, de 2ª a 5ª-feira, exceto no período das festividades natalinas e de ano novo.

No bairro da Vila Luizão, a instalação da Promotoria ocorreu após contato com lideranças comunitárias da região no dia 26 de fevereiro de 2019, quando foi definido o período dos trabalhos, o local de atendimento e a área de abrangência (Vila Luizão, Sol e Mar, Brisa do Mar, Divinéia e adjacências).

A audiência pública de instalação foi realizada na União de Moradores da Vila Luizão (Rua Luís Eduardo), dia 08 de abril de 2019, com a participação dos moradores, lideranças comunitárias, do Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça, Marco Antônio Santos Amorim, representando o Procurador-Geral, e do Secretário Municipal de Governo, Pablo Zarthur Caffé da Cunha Rebouças, representando o Prefeito Edivaldo de Holanda Braga Júnior.

O atendimento ao público foi realizado na unidade móvel instalada na Praça da União, entre 15 de abril e 19 de junho de 2019, de 2ª a 5ª-feira, no período da manhã. A audiência pública de prestação de contas dos trabalhos aconteceu dia 27/06/19, na Igreja Comunidade Bíblica da Paz (Rua do Cajueiro, Vila Luizão).

A terceira instalação da Promotoria Itinerante ocorreu na área do São Cristóvão a pedido da Paróquia daquele bairro. A reunião preparatória com representantes comunitários aconteceu no dia 21 de maio de 2019, no salão paroquial da Igreja de São Cristóvão, quando foi definido o período dos trabalhos, o local de atendimento e a área de abrangência (*São Cristóvão, Baixão, Jardim São Cristóvão e adjacências*).

A audiência pública de instalação foi realizada dia 19 de agosto de 2019 e a de prestação de contas dos trabalhos ocorreu dia 04 de novembro, ambas na Paróquia de São Cristóvão (Av. Guajaras), com a participação de moradores, lideranças comunitárias e de autoridades convidadas. O Procurador-Geral de Justiça, *Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho*, foi representado na primeira audiência pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça/MA, Dr. Emmanuel José Peres Netto Guterres, e na segunda, pelo Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão da PGJ/MA, Dr. Raimundo Nonato Leite Filho, enquanto que o Prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Braga Júnior, foi representado pelo Secretário Adjunto de Governo, Milton Lima Calado, e pelo titular da Secretaria Municipal de Governo, Pablo Zarthur Caffé da Cunha Rebouças, respectivamente.

Durante as audiências nos três bairros foi explicado aos participantes que eles deveriam fazer um levantamento das prioridades dentre as demandas coletivas, para que a promotoria iniciasse as tratativas com os responsáveis pelos serviços solicitados. Para conhecer a infraestrutura da região e identificar os problemas vivenciados pelos moradores foram realizadas vistorias pelos bairros, com os devidos registros fotográficos.

1. Atendimento Individual

No período de permanência da Promotoria Comunitária Itinerante nos três bairros foram registradas as seguintes quantidade de atendimentos individuais:

- **Cohatrac - 98 atendimentos** que geraram **106 reclamações**. Além das **40** questões coletivas, foco da atuação desta Promotoria, foram recebidas ainda **66** demandas de interesse individual, a maioria destas sobre família (*pensão alimentícia, divórcio, guarda compartilhada e registro de nascimento*) e também consumidor, que resultaram em orientações jurídicas e encaminhamentos para outros órgãos ou para assistência judiciária (quando necessário o ajuizamento de ações);

- **Vila Luizão** - Durante a permanência na região foram registrados **68** atendimentos que geraram **76** reclamações. Além das **32** questões coletivas, foram recebidas também **44** demandas de interesse individual, a maioria destas sobre questões de família (*pensão alimentícia, divórcio, reconhecimento de paternidade e guarda compartilhada*). Em seguida surgem questões de direitos do consumidor e consultas processuais. Foram prestadas as devidas orientações jurídicas e feitos encaminhamentos para outros órgãos ou para assistência judiciária (quando necessário o ajuizamento de ações).
- **São Cristóvão** - Durante esse período foram registrados **93** atendimentos individuais que geraram **119** reclamações, sendo **84** sobre questões coletivas e **35** demandas de interesse individual. Dentre as individuais, a maioria foi sobre *pensão alimentícia, divórcio, retificação de certidão de nascimento e relações de consumo*. Também foram feitas consultas processuais, a pedido dos interessados, para verificar o andamento das respectivas ações. Em todos os casos foram prestadas as informações pertinentes, com a devida orientação jurídica e os encaminhamentos necessários, inclusive 02 (dois) situações envolvendo pessoas idosas foram encaminhadas para as Promotorias de Defesa do Idoso (*OFC's-12ªPJESLZ-162 e 163, de 04/10*).

2. Demandas Coletivas

Dentre as principais demandas das três comunidades atendidas, destacaram-se:

- **Problemas no trânsito e transporte público** - necessidade de implantação de canteiro/divisória nas ruas e avenidas, bem como faixas de pedestres próximos a escolas, bancos, shoppings, supermercados e cruzamentos de avenidas e ruas; disciplinamento do trânsito, identificação e implementação de paradas de ônibus; sinalização; aumento de linhas de ônibus e melhorias nos serviços de terminais de transporte;
- **Infraestrutura de ruas:** problemas de drenagem, pavimentação/asfaltamento de ruas e avenidas;
- **Construção/revitalização de Praças Públicas** – visando oferta de atividades desportivas e de lazer;
- **Limpeza urbana** – implantação de Ecopontos, colocação de lixeiras nas vias públicas e melhoria da coleta de lixo;
- **Saneamento básico** – implantação/melhoria da rede de coleta e tratamento de esgoto;
- **Paisagismo** – poda e plantio de árvores nas praças e vias públicas; criação de parques e áreas verdes;
- **Mercados Municipais** – reformas de mercados e feiras públicas;
- **Educação** – construção e/ou reformas de escolas públicas da região; ampliação de vagas na educação infantil e no ensino fundamental; implantação de laboratórios de ciências e informática nas escolas públicas locais;
- **Urbanismo/Passeio público** – desobstrução de calçadas e vias públicas; melhoria da iluminação pública dos bairros;
- **Segurança Pública** – atuação da Guarda Municipal no reforço à segurança, inclusive nos eventos públicos;
- **Saúde Pública:** construção e/ou melhoria da infraestrutura de Unidades de Saúde; ampliação da oferta de atendimento especializado; melhoria no fornecimento de medicamentos e insumos e realização de campanhas educativas e ações de saúde

➤ Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)

O Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC) foi criado na estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça por meio da Resolução Nº 28/2015, do Egrégio Colégio de Procuradores, como órgão auxiliar à gestão do Programa de Incentivo e Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público Estadual (PNMC/MPMA), instituído pelo mesmo ato normativo.

O Programa, por sua vez, é gerido por uma comissão executiva composta por cinco membros, dos quais dois foram designados para exercer as funções de coordenador e coordenado adjunto. Nos termos da Portaria nº 6795/2018 – GPGJ, coordena este programa o Promotor de Justiça Vicente de Paulo Silva Martins, titular da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, com a coordenação adjunta da Promotora de Justiça Nadja Veloso Cerqueira, titular da 3ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar.

O GABMC foi instalado em março de 2017, recebendo como desafio prioritário promover a revitalização do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar (NMC Sol e Mar). Este, foi reaberto ao público em 23 de abril de 2018, ocasião em que o Procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e a presidente da União de Moradores do Sol e Mar, Maria Luzia Lago Lima, assinaram o Termo de Cooperação Técnica nº 07/2018.

No período de agosto a dezembro de 2018, o atendimento no NMC Sol e Mar foi suspenso, o que prejudicou os resultados almejados para aquele ano, conforme no Plano Tático (2017 – 2021) do setor. Em janeiro de 2019, iniciaram-se as atividades para retomada do atendimento ao público. Registre-se aqui a grande contribuição ao processo a partir da contratação da supervisora do NMC Sol e Mar, selecionada dentre os mediadores da própria comunidade.

Dentre as principais atividades realizadas no Gabinete de Mediação Comunitária em 2019, com base no Plano Tático-Operacional e em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021, destacam-se:

1. **Projeto Mediar para a Paz**

1.1. Implementação de Núcleos de Mediação nos termos da Resolução nº 118/2014 – CNMP e da Resolução Nº 28/2015 – CPMP:

- 12 Planejamentos Mensais (NMC Sol e Mar) construídos, com participação da supervisora, Elaine Alves;
- 12 Relatórios Mensais de Resultados (NMC Sol e Mar) construídos, com a participação da supervisora, Elaine Alves;
- 1 agenda com disponibilidade de horário dos mediadores para atuar no NMC Sol e Mar, construída;
- 1 reunião comunitária realizada em 02/04/2019, das 19h às 21h30min, com a presença de 09 mediadores comunitários voluntários, para discutir sobre as condições de habitabilidade e segurança do NMC Sol e Mar;
- 9 pré-mediações realizadas no NMC Sol e Mar em 2019;
- 7 mediações agendadas e 4 mediações realizadas no NMC Sol e Mar em 2019, com 100% de acordo;
- 45 atendimentos no NMC Sol e Mar em 2019, dos quais: 11 atividades de formação com mediadores comunitários promovidas pelo MPMA em 2019, totalizando 48 h/a;
- Distribuição de 944 panfletos em 17 atividades de divulgação;
- 3 reuniões realizadas na perspectiva de expandir a implementação de Núcleos de Mediação Comunitária em São Luís.

2. Projeto Educação para a Cidadania

2.1. *Realização de Eventos de Educação para os Direitos:*

- 3 eventos de educação para os direitos realizados em 2019, que beneficiaram 1.171 pessoas.
- 237 pessoas (103 mães, 14 pais e 120 crianças) informados sobre a saúde da mulher, na perspectiva do enfrentamento ao uso de álcool, tabaco e do fortalecimento das competências familiares.
- 800 adolescentes informados sobre a Campanha Faça Bonito.
- 42 adolescentes, meninos e meninas, engajados na discussão política sobre “O que é ser menina”?

2.2. *Construção de parcerias:*

- 2 gestoras da SEMED informadas sobre a atuação do GABMC no território do Sol e Mar, por meio do NMC Sol e Mar e do Projeto Educação para a Cidadania, em parceria com a REI/Turu.

3. Projeto Tecendo Redes

3.1. *Participação em redes sociais:*

- 3 mediadoras comunitárias participaram de reunião no dia 23/08/2019, no CRAS/Turu, para elaboração da agenda de atividades da REI/Turu do 2º semestre: *Projeto Brincando e Aprendendo; Marias em Ação; Setembro Amarelo; Mostra de Talentos 2019; Natal na Comunidade.*
- Participação em 2 campanhas, 2 ações sociais e 1 projeto realizados no âmbito da REI/Turu em 2019.
- 107 comunitários do Sol e Mar informados sobre o trabalho no Núcleo de Mediação por meio de reuniões com pequenos grupos e distribuição de panfletos na Ação Social Mãe Maranhense, em 05/05/2019, na UNIMAR.
- 2 mediadoras comunitárias participaram da primeira reunião do Projeto Marias em Ação / território Turu, no dia 06/09/2019, para estabelecimento da agenda de capacitações.
- 5 mediadoras comunitárias participaram de reunião no dia 12/09/2019, no NMC Sol e Mar, para criação da agenda do Projeto Marias em Ação.
- 5 mediadoras comunitárias participaram de reunião no dia 03/10/2019, na Escola Emésio Dário de Araújo, para acertar detalhes da semana de capacitação (14 a 18/10/2019).
- 7 mediadoras comunitárias capacitadas no Projeto Marias em Ação, de 14 a 18/10/2019, no tocante às temáticas: Conceitos Básicos sobre Direitos Naturais; Direitos Humanos; Direitos Fundamentais; Direitos de Igualdade Material e Formal; Dignidade do Ser Humano e Feminismo.
- 6 mediadoras comunitárias participantes da atividade de Culminância do Projeto Marias em Ação na Reserva Itapiracó, no dia 12/12/2019.
- 5 mediadoras comunitárias participaram da Ação Social, no dia 21/09/2019. O Núcleo de Mediação Comunitária Sol e Mar contou com sala exclusiva para atendimento ao público e divulgação da mediação.
- 4 mediadoras comunitárias participantes da atividade de lançamento da campanha, em 20/11/2019.
- 3 mediadoras comunitárias participantes da Oficina de Defesa Pessoal, no CCFV, no dia 22/11/2019.
- 2 mediadoras comunitárias engajadas nas atividades da campanha, que beneficiou aproximadamente 300 pessoas do território Turu, no dia 11/12/2019.
- 8 instituições visitadas pela supervisora do NMC Sol e Mar, acompanhada de servidora do GABMC, no decurso de 2019: CRAS/Turu; USC Divineia; CREAS; Conselho Tutelar; UPA Vila Luizão; CCFV; Igreja Nossa Senhora de Fátima e Projeto Viva Bem Mais.

4. Projeto Ampliação da Atuação Autocompositiva do MPMA

4.1. *Implementação da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição nos termos da Resolução nº 118/2014 – CNMP:*

- Aguarda deliberação do procurador-geral de justiça, conforme o que consta no Processo nº 17.336/2018.

- 1 Resolução (Resolução 81, de 29 de agosto de 2019) aprovada pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público, alterando a Resolução nº 28/2015 – CPMP.
- Contatos estabelecidos com o NUPA/MPRN na perspectiva de realizar visita institucional, sem êxito.

5. Projeto Escola para a Vida

5.1. Construção da proposta de implementação do projeto:

- 1 Plano de Ação do Projeto Escola para a Vida construído, enviado à ESMP e à Seplag em dezembro/2019.

5.2. Identificação de parceiros:

- 6 parceiros identificados para a realização de ações com foco na redução da violência envolvendo crianças e adolescentes.

5.3. Formação de Recursos Humanos:

- 4 Círculos de Diálogo realizados em 2019, com a presença de 56 adolescentes e 11 pais ou familiares.

Números da Atuação do Ministério Público

Atuação em Primeiro Grau² Área Cível

Tabela 5: Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Inquérito Civil, Procedimento Preparatório)

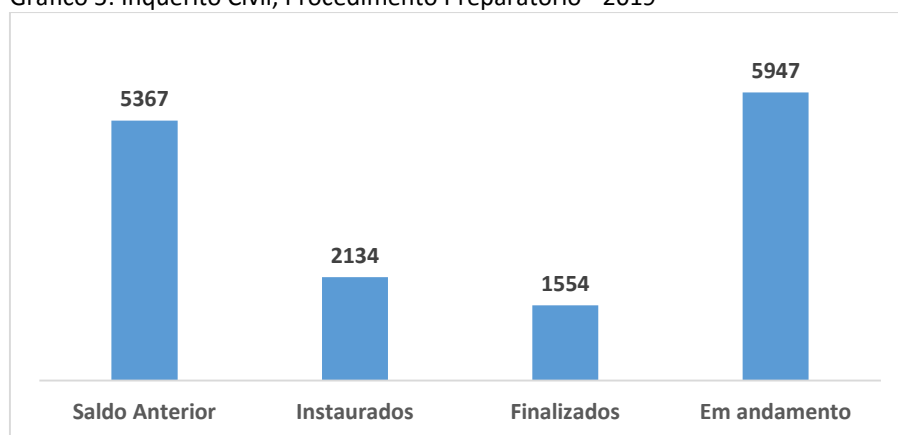
<i>Assuntos</i>	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em andamento
<i>Concurso Público</i>	30	12	12	30
<i>Controle Externo da Atividade Policial</i>	23	13	27	9
<i>Direito da Criança e do Adolescente</i>	221	71	77	215
<i>Direito do Consumidor</i>	122	40	41	121
<i>Direito Eleitoral</i>	69	15	16	68
<i>Direito Militar</i>	2	2	2	2
<i>Direitos Indígenas</i>	0	0	0	0
<i>Domínio Público</i>	63	12	17	58
<i>Educação</i>	125	45	50	120
<i>Improbidade Administrativa</i>	1.720	798	427	2.091
<i>Licitações</i>	266	73	60	279
<i>Meio Ambiente</i>	308	87	86	309
<i>Minorias Étnicas</i>	0	1	0	1
<i>Ordem Urbanística</i>	172	76	54	194
<i>Patrimônio Público</i>	410	124	100	434
<i>Pessoa Idosa</i>	9	1	4	6
<i>Pessoa com Deficiência</i>	100	43	37	106
<i>Repasse Verbas Públicas</i>	16	4	1	19
<i>Repasse Verbas SUS</i>	3	2	2	3
<i>Responsabilidade Civil</i>	58	19	15	62
<i>Saúde</i>	237	101	95	243

² Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2019.

<i>Servidor Público Civil</i>	94	44	28	110
<i>Acessibilidade</i>	0	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	1.319	551	403	1.467
TOTAL	5.367	2.134	1.554	5.947

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 5: Inquérito Civil, Procedimento Preparatório - 2019



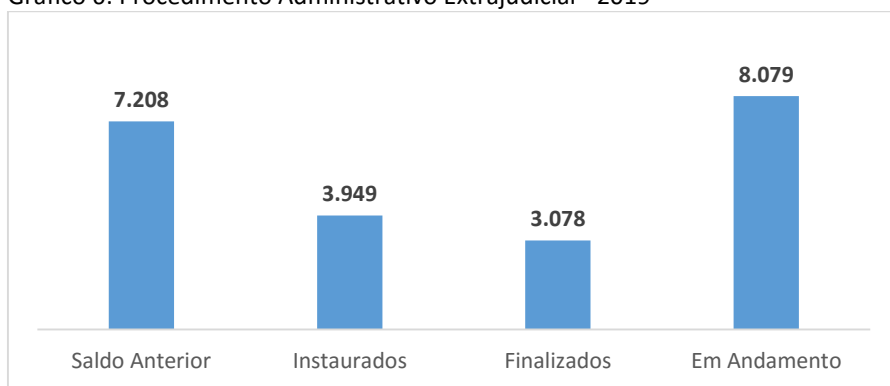
Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 6: Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Administrativo)

Assuntos	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento
<i>Concurso Público</i>	9	6	7	8
<i>Controle Externo da Atividade Policial</i>	48	29	42	35
<i>Direito da Criança e do Adolescente</i>	624	508	395	737
<i>Direito do Consumidor</i>	92	61	59	94
<i>Direito Eleitoral</i>	113	19	19	113
<i>Direito Militar</i>	5	3	4	4
<i>Direitos Indígenas</i>	1	1	0	2
<i>Educação</i>	137	111	73	175
<i>Improbidade Administrativa</i>	1.224	755	357	1.622
<i>Meio Ambiente</i>	117	65	61	121
<i>Minorias Étnicas</i>	6	4	6	4
<i>Ordem Urbanística</i>	47	52	36	63
<i>Patrimônio Público</i>	509	171	217	463
<i>Pessoa Idosa</i>	64	48	39	73
<i>Pessoas com Deficiência</i>	73	51	41	83
<i>Responsabilidade Civil</i>	16	5	5	16
<i>Saúde</i>	987	317	375	929
<i>Servidor Público Civil</i>	81	84	43	122
<i>Demais Assuntos</i>	3.055	1.659	1.299	3.415
TOTAL	7.208	3.949	3.078	8.079

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 6: Procedimento Administrativo Extrajudicial - 2019



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 7: Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Investigatório do MP - Peças de Informação - PIC)

<i>Assuntos</i>	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento
<i>Concussão</i>	1	2	2	1
<i>Corrupção Ativa</i>	8	2	0	10
<i>Corrupção Passiva</i>	0	0	0	0
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	60	491	4	547
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	44	35	6	73
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	126	54	9	171
<i>Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	9	0	0	9
<i>Crimes de Responsabilidade</i>	97	57	6	148
<i>Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral</i>	45	30	0	75
<i>Peculato</i>	22	17	2	37
<i>Tráfico de Drogas e Condutas Afins</i>	8	6	0	14
<i>Tráfico de Pessoas e Correlatos</i>	0	0	0	0
<i>Família</i>	7	6	0	13
<i>Demais Assuntos</i>	1.883	902	165	2.620
TOTAL	2.310	1.602	194	3.718

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 7: Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação - PIC) - 2019



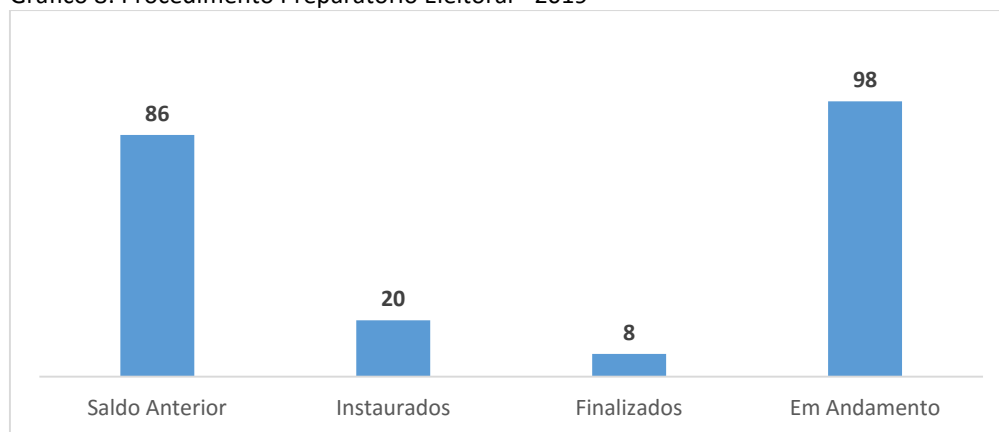
Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 8: Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Preparatório Eleitoral)

Assuntos	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento
<i>Administração da Justiça Eleitoral</i>	3	0	0	3
<i>Alistamento Eleitoral</i>	2	7	1	8
<i>Diplomação</i>	0	0	0	0
<i>Direitos Políticos</i>	0	0	0	0
<i>Eleições</i>	80	12	7	85
<i>Execução</i>	0	1	0	1
<i>Garantias Processuais</i>	0	0	0	0
<i>Partidos Políticos</i>	1	0	0	1
<i>Plebiscito</i>	0	0	0	0
<i>Requerimento</i>	0	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	0	0	0	0
TOTAL	86	20	8	98

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 8: Procedimento Preparatório Eleitoral - 2019



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 9: Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos)

Assunto	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Agentes Políticos</i>	1.587	1.012	1	2.598
<i>Atos Administrativos, Exceto Improbidade Adm.</i>	5.578	4.394	29	9.943
<i>Direito do Consumidor</i>	7.667	3.635	6	11.296
<i>Direito Processual Civil e do Trabalho</i>	61.308	27.202	477	88.033
<i>Ensino Superior e Ensino Fundamental e Médio</i>	149	155	1	303
<i>Garantias Constitucionais</i>	224	246	2	468
<i>Improbidade Administrativa</i>	3.686	3.321	23	6.984
<i>Meio Ambiente</i>	157	181	0	338
<i>Militar</i>	5.350	3.303	9	8.644
<i>Ordem Urbanística</i>	61	79	1	139
<i>Patrimônio Público</i>	5.443	2.916	5	8.354
<i>Recursos Minerais</i>	5	2	0	7
<i>Responsabilidade da Administração</i>	1.342	435	1	1.776
<i>Saúde</i>	1.536	1.482	5	3.013
<i>Servidor Público Civil</i>	9.335	5.272	7	14.600

<i>Sistema Nacional de Desporto</i>	0	2	0	2
<i>Demais Assuntos</i>	158.291	74.378	439	232.230
TOTAL	261.719	128.015	1.006	388.728

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 9: Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos - 2019



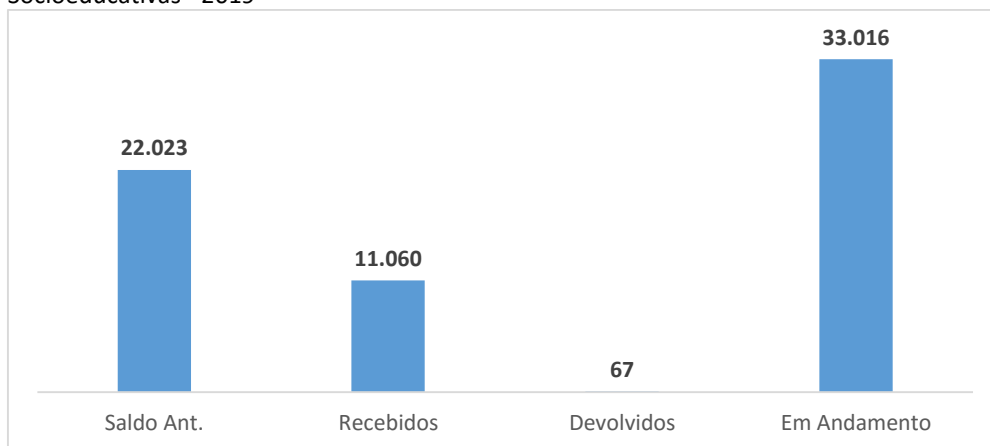
Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 10: Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Procedimentos Investigatórios; Processo de Apuração de Ato Infracional; Execução de Medidas Socioeducativas)

Assuntos	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Contra a Administração da Justiça</i>	52	21	0	73
<i>Contra a Família</i>	6	2	0	8
<i>Contra Fé Pública</i>	64	32	0	96
<i>Contra a Honra</i>	225	85	0	310
<i>Contra a Incolumidade Pública</i>	61	26	0	87
<i>Contra a inviolabilidade de domicílio</i>	34	15	0	49
<i>Contra a liberdade pessoal</i>	645	344	2	987
<i>Conta a Paz Pública</i>	201	97	0	298
<i>Contra a Propriedade Intelectual</i>	0	0	0	0
<i>Contra a Vida</i>	706	298	1	1.003
<i>Contra o Patrimônio</i>	6.506	3.400	17	9.889
<i>Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos</i>	4	1	0	5
<i>Contra a Dignidade Sexual</i>	366	270	1	635
<i>Contravenções Penais</i>	69	4	0	73
<i>Lesões Corporais</i>	0	0	0	0
<i>Medidas Socioeducativas</i>	2.400	1.549	3	3.946
<i>Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa</i>	11	8	0	19
<i>Previstos na Legislação Extravagante</i>	3.410	1.628	9	5.029
<i>De Tráfico Ilícito e uso indevido de Drogas</i>	2.195	919	5	3.109
<i>De Trânsito</i>	442	284	3	723
<i>Do Sistema Nacional de Armas</i>	699	376	0	1.075
<i>Demais Assuntos</i>	3.927	1.701	26	5.602
TOTAL	22.023	11.060	67	33.016

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 10: Procedimentos Investigatórios; Processo de Apuração de Ato Infracional; Execução de Medidas Socioeducativas - 2019



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 11: Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Seção Cível)

Assunto	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
Alimentos	5.988	3.796	73	9.711
Adoção	1.024	668	5	1.687
Guarda	4.580	3.479	18	8.041
Demais Assuntos	29.058	18.648	193	47.513
Total	40.650	26.591	289	66.952

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 11: Infância e Juventude – Seção Cível



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 12: Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude por tipo de movimentação processual (Seção Cível - 2019)

Assunto	Petição Inicial	Manifestação em 1º Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência		Recurso
						Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	
Alimentos	194	2.082	4	0	218	15	4	7
Adoção	20	406	4	0	75	0	0	1
Guarda	114	2.095	11	2	324	4	12	2
Demais Assuntos	691	12.001	75	44	1.301	30	50	95
Total	1.019	16.584	94	46	1.918	49	66	105

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Área Criminal

Tabela 13: Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Inquéritos Policiais)

Assuntos	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Crime/Contravenção conta Criança/Adolescente</i>	79	81	0	160
<i>Crime/Contravenção conta Idoso</i>	15	27	0	42
<i>Crime/Contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo</i>	0	0	0	0
<i>Crimes Agrários</i>	1	3	0	4
<i>Crimes Contra a Administração da Justiça</i>	198	253	0	451
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	455	585	1	1.039
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	1.304	2.381	2	3.683
<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	12	21	0	33
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	849	898	2	1.745
<i>Crimes contra a Honra</i>	1.014	1.165	0	2.174
<i>Crimes contra a Incolumidade Pública</i>	93	122	0	215
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	71	93	0	164
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	40	147	1	186
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	3	4	0	7
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	264	371	0	635
<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	18	5	0	23
<i>Crimes contra a vida</i>	3.017	3.435	6	6.446
<i>Crimes Contra as Finanças Públicas</i>	0	1	0	1
<i>Crimes contra as Relações de Consumo</i>	71	52	1	122
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	225	315	0	540
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	9.801	10.943	17	20.727
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	8	11	0	19
<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	2	7	0	9
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	8	21	0	29
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	149	147	0	296
<i>Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	5	5	0	10
<i>Crimes de Responsabilidades</i>	12	15	0	27
<i>Crimes de Tortura</i>	71	79	0	150
<i>Crimes de Tráfico Ilícito e Uso indevido de Drogas</i>	1.928	2.649	3	4.574
<i>Crime de Trânsito</i>	2.647	3.194	2	5.839
<i>Crimes de Sistema Nacional de Armas</i>	2.377	2.698	6	5.069
<i>Crimes Eleitorais</i>	174	210	1	383
<i>Crimes Falimentares</i>	1	0	0	1
<i>Crimes Militares</i>	292	433	2	723
<i>Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena</i>	0	0	0	0
<i>Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente</i>	266	551	0	817
<i>Crimes Previstos no Estatuto do idoso</i>	104	126	1	229
<i>Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor</i>	2	7	0	9
<i>Lesão Corporal</i>	3.714	4.113	3	7.824
<i>Parcelamento do solo urbano</i>	5	8	0	13
<i>Violência Doméstica Contra a Mulher</i>	1.569	3.170	2	4.737

<i>Crimes Contra a Liberdade Pessoal</i>	3.716	3.482	1	7.197
<i>Demais Assuntos</i>	9.095	10.352	33	19.414
TOTAL	43.675	52.180	84	95.766

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 14: Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Termos Circunstanciados)

Assuntos	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Crime/Contravenção contra a Criança/Adolescente</i>	24	17	0	41
<i>Crime/Contravenção contra Idoso</i>	15	23	1	37
<i>Crime/Contravenção decorrente do conflito fundiário coletivo</i>	2	1	0	3
<i>Crimes Agrários</i>	1	0	0	1
<i>Crimes Contra a Administração da Justiça</i>	383	167	2	548
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	3.296	1.437	0	3.633
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	65	45	0	110
<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	11	8	0	19
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	49	47	0	96
<i>Crimes contra a Honra</i>	3.984	2.127	13	6.098
<i>Crimes contra a Incolumidade Pública</i>	106	57	0	163
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	1	1	0	2
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	1	6	0	7
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	13	2	0	15
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	23	19	0	42
<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	3	1	0	4
<i>Crimes contra a Vida</i>	11	7	0	18
<i>Crimes contra as Finanças Públicas</i>	1	0	0	1
<i>Crimes contra as relações de Consumo</i>	22	8	0	30
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	593	517	0	1.110
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	1.302	993	5	2.290
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	1	0	0	1
<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	0	0	0	0
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	0	0	0	0
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	196	77	0	273
<i>Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	0	2	0	2
<i>Crimes de Responsabilidade</i>	0	0	0	0
<i>Crimes de Tortura</i>	5	5	0	10
<i>Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas</i>	790	872	1	1.661
<i>Crimes de Trânsito</i>	2.572	2.232	2	4.802
<i>Crimes do Sistema Nacional de Armas</i>	39	32	0	71
<i>Crimes Eleitorais</i>	70	56	0	126
<i>Crimes Falimentares</i>	0	0	0	0
<i>Crimes Militares</i>	79	35	0	114
<i>Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena</i>	0	0	0	0

<i>Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente</i>	21	19	0	40
<i>Crimes Previstos no Estatuto do Idoso</i>	67	41	0	108
<i>Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor</i>	2	0	0	2
<i>Lesão Corporal</i>	3.794	2.358	1	6.151
<i>Parcelamento do solo urbano</i>	0	0	0	0
<i>Violência Doméstica Contra a Mulher</i>	15	29	0	44
<i>Crimes Contra a Liberdade Pessoal</i>	4.855	3.130	2	7.983
<i>Demais Assuntos</i>	7.956	5.476	9	13.423
TOTAL	30.368	19.847	36	49.079

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 12: Termos Circunstanciados – Área Criminal



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

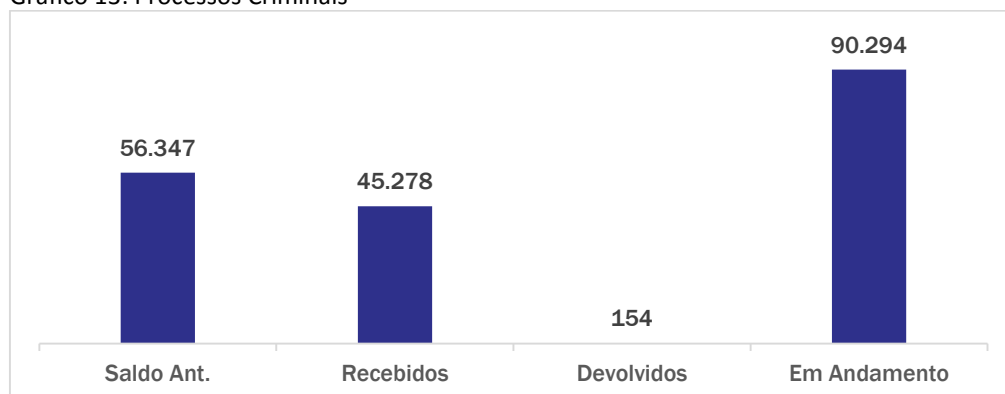
Tabela 15: Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Processos Criminais)

Assuntos	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente</i>	61	29	0	90
<i>Crime/Contravenção contra Idoso</i>	17	14	0	31
<i>Crime/Contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo</i>	1	0	0	1
<i>Crimes Agrários</i>	1	1	0	2
<i>Crimes contra a Administração da Justiça</i>	192	171	1	362
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	959	939	4	1.894
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	2.260	1.356	2	3.614
<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	10	9	0	19
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	750	492	0	1.242
<i>Crimes contra a Honra</i>	1.204	977	34	2.147
<i>Crimes contra a Incolumidade Pública</i>	176	114	1	289
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	83	63	0	146
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	98	57	0	155
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	4	4	0	8
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	822	581	1	1
<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	38	8	0	46
<i>Crimes contra a Vida</i>	7.201	3.796	15	10.982

<i>Crimes contra as Finanças Públicas</i>	11	20	0	31
<i>Crimes contra as Relações de Consumo</i>	61	54	0	115
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	407	457	4	860
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	17.078	9.760	12	26.826
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	3	2	0	5
<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	3	0	0	3
<i>Crime da Lei de licitações</i>	348	275	0	623
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	92	46	0	138
<i>Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	11	5	0	16
<i>Crimes de Responsabilidade</i>	367	221	0	588
<i>Crimes de Tortura</i>	97	59	1	155
<i>Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas</i>	7	4.173	2	11.106
<i>Crimes de Trânsito</i>	3	1.773	5	4.349
<i>Crimes do Sistema Nacional de Armas</i>	5	3.051	6	7.810
<i>Crimes Eleitorais</i>	380	281	1	660
<i>Crimes Falimentares</i>	0	0	0	0
<i>Crimes Militares</i>	399	391	5	785
<i>Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena</i>	0	0	0	0
<i>Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente</i>	264	215	1	478
<i>Crimes previstos no estatuto do Idoso</i>	66	67	0	133
<i>Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor</i>	5	5	0	10
<i>Lesão Corporal</i>	4.149	3.059	8	7.200
<i>Parcelamento do solo urbano</i>	2	2	0	4
<i>Violência Doméstica contra a Mulher</i>	1.314	1.068	0	2.382
<i>Crimes Contra a Liberdade Pessoal</i>	2.992	1.980	8	4.964
<i>Demais Assuntos</i>	14.407	9.703	43	24
TOTAL	56.347	45.278	154	90.294

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 13: Processos Criminais



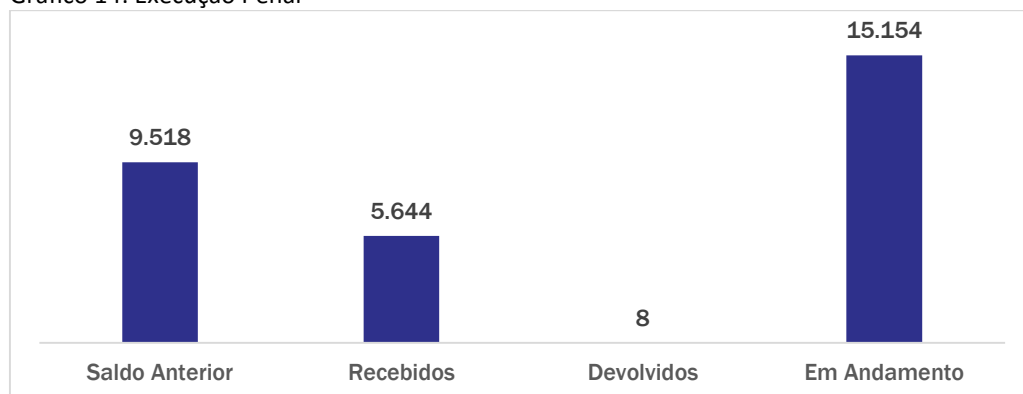
Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 16: Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Execução Penal)

Assuntos	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Anistia</i>	1	0	0	1
<i>Comutação de Pena</i>	0	0	0	0
<i>Conversão de Pena</i>	5	1	0	6
<i>Excesso ou Desvio</i>	1	1	0	2
<i>Indulto</i>	0	1	0	1
<i>Superveniência de Doença mental</i>	1	3	0	4
<i>Transferência entre estabelecimentos penais</i>	74	14	0	88
<i>Unificação de penas</i>	7	5	0	12
<i>Execução da Pena</i>	4.498	2.628	4	7.122
<i>Execução Provisória</i>	155	150	0	305
<i>Execução de Medida de Segurança</i>	17	19	0	36
<i>Demais Assuntos</i>	4.759	2.822	4	7.577
TOTAL	9.518	5.644	8	15.154

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 14: Execução Penal



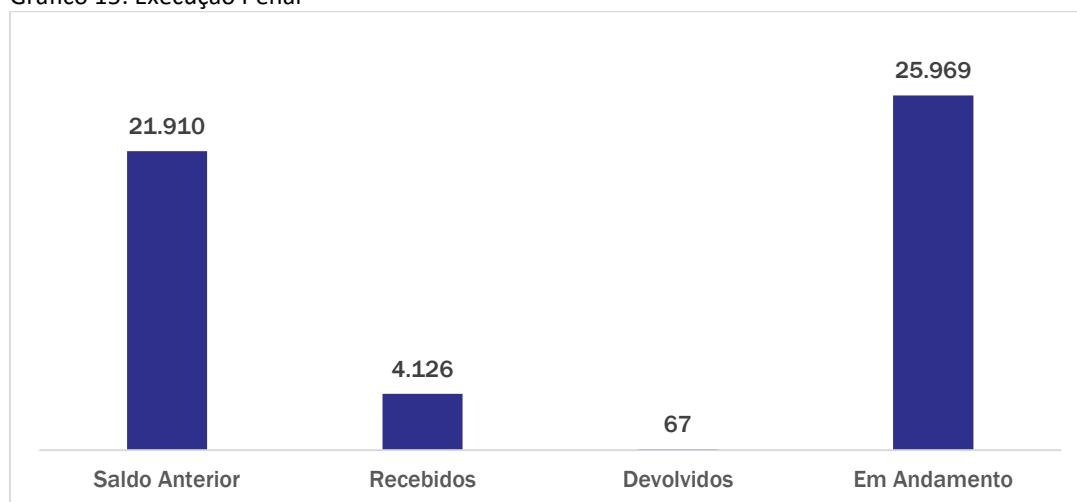
Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 17: Atuação das Promotorias de Justiça na área Eleitoral (Processo Eleitoral)

Assuntos	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento
<i>Administração da Justiça Eleitoral</i>	56	11	1	66
<i>Alistamento Eleitoral</i>	158	62	0	220
<i>Diplomação</i>	4	2	0	6
<i>Eleições</i>	18.941	2.929	65	21.805
<i>Direitos Políticos</i>	3	1	0	4
<i>Execução</i>	47	16	0	63
<i>Garantias Processuais</i>	1	1	0	2
<i>Partidos Políticos</i>	311	139	0	450
<i>Plebiscito</i>	1	0	0	1
<i>Requerimento</i>	144	25	0	169
<i>Prestação de Contas</i>	933	464	1	1.396
<i>Demais Assuntos</i>	1.311	476	0	1.787
TOTAL	21.910	4.126	67	25.969

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Gráfico 15: Execução Penal



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 18: Atuação das Promotorias de Justiça Atendimento ao Público

Atendimento	
Total realizado no período	32.852
Notícia de Fato	
Total de Instaurados no período	42.796
Atividade Não Procedimental	
Total	
Atendimento ao Público	4.962
Audiência Pública Participante	89
Consulta	282
Convites	94
Curso	59
Diligências	139
Homologação de Rescisão Trabalhista	0
Inspeção	129
Notificações	20
Ofícios	894
Participação em Grupo de Trabalho/Comissões	26
Representação Institucional em Evento	88
Representação Institucional em Órgão Colegiado	1
Representação Institucional em Palestra como Palestrante/Debatedor	86
Representação Institucional em Projeto	141
Reunião	1.095
Termo de Ajustamento de Conduta	1
Visita	89
Vitorias	545

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Atuação em Segundo Grau³

Área Criminal

Tabela 19: Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Criminal

Turma	Rec.	Dev.	Atual	HC	Ap Crim	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
1ª Turma Criminal													
<i>2ª Procuradoria Criminal</i>	1.808	1.802	6	563	897	107	0	50	2	6	18	0	165
<i>3ª Procuradoria Criminal</i>	377	378	-1	83	99	9	0	7	2	0	2	1	174
<i>5ª Procuradoria Criminal</i>	1.762	1.748	14	426	605	69	0	37	2	2	15	1	605
<i>7ª Procuradoria Criminal</i>	1.063	1.076	-13	333	480	55	0	50	3	0	23	3	116
2ª Turma Criminal													
<i>1ª Procuradoria Criminal</i>	1.280	1.258	22	379	554	75	0	46	6	0	22	0	198
<i>4ª Procuradoria Criminal</i>	1.480	1.483	-3	425	781	65	0	40	1	0	25	4	139
<i>6ª Procuradoria Criminal</i>	1.420	1.406	14	429	714	65	0	62	10	0	25	6	109
<i>8ª Procuradoria Criminal</i>	1.495	1.497	-2	429	735	108	0	51	4	0	29	1	138
3ª Turma Criminal													
<i>9ª Procuradoria Criminal</i>	1.297	1.298	-1	408	643	76	0	42	5	0	13	1	109
<i>10ª Procuradoria Criminal</i>	815	811	4	222	409	62	0	38	1	0	8	0	75
<i>11ª Procuradoria Criminal</i>	1.768	1.772	-4	566	842	125	0	66	4	0	21	6	138
<i>12ª Procuradoria Criminal</i>	754	755	-1	244	331	54	0	30	5	0	13	1	76
Sem Turma													
<i>Assessoria Especial</i>	1.678	1.670	8	82	12	0	0	55	29	0	4	4	1.492
<i>Órgãos Especiais</i>	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

³ Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2019.

Área Cível

Tabela 20: Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Cível

Turma	Rec.	Dev.	Atual	Mseg	Ag. Inst.	Ap. Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
1ª Turma Cível														
<i>1ª Procuradoria Cível</i>	1.833	1.812	21	12	338	1.356	63	6	2	4	1	1	1	49
<i>9ª Procuradoria Cível</i>	2.126	1.940	186	21	370	1.534	67	2	4	4	0	0	1	123
<i>12ª Procuradoria Cível</i>	1.785	1.697	88	12	320	1.329	65	3	4	1	3	1	1	46
2ª Turma Cível														
<i>4ª Procuradoria Cível</i>	2.249	2.252	-3	14	383	1.693	92	4	5	1	1	1	3	52
<i>8ª Procuradoria Cível</i>	1.813	1.534	279	12	275	1.407	61	5	1	1	0	0	0	51
<i>17ª Procuradoria Cível</i>	2.972	2.843	129	21	422	2.216	107	6	8	2	3	0	2	185
3ª Turma Cível														
<i>2ª Procuradoria Cível</i>	1.784	1.784	0	20	305	1.323	63	9	7	3	0	1	0	53
<i>3ª Procuradoria Cível</i>	1.719	1.656	63	11	288	1.298	56	8	5	2	0	0	0	51
<i>14ª Procuradoria Cível</i>	2.609	2.713	-104	13	445	1.985	80	6	9	0	3	0	0	68
<i>15ª Procuradoria Cível</i>	1.812	1.772	40	10	265	1.284	51	4	6	3	0	3	1	185
4ª Turma Cível														
<i>5ª Procuradoria Cível</i>	2.209	2.197	12	16	452	1.622	55	2	6	1	1	1	1	52
<i>7ª Procuradoria Cível</i>	3.043	2.907	136	20	418	2.270	89	3	5	3	0	2	3	230
<i>10ª Procuradoria Cível</i>	5.396	5.245	151	53	821	4.127	196	22	22	3	4	5	2	141
5ª Turma Cível														
<i>11ª Procuradoria Cível</i>	3.162	3.181	-19	24	474	2.284	97	13	16	5	2	0	0	247
<i>13ª Procuradoria Cível</i>	2.993	2.980	13	39	507	2.267	105	6	10	2	2	0	0	55
<i>16ª Procuradoria Cível</i>	3.069	2.804	265	22	449	2.247	85	6	11	6	0	0	1	242
6ª Turma Cível														
<i>6ª Procuradoria Cível</i>	2.234	2.292	-58	20	304	1.744	95	7	4	3	0	0	1	56
<i>18ª Procuradoria Cível</i>	1.996	1.840	156	26	295	1.540	60	6	11	5	1	0	0	52
<i>19ª Procuradoria Cível</i>	2.031	1.869	162	14	238	1.478	65	3	5	0	1	0	0	227
Sem Turma														
<i>Assessoria Especial</i>	1.162	1.151	11	392	8	5	0	12	6	0	0	0	0	739
<i>Órgão Especiais</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

2. ORGÃOS AUXILIARES

2.1. Escola Superior do Ministério Público (ESMP)

A Escola Superior do Ministério Público (ESMP) visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

Situa-se no âmbito de incidência de missão afeta à ESMP/MA, o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa na área jurídica; o zelo pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado; o oferecimento do ensino de pós-graduação, de suporte técnico-jurídico e a extensão acadêmica, oportunizada também a outros componentes do macrossistema de justiça.

Em 2019, a ESMP promoveu diversos eventos de cunho educativo/formativo em âmbito acadêmico, no formato presencial e à distância, por meio de sua plataforma em Ead, nas áreas jurídicas, administração pública, políticas públicas e em temas transversais e interdisciplinares, envolvendo profissionais de outros órgãos públicos e do sistema de justiça e/ou da administração pública e da sociedade civil, bem como aos estudantes universitários, promovendo uma iteração da atuação do Ministério Público do Maranhão com a sociedade.

Nessa seara, destaque-se o recredenciamento do seu Programa de Pós-graduação lato sensu, um espaço de mais amplo de ensino/aprendizagem visando a formação de um conhecimento crítico, com base filosófica e humanista, que possa aclarar e aproximar a compreensão do papel do Direito e das relações sociais. O Programa de Pós-graduação da ESMP/MA tem como compromisso social direto a formação de um corpo de profissionais do Ministério Público maranhense com formação que o habilite para o desenvolvimento da sensibilidade necessária ao engajamento e à atenção dos problemas sociais.

Quadro 1: comparativo das atividades realizadas pela ESMP em 2019

ATIVIDADES	2019	2018
<i>Curso de Pós-Graduação</i>	01	-
<i>Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na carreira do MP/MA</i>	-	01
<i>Cursos/Oficinas/Palestras</i>	64	43
<i>Congressos/Seminários/Encontros</i>	13	08
<i>ESMP Literária</i>	10	-
<i>Diálogos Republicanos</i>	09	-
<i>Roda de Conversa</i>	01	-
<i>MP Literário</i>	01	-
<i>Lançamento de livros</i>	02	-
QUANTIDADE DE ATIVIDADES POR MÊS	2019	2018
<i>Fevereiro</i>	04	03
<i>Março</i>	05	06
<i>Abril</i>	09	05
<i>Maio</i>	15	07
<i>Junho</i>	16	04
<i>Julho</i>	05	05
<i>Agosto</i>	05	08
<i>Setembro</i>	13	04
<i>Outubro</i>	08	03
<i>Novembro</i>	14	04
<i>Dezembro</i>	06	03

Fonte: ESMP/PGJ, 2019.

Quadro 2: Descrição dos eventos realizadas pela ESMP em 2019

Evento	Data	Carga Horária	Público Alvo	Parceiros	Total de Inscritos
1ª Ed. Diálogos Republicanos: Direito à Informação, Pós-Verdade e Fake News	06/02/2019	4	Membros, servidores e público externo	MPMA/ESMP/CCMP	14
Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	08/02/2019	4	Promotores de Justiça	MPMA/ESMP	19
O Avanço do Totalitarismo: uma leitura a partir de "1984", de George Orwell	08/02/2019	4	Membros, servidores e público externo	MPMA/ESMP/CCMP	61
Grupo de Pesquisa ESMAM	25/02/2019	2	Membros e servidores	ESMAM	8
Painel: "Lei Maria da Penha: um olhar sob a perspectiva de gênero e a violência doméstica contra a Mulher Com Deficiência"	19/03/2019	4	Membros, servidores e público externo	MPMA/ESMP	45
Diálogos Republicanos - 2ª Edição	20/03/2019	4	Membros, servidores e público externo	MPMA/ESMP/CCMP	37
Mulheres que correm com os Lobos: Mitos e Arquétipo da Mulher Selvagem	22/03/2019	4	Membros, servidores e público externo	ESMP Literária	26
Semana de valorização do Oficial de Justiça.	25 a 29/03/2019	28	Membros, servidores e público externo	PGJ/ESMP/ESMAM	21
Media Training jurídico	27/03/2019	4	Membros	MPMA/ESMP	8
Curso de Perícia Social e Perícia Social Indireta	12/04/2019	40	Assistentes Sociais do MP	MPMA/ESMP	29
Curso de Capacitação de Depoimento Especial de Crianças em Processos Judiciais	11 e 12/04/2019	16	Membros e Servidores do MP	CAOp-IJ/CAOp.Crim / ESMP.	27
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) - Imperatriz	23/04/2019	4	Servidores e Terceirizados	MPMA/ESMP	36
ESMP Literária sobre o livro Zona de Desconforto	23/04/2019	4	Membros, servidores e público externo	ESMP Literária	75
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) – Oficina sobre atendimento ao público	23/04/2019	4	servidores e terceirizados MPMA	MPMA/ESMP	159
Inteligência e Segurança Institucional - Timon	24/04/2019	32	Membros.	CAEI	71
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) - Balsas	25/04/2019	4	Servidores e Terceirizados	MPMA/ESMP	32
5ª Edição do Seminário "Diálogos do IBDFAM/MA - Desafios da Prevenção e Combate à Alienação Parental" - Imperatriz	25 e 26/04/2019	12	Membros, servidores e público externo	MPMA/ESMP/IBDFAM	150
Aperfeiçoamento do Promotor do Júri: A atuação do Tribunal do Júri e a compreensão integral da instituição para a efetivação da atuação na tribuna	25 e 26/04/2019	15	Membros	CAOp-Criminal/ESMP	93

Curso sobre Autocomposição: Construção de consensos para o Ministério Público	02 e 03/05/2019	12	Membros e servidores.	MPMA/ESMP	49
Diálogos Republicanos - 3.Ed: Dignidade na Escola Pública e Políticas Educacionais: desafios a enfrentar	03/05/2019	4	Membros, servidores e público externo	MPMA/ESMP/CCMP	33
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) – Pinheiro	04/05/2019	4	Servidores e Terceirizados	MPMA/ESMP	48
VII Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural	09/05/2019	8	Membros, servidores e público externo	ABRAMPA/GOV. ESTADO/PGE/PGJ/SECMA/PGJ/ESMP	191
Lançamento da Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e palestra sobre o tema	10/05/2019	8	Membros, servidores e público externo	CAOp-IJ/ESMP	84
Formalizando Inquérito Civil: anotações práticas para gestão de secretarias - São Luís	15/05/2019	16	Membros	MPMA/ESMP	26
Oficina “A Constelação Familiar como ferramenta para autocomposição no âmbito do Ministério Público” - Imperatriz	15/05/2019	4	Membros, servidores, estagiários e convidados	Programa de Formação em Autocomposição	28
ESMP Literária – 3ª Edição. Violência Sexual Infantil	17/05/2019	4	Membros, servidores, estagiários e convidados	ESMP Literária	57
Violência de Gênero sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Colóquio Brasil/Espanha.	23/05/2019	4	Membros e servidores	Colóquio Brasil-Espanha	120
Mediação Familiar	24/05/2019	40	Membros, servidores e convidados	Programa de Formação em Autocomposição	64
Seminário: “Ministério Público na Defesa Republicana do Patrimônio Público”.	24/05/2019	8	Aberto ao Público	MPMA/ESMP/CAOUMA	89
Curso Formalizando Inquérito Civil: anotações práticas para gestão de Secretarias - Pinheiro	24/05/2019	20	Servidores	MPMA/ESMP	27
Internet e Violência Sexual: novos riscos e oportunidades de combate	27/05/2019	4	Membros, servidores e convidados	CAOp-IJ	90
Curso Media Training - Timon	28/05/2019	16	Membros, servidores e convidados	CCOM	12
Inteligência e Segurança Institucional - Imperatriz	29/05/2019	40	Membros	CAEI	65
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) - Chapadinha	04/06/2019	4	Servidores e terceirizados	MPMA/ESMP	48
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) – Chapadinha	06/06/2019	4	Servidores e terceirizados	MPMA/ESMP	32

Seminário sobre Educação Ambiental	06/06/2019	16	Público externo, membros e servidores	Conselho Estadual de Educação/ESMP	291
Aula prática do Projeto "De Olho na Constituição".	10/06/2019	2	Membros e Servidores	MP/ESMP	51
Perícias Judiciais de Engenharia	11/06/2019	16	Engenheiros e técnicos da área em atividade no MPMA	MP/ESMP/COEA	12
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) - Timon	11/06/2019	4	Servidores e terceirizados	MPMA/ESMP	36
IV Encontro Regional de Educação: desafios à defesa republicana do Direito à Educação na Região dos Cocais	12/06/2019	16	Membros, servidores e público externo	CAOp da Educação/REMAR/ESMP	169
Encontro Regional de Gestão Estratégica (EREG) - Timon	13/06/2019	4	Servidores e terceirizados	ESMP	41
Curso Introdutório em Justiça Juvenil Restaurativa	17 a 19/06/2019	30	Membros, servidores e convidados	Programa de Formação em Autocomposição	43
Debate sobre o projeto de Lei Anticrime do Ministro Sérgio Moro	19/06/2019	4	Aberto ao Público	CAOP-CRIM	167
A atual Política Nacional Sobre Drogas	19/06/2019	4	Aberto ao Público	CAOP -CRIM	189
Oficina sobre Gestão Investigatória e Acordo de Não Persecução Penal	24/06/2019	4	Membros e Servidores	MPMA/ESMP	75
Formalizando Inquérito Civil: anotações práticas para gestão de Secretarias. - Balsas	26/06/2019	16	Servidores	MPMA/ESMP	11
ESMP Literária (5ª Edição): Palestra sobre o livro Mistérios de uma Cidade Invisível	26/06/2019	4	Aberto ao Público	ESMP Literária	33
Oficina "A Constelação Familiar como ferramenta para Autocomposição no âmbito do Ministério Público"	26/06/2019	4	Membros, servidores e público externo	Programa de Formação em Autocomposição	41
Licitações e Contratos Públicos: aplicação da legislação estadual e temas controversos	27 e 28/06/2019	16	Membros e servidores	MPMA/ESMP	33
VI Encontro Nacional Ministério Público: Pensamento Crítico e Práticas Transformadoras.	03, 04 e 05/07/2019	18	Membros e servidores	CDEMP/ENAMP	202
Minicurso sobre Mediação Familiar - Timon	09/07/2019	16	Membros, servidores, estagiários e convidados	ESMP	62
Oficina sobre o processo nacional unificado de escolha de Conselheiros Tutelares em 2019	12/07/2019	4	Membros, servidores, estagiários e convidados	CAOp/IJ	38
A nova proteção das Pessoas com Deficiência e a atuação do Ministério Público	14/07/2019	4	Membros, servidores,	MPMA/ESMP/CAOP-PIPD	45

			estagiários e convidados		
Encontro de Conselheiros de Saúde em São Luís/MA	16/08/2019	6	Promotores de Justiça de Defesa da Saúde e Conselheiros de Saúde Estaduais e Municipais, mediante inscrição.	MPMA/ESMP/CAOp-SAÚDE	78
Curso de facilitadores em Círculo de Justiça Restaurativa e Construção de Paz	26 a 30/08/2019	50	25 vagas selecionadas entre os participantes do Curso Introdutório em Justiça Juvenil Restaurativa	Programa de Formação em Autocomposição	28
ESMP Literária – sobre o livro A Flor Vermelha	27/08/2019	4	Aberto ao Público	ESMP Literária	25
3º Seminário de Inteligência e Segurança Institucional do MP-CAEI	29/08/2019	8	Membros	CAEI	59
3º Seminário de Inteligência e Segurança Institucional do MP-CAEI	30/08/2019	8	Membros, servidores e convidados	CAEI	96
Curso sobre Precedentes Judiciais	09/09/2019	4	Membros e Servidores do MP e Convidados, mediante inscrição.	MP/ESMP	37
Oficina: A prática da proteção às Pessoas Com Deficiência.	09/09/2019	4	Procuradores, Membros, Servidores e Estagiários do MP, mediante inscrição.	MP/ESMP/CAOP-PIPD	47
Curso Procedimentos Administrativos Ministeriais - Imperatriz	09 e 10/09/2019	8	Membros e Servidores, mediante inscrição.	MP/ESMP	34
Seminário/Palestra: o Ministério Público na defesa dos direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.	10/09/2019	7	Membros, Servidores do MP e Público e Geral, mediante inscrição.	MP/ESMP/AMPID/CAOP-PIPD	147
Curso de Introdução à Rede Mundial de Computadores - Imperatriz	12/09/2019	8	Membros, Servidores do MP e Convidados, mediante inscrição.	MP/ESMP	22
Novos desafios da gestão de Promotorias de Justiça.	13/09/2019	6	Membros e Servidores do MP, mediante inscrição.	MP/ESMP	37
Palestra: Justiça Penal Consensual	13/09/2019	4	Membros, Servidores do MP, Convidados e Comunidade Acadêmica, mediante inscrição.	MP/ESMP/CAOP-CRIM	428
Curso Poder e Alta Performance: preparação para a aposentadoria.	18 e 19/09/2019	8	Membros e Servidores, mediante inscrição.	MP/ESMP/AMPID/CAOP-PIPD	15
7ª Edição ESMP Literária: "1612 - Os Papagaios Amarelos na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís"	20/09/2019	4	Membros, Servidores do MP, Convidados e Comunidade Acadêmica, mediante inscrição.	MP/ESMP/CCMP	34

VII Semana da Pessoa com Deficiência.	23 e 24/09/2019	8	Membros, Servidores do MP e Gestores, professores e coordenadores Pedagógicos da Rede Estadual de Ensino, mediante inscrição.	MP/ESMP/CAOP-PIPD/SEDUCMA	189
Curso Procedimentos Administrativos Ministeriais - Imperatriz	09 e 10/09/2019	12	Membros e Servidores	ASSESP	34
Ministério Público e Negócios Jurídicos Processuais	27/09/2019	4	Membros, servidores e convidados	MP/ESMP	55
Curso de Especialização em Gestão e Governança em Ministério Público	Em Andamento	320	Membros e servidores do MP	MP/ESMP	32
8ª Edição ESMP Literária - Pablo Neruda e o sentido da Justiça na Literatura.	11/10/2019	4	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MP/ESMP/CCMP	78
6ª Ed. Diálogos Republicanos: Lei de Abuso de Autoridade e suas implicações no âmbito do MP	14/10/2019	4	Membros e servidores, mediante inscrição.	MP/ESMP/CAOP-CRIM	50
Curso sobre Educação Financeira - organize suas finanças para uma aposentadoria tranquila.	16/10/2019	4	Membros, Servidores do MP aptos à aposentadoria	MP/ESMP	17
II Congresso do CAOP/IJ MPMA "Sistema de Garantia de Direitos e a construção da Rede" - Oficinas I: Articulação em Rede	17/10/2019	4	Membros e Servidores, mediante inscrição	MP/ESMP/CAOP-IJ	35
II Congresso do CAOP/IJ MPMA "Sistema de Garantia de Direitos e a construção da Rede" - Oficina II: Fundo da Infância e Juventude.	17/10/2019	4	Membros e Servidores, mediante inscrição	MP/ESMP/CAOP-IJ	28
II Congresso do CAOP/IJ MPMA "Sistema de Garantia de Direitos e a construção da Rede" - Palestras	18/10/2019	4	Membros e Servidores, sistema de garantia de direitos e público em geral, mediante inscrição	MP/ESMP/CAOP-IJ	111
IV Circuito Infor. de palestras: Evidências do Crime.	24 e 25/10/2019.	16	Membros, Servidores do MP, mediante inscrição.	MP/ABRACRIM/ESMP	28
Curso sobre Violência Doméstica: Grupo Reflexivo de Homens.	29/10/2019	6	Membros, com atuação no combate à violência doméstica, Integrantes da Rede Amiga da Mulher e Profissionais da SEMCAS, mediante inscrição.	PGJ/ESMP	94
Workshop: Planejamento e Técnicas de Investigação Criminal para apurar Fraudes em Procedimentos Licitatórios.	01/11/2019	8	Membros, Servidores do MP	MP/ESMP/GAECO	33

Seminário sobre Mortes Violentas de Adolescentes e Jovens - Estudos e Proposições.	07 e 08/11/2019	12	Membros, Servidores do MPMA e Convidados	MPMA/ESMP/CAOP-CRIM / UNICEF	211
Curso de Português Jurídico	14/11/2019	16	Membros, Servidores e Estagiários do MP e Convidados	MPMA/ESMP	65
8ª Ed. Diálogos Republicanos: Práticas de Enfrentamento ao Racismo	19/11/2019	4	Membros e Servidores do MPMA e Público Externo	MPMA/ESMP/CCMP	12
Minicurso: Gestão de Pessoas sob a ótica da Psicologia Organizacional - TIMON	18 e 19/11/2019	6	Membros e Servidores do MPMA	MPMA/ESMP	20
Capacitação para os Gestores Municipais, Conselheiros e Entidades da Sociedade Civil Organizada da Comarca da Ilha de São Luís/MA.	19/11/2019	8	Secretarias Municipais, Órgãos de Controle Interno, Conselhos Municipais e Representantes das Organizações da Sociedade Civil.	MPMA/ESMP	
9ª Edição ESMP Literária - Revista em Quadrinhos, Arte e Incentivo à Leitura.	21/11/2019	4	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MP/ESMP/CCMP	67
Workshop: Sensibilização em Governança de TI e Gestão de Mudanças Organizacionais.	22/11/2019	2	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MP/ESMP/CMTI	39
9º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão - O Ministério Público na Indução de Políticas Públicas	25 e 26/11/2019	12	Integrantes do Ministério Público, membros e servidores, integrantes do Sistema de Justiça e estudantes	MPMA	554
Oficina sobre Resíduos Sólidos	26/11/2019	4	Membros e Servidores	MPMA/ESMP/CAOp-MEIO AMBIENTE	8
1ª Edição MP Literária: Escritores na Escola, minhas aventuras registradas	27/11/2019	3	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MPMA/ESMP/CCMP/AML	118
Seminário: Violência contra a Mulher: aprofundando os debates para novas percepções. - Imperatriz	28/11/2019	4	Integrantes do Sistema de Justiça, servidoras e servidores, estudantes, público em geral.	MP/ESMP/TJMA/ESMAM	12
II Fórum do Sistema de Justiça Criminal do Estado do Maranhão.	28 e 29/11/2019	16	Membros e Servidores	MPMA, ESMP, UMF/TJMA, ESMAM, ESDP, AGEPEN, SSPMA	5
I Encontro dos Conselheiros do FUNDEB do Maranhão - "Fortalecendo o Controle Social na Educação Maranhense".	29/11/2019	7	Membros e Servidores do MPMA e Público Externo, mediante inscrição.	MPMA, ESMP, CE/FUNDEB, REMAR, CGU, TCU, TCE, MPF	273
8ª Ed. Diálogos Republicanos: Lei de Abuso de Autoridades e suas implicações no âmbito do MP – Imperatriz	02/12/2019	4	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MPMA/ESMP/CCMP/MA	19

Semana de Prevenção às Drogas: "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?".	02 ^a 06/12/2019	20	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MPMA/ESMP/CAOp-DH	64
Minicurso: Gestão de Pessoas sob a ótica da Psicologia Organizacional - Imperatriz	05/12/2019	2	Membros, Servidores do MP	MPMA / ESMP	6
10 ^a Ed. ESMP Literária: Uma reflexão sobre a Obra Capitães da Areia.	05/12/2019	4	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MPMA/ESMP/CCMP/MA	22
9 ^a Ed. Diálogos Republicanos: A Crise do Federalismo: políticas públicas, direitos humanos e cidadania.	06/12/2019	5	Membros, Servidores do MP e Público e Geral	MPMA/ESMP/CCMP/MA	36
TOTAL					6.915

Fonte: ESMP/PGJ, 2019.

Quadro 3: Oferta de Curso em Ead

Evento	Carga Horária	Público Alvo	Parceiros	Total de Inscritos
Curso Nosso Suas - 2019	16	Membros e Servidores	MPMA/ESMP	33
Curso Básico De Direito Penal (Parte Geral)	45	Membros e Servidores	MPMA/MPMG/ESMP	91
Oficina De Produção De Texto: Petição Inicial E Razões De Apelação	40	Membros e Servidores	MPMA/MPMG/ESMP	18
Curso De Acordo Ortográfico	18	Membros e Servidores	MPMA/MPMG/ESMP	27
Unidades De Conservação - Conservação	44	Membros e Servidores	MPMA/MPMG/ESMP	11
Acolhida Das Mulheres Que Desejam Entregar Suas Crianças Para Adoção.	30	Membros e Servidores	MPMA/MPRN/ESMP	16
TOTAL	193 h/a			196

Fonte: ESMP/PGJ, 2019.

2.2. Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, criada através da Lei Complementar Estadual nº 83, de 03/06/2005, integra a estrutura da Procuradoria Geral de Justiça, servindo como canal de comunicação direto, ativo e desburocratizado entre a sociedade e o Ministério Público, de forma a promover o exercício da cidadania e, com isso, garantir um Estado Democrático de Direito.

Os números apresentados neste relatório se tornam, a cada ano, mais crescentes, demonstrando a atuação de uma Ouvidoria viva, forte, organizada, superavitária, ativa e presente no cotidiano do cidadão. Por outro lado, verifica-se que este mesmo cidadão que procura o órgão ministerial, imprime seu valor, no momento em que busca, incessantemente, pela efetivação da justiça e garantia de direitos, contribuindo, sobremaneira, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas páginas a seguir são apresentados os dados estatísticos, de forma compilada, os quais abrangem os números de demandas recebidas neste órgão, suas classes e assuntos. Em seguida, foram apresentados dados referentes à situação das citadas demandas. Para finalizar, foram mencionados os eventos internos e externos que contaram com a participação da Ouvidoria, divulgando seu papel institucional à sociedade.

1. Classes das Demandas

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão recebeu **10.224 (dez mil, duzentos e vinte e quatro) demandas**, distribuídas entre reclamações, críticas, sugestões, elogios, representações e pedidos de informação. Releva-se que a categoria que apresentou o maior número de demandas foi a representação, com o quantitativo de **9.870 (nove mil, oitocentos e setenta) registros**.

Tabela 21: Classe das demandas

Tipo de demandas	Quantidade	%
Reclamações	53	0,52
Críticas	24	0,23
Sugestões	4	0,04
Elogios	18	0,18
Pedidos de Informação	255	2,49
Representações	9870	96,54
Total	10.224	100

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

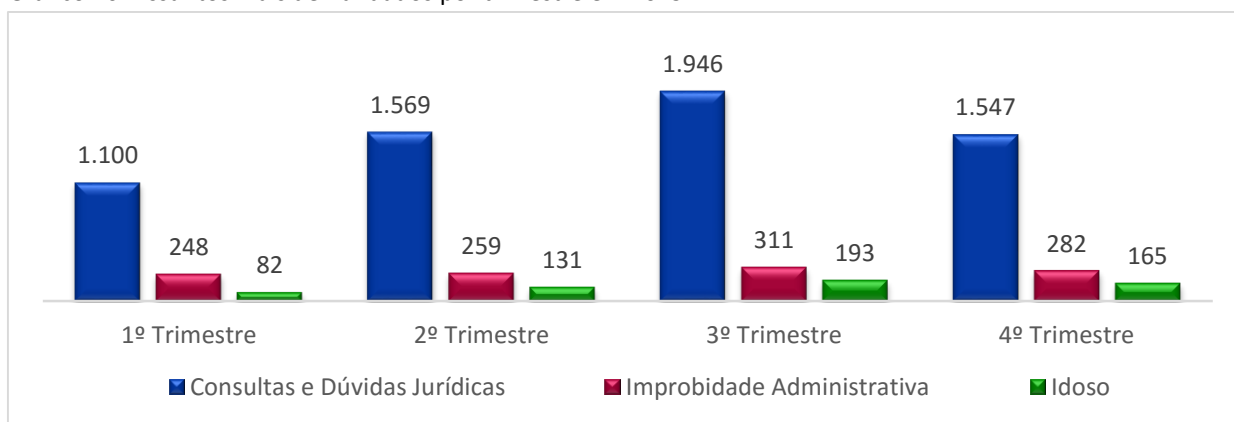
2. Detalhamento por Assunto

O ano de 2019 foi marcado pela continuidade dos trabalhos de divulgação da Ouvidoria nos diferentes canais de comunicação e nas redes sociais, bem como pela implantação da central telefônica do órgão e pelas ações de itinerância realizadas com instituições parceiras. Como fruto de todo esse trabalho, o órgão recebeu diferentes demandas relacionadas a consultas e dúvidas jurídicas, demonstrando a disparidade entre este assunto com os demais.

Na análise do quadro abaixo, observa-se que os assuntos mais demandados, por ordem decrescente, foram os seguintes:

- Consultas e dúvidas jurídicas: **6.162**;
- Improbidade Administrativa: **1.100**;
- Idoso: **571**.

Gráfico 16: Assuntos mais demandados por trimestre em 2019



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

Tabela 22: Demonstrativo das manifestações por assunto

Assunto	Quantidade	%
<i>Acessibilidade</i>	14	0,14%
<i>Administração e Funcionamento do MP</i>	38	0,37%
<i>Atuação de membros e servidores</i>	54	0,53%
<i>Concurso Público</i>	216	2,11%
<i>Consultas e dúvidas jurídicas</i>	6.162	60,27%
<i>Consumidor</i>	64	0,63%
<i>Controle Externo da Atividade Policial</i>	82	0,80%
<i>Crimes</i>	126	1,23%
<i>Demandas alheias à competência do MP</i>	59	0,58%
<i>Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Educação</i>	16	0,16%
<i>Educação</i>	170	1,66%
<i>Execução Penal</i>	6	0,06%
<i>Eleitoral</i>	6	0,06%
<i>Idoso</i>	571	5,58%
<i>Improbidade Administrativa</i>	1.100	10,76%
<i>Infância e Juventude</i>	570	5,58%
<i>Meio Ambiente</i>	181	1,77%
<i>Outros</i>	259	2,53%
<i>Residência na Comarca e Lotação de Membros</i>	-	0,00%
<i>Saúde</i>	165	1,61%
<i>Serviços Públicos</i>	70	0,68%
<i>Sindical e Questões Análogas</i>	10	0,10%
<i>Violência Doméstica</i>	7	0,07%
<i>Lei e Acesso à Informação</i>	278	2,72%
TOTAL	10.224	100%

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

3. Situação das demandas

Tabela 23: Situação das demandas

Tipo de demanda	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Invalidadas	Encerradas
<i>Reclamações</i>	53	3	0	11	39
<i>Críticas</i>	24	0	0	2	22
<i>Sugestões</i>	4	0	0	0	4
<i>Elogios</i>	18	0	0	0	18
<i>Pedidos de Informação</i>	255	7	0	5	243
<i>Representações</i>	9.870	550	9	118	9.193
Total	10.224	560	9	136	9.519

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

Da tabela acima, convém esclarecer que a maioria das demandas invalidadas advieram de denúncias apócrifas, forma de acesso de grande procura por parte dos manifestantes da Ouvidoria do MPMA. Essas demandas, na maior parte das vezes, não são robustecidas com os dados mínimos necessários para o seu processamento, sendo arquivadas de plano no órgão.

4. Meios de acesso à Ouvidoria

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais de comunicação:

- pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP.65076.820;
- por correspondência, enviada à sede da Instituição;
- por telefone: (98) 0800-098-1600, 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738;
- por WhatsApp: (98) 99137-1298;
- pelo site: <https://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>;
- por e-mail: ouvidoria@mpma.mp.br;
- pelo Facebook: facebook.com/pg/ouvidoriampma;
- pelo Instagram: ouvidoriampma_oficial;
- pelo Twitter: ouvidoria_mpma;
- pelo Aplicativo Móvel: MPMA Cidadão.

5. Origem das Demandas

As demandas processadas na Ouvidoria podem ser formuladas através dos mais diversos canais de comunicação do órgão.

Tabela 24: Origem das demandas

<i>Origem das demandas</i>	TOTAL	%
<i>Pessoalmente</i>	210	2,05%
<i>Cadastro de Manifestação</i>	1.201	11,75%
<i>Disque Ministério Público</i>	2.436	23,83%
<i>Correspondência</i>	17	0,17%
<i>E-mail</i>	1.083	10,59%
<i>WhatsApp</i>	3.761	36,79%
<i>Facebook</i>	155	1,52%
<i>Instagram</i>	26	0,25%
<i>Twitter</i>	0	0,00%
<i>Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República</i>	5	0,05%
<i>Fala. BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – CGU)</i>	7	0,07%
<i>Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</i>	1.065	10,42%
<i>Disque Denúncia Maranhão</i>	0	0,00%
<i>Aplicativo MPMA Cidadão</i>	67	0,66%
<i>Serviço de Informação ao Cidadão – SIC</i>	191	1,87%
TOTAL	10.224	100,00%

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

Tabela 25: Identificação por Gênero

Gênero	Quantidade	%
<i>Feminino</i>	2958	29%
<i>Masculino</i>	4049	40%
<i>Pessoa Jurídica</i>	230	2%
<i>Não identificado</i>	2987	29%
TOTAL	10.224	100%

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

Tabela 26: Natureza da Denúncia (identificação)

Tipo de Identificação	TOTAL	%
<i>Sigilosas</i>	4.656	43,83%
<i>Não sigilosas</i>	5.355	52,38%
<i>Anônimas</i>	213	2,08%
TOTAL	10.224	100,00%

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

6. Meios de Resposta

No ano de 2019, a exemplo dos anos anteriores, as redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* tornaram-se grandes aliados da Ouvidoria, minorando a distância entre o cidadão e o órgão. O aplicativo de comunicação instantânea *WhatsApp* firmou-se como meio de canal com maior número de demandas recebidas, revelando a aceitação do manifestante por esse canal pela grande facilidade de acesso, bem como comodidade e rapidez do contato com o órgão.

Quanto ao meio de resposta das manifestações, o demandante, preferencialmente, aponta o E-mail, com 41,24%, como canal de encaminhamento das primeiras providências envidadas pelo órgão destinatário, seguido pelo WhatsApp e Redes Sociais (31,35%), Telefone (25,35%) e Pessoalmente (2,06%).

Frise-se, ainda, que a Ouvidoria não repassa aos demandantes resposta das manifestações anônimas. Portanto, das 10.224 (dez mil, duzentos e vinte e quatro) demandas recebidas no ano de 2019, 213 estão classificadas como apócrifas, não apresentando meio de resposta. A tabela a seguir detalha o comportamento de cada meio.

Tabela 27: Meios de resposta aos demandantes

Meios	Quantidade	%
<i>E-mail</i>	4.129	41,24%
<i>Telefone</i>	2.538	25,35%
<i>WhatsApp e Redes Sociais</i>	3.138	31,35%
<i>Pessoalmente</i>	206	2,06%
TOTAL	10.011	100,00%

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2019.

7. Breve histórico de Pedidos de Informações

O Ato Regulamentar nº 06/2017-GPGJ, publicado no Diário Oficial do dia 28/03/2017, estabeleceu as diretrizes para a aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) (LAI) e criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão. Assim, antes da vigência do referido ato normativo, que ocorreu em 26/06/2017, todas as demandas eram encaminhadas ao Procurador-Geral de Justiça, para que prestasse as informações solicitadas.

Atualmente, a Ouvidoria concentra os pedidos de informação do *Parquet*, sendo a responsável por acompanhar todo o trâmite dos processos, desde o registro, cumprimento de prazos, até possíveis negativas aos pedidos de informação.

Ressalte-se que no período não houve negativas de pedidos de informações e nem descumprimento de prazo.

8. Destaque da atuação

a) Posse da Ouvidora na Diretoria de Comunicação



Entrega da Comenda de Ordem ao Mérito do CNOMP

No dia 29 de março, após a realização da 41ª Reunião Ordinária do CNOMP, a Presidente do CNOMP e Ouvidora do MPMA participou da Solenidade de outorga da Comenda “Ordem do Mérito do CNOMP” e posse da nova Diretoria do Colegiado para o anuênio 2019/2020, no Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão. Na cerimônia foi realizada a entrega da honraria aos indicados e aos ex-Ouvidores do CNOMP, e, ao final, a então Presidente do Colegiado transferiu o comando

do CNOMP para o Ouvidor do MPRO, Héverton Alves de Aguiar, e passou a exercer a função de Diretora de Comunicação da nova Diretoria do Colegiado.

b) 5º Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria



Solenidade de premiação do 5º Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria do MPMA

A premiação de entrega do 5º Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria do MPMA foi realizada, no dia 29 de março de 2019. Na ocasião, foram homenageados, em primeiro lugar, Antônio Augusto Nepomuceno Lopes, da 42ª Promotoria Especializada de São Luís; em segundo lugar, Alenilton Santos da Silva Júnior, da 7ª Promotoria Especializada de Imperatriz; e em terceiro lugar, Felipe Boghossian Soares da Rocha, da Comarca de Urbano Santos.



Reunião com equipe de Comunicação do UNICEF

c) Reunião na sede do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

Na tarde do dia 04 de abril, a Diretora de Comunicação do CNOMP e Ouvidora do MPMA, juntamente com o Presidente do CNOMP, Héverton Alves de Aguiar, estiveram reunidos com o especialista em Comunicação Digital, Camilo Ponce de Leon, e a especialista em Desenvolvimento de Jovens e Adolescentes,

Gabriela Goulart Mora, representantes do escritório Nacional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em Brasília, para o trato de questões relativas à parceria entre o CNOMP e o UNICEF.

d) Reunião na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Participação em reunião na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, juntamente com o Presidente do CNOMP, Héverton Alves de Aguiar, o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Fernando César Pereira Ferreira, e o Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Wendel Benevides, realizada na manhã do dia 05 de abril, na sede do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em Brasília. Em pauta a estruturação da recém-criada Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e a possibilidade de serem empreendidas ações conjuntas na área de Direitos Humanos.



Reunião entre as equipes do CNOMP e Ministério da Mulher

e) Reunião a Ouvidoria Geral da União (OGU)

A Diretora de Comunicação do CNOMP e Ouvidora do MPMA, juntamente com o Presidente do CNOMP, Héverton Alves de Aguiar, na tarde do dia 05 de abril, reuniram-se com o Ouvidor-Geral da União, Valmir Gomes Dias, e com a chefe de gabinete substituta da OGU, Simone Ferreira Magalhães, na Ouvidoria Geral da União (OGU), em Brasília. Em pauta, tratativas sobre os desdobramentos da parceria já existente entre a maioria das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro e a OGU, através da Rede Federal de Ouvidorias (coordenada pelo Ouvidor-Geral da União).



Reunião da equipe do CNOMP com CGU-DF

f) 4ª Semana de Ouvidoria e acesso à Informação: Uma Ouvidoria.Gov para um Cidadão.Br

Participação na “4ª Semana de Ouvidoria e Acesso à Informação: uma ouvidoria.gov para um cidadão.br”, promovido pela Ouvidoria Geral da União, que ocorreu nos dias 13 a 16 de maio, no Rio de Janeiro/RJ, tendo como órgão apoiador, o CNOMP.



CNOMP apoia a 4ª Semana de Ouvidoria e Acesso à Informação

g) I Reunião da Rede Nacional de Ouvidorias e VII Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias

Participação na I Reunião da Rede Nacional de Ouvidorias e VII Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias, promovida pela Ouvidoria Geral da União, que ocorreu no dia 17 de maio na sede do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

h) Curso de Certificação em Ouvidoria

A Diretora de Comunicação do CNOMP e Ouvidora do MPMA, no dia 26 de junho, participou da etapa presencial do “Curso de Certificação em Ouvidoria”, promovido pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público. A capacitação que se encerrou no dia 27, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, abordou módulo sobre “Práticas de Atendimento ao Público para as Ouvidorias do Ministério Público brasileiro”. A etapa presencial é parte do Programa de Certificação em Ouvidoria que é dividido em 05 (cinco) módulos, 04(quatro) EAD e 01 (um) presencial. A certificação em Ouvidoria foi concedida aos membros, servidores e colaboradores das Ouvidorias do MP que finalizaram os 05 (cinco) cursos.



Curso aconteceu na sede do CNMP em Brasília/DF



Equipe da Ouvidoria presente em evento da Rede do Bem

i) Participação no lançamento da Campanha da Rede do Bem de prevenção de automutilação e do suicídio

No dia 10 de setembro de 2019, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) participou do evento da Campanha de Prevenção de Automutilação e do Suicídio intitulada “REDE DO BEM: ESTAMOS AQUI PARA AJUDAR”, promovida pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos – CAOP-DH do MPMA, em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

j) Participação na 13ª FELIS - Feira do Livro de São Luís



Equipe da Ouvidoria do MPMA participou da 13ª Feira do Livro de São Luís

Pela primeira vez, o Ministério Público do Estado do Maranhão integrou efetivamente a programação da 13ª Feira do Livro de São Luís (Felis), realizada de 11 a 20 de outubro no Multicenter Sebrae, promovendo palestras, debates, mesas-redondas, lançamentos de livros, entre outras atividades culturais. A Ouvidoria participou ativamente do evento realizando a divulgação dos serviços por meio da entrega de folders, manuais e impressos que explicitaram a atuação ministerial e a tramitação das manifestações que aportam no órgão.

k) Certificação em Ouvidoria para o Ministério Público



A Ouvidora do MPMA e sua equipe foram certificadas

O Programa de Certificação em Ouvidoria para o Ministério Público é uma das ações do acordo firmado entre o CNMP e a Controladoria-Geral da União (CGU), cujo objetivo é fortalecer, ampliar e aprimorar a atuação das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro.

A Certificação referida foi realizada em Brasília-DF, nos dias 26 e 27 de junho de 2019.

O título foi concedido para a Ouvidora, Rita de Cassia Maia Baptista, e duas servidoras da Ouvidoria do MPMA, Laryssa Bringel e Sandra Melíssia Rodrigues. A etapa presencial é parte do programa que é dividido em 05 (cinco) módulos, 04 (quatro) EAD – Ensino à Distância e 01 (um) presencial.

A Certificação em Ouvidoria foi concedida aos membros, servidores e colaboradores das Ouvidorias do MP que concluíram todas as etapas. Ressalta-se que apenas duas vagas foram disponibilizadas pelo CNMP para participação no módulo presencial, contudo, toda a equipe da Ouvidoria do MPMA concluiu os módulos oferecidos à distância.

l) 6º Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria



Arnoldo Ferreira, Cláudio Borges e Frederico Bianchini foram agraciados no 6º Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria

Foi realizada na manhã do dia 25 de outubro de 2019, a cerimônia de entrega do 6º Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria. Nesta edição foram agraciados os Promotores de Justiça Arnoldo Jorge de Castro Ferreira (da 5ª Promotoria de Infância e Juventude de São Luís), Cláudio Borges dos Santos (Comarca de Pindaré-Mirim) e Frederico Bianchini Joviano dos Santos (Comarca de Mirinzal).

m) Prêmio Servidor Destaque André Arouche Fontoura

O Prêmio Servidor Destaque André Arouche Fontoura foi instituído, através do Ato nº 01/2018, pelo Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, com o objetivo de reconhecer e premiar os servidores do MPMA que se destacam no plano das relações humanas e profissionais, despertando, na classe, a exata noção da importância do trabalho exercido com eficiência, responsabilidade e proatividade. Em 2019, a agraciada com o Prêmio foi a servidora Sandra Melíssia Feques Rodrigues, assessora do órgão, que recebeu o certificado no dia 25 de outubro de 2019.



Sandra Melíssia foi agraciada com Prêmio Servidor Destaque André Arouche

n) Implantação da Central Telefônica

Como forma de ampliar a capacidade de atendimento telefônico da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Ouvidora solicitou, no início de seu primeiro ano de gestão, uma central telefônica com identificador de chamadas e gravação de diálogos para o setor competente da Procuradoria Geral de Justiça, considerando a necessidade desse apoio material para tal fim e o tempo necessário para a realização do processo licitatório.

Recebida somente no segundo semestre do ano de 2019, a central telefônica possibilitou inúmeros benefícios aos servidores, operadores do órgão e, principalmente, ao cidadão, tendo em vista que assegurou celeridade no atendimento e menor tempo de espera. Isto porque a central telefônica controla e direciona todas as ligações recebidas, tanto internas como externas, possibilitando identificar o tempo de espera, realizar a gravação das conversas e a tabular a quantidade de ligações direcionadas e atendidas em cada ponto de atendimento, sendo, tais indicadores, gerenciados por intermédio de relatórios emitidos pelo sistema central próprio do equipamento. É possível, portanto, que o manifestante possa solicitar a gravação telefônica caso queira esclarecer algum ponto do atendimento.

o) Comenda “Ordem do Mérito do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União”



Dra. Rita Batista recebeu comenda do CNOMP

A Ouvidora do MPMA foi agraciada com a Comenda “Ordem do Mérito do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União”, durante a 45ª Reunião Ordinária do CNOMP, realizada no dia 08 de novembro de 2019, em Maceió/AL.

p) Placa de Homenagem à Ex-Secretária Executiva do Cnomp

A servidora Laryssa Zilma Bringel Vieira Lins, da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi homenageada no dia 08 de novembro de 2019, durante a 45ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP) realizada em Maceió/AL, oportunidade em que recebeu Placa de Homenagem como reconhecimento pela seriedade e dedicação aos trabalhos desenvolvidos na Secretaria Executiva da Presidência do CNOMP, no período de março de 2018 a março de 2019, assessorando a Presidente à época, Rita de Cassia Maia Baptista (Ouvidora do MPMA).



Laryssa Bringel foi homenageada pelo CNOMP

q) Ouvidoria na Praça



Equipe da Ouvidoria divulga atividades em praça pública

A equipe da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão realizou, durante toda a manhã do dia 19 de novembro de 2019, a divulgação dos serviços prestados pelo órgão, por meio da entrega de panfletos, folders e manuais que detalham a atuação da Ouvidoria do Parquet maranhense, suas atribuições e os canais de recebimento, como também orientou os cidadãos que se fizeram presentes na ação.

r) Posse da nova Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins



A Procuradora de Justiça Maria Luíza Ribeiro Martins foi empossada como Ouvidora do MPMA para o biênio 2019/2021

Sessão solene de posse da nova Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão, Procuradora de Justiça Maria Luiza Ribeiro Martins, para o biênio 2019/2021, no dia 02 de dezembro de 2019. Na cerimônia foi feita a leitura do termo de posse pela Secretária do Colégio de Procuradores, Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira e, na sequência, sua assinatura, pelo Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho e pela Procuradora de Justiça Maria Luiza Ribeiro Martins, empossada no cargo de Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

Em seu discurso, a atual Ouvidora declarou estar plenamente consciente do significado de sua condução ao órgão, materializada pela vontade soberana de seus pares do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, representada pela totalidade de seus integrantes (32 votos, para um total de 32 votantes). Ao final, reafirmou seu compromisso em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos seus antecessores, de modo a não perder de vista a missão da Ouvidoria: contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

s) Implementação do Projeto “Espaço Kids”



Diretor da ESMP doa brinquedos e livros para Espaço Kids da Ouvidoria

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público, Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, presenteou a Ouvidoria do MPMA com brinquedos e livros educativos para o projeto “Espaço Kids da Ouvidoria” implementado pela Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins. O projeto tem como finalidade adequar o espaço da Ouvidoria do MPMA para entreter crianças quando do atendimento presencial de seu responsável.

t) Reunião de Trabalho com o Procurador-Geral de Justiça



Dr. Gonzaga Martins visita a nova Ouidora do MPMA

A Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, recebeu a visita do Procurador-Geral de Justiça do MPMA, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, no dia 19 de dezembro de 2019.

Na ocasião, o Procurador-Geral reafirmou o trabalho de parceria com o Órgão, hipotecando o apoio necessário e desejando que a nova gestão continue forte e repleta de novas iniciativas em benefício da sociedade maranhense.

3. DIRETORIAS

3.1. Diretoria Geral (DG)

Durante o ano de 2019 a Diretoria Geral, com o apoio das unidades que compõem a estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, buscou oferecer aos membros e servidores as melhores condições para o desempenho de suas atividades, de modo a refletir na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade. Através de investimentos em modernização dos processos, aperfeiçoamento do quadro de pessoal e controle das ações, os níveis de gestão foram otimizados, favorecendo a adoção de um modelo de gestão voltado para resultados efetivos.

Desse modo, a Diretoria Geral tem se esforçado para tornar mais ágil a condução dos trabalhos na esfera administrativa, dotando o Ministério Público do Maranhão da melhor estrutura possível de trabalho e de atendimento ao público, através de ações de fortalecimento da instituição que reflitam na qualidade dos serviços ministeriais. Nesse sentido, descrevemos as principais ações desenvolvidas em 2019:

- A Diretoria Geral tem atuado em conjunto com as unidades da PGJ/MA, tais como a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA), Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG), Coordenadoria de Administração (CAD) e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), visando adotar as medidas necessárias para melhorar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados onde funcionam as Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão;
- Com o intuito de atender às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade, foram realizadas várias melhorias na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, proporcionando aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população;
- Como parte do projeto de modernização da infraestrutura do Ministério Público do Maranhão, no ano de 2019 foram construídas e inauguradas as novas sedes das Promotorias de Justiça de Rosário, Açailândia, João Lisboa, Santa Helena, Codó, Timon, Coelho Neto, Caxias, Governador Nunes Freire e Barra do Corda. Tratam-se de sedes modernas, contando com sistema de telecomunicações e circuito interno de câmeras com monitoramento 24h, que atendem às

necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade;

- Com o intuito de aprimorar o atendimento ao público e proporcionar condições adequadas para membros e servidores realizarem suas atividades institucionais foram concluídas reformas grandes nas Promotorias de Justiça de Tutóia, São Bernardo, Barão de Grajaú, Passagem Franca, Mirinzal, Olinda Nova e Parnarama. Os imóveis passaram por ampla reforma, onde foram substituídas as instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, cabeamento telefônico e rede de lógica. Todos foram adaptados às normas de acessibilidade arquitetônica para facilitar o acesso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Segue em andamento a construção das novas sedes das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Lago da Pedra, ampliação do estacionamento das Promotorias de Justiça da Capital, Promotorias de Justiça de Coroatá, Araióses, Estreito, Santo Antônio do Lopes e reforma da antiga sede de Imperatriz, que abrigará o CIRA (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos), Promotoria de Loreto, São Domingos do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras, Mirador, Santa Luzia do Paruá e reforma de Carolina.
- Durante o ano de 2019 foram realizadas 19 manutenções preventivas e 47 corretivas em dezenas de Promotorias de Justiça, totalizando 66;
- Em março de 2019 foi disponibilizado pelo Comando do 1ºBBM do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Curso de Formação de Brigada de Incêndio Nível Básico para os servidores efetivos da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;
- Em ação conjunta da Diretoria-Geral, Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência/CAEI e Coordenadoria de Serviços Gerais/CSG foi aprovado o documento “Plano de Abandono de Edificação em casos de incêndios ou sinistros do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Ordem de Serviço nº 04/2019-GPGJ/DG;
- Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos que refletem na modernização do Ministério Público, tais como a aquisição de 500 microcomputadores, impressoras térmicas para uso nos sistemas integrados da Instituição, 200 estabilizadores, 500 transformadores;
- Ainda na área de TI, houve a implantação e conclusão de projetos voltados à segurança e proteção da informação eletrônica, com a finalização dos projetos de Segurança da Informação e Infraestrutura de TI, de modo que a proteção dos dados está garantida com a implantação de um ambiente redundante (2 datacenters sincronizados), com alta disponibilidade e backups atuantes;
- Na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas merecem destaque: integração do SIMP com o DIGIDOC, possibilitando a troca e geração de documentos assinados digitalmente entre os sistemas; Sistema Integrado de Folha de Pagamento dentro do ambiente único do Gesp-RH; Sistema de Controle de Despesas, novo módulo do GESP, responsável pelo controle de despesas; Módulo Gesp-Saúde Funcional, alteração do módulo em conformidade com o ATO-GAB/PGJ - 325/2019 (Programa de Exames Periódicos de Saúde do Ministério Público do Maranhão) e Módulo Gesp-Compras, fim da importação do SIAGEM;
- No ano de 2019 houve a substituição do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) pelo novo sistema oficial de execução orçamentária e financeira do Estado do Maranhão, o SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), tendo a CMTI sido responsável pela integração do Sistema GESP, módulos material e patrimônio, com o novo sistema;
- No tocante a frota de veículos oficiais do MPMA, foram adquiridos 06 (seis) veículos, modelo Toyota Corolla XEI 2.0 e 3 (três) veículos, modelo Toyota Hilux, objetivando atender as necessidades das diversas unidades ministeriais e renovação da frota;

- Dos 52 (cinquenta e dois) imóveis próprios que sediam Promotorias de Justiça, 25 (vinte e cinco) encontram-se averbados, dos quais 06 (seis) foram averbados no ano de 2019 e mais 07 (sete) imóveis estão em fase de averbação;
- Em 2019, a Diretoria Geral expediu 88 (oitenta e oito) notificações, sobretudo destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano, 10 (dez) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

3.2. Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

Compete à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público; distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados na área jurídica; exercer o acompanhamento da produção legislativa de interesse institucional; auxiliar na elaboração de atos normativos internos; elaborar minuta de projeto de lei; secretariar o Fórum Permanente do Ministério Público, instância informal de consulta para subsídio não vinculativo do processo de decisão do Procurador-Geral de Justiça, dentre outras atribuições.

No ano de 2019, a SECINST movimentou mais de três mil processos e minutou mais de trinta atos regulamentares, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 28: Movimentação Processual

Número de Processos	Quantidade
<i>Número de processos movimentados</i>	3114
<i>Número de processos abertos</i>	895
<i>Número de documentos criados</i>	358

Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

Tabela 29: Elaboração de minutas de atos normativos

Tipo	Quantidade
<i>Minutas de ato</i>	19
<i>Minutas de Atos Regulamentares</i>	32
<i>Minutas de resoluções</i>	12
<i>Minutas de editais</i>	2
<i>Minutas de recomendações</i>	3
<i>Minuta de ato regulamentar conjunto</i>	1

Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

Dentre as principais atividades da Secretaria para Assuntos Institucionais, destacam-se:

1. AUXILIO AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA EM DECISÕES DE CARÁTER INSTITUCIONAL

O Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, Dr. Marco Antonio Santos Amorim, desenvolve atividade de auxílio direto ao Procurador-Geral de Justiça em decisões de caráter institucional.

2. AUXILIO AOS PROMOTORES EM MATÉRIA INSTITUCIONAL

A Secretaria para Assuntos Institucionais realiza diariamente suporte aos Promotores de Justiça que buscam direcionamentos para solucionar questões administrativas através dos telefones, e-mails e WhatsApp.

3. GESTÃO DE SISTEMAS

A Secretaria para Assuntos Institucionais é responsável pela gestão de diversos sistemas utilizados pelo MPMA. No ano de 2019 diversos treinamentos de uso dos sistemas foram realizados, especialmente nos Encontros Regionais de Gestão Estratégica - EREGs, quando mais de 240 membros e servidores foram diretamente alcançados. Detalhamos as atividades de suporte e capacitação a seguir:

a) DIGIDOC

Foram atendidas 265 solicitações de serviços/chamados, além de inúmeras demandas não quantificáveis. Durante os EREGs de Imperatriz, Balsas, Pinheiro, Chapadinha, Santa Inês, Timon e Presidente Dutra, entre os meses de abril e junho de 2019, foram ministrados treinamentos e oficinas das atualizações implementadas no Sistema.

Também foram realizados cursos de inicialização e atualização para servidores e membros do DIGIDOC, em Imperatriz, em dezembro de 2019, bem como participação em treinamento do Sistema SEI, no Ministério Público de Minas Gerais, para coleta de informações e verificação das ferramentas que deverão ser implementadas no Sistema DIGIDOC.



Capacitação de membros e servidores durante os EREGs

b) SEEU

No ano de 2019 foi implantado o Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU em substituição ao sistema VEP. Coube à Secretaria para Assuntos Institucionais o cadastro dos Promotores de Justiça com atuação na área de execução penal das entrâncias inicial, intermediária e final.

No dia 08 de agosto de 2019 foi realizado o treinamento do sistema SEEU no auditório da PGJ com transmissão ao vivo na página oficial do MPMA no YouTube. A capacitação foi ministrada pelo Juiz de Direito do Piauí e coordenador do CNJ, Vidal de Freitas, tendo como público-alvo os membros e servidores do MPMA.

c) Processo Judicial Eletrônico - PJe

Em 2019 houve a expansão do Processo Judicial Eletrônico – PJe para 38 (trinta e oito) Promotorias de Justiça, dentre elas: Turiçu, Governador Nunes Freire, Cantanhede, Arari, Pindaré-Mirim, Monção, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, São Luís Gonzaga, Timbiras, São João dos Patos, Paraibano, Santa Rita, Icatu, Mirador, Buriti Bravo, Humberto de Campos, Morros, Paulo Ramos, Poção de Pedras, Buriti, Urbano Santos, Loreto, São Raimundo das Mangabeiras, Governador Eugênio Barros, Dom Pedro, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Alcântara, Bequimão, Cedral, Guimarães, Barão de Grajaú, São Francisco do Maranhão, Olinda Nova do Maranhão, Passagem Franca, São Pedro da Água Branca e Alto Parnaíba.

A SECINST providenciou o treinamento do sistema, via hangout, para todos os membros e servidores das promotorias de justiça supracitadas, bem como o suporte remoto e cadastro dos usuários.

A implantação do PJe Eleitoral teve início no dia 20 de agosto de 2019 para as 1ª, 2ª, 3ª, 10ª, 76ª e 89ª zonas eleitorais de São Luís. Ao logo do ano o sistema foi ampliado para as zonas eleitorais das Comarcas de Caxias, Imperatriz, Pedreiras, Alto Parnaíba, Bacabal, Grajaú, Timon, Barra do Corda, Pinheiro e Açailândia.



Procurador Geral de Justiça e equipe gestora do SIMP

d) SIGO

A Secretaria para Assuntos Institucionais é o setor responsável por receber os termos de responsabilidade de membros e servidores para acesso ao sistema SIGO e encaminhamento para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão – SSP/MA.

e) SIMP

A Secretaria para Assuntos Institucionais faz a gestão do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP, realizando treinamentos e dando o suporte para uso.

4. GESTÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

A Secretaria para Assuntos Institucionais recebe os alunos interessados no estágio obrigatório no Ministério Público do Maranhão (modalidade não remunerada, vinculada à grade curricular da Instituição de Ensino, sem a realização de processo seletivo), orientando-os quanto ao trâmite necessário para formalizar e iniciar as atividades.

No ano de 2019 foram realizadas 15 (quinze) renovações de Convênios com Instituições de Ensino Superior e 115 (cento e quinze) estudantes concluíram o estágio obrigatório no MPMA.

5. DIVULGAÇÃO DA ESCALA DE PLANTÃO

A Secretaria para Assuntos Institucionais, através do site do MPMA, realiza a divulgação/publicação da Escala de Plantão dos membros do Ministério Público do Maranhão. No ano de 2019, 82 (oitenta e duas) publicações neste sentido foram realizadas.

6. GESTÃO DE CERTIFICADO DIGITAL/TOKEN

A Secretaria para Assuntos Institucionais gerencia o fornecimento de assinaturas digitais aos no Ministério Público. No total foram concedidas 357 certificações digitais aos membros e servidores do MPMA no ano de 2019.

7. GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA

Durante o ano de 2019 houve o gerenciamento da qualidade do Portal da Transparência do MPMA. Através do constante diálogo com os setores responsáveis por alimentar o Portal, o Ministério Público foi classificado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos mais transparentes do país.

No ano de 2019 o ranking, conhecido como Transparentômetro, foi liderado pelo Ministério Público do Maranhão em conjunto com os MPs do Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, além do MP Militar. Todos cumpriram 100% das determinações da Lei de Acesso à Informação e de resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que tratam de transparência na divulgação dos dados.

8. DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES NO SITE SETORIAL E ALIMENTAÇÃO DE HOTSITES



No ano de 2019 a SECINST promoveu a divulgação das principais ações desenvolvidas pela unidade em página online de acesso aberto ao público. Ao todo, 96 (noventa e seis) notícias foram veiculadas no decorrer do ano. Ademais, a SECINST é responsável pela alimentação de alguns hotspots de projetos específicos, tais como:

- MP CONTRA A CORRUPÇÃO - <https://www.mpma.mp.br/eventos/o-mp-contra-a-corrupcao/>

- REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - <https://redecontrole.mpma.mp.br/>

9. REDE DE CONTROLE

Durante o ano de 2019 diversas ações em parceria com a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Maranhão foram desenvolvidas. O Diretor da SECINST representa o MPMA nas reuniões de planejamento das ações.

Dentre as principais ações realizadas pela Rede de Controle no ano de 2019 citamos: Audiências Públicas de Controle Social e Cidadania; Precatórios/Fundef; Transporte Escolar; Licitações de final de ano; Licitações de carnaval; Projeto “A Cidade Não Pode Parar” (Repatriação de recursos); Operações Especiais; Aprovação de Leis e Emendas Constitucionais; Projeto “Com Salários Atrasados Não Tem Festa Boa”; Projeto Cidadão Consciente – Gestão Transparente; Avaliação dos Portais da Transparência; Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção; Eventos Esportivos; Recomendações.

O Diretor da SECINST apresentou os exitosos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Controle do Maranhão no V Encontro Nacional das Redes realizado em Salvador, Bahia.

A já tradicional ação social em alusão ao Dia Mundial de Combate à Corrupção foi realizada em 2019 em formato de “Caminhada”, que aconteceu no Parque do Rangedor e contou com a participação da população engajada à causa.





Caminhada alusiva ao Dia Nacional de Combate à Corrupção foi realizada no Parque do Rangedor

10. APOIO EM PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

O ano de 2019 foi marcado pela implantação de diversos programas e campanhas por todo o Estado, ações estas que tiveram apoio direto da Secretaria para Assuntos Institucionais, tais como:

- **PROJETO LER, ESCREVER E PENSAR – 2019**

O Projeto Ler, Escrever e Pensar – Conscientizar para Transformar, edição 2019, foi encerrado em dez municípios: Viana, Santa Luzia do Paruá, Nova Olinda, Presidente Médici, Penalva, São Bento, Bacurituba e Palmeirândia e Bacabal. Na oportunidade foram premiados os alunos do ensino fundamental e médio, bem como as Escolas Nota 10 e as Escolas Campeãs.

- **CORAL VOZES DO MP**



Campanha Setembro Amarelo, realizada no prédio da sede da Procuradoria Geral de Justiça



Campanha Rede do Bem realizada na Praça Nauro Machado, em São Luís-MA



Apresentação na 13ª Feira de Livro de São Luís



Apresentação no Dia do Servidor



Festival Maranhense de Coros (Femaco)



Cantata Natalina/PGJ

Destaque da atuação:

O Projeto “A CIDADE NÃO PODE PARAR” ficou em primeiro lugar no prêmio CNMP 2019, na categoria Redução da Corrupção, e o projeto “Cidadão Consciente: gestão transparente” ficou em segundo lugar.



O projeto A Cidade Não Pode Parar foi o vencedor do Prêmio CNMP 2019, na categoria Redução da Corrupção.

- **PROJETO DE OLHO NA CONSTITUIÇÃO**



Dr. Marco Amorim falou sobre o projeto nos REGs

O Projeto “De Olho na Constituição” tem o objetivo de solucionar questões relativas à inconstitucionalidade de leis municipais e do Estado do Maranhão, de forma extrajudicial, sem recorrer a princípio ao Judiciário.

No ano de 2019, o diretor da SECINST ministrou diversas palestras de implantação do projeto, especialmente nas edições dos REGs 2019.

- **PROJETO “CIDADÃO CONSCIENTE: GESTÃO TRANSPARENTE”**

O Projeto “Cidadão consciente: gestão transparente” busca combater o acúmulo indevido de cargos e os funcionários fantasmas nas administrações municipais. No ano de 2019 o projeto foi institucionalizado e desenvolvido pelo Ministério Público em todo o Estado. O Diretor da SECINST, durante os REGs, apresentou os dados levantados pelo TCE e encaminhados às prefeituras para que houvesse o controle do acúmulo indevido.



O diretor da SECINST, Marco Amorim, apresentou dados levantados pelo TCE-MA sobre acúmulo de cargos nos REGs

11. APOIO EM EVENTOS INSTITUCIONAIS

A Secretaria para Assuntos Institucionais apoia a realização dos eventos da Procuradoria de Justiça, Escola Superior e demais unidades do MPMA, desde a execução da solenidade através da Coordenadoria de Cerimonial, até a confecção de material de apoio pela Coordenadoria de Comunicação e assistência pela CMTI. O trâmite processual de cada evento é acompanhado até sua finalização pela SECINST.

O ano de 2019 contou com a realização de 7(sete) REG's (Encontro Regional de Gestão Estratégica) e apoio direto da SECINST na sua organização.

12. AUXÍLIO NA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS

No ano de 2019 o Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Procuradoria Geral de Justiça, firmou 30 Termos de Cooperação Técnica com várias instituições.

13. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "GESTÃO POR COMPETÊNCIA" NO MPMA

No ano de 2019, a SECINST continuou o apoio à implantação do Programa de Gestão por Competências no MPMA. Em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, o MPMA está

desenvolvimentismo um plano para modernização administrativa, visando dar maior efetividade e excelência à prestação de serviço público. A previsão é que a conclusão da pesquisa se dê no início de 2020, seguida de oficinas e cursos para sua implantação.

14. GESTÃO DO NAPROM

O NAProm – Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi criado através do ATO-GAB/PGJ-2832019, no intuito de otimizar a gestão administrativa e dar mais eficiência e celeridade na tramitação dos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais no âmbito das Promotorias de Justiça da capital e do interior, os quais serão auxiliados na modalidade à distância mediante assessoramento jurídico composto por um membro do Ministério Público, designado pelo Procurador Geral de Justiça, e servidores capacitados técnica e juridicamente.

Ligado à SECINST, o NAPROM, no ano de 2019, recebeu 276 processos provenientes das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar, Bacabal, São José de Ribamar, São Bento e Montes Altos. Entre esses processos estão Notícias de Fato (44), Inquérito Civil (49), Procedimento Investigatório Criminal (5), Procedimento Administrativo (94) e Processos Criminais (84).

Dos 276 processos recebidos, 105 resultaram em diligências, 15 Ações Cíveis Públicas, 81 Denúncias, 34 Despachos para a Assessoria Técnica do MPMA, 17 Ações de Ressarcimento e 24 Arquivamentos.

15. REPRESENTAÇÃO DO MPMA EM EVENTOS INSTITUCIONAIS

O Diretor da SECINST realizou, durante o ano de 2019, diversas representações institucionais em eventos.



Inauguração de Promotorias no Interior do Estado



Evento da Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro



Entrevistas para programas de televisão e rádio



Reuniões e eventos da Ecoliga – Sustentabilidade na Adm. Pública



Seminário Conhecendo o Serviço de Inspeção Municipal – SIM



VI Semana da Administração da UEMA



Participação na 13ª Feira do Livro de São Luís



Reunião na Reitora da UFMA e o Núcleo de Mediação Comunitária

16. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL



Reunião com Adm. Superior para implementação do Peps

O Diretor da SECINST supervisiona os projetos desenvolvidos pela Seção de Saúde Funcional, especialmente os relacionados ao Programa de Qualidade de Vida do MPMA.

No ano de 2019 muitas atividades relacionadas à valorização do membro e do servidor foram realizadas, dentre elas a implantação do Programa de Exames Periódicos de Saúde (Peps).

17. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA



Adesão à Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais

A SECINST exerce supervisão das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, especialmente quanto a confecção de material gráfico (cartilhas, revistas etc.) e, em 2019, a aquisição da Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais (BID Fórum), que conta com mais de cinco mil volumes voltados para áreas do Direito brasileiro. Inicialmente, o MPMA adquiriu o uso da ferramenta até 2021.

18. GESTÃO DA COMUNICAÇÃO



Implantação da Rádio Web MPMA.

O Diretor da SECINST supervisiona as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Comunicação, revisa e aprova as matérias jornalísticas publicadas no site do MPMA e as campanhas institucionais, implanta ações e gerencia o MPTV.

No ano de 2019 a Secinst participou ativamente da implantação da Rádio Web MPMA.

3.3. Secretaria Administrativo-Financeira (SAF)

Ao Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira, por sua vez, cabe acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, destinação e alienação dos bens patrimoniais da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à execução de obras e serviços realizados pela Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades inerentes à aquisição, utilização, manutenção, consumo, controle e guarda dos veículos de propriedade da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades de gestão de recursos humanos da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados da execução das atividades relacionadas à documentação, como ainda da aquisição, controle, guarda e atualização do acervo bibliográfico da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à folha de pagamento da Procuradoria Geral de Justiça; bem como exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

3.4. Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

No ano de 2019, em continuidade ao desenvolvimento do Plano Estratégico 2016/2021, a Secretaria de Planejamento e Gestão atuou especialmente no apoio à execução dos planos de gestão, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria, bem como a fase inicial de elaboração do PGA 2019/2020.

1. Destaques da atuação:

Um importante marco de atuação da SEPLAG no decorrer do ano, foi a participação ativa na implantação e inauguração do **CCMP - Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão**, na antiga sede da PGJ, que tem como objetivo oferecer à comunidade um espaço cultural, de múltiplas linguagens, que promova interlocução diferenciada com o Ministério Público do Maranhão pela via da atividade extraprocessual e pela transformação social.

a) Curadoria do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão

O Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão, instalado na antiga sede da PGJ, tem como um dos objetivos utilizar ações e produtos culturais para difundir para toda a sociedade o Plano Estratégico.

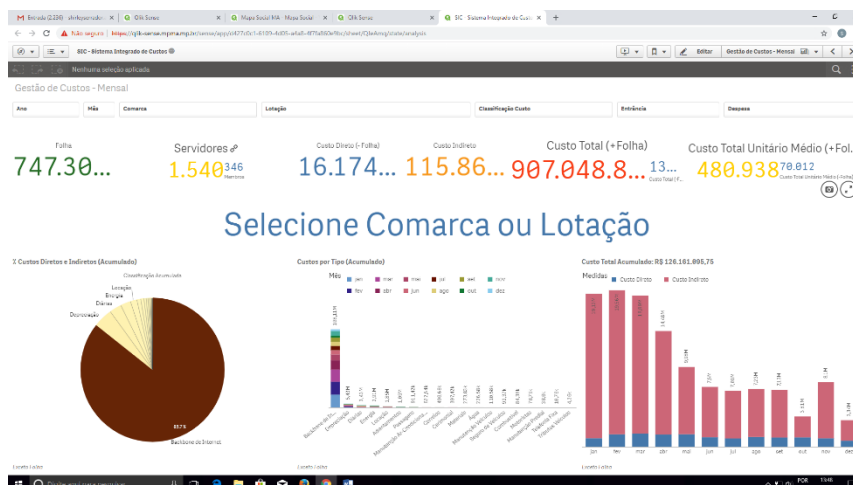
No ano de 2019 foram realizadas diversas atividades educativas, artísticas e culturais integrando o Ministério Público com a comunidade local, contando com a participação de diversos segmentos da sociedade: de crianças a idosos, estudantes de escolas públicas a membros da Academia Maranhense de Letras, artistas maranhenses ainda desconhecidos e outros de grande repercussão no Estado, além de atletas, vencedor do prêmio jovem cientista, pessoas com deficiência, membros e servidores contribuindo com seus talentos artísticos e muito mais, envolvendo um público de mais de **9.000 pessoas** nas atividades realizadas.

b) EREGs – Encontros Regionais de Gestão Estratégica.

Os Encontros Regionais de Gestão Estratégica são oportunidade de divulgação do Planejamento Estratégico, proporcionando a interiorização das ações institucionais. Os encontros foram realizados nas cidades de Imperatriz, Balsas, Pinheiro, Chapadinha, Santa Inês, Timon, Presidente Dutra. Na oportunidade, foram apresentados os projetos "**Município Legal: +Receitas + Direitos**", "**Cidadão Consciente: gestão transparente**" e o "**De olho na Constituição**" aos Prefeitos, Presidentes de Câmara Municipal e sociedade presentes.

c) SIC – Sistema Integrado de Custos

O ano de 2019 foi o momento de repassar o SIC - Sistema Integrado de Custos à Diretoria Geral, que ficará responsável pela ferramenta. O projeto visa possibilitar ao MPMA a tomada de decisões estratégicas, táticas ou operacionais e, portanto, atender aos Objetivos Estratégicos: Desenvolver Cultura Organizacional de Planejamento e Gestão e Otimizar a Execução Orçamentária.



Painel do Sistema Integrado de Custos - SIC

c) Intercâmbio com órgãos externos

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de São Paulo para utilização do Sistema INOVA de gestão estratégica, projetos e campanhas institucionais.

d) Mapa Social

Com o objetivo de subsidiar os promotores de justiça com informações técnicas e objetivas das localidades maranhenses foi construído o Mapa Social do MPMA, com informações do setor de Educação, Saúde e Segurança Pública. A primeira fase estrutural foi concluída, em 2019 o trabalho segue consolidando os dados iniciais e com inserção de novos setores de análise.

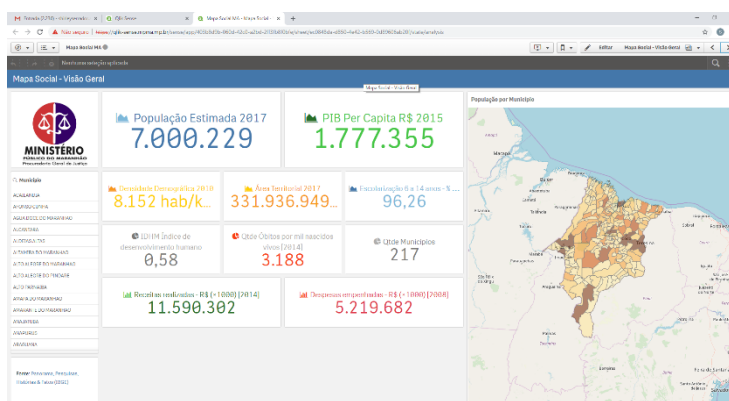


Imagem do Mapa Social do MPMA

e) 13ª FeLiS – Feira do Livro de São Luís

Por intermédio da SEPLAG, o Ministério Público do Maranhão participou da **13ª Feira do Livro** realizada pela Prefeitura de São Luís. Foi uma oportunidade ímpar de divulgação do Ministério Público e seus projetos institucionais a toda sociedade que visitou e participou da Feira, por meio de visitação ao stand ambientado com a história do MPMA, Totem interativo, distribuição de marcadores de livros com QR Code dos projetos institucionais, cartilhas de projetos, além de palestras, rodas de conversa e diversas atividades realizadas por membros e servidores do MPMA durante os 10 dias de Feira.

f) Reuniões de Acompanhamento da Estratégia

O acompanhamento do PGA 2019/2020, alinhado ao Plano Estratégico 2016/2021 é realizado por meio de Reuniões de Acompanhamento aos níveis operacional, tático e estratégico.

As Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAOs) ocorreram na dimensão operacional com foco na execução de projetos ou de iniciativas envolvendo os executores operacionais: Coordenadores e servidores dos CAOp's - Centro de Apoio Operacional. Na área administrativa, os Coordenadores e suas equipes, que são os gestores dos projetos. Com o objetivo de dar assessoramento aos Coordenadores dos CAOp's e das Coordenadorias administrativas, a equipe da SEPLAG participou de algumas reuniões operacionais ao longo do ano.

As Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs), que contemplam diversos Projetos e/ou Iniciativas dos CAOp's, envolvem a coordenação, os servidores e a equipe da SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão. Em 2019, ocorreu a primeira RAT – Reunião de Acompanhamento Tático com os setores administrativos e contou com a presença do Procurador Geral de Justiça e outros membros da Administração Superior.

As Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) são reuniões colegiadas com o objetivo de fazer, por meio de análises críticas, o acompanhamento e o monitoramento dos resultados da execução dos Planos Tático-Operacionais, envolvendo o Procurador Geral de Justiça, membros da Administração Superior, Coordenadores e servidores.

Quadro 4: Reuniões de Avaliação da Estratégia

REUNIÃO	SETOR	DATA	ATIVIDADES
Reunião de Alinhamento Estratégico	CAOUMA e SEPLAG	18/01/2019	Revisão do Plano Tático Operacional – indicação de projetos prioritários e revisão do plano de ação para 2019;
RAO	CAOP/PROAD e SEPLAG	31/01/2019	Revisão do Plano Tático Operacional – indicação de projetos prioritários e revisão do plano de ação para 2019;
RAO	*ASTEC, CAD, CSG, CGP COF, COEA e SEPLAG	14/02/2019	
RAO	CAOP/DIREITOS HUMANOS e SEPLAG	18/03/2019	
RAO	ASTEC, CAD, CSG, CGP COF, COEA e SEPLAG	12/11/2019	
RAT	CAOP/PROAD e SEPLAG	29/07/2019	Apresentação prévia dos resultados e próximos passos
RAT	CAOP/PIPD e SEPLAG	31/07/2019	
RAT	CAOP/IJ e SEPLAG	05/08/2019	
RAT	CAOP/CRIMINAL e SEPLAG	05/08/2019	
RAT	CAOP/EDUCAÇÃO e SEPLAG	09/08/2019	
RAT	CAOP/PROAD e SEPLAG	15/08/2019	
RAT (área meio)	ASTEC, CAD, CSG, CGP COF, COEA, SEPLAG, PGJ e membros da Administração Superior	20/11/2019	Apresentação dos resultados dos projetos e próximos passos ao PGJ e membros da Administração Superior
RAE (área finalística)	CAOPs, SECINST, ESMP, CCMP, SEPLAG, PGJ e membros da Administração Superior	02/09/2019	Apresentação dos resultados dos projetos e próximos passos ao PGJ e membros da Administração Superior

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

3. Dados do desdobramento do Planejamento Estratégico e do PGA

A SEPLAG monitora o desempenho do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2016-2020, bem como o Plano Geral de Atuação (PGA-MPMA) para o exercício 2019/2020, que é entendido como um planejamento de curto prazo que se traduz nas prioridades extraídas dos demais instrumentos de planejamento de longo e médio prazos.

No nível do Plano Estratégico, os resultados do monitoramento estão descritos nas tabelas abaixo, seguindo os parâmetros do Relatório Anual de Desempenho do Plano Estratégico adotado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão em seu ciclo de Planejamento e Gestão Estratégica (2016-2021) e em conformidade com as orientações da Resolução 147/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Tabela 30: Resultado do Monitoramento dos Objetivos Estratégicos do PEI em 2019

<i>Descrição</i>	Total
<i>Objetivos Estratégicos</i>	28
<i>Concluídos</i>	7
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	17
<i>Em execução com cronograma em atraso</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma no prazo</i>	3
<i>Não iniciado com cronograma em atraso</i>	-
<i>Cancelados</i>	-

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

Tabela 31: Resultado do Monitoramento das Metas Estratégicas do PEI em 2019

<i>Descrição</i>	Total
<i>Metas Estratégicas</i>	71
<i>Metas Alcançadas</i>	25
<i>Em andamento com cronograma no prazo</i>	23
<i>Em andamento com cronograma em atraso</i>	2
<i>Não iniciadas com cronograma no prazo</i>	7
<i>Não iniciadas com cronograma em atraso</i>	-
<i>Cancelados</i>	-
<i>Não estimada</i>	14

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

No nível do Plano Geral de Atuação (PGA), que faz um recorte de dois anos, foi elaborado um portfólio de **29 Projetos** classificados como prioritários para execução no âmbito do MPMA pela Administração Superior e os Coordenadores dos Centro de Apoio Operacional (CAOps).

O tema escolhido como prioritário para o PGA 2019/2020 foi **“TRANSPARÊNCIA FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO”**, que visa intensificar a indução de políticas de inclusão efetivas e redução das desigualdades sociais, dotar o cidadão de instrumentos de fiscalização na correta aplicação dos recursos públicos, refletindo diretamente na saúde, educação e serviços essenciais básicos, procurando diminuir a dependência financeira, econômica e social da população.

Na tabela abaixo, destacamos os resultados do desempenho dos projetos criados para desdobrar o Plano Estratégico no PGA 2019/2020.

Tabela 32: Resultado do Monitoramento do PGA em 2019

<i>Descrição</i>	Total
<i>Nº de Projetos criados*</i>	29
<i>Concluídos</i>	5
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	21
<i>Em execução com cronograma em atraso</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma no prazo</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma em atraso</i>	-

Cancelados	-
Projeto substituído por Programa*(Em execução com cronograma no prazo)	1

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

4. Atividades e iniciativas de divulgação das ações da área de Planejamento e Gestão Estratégica

No lançamento do Plano Estratégico foi criado um mascote, que recebeu o nome de **Estrategito**, utilizado em peças de divulgação do Planejamento como agendas, mouse pads e cadernos de reuniões, distribuídos aos membros e servidores do MPMA, pastas para eventos institucionais e de capacitação, além de outros meios de comunicação utilizados para dar visibilidade ao Planejamento institucional:

- **Mapa Estratégico** afixados na Sala de Gestão, Escola Superior do Ministério Público, hall de entrada dos principais polos regionais, além de impresso nas pastas utilizadas para os eventos institucionais;
- **Sala de Gestão** aparelhada com monitores e vídeo conferência para acompanhamento dos projetos;
- **Mídia indoor e quadros de avisos** nos prédios e elevadores da PGJ e Promotorias da Capital;
- **Hotsite do Planejamento Estratégico**, repositório de todos os documentos e publicações do Planejamento <https://www.mpma.mp.br/eventos/gestao-estrategica/>;
- **MPTV**, canal do youtube e programas veiculados na TV Assembleia com entrevistas e apresentação dos projetos institucionais <https://www.youtube.com/watch?v=iPd4iBHU4eE>;
- **Rádio MP** com inserções sobre projetos e iniciativas <http://radiompma.com.br/radio/jw.php>;
- **Utilização do Power BI para construção de Painéis e Mapas de suporte aos CAOPs:** O trabalho visa apresentar graficamente e de forma clara dados estatísticos representativos subsidiando a elaboração de projetos e acompanhamento das ações.



Mapas Ambientais CAOP/Meio Ambiente

- **Construção da Linha do Tempo do Planejamento Estratégico**, detalhando seus marcos referencias e pontuando atividades importantes.

LINHA DO TEMPO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPMA 2016-2021



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

5. Participação em atividades realizadas pelo CNMP

a) Congresso Nacional do Ministério Público e Prêmio CNMP – Brasília / DF

A SEPLAG, assim como outros setores do MPMA, participou do Congresso Nacional do Ministério Público em Brasília.



Cerimônia de entrega do Prêmio CNMP 2019

Durante o Congresso houve a cerimônia de entrega do Prêmio CNMP e o Ministério Público do Maranhão foi contemplado com 04 (quatro) premiações.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) foi o vencedor na categoria Redução da Corrupção. Além disso, pela primeira vez, o MPMA venceu todos os prêmios da categoria. Em primeiro lugar, ficou o projeto “A Cidade não pode parar - pela transparência na transição municipal”. No segundo lugar, o projeto “Cidadão consciente - gestão transparente” e, em terceiro, o projeto “Administração pública legal”. O quarto prêmio foi na categoria Comunicação e Relacionamento, onde o projeto “Nas redes sociais diga o que pensa, sem ofensas”, ficou em segundo lugar.

b) Reunião do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP) - Brasília/DF

O Promotor de Justiça e Diretor da SEPLAG, Raimundo Nonato Leite Filho, e o Assessor de Planejamento, Cláudio Marcelo Araújo Amorim, participam das reuniões do Fórum Nacional de Gestão, representando o MPMA nos Comitês de Representantes da Administração Superior (RAS) e Gestão de Política Estratégica (CPGE) respectivamente.

6. Capacitação / Atividades

- Participação dos servidores da SEPLAG em cursos internos e externos, como parte do programa de capacitação e desenvolvimento de servidores: Curso “**CLICK-SENSE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL**”, realizado em São Paulo, que visa capacitar os alunos para construção de painéis utilizando as ferramentas de BI;
- Participação no curso e oficinas de “**ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIÁRIAS**” em parceria com a ESMAM – Escola Superior da Magistratura, onde foram desenvolvidos diversos projetos para o Sistema de Justiça e em especial, a elaboração do projeto de “**Implantação do Escritório de Projetos e Inovação no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA**”;
- O Assessor de Planejamento também participou do primeiro curso de pós-graduação em “**GESTÃO E GOVERNANÇA EM MINISTÉRIO PÚBLICO**”, oferecido pela Escola Superior do MP à membros e servidores da instituição.

7. Edição de Relatórios e Publicações afetas à área de Planejamento e Gestão

A SEPLAG teve importante papel na participação e condução de reuniões com os diversos setores administrativos para elaboração do Relatório de Transição e Planos de Ação, a fim de levantar os principais resultados alcançados, avanços e boas práticas, além de oportunidades de melhorias relacionadas ao quadro técnico, tecnologia da informação, comunicação, regulamentação, capacitação, dentre outros.

Quadro 5: Relatórios e Publicações da SEPLAG

Publicação	Descrição	Destinatário
Relatório Anual de Atividades MPMA/2018	Consolidação dos relatórios enviados pelos setores administrativos, CAOPs e PGJ	TCE
Relatório Anual de Desempenho do Planejamento Estratégico 2019 RADAR/CNMP	Principais resultados alcançados do Planejamento Estratégico para cumprimento da Resolução nº 147/2016 - CNMP	CNMP
Portfólio de Projetos	Cartilha com os Projetos Institucionais	Público interno e externo
Construção da Página da SEPLAG no site do MPMA	Publicação das principais atividades realizadas para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico	Site MPMA
Relatório de 1 ano do Centro Cultural do MPMA	Publicação comemorativa de 1 ano de atividades desenvolvidas pelo CCMP	Membros, servidores e sociedade em geral
Relatório da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE 2019	Publicação dos principais resultados alcançados no Planejamento Estratégico e sugestões de melhorias	Membros e servidores
Revista Ilustrada do MPMA na 13ª Felis	Retrata a participação do MPMA na 13ª Feira do Livro de São Luís	Membros, servidores e sociedade em geral
Relatório da Reunião de Análise Tática – RAT 2019 da área administrativa	Publicação dos principais resultados alcançados no nível Tático pelas áreas administrativas e sugestões de melhorias	Membros e servidores
Inscrição dos Projetos Institucionais	Inscrição dos Projetos Institucionais no Banco de Projetos do CNMP e Fundo de Direitos Difusos	CNMP

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

8. Participação em diversas Comissões e reuniões no âmbito do MPMA

- Programa de Sustentabilidade do MPMA – Programa Integrar;
- Curadoria do Centro Cultural do MP;
- Consultoria da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão para elaboração de diagnóstico, clima organizacional, mapeamento de Processos, etc.
- Gestão por Competências;
- Orçamento 2019;
- Implantação da CIPA;
- Implantação do E-Social;
- Calendário Institucional /2019;
- Cerimônia de Premiação para os destaques do ano 2019.

9. Outras atividades desenvolvidas em 2019:

- Contribuição na elaboração do Planejamento Estratégico do CNOMP – Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público.
- Visita ao IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos em busca de dados para construção do Mapa Social;
- Palestra aos estudantes de direito da UNDB.
- Reunião com Secretário Municipal de Turismo

4. ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

4.1. Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição.

Dados estatísticos da Assessoria Especial:

Tabela 33: Ações interpostas em 2019

Quantidade de Interposições em 2019

<i>Denúncias</i>	7
<i>ADIN</i>	18
<i>Recurso Especial</i>	16
<i>Recurso Extraordinário</i>	10
<i>Agravo Interno</i>	18
<i>Embargos de Declaração</i>	14
<i>Mandado de Segurança</i>	2
<i>Agravo Regimental</i>	5
TOTAL	90

Fonte: ASSESP/ PGJ, 2019.

Tabela 34: Manifestações em Processos judiciais em 2019

Descrição das Manifestações

<i>Precatórios</i>	23
<i>Mandado de Segurança</i>	112
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	42
<i>Embargos de Declaração</i>	36
<i>Procedimento Investigatório Criminal – PIC</i>	97
<i>Ação Penal</i>	45
<i>Mandado de Injunção</i>	4
<i>Habeas Corpus</i>	23
<i>Apelação</i>	2
<i>Recurso Extraordinário</i>	7
<i>Inquérito Policial</i>	16
<i>Notícia Crime</i>	4
<i>Agravo de Instrumento</i>	2
<i>Agravo em Recurso Especial</i>	1
<i>Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade</i>	5
<i>Reclamação</i>	4
<i>Agravo Regimental</i>	2
<i>Suspensão de Liminar</i>	40
<i>Termo Circunstanciado</i>	7
<i>Ação Cautelar</i>	1
<i>Conflito de Jurisdição</i>	3

<i>Conflito de Competência</i>	4
<i>Ação civil Pública</i>	5
<i>Investigação Contra Magistrado</i>	19
<i>Ação Penal Militar</i>	1
<i>Ação Rescisória</i>	4
<i>Agravo de Execução Penal</i>	1
<i>Agravo em Recurso Especial</i>	11
<i>Alegações Finais</i>	7
<i>Contrarrazões</i>	31
<i>Apelação Cível</i>	1
<i>Reclamação Disciplinar</i>	1
<i>Queixa Crime</i>	3
<i>Processo Criminal</i>	3
<i>Procedimento Ordinário</i>	1
<i>Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular</i>	1
<i>Ação cautelar Inominada</i>	1
<i>Ação Civil Pública</i>	5
<i>Agravo de Execução Penal</i>	1
<i>Agravo de Instrumento em Recurso Especial</i>	1
<i>Suspensão de Tutela</i>	2
<i>Suspensão de Cumprimento de Sentença</i>	1
<i>Procedimento Administrativo Disciplinar</i>	6
<i>Representação para perda de Graduação</i>	1
<i>Representação Criminal</i>	8
<i>Recurso Extraordinário</i>	6
<i>Incidente de Uniformização de Jurisprudência</i>	1
<i>Incidente de Suspeição Cível</i>	2
<i>Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas</i>	4
<i>Incidente de Impedimento Cível</i>	1
<i>Incidente de Execução de Suspeição</i>	1
<i>Incidente de Declaração de Inconstitucionalidade</i>	1
TOTAL	611

Fonte: ASSESP/ PGJ, 2019.

Tabela 35: Atuação da Assessoria Especial na Área Administrativa

Descrição	Total
<i>Manifestações em Processos Administrativos</i>	2934
<i>Processos Administrativos transformados em Notícia de Fato</i>	1208
<i>Saldo de Processos Administrativos na Assessoria Especial</i>	108
<i>Saldo de processos judiciais na Assessoria Especial</i>	23

Fonte: ASSESP/PGJ, 2019

Tabela 36: Expedientes

Expedientes	
Ofícios Expedidos	2267
Memorandos Expedidos	79
TOTAL	2346

Fonte: ASSESP/PGJ, 2019.

Destaque da atuação

Projeto “De olho na Constituição”

O projeto “De Olho na Constituição: a autocomposição no controle da constitucionalidade”, foi criado pelo Ato nº 119/2018-GPGJ e é coordenado pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça.

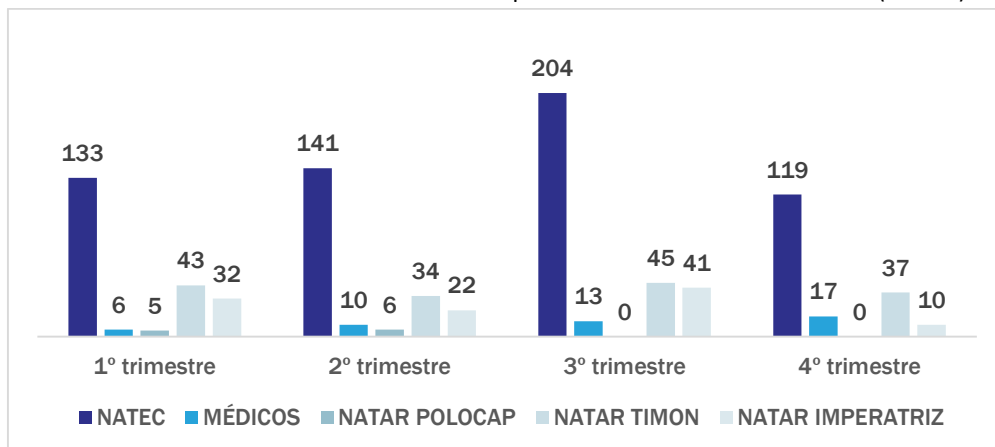
Tem por objetivo ampliar a forma de se garantir o controle da constitucionalidade, com a participação mais ativa do cidadão e com a adoção de mecanismos de autocomposição, para a celeridade e resolutividade das demandas apresentadas ao Procurador Geral de Justiça. Visa ainda, facilitar, por meio de instrumentos tecnológicos, o direito de petição dirigido ao Ministério Público, no sentido de aferir a constitucionalidade de normas municipais e estaduais, em face da Constituição do Estado do Maranhão ou da Constituição Federal, dentre outros.

Entre 2018 e 2019 foram realizadas 50 audiências, onde se destaca a importância da participação da população junto ao Ministério Público. Para os próximos passos, o projeto prevê a implantação do georreferenciamento por assunto, a realização de audiências de autocomposição das ações em curso, a simplificação do formulário eletrônico de consulta popular que consta no aplicativo do Ministério Público, a ampliação das discussões do tema junto às instituições de ensino superior e elaboração de cartilha usando a linguagem popular.

4.2. Assessoria Técnica (ASTEC)

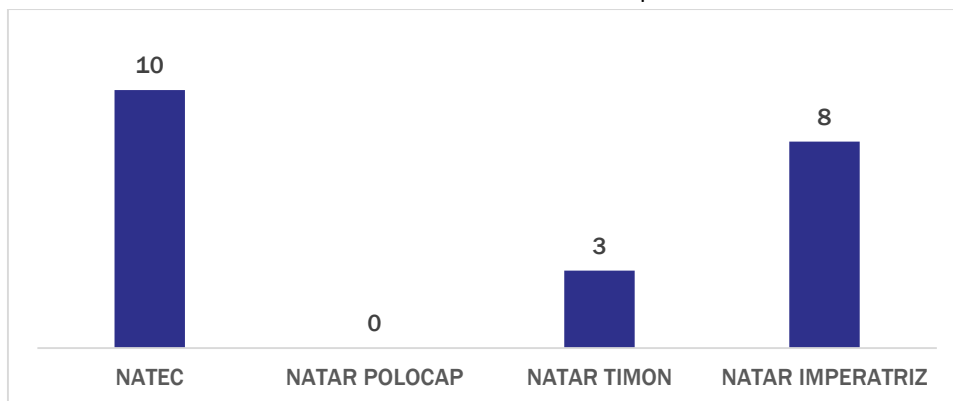
Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

Gráfico 17: Quantidade de Pareceres emitidos por Núcleo de Assessoria Técnica (NATEC) trimestralmente.



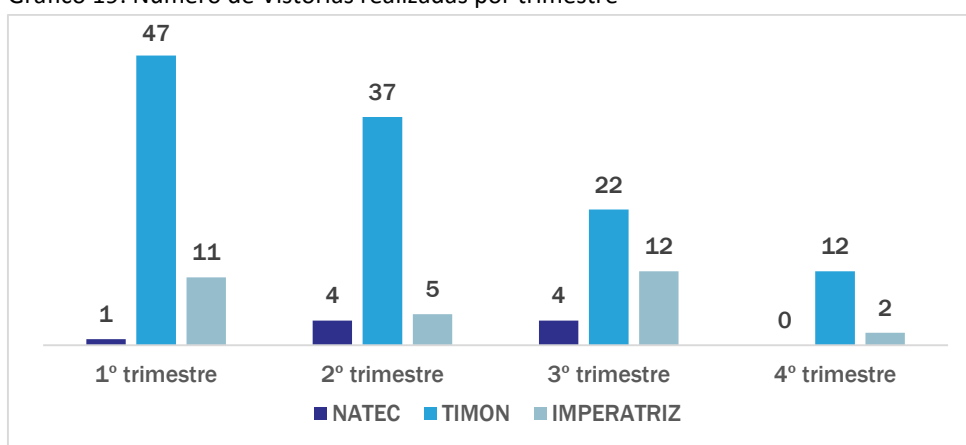
Fonte: ASTEC/PGJ, 2019.

Gráfico 18: Quantidade de Cálculos Financeiros realizados por Núcleo



Fonte: ASTEC/PGJ, 2019.

Gráfico 19: Número de Vitorias realizadas por trimestre



Fonte: ASTEC/PGJ, 2019.

4.3. Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)

No âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, as atribuições regimentais da Assessoria de Controle Interno e Auditoria foram estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº. 020/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno desta Parquet, notadamente no seu artigo 91-A, acrescentado pelo artigo 10 do Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ.

A Assessoria contribui para a melhoria dos mecanismos de controle existentes e ajuda a prevenir erros e fraudes que podem levar a instituição a dificuldades financeiras e operacionais. O trabalho de auditoria interna é fundamental para que a instituição mantenha o foco em seus objetivos, pois impulsiona-a rumo a suas metas, minimizando reveses, reduzindo os riscos de perda de ativos e ajudando a assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e sua conformidade com as leis e regulamentos.

Dentre as principais atividades realizadas pela ACIA em 2019, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e pelo fortalecimento institucional, destaca-se:

- a) Atividades de auditoria e acompanhamento da implementação de recomendações, envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações, diligências e comprovações metodologicamente estruturadas, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão, previstos no Plano de Anual de Controle Interno e Auditoria, resultando na

elaboração de **08 (oito) Relatórios de Auditoria Interna**, encaminhados à Administração Superior, nas áreas:

- **Administrativa**, com foco no *Portal da Transparência e Serviços Gerais (Transporte)*;
 - **Gestão Patrimonial**, com foco em Inspeções in loco nos Almoxarifados (Material de Consumo e Material Permanente) e Bens Imóveis;
 - **Licitações e Contratos administrativos**, com foco em Licitações e Contratos Administrativos; e Contratação Direta.
- b) Participação nos estudos destinados à normatização pertinente à **concessão de ajuda de custo aos membros** do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme consta do PA nº. 15442/2019;
- c) Participação nos estudos destinados ao aperfeiçoamento da normatização pertinente à área de **licitações e contratos administrativos**, nos termos da PORTARIA-GAB/PGJ-172/2019, pela qual foi designada uma comissão com o objetivo de analisar todas as normas internas vigentes referentes aos procedimentos adotados pelas unidades administrativas quando da solicitação para a contratação do fornecimento de bens ou execução de serviços, tendo em vista o que consta do Processo nº. 5024/2018.
- d) Participação nos trabalhos da comissão designada pela PORTARIA-GAB/PGJ-9604/2019, objetivando a análise da proposta de minuta de Manual de Normas, Procedimentos e Rotinas Administrativas para formalização, execução e prestação de contas dos Termos de Convênio e Cooperação Técnica, conforme consta do Processo nº. 20844/2018.
- e) Presidência da comissão designada pela PORTARIA-GAB/PGJ-5054/2019, visando ao estabelecimento e normatização dos procedimentos que serão utilizados na implementação da **depreciação de bens móveis e imóveis** deste Ministério Público, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº. 6638/2019.
- f) Participação em reuniões técnicas na SEPLAN, juntamente com os servidores da Coordenadoria de Administração e da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação desta Procuradoria, no intuito de conferir maior celeridade às tratativas pertinentes à definição dos parâmetros necessários à integração dos sistemas SIGEF e GESP - Módulos Patrimônio e Material, tudo com vistas à adequada gestão patrimonial e ao devido pareamento com os correspondentes registros contábeis no SIGEF. Resgate-se à memória que o Sistema GESP - Módulos Patrimônio e Material foi instituído como sistema oficial de gestão patrimonial utilizado no âmbito deste Ministério Público Estadual a partir do exercício de 2019, conforme Ato Regulamentar nº 027/2019-GPGJ.
- g) Integração da comissão designada pela PORTARIA-GAB/PGJ-3360/2019, que se encarregará de providenciar e sistematizar a **atualização do Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça**, tendo como ponto de partida o trabalho já desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na consultoria referente ao aperfeiçoamento da estrutura organizacional desta Instituição, com elaboração de proposta de um **novo organograma**, tendo em vista o que consta do Processo nº. 8306AD/2015 (Anexos: Processos nº. 12371AD/2016 e nº. 8234AD/2016);
- h) Elaboração do **Relatório de Gestão Fiscal** deste Ministério Público, referente ao **3º quadrimestre de 2018**, bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/envios;
- i) Elaboração dos **Relatórios de Gestão Fiscal** deste Ministério Público, referente ao **1º e 2º quadrimestre de 2019**, bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/envios;

- j) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas do Fundo Especial do Ministério Público - FEMPE** (Exercício Financeiro de **2018**), em 21/03/2019.
- k) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça** do Estado do Maranhão (Exercício Financeiro de **2018**), em 21/03/2019.
- l) Prestação de orientações e esclarecimentos a unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna, bem como em atenção a consultas diversas.
- m) Expedição de **101 (cento e um)** documentos administrativos diversos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, pareceres técnicos, manifestações, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria.

4.4. Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passou a chamar-se Assessoria Técnica da Administração, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões.

Dando cumprimento ao Ato Regulamentar nº 020/2008, Inciso II, Artigo 91, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2019, foram emitidas, por esta Assessoria Técnica da Administração, manifestações sobre os mais variados objetos: Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos (adiantamento); Abono de Permanência; Adesão a Ata de Registro de Preço; Aditivo Contratual; Ajuda de Custo; Auxílio Moradia; Celebração de Contrato; Concurso; Convênio; Dispensa de Licitação; Fase Interna de Licitação; Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária; Inexigibilidade; Locação de Imóvel; Pagamento de Obras, Materiais e Serviços; Prestação de Contas do FEMPE; Reajuste Contratual; Repactuação Contratual; Regularização de prestação de Contas do Adiantamento; Reconhecimento de Dívidas; Solicitação de Empenhos; Verbas Indenizatórias e Outros.

No aspecto quantitativo, foram emitidas **1.919 manifestações** durante o exercício de 2019, conforme podemos observar na Tabela 01 a seguir:

Tabela 37: Manifestações/pareceres discriminados por assunto /2019

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Abono Permanência</i>	17
<i>Adesão SRG</i>	6
<i>Aditivo Contratual</i>	61
<i>Ajuda de Custo</i>	15
<i>Aposentadoria</i>	5
<i>Celebração de Contratos</i>	-
<i>Reajuste de Contrato de Licitação</i>	15
<i>Concursos</i>	1
<i>Dispensa de Licitação</i>	24
<i>Fase Interna de Licitação</i>	21
<i>Incorp. Desin. e Averbação de Tempo de Serviço e Cont.</i>	19

<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	56
<i>Locação de Imóvel</i>	17
<i>Outros</i>	3
<i>Pagamentos de Obras, Materiais e Serviços</i>	905
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	276
<i>Prestação de Contas do FEMPE</i>	5
<i>Reajuste Contratual</i>	19
<i>Reconhecimento de Dívidas</i>	2
<i>Regularização de Prestação de Contas Adiantamento</i>	35
<i>Repactuação Contratual</i>	6
<i>Solicitação de Empenhos</i>	273
<i>Verbas Indenizatórias</i>	138
TOTAL	1919

Fonte: ASTECADM/PGJ, 2019.

A tabela 02 fornece uma ideia mais ampla a respeito das manifestações da unidade ao longo do ano de 2019, as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Outros:

Tabela 38: Manifestações/pareceres discriminados por grupo/2019

GRUPO	TOTAL
<i>Execução Orçamentária</i>	1494
<i>Gestão de Pessoas</i>	194
<i>Licitação</i>	226
<i>Outros</i>	5
TOTAL	1919

Fonte: ASTECADM/PGJ, 2019

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à **Gestão de Pessoas**, tivemos:

Tabela 39: Pareceres relativos à Gestão de Pessoas /2019

ASSUNTO	TOTAL
<i>Verbas Indenizatórias</i>	138
<i>Ajuda de Custo</i>	15
<i>Abono de Permanência</i>	17
<i>Incorporação/Averbação Tempo de Serviço</i>	19
<i>Aposentadoria</i>	5
TOTAL	194

Fonte: ASTECADM/PGJ, 2019

Quanto a estes, podemos destacar o seguinte:

- 1) Os processos administrativos (PA) referentes ao pagamento de verbas indenizatórias (por motivo de exoneração ou aposentadoria) prevaleceram sobre os demais tipos.
- 2) Na análise dos PA de verbas indenizatórias nos deparamos com algumas dificuldades: i) ausência de uniformidade quanto à contagem de férias e 13º salário proporcional; ii)

processo de pagamento de tais verbas em virtude de aposentadoria que implica na análise de toda a vida funcional do membro/servidor, formada por considerável volume de informações, muitas delas sem lastro documental, que se não suficientemente tratadas, podem levar esta Instituição a ser demandada administrativamente ou até mesmo judicialmente, mesmo que seja somente para prestar esclarecimentos.

A respeito dos processos administrativos relativos à **Licitação**, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 40: Pareceres relativos à Licitação /2019

ASSUNTO	TOTAL
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	56
<i>Locação de Imóvel</i>	17
<i>Celebração de Contrato</i>	-
<i>Reajuste Contratual</i>	19
<i>Repactuação/Reequilíbrio Contratual</i>	6
<i>Fase Interna de Licitação</i>	21
<i>Aditivo contratual</i>	61
<i>Dispensa de Licitação</i>	24
<i>Adesão SRG</i>	6
<i>Concurso</i>	1
<i>Reajuste do contrato de Locação</i>	15
TOTAL	226

Fonte: ASTECADM/PGJ, 2019

Quanto a estes, conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se um pouco mais célere, principalmente em virtude das edições dos normativos abaixo listados que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos:

- 1) Edição da ORDEM DE SERVIÇO N° 016/2013 – DG, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os documentos necessários para instrução dos processos administrativos relativos à locação de imóvel;
- 2) Edição do ATO REGULAMENTAR N° 09/2013 – GPGJ, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e
- 3) Edição do ATO REGULAMENTAR N° 10/2013 – GPGJ, de 09 de agosto de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada.
- 4) Edição do Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à **Execução Orçamentária**, assim se apresentaram:

Tabela 41: Pareceres relativos à Execução Orçamentária/2019

ASSUNTO	TOTAL
<i>Pagamento de Obras, Materiais e Serviços</i>	905
<i>Solicitação de Empenho</i>	273
<i>Regularização de Prest. de Contas Adiantamento</i>	35
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	276
<i>Prestação de Contas Mensal do FEMPE</i>	5
TOTAL	1494

Fonte: ASTECADM/PGJ, 2019

No tocante as solicitações de **pagamentos**, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os **processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia** que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Quanto aos **processos relativos à concessão e prestação de contas de adiantamento**, destacamos:

- a) Considerando a necessidade de padronização de rotinas neste Ministério Público, a fim de dar celeridade aos atos administrativos por sugestão desta Assessoria Técnica da Administração, foi adotado formulário padrão para solicitação de adiantamento, pela Administração Superior, com a edição do Ato Regulamentar nº 05/2014;
- b) Aplicação de recursos diversa da finalidade solicitada (pronto pagamento; reparo, manutenção conservação e adaptação de bens móveis e imóveis e material permanente);
- c) Aplicação de recursos em elementos de gasto diverso do solicitado (material de consumo, material permanente, serviços prestados por pessoa física e serviços prestados por pessoa jurídica);
- d) Aplicação de recursos fora do período estabelecido na concessão.

1. Outras Atividades:

Além das **1.919 (mil novecentos e dezenove)** manifestações, **coube a esta Assessoria, no exercício 2019**, participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

2. Sugestões da Unidade para possibilitar o aumento da produtividade dos membros do setor:

- a) adoção de política permanente de treinamento por setor/unidade gestora de forma a capacitar os servidores, tendo em vista as frequentes alterações nas legislações pertinentes à Administração Pública;
- b) criação por cada setor/unidade gestora de procedimentos padrões, estes homologados pela Administração Superior, de forma a tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e as consequentes tomadas de decisões.

4.5. Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração referente ao exercício de 2019, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 42: Movimentação processual

<i>Descrição</i>	Total
<i>Processos recebidos</i>	680
<i>Processos devolvidos</i>	678
<i>Processos remanescentes</i>	2

Fonte: AJAD/PGJ, 2019

Os processos supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exige desta Assessoria uma análise minuciosa dos autos, em especial do edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, a AJAD atendeu inúmeras consultas formais e informais formuladas principalmente pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, acerca dos procedimentos para contratação de materiais, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Da mesma forma, se fez presente sempre que solicitado, no gabinete da Diretoria Geral e da Secretaria Administrativo-Financeira para contribuir com soluções jurídico-formal quando das reuniões com Coordenadores e Contratados.

Ademais, como integrante da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA e do grupo da ECOLIGA do Estado do Maranhão, participou ativamente de diversas reuniões e várias atividades foram desenvolvidas para implementações de programas e ações institucionais de responsabilidade socioambiental.

Por fim, no ano de 2019, destaca-se ainda a participação da AJAD em Comissões de Estudos para elaboração de diversos atos normativos internos da PGJ, decorrente das alterações legislativas federais sobre licitações e contratos.

5. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOps)

Os Centros de Apoio Operacional (CAOps) são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades. Também incumbe aos centros a promoção do intercâmbio e integração entre as promotorias com atribuições comuns, visando inclusive à uniformização das atividades desenvolvidas no enfrentamento de demandas similares. Além disso, cabe aos centros estabelecer intercâmbio permanente com entidades públicas e privadas que atuem em áreas afins.

No Ministério Público do Maranhão existem nove Centro de Apoio em funcionamento nas áreas de infância e juventude; educação; saúde; criminal; probidade administrativa; meio ambiente, patrimônio histórico e urbanismo; consumidor; direitos humanos; pessoa idosa e pessoa com deficiência.

5.1. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOp/IJ, na qualidade de órgão auxiliar do MPMA, desenvolve uma atuação coordenada, planejada no sentido de apoiar os órgãos de execução ministerial, no que tange não só a aplicação das normativas legais que permeiam a área da infância e juventude, de alguma forma, em todas as esferas, mas também a interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com enfoque na atuação extrajudicial.

Destaca-se que o CAOp/IJ, em macro, atua em três grandes frentes: externamente, em articulação com variadas instituições, no sentido de planejar e atuar conjuntamente em demandas que afetem os direitos de crianças e adolescentes, por meio de eventos e promovendo e/ou comparecendo em reuniões, nacionais, estaduais e locais, com o fito a desdobrar encaminhamentos e atividades que impactem na atuação da Administração Superior e dos órgãos de execução ministeriais.

Internamente, o CAOp/IJ atua nas atividades designadas pela Administração Superior, seja emitindo pareceres em demandas específicas, como também pensando ações institucionais, especialmente aquelas atreladas ao Plano Estratégico 2016-2021, definidas como objetivos estratégicos. E ainda, na emissão de pareceres às variadas demandas oriundas das Promotorias de Justiça, quando demandado, a título de sugestão de atuação, com orientações técnicas a partir dos casos concretos apresentados, que servem ainda como pilares norteadores para mapeamento de futuras atividades a serem desenvolvidas em nível estadual.

Ressalta-se que para 2019 foram definidos enquanto prioritárias as ações correlatas aos temas do Conselho Tutelar, especialmente acerca do Processo Nacional de Escolha de Conselheiros Tutelares; e acerca do Fundo da Infância e Adolescência nos municípios.

Dando ainda continuidade aos demais eixos e projetos já deflagrados neste Centro de Apoio, destacamos:

a) Eventos promovidos pelo CAOp/IJ.

- **Oficina de Escuta Especial: implementação da Lei nº 13.431/2017** – Foi realizada nos dias 11 e 12 de abril, no Centro Cultural do MPMA, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, tendo como objetivo disseminar um viés mais prático sobre a escuta especializada e o depoimento especial, com recorte na Lei nº 13.431/2017 e foi destinada aos promotores de justiça
- **5º diálogos do IBDFAM/MA – Desafios da prevenção e combate à alienação parental.** Aconteceu

no auditório das Promotorias de Justiça de Imperatriz, nos dias 25 e 26 de abril, com carga horária de 16h. Foi promovida em parceria com ESMP e IBDFAM e teve como objetivo a regionalização das atividades do CAOp/IJ, aliada à necessidade de capacitar os participantes sobre temas atuais e polêmicos sobre a prevenção e combate à Alienação Parental, prestigiando a experiência profissional interdisciplinar aliada à teorização das matérias. Participaram promotores de justiça, servidores, convidados do Sistema de Garantia de Direitos e estudantes universitários.

- **Adoção e Proteção Integral: da entrega para adoção à sentença.** Foi realizada no dia 10 de maio, no auditório do Centro Cultural do MPMA, em parceria com a ESMP, IBDFAM, Centro Universitário UNDB e Grupo de Apoio à Adoção AME. Com carga horária de 4h, promoveu a discussão do tema da adoção, com enfoque na descriminalização do ato de entrega e foi destinado aos promotores de justiça, servidores, convidados do Sistema de Garantia de Direitos e estudantes universitários.
- **Internet e Violência sexual: novos riscos e novas oportunidades de combate.** Evento alusivo ao '18 de maio' - dia nacional de combate e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, com recorte no uso da internet de forma segura, foi realizado no dia 18 de maio, no auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com a ONG SaferNet e a ESMP, para discutir o tema a partir desse enfoque. O público-alvo foi promotores de Justiça, servidores, convidados do Sistema de Garantia de Direitos e estudantes universitários.
- **Oficina sobre Processo de Escolha para Conselheiros Tutelares.** Teve como objetivo instrumentalizar a atuação dos promotores de justiça e servidores durante o certame e uniformizar as informações do cenário nacional e orientações do CAOpIJ sobre o tema, incluindo a definição de estratégias para o dia da eleição. Foi realizado no dia 12 de julho, Centro Cultural do MPMA, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, com carga horária de 4h.
- **Lançamento do Plano Estadual pela Primeira Infância.** Fomentado pela Rede Estadual pela Primeira Infância e elaborado por equipe interinstitucional componente da mesma. Foi realizado no dia 11 de outubro no Palácio Henrique de La Rocque.
- **II Congresso da Infância e Juventude: Sistema de Garantia de Direitos e a Construção da Rede.** O evento realizado nos dias 17 e 18 de outubro, no auditório do CCMP, foi centrado na atuação do Ministério Público como fomentador de uma atuação em rede. Teve um viés mais prático com a realização de duas oficinas: a primeira com o objetivo de discutir de forma ampla a articulação em rede, com enfoque em ferramentas já utilizadas que facilitem o papel de fomentador das Promotorias de Justiça, provocando e fiscalizando a rede de proteção, especialmente com recorte extrajudicial; e a segunda com objetivo a apresentar as formas de operacionalização e instrumentalização do Fundo da Infância e Juventude e a atuação do Ministério Público nessa seara. No segundo dia foi aberto para o público interno e externo, como forma de atingir o sistema de garantia de direitos de forma ampla. Contou com a parceria da Escola Superior do Ministério Público e foi destinado aos promotores de justiça, servidores, convidados do Sistema de Garantia de Direitos e estudantes universitários.

b) Revisão do Plano Estratégico.

Durante a elaboração do Plano Estratégico 2016/2021 do MPMA, na área da Infância e Juventude, no eixo finalístico Proteção da Criança e do Adolescente, ficaram definidos os seguintes Objetivos Estratégicos quanto específicos da área da infância e juventude: exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas e intensificar as ações de proteção integral e prioritária da criança e do adolescente.

Da análise dos desdobramentos das iniciativas e das demandas cotidianas no CAOp/IJ, externas e internas, foi proposta a readequação durante o planejamento 2018.2 deste setor e a discussão de diversos

temas caros para a infância e juventude, o que foi chancelado, como forma de potencializar essas iniciativas já previstas, e, principalmente, agregar outras já em curso, primando pelos trabalhos desenvolvidos e especialmente criando condições para a adesão a outros temas. Pelo que os trabalhos do CAOp/IJ foram reorganizados da seguinte forma:

- I. **Projeto “Proteção Integral e articulação em rede”**, que compreende os seguintes eixos de atuação: Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Primeira Infância, Violência intrafamiliar (vítimas e testemunhas) e Conselho Tutelar;
 - II. **Projeto “Combate permanente à Violência Sexual”**, aborda os eixos: Disque 100, Escuta Especial, Campanha permanente (18 de maio) com temas sobre: (I) exploração sexual; (II) abuso sexual; (III) pedofilia; (IV) pornografia infantil; (V) casamento infantil; (VI) internet segura;
 - III. **Projeto “Convivência Familiar e Comunitária”**, cujos eixos são: Família Acolhedora, Adoção, MCA;
 - IV. **Projeto “Ato infracional e Medidas Socioeducativas”**, compreendendo os eixos: Planos de Atendimento Socioeducativo e Cultura de paz: Justiça Restaurativa e soluções alternativas
- Ressalta-se que todos os projetos possuem etapas comuns entre as iniciativas, quais sejam: elaborar ação institucional temática (criação de peças processuais e roteiros de atuação); levantar dados junto às Promotorias da Infância no Estado; capacitar servidores e membros, atualizar dados junto ao CNMP e participar de redes temáticas e mobilizar parceiros.

c) Projeto Prioritário 2019.

Para o ano de 2019 foi priorizado o **Projeto “Proteção Integral e articulação em rede”**, nos eixos FIA e Conselho Tutelar, cujos desdobramentos se deram no primeiro com a realização de oficina temática sobre o tema, durante o primeiro dia do II Congresso da Infância e Juventude do MPMA, ministrada pelo Promotor de Justiça Sidney Fiori (MPTO), instrumentalizando a atuação prática frente à temática, o que será retomado em 2020. Já acerca do Conselho Tutelar, a força de trabalho foi intensificada nesse eixo, especialmente em razão da realização do processo de escolha unificado para conselheiros tutelares nacionalmente, impactando assim todos os municípios maranhenses, o que foi objeto de esforço concentrado pela equipe do Centro de Apoio, que prestou todo o suporte aos promotores de justiça nas comarcas.

d) Apoio às Promotorias de Justiça.

No atendimento às demandas dos promotores de justiça, a equipe do CAOp/IJ se utiliza de algumas estratégias:

1. Socializar banco de peças com modelos diversos abrangendo vários assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando divulgar as ações das comarcas e subsidiar os Promotores de Justiça;
2. CAOPIJ INFORMA, serviço de envio eletrônico de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e Servidores, sendo que no ano de 2019 foram encaminhados 29 comunicados mediante e-mail.
3. Serviço de Consulta, atender demandas apresentadas pelos promotores de justiça ao CAOp/IJ, preferencialmente via e-mail, ou ainda mediante contato telefônico e encaminhamento de ofício, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios; com eventuais remessas de pesquisa sobre materiais demandados, além de minuta de ações judiciais ou não, bem como pareceres técnicos, quando necessários, a definir pela

complexidade da demanda apresentada.

4. A título de amostragem, 91 consultas foram recebidas, conforme relatório de produtividade extraído do SIMP – Sistema de Informação do Ministério Público.
5. Pareceres técnicos que são emitidos quando a consulta requer um estudo mais aprofundado, contendo diretrizes para atuação, bem como indicando, quando necessário, jurisprudência e/ou encaminhando modelo de peças, sendo que em 2019 foram expedidos 26 pareceres (inseridos no SIMP).

e) Apoio à Campanha nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes – '18 de maio'.

Todos os anos, o Ministério Público do Maranhão participa da **Campanha nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes – '18 de maio'**, que coloca em debate a temática 'violência sexual contra crianças e adolescentes'. Nesse sentido, e fazendo parte dessas atividades, o MPMA, realizou no dia 27 de maio de 2019, o evento **Internet e Violência sexual: novos riscos e novas oportunidades de combate**, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP e a ONG SaferNet, com recorte no uso da internet de forma segura, visando discutir o tema nesse recorte.

Ressalta-se que o MPMA, através do CAOp/IJ, dispersa anualmente material alusivo à essa Campanha, para atender os municípios por meio das Promotorias de Justiça solicitantes, que desenvolvem suas atividades localmente com a participação direta ou indireta dos Promotores de Justiça, de forma que, em 2019, foram atendidos 87 municípios e dois órgãos extras, SINE e Gabinete de Mediação Comunitária (MPMA).

f) Participação em Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho.

- **Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça**, que tem como objetivo proporciona o intercâmbio de experiências entre Membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes. O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ, inclusive apoiando a realização da segunda reunião anual, realizada em São Luís;
- **Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA)**, da qual o CAOp/IJ compõem o Grupo Gestor com as atribuições de coordenação e secretaria-executiva. É formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão.
- **Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa**, composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não governamentais, desde 2009. Tem como objetivo ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do Gt. sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

5.2. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp Educação)

No ano de 2019, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação deu continuidade às atividades previstas em seu Planejamento Estratégico 2016-2021, com a efetivação de seus projetos institucionais e demais ações, na perspectiva de elevar os atuais indicadores educacionais do Maranhão, garantindo a oferta de uma educação de qualidade para os estudantes do Estado.

Além dos projetos previstos no Plano de Ação, cumpre ressaltar que outras atividades também foram executadas, visando atender outras demandas que foram surgindo no decorrer do ano de 2019 e que ganharam ampla dimensão na atuação deste Centro de Apoio.

Destaque-se a realização do *Projeto Biblioteca Escolar*, desenvolvido a partir de demandas encaminhadas por Promotorias de Justiça, a atuação do CAOp Educação ao sediar a Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Educação GNDH/CNPG, as ações do Centro de Apoio na Feira do Livro de São Luís, que propiciou uma maior aproximação do MP junto à comunidade, de modo a garantir maior divulgação das ações e projetos desenvolvidos pela instituição, especialmente na área de educação, dentre outras ações.

No âmbito do Planejamento Estratégico 2016-2021, destacamos os seguintes projetos:

a) Projeto “Pau de Arara: Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade”.

É uma ação institucional que vem sendo desenvolvida pelo MPMA nos últimos anos, na perspectiva de erradicar o transporte escolar ilegal, sem condições de segurança aos estudantes maranhenses, tendo sido, inclusive, reconhecido nacionalmente, com a conquista da segunda colocação do Prêmio CNMP/2018, na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais.

Quadro 6: Ações realizadas em 2019

Atividades desenvolvidas do Projeto Pau de Arara Nunca Mais
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de minuta de Projeto de Lei à Secretaria de Estado da Educação (proposição de criação do Dia Estadual de Combate ao Transporte Escolar Pau de Arara, no dia 29 de abril, como forma de sensibilizar a sociedade e, principalmente, os gestores estadual e municipais de educação, além de tratar da oferta de um transporte escolar de qualidade, visando à redução de acidentes, como o ocorrido no dia 29 de abril de 2014 na cidade de Bacuri-MA, que resultou na morte de 8 (oito) estudantes);
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Kit Operacional (voltado à atuação ministerial nos órgãos de execução, por meio da construção de um fluxograma de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas alinhadas ao fluxograma, no intuito de otimizar as ações para garantir a qualidade do serviço de transporte escolar);
<ul style="list-style-type: none"> • Manual/cartilha do Projeto Pau de Arara (em fase de elaboração, será direcionado à conscientização sobre o transporte escolar ideal, contendo <i>check-list</i> para vistoria de veículos e acompanhamento da prestação do serviço pelos órgãos de execução)
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de videoconferências e elaboração de podcasts relacionados à temática voltado à atuação ministerial nos órgãos de execução;
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de georreferenciamento das ações do transporte escolar (concluída a primeira fase com relação aos recursos recebidos pelos municípios dos programas do Governo Federal Caminhos da Escola e PNATE);
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de software/aplicativo para smartphones, visando à fiscalização do serviço de transporte escolar (possibilitando ao cidadão o registro de denúncias e o acompanhamento dos seus desdobramentos de modo rápido e prático);
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com os Órgãos fiscalizadores de transporte;
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento da Exposição Pau de Arara Nunca Mais, na 13ª FELIS.

Fonte: CAOp-EDUCAÇÃO/PGJ, 2019



Lançamento da Exposição Pau de Arara Nunca Mais, na 13ª FELIS

b) Projeto: Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação

Em continuidade ao Projeto “O dinheiro da FUNDEF é da Educação”, reconhecido nacionalmente com a primeira colocação do Prêmio CNMP/2018, na categoria combate à corrupção, o CAOp Educação promoveu a sua readequação, ampliando seu campo de atuação, não somente para abranger os recursos relativos ao extinto FUNDEF, mas também outras fontes de recursos na área de educação, visando à fiscalização, em parceria com os agentes de controle, a correta destinação dos recursos, aprimorando os mecanismos de controle social nos municípios.

Desse modo, além da forte atuação junto aos municípios previstos nas listas de recebimento de precatórios do FUNDEF, o CAOp Educação também voltou a sua atuação aos Conselhos responsáveis pela fiscalização e controle dos gastos públicos em educação, realizando o I Encontro de Conselheiros do FUNDEB, no dia 29 de novembro de 2019, que contou com a participação de mais de 200 conselheiros no auditório do Centro Cultural do MPMA.



I Encontro de Conselheiros do FUNDEB do Maranhão

Ressalte-se, ainda, as contundentes ações da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Maranhão, quanto aos casos recorrentes de projetos de leis municipais visando à subvinculação dos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEF para pagamento de professores, confrontando o entendimento já firmado pela Rede de Controle e Tribunais Superiores, acerca da não vinculação desse recurso, culminando com a emissão da Nota Técnica RCGP/MA n.º 01 de 22 de outubro de 2019.

Quadro 7: Ações realizadas em 2019

Atividades desenvolvidas do Projeto: Conselhos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> • Realização do I Encontro de Conselheiros do FUNDEB; • Elaboração de Kit Operacional (voltado à atuação ministerial nos órgãos de execução, por meio da construção de um fluxograma de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas alinhadas ao fluxograma, no intuito de otimizar as ações voltadas a garantir a utilização dos recursos do FUNDEF na área de educação);
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de podcasts periódicos relacionados à temática; • Reuniões com representantes da Rede de Controle da Gestão Pública, MPMA e Banco do Brasil, para tratar sobre as contas específicas para os repasses dos precatórios do FUNDEF e o acompanhamento <i>on line</i> das suas movimentações, para fins de rastreamento dos gastos;
<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para reafirmar a parceria no combate a corrupção e ao mal-uso dos recursos públicos; • Reuniões com os representantes da Rede de Controle, MPMA, EFG e municípios, que solicitaram mais esclarecimentos sobre o uso dos precatórios e sobre o Plano Ações Estratégicas – PAE, que estabelece quais as ações que serão realizadas com estes recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com os representantes da Rede de Controle, MPMA, EFG e municípios, com os representantes da Rede de Controle e dos Poderes Legislativo e Executivo dos Municípios inscritos em precatórios dos anos de 2019 e 2020 • Realização de audiências públicas para tratar sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF e o entendimento firmado pela Rede de Controle e Tribunais Superiores
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de videoconferências individualizadas com os representantes do MPMA, EFG e municípios inscritos na Lista de Precatórios da União • Emissão da Nota Técnica RCGP/MA n.º 01, de 22 de outubro de 2019

Fonte: CAOP-EDUCAÇÃO/PGJ, 2019

Além dessas ações, cumpre mencionar a mobilização deste Centro de Apoio no fomento dos debates relacionados à aprovação de um novo fundo para a educação brasileira, considerando que o atual FUNDEB tem previsão legal até o mês dezembro de 2020, debates estes que serão intensificados no ano de 2020, inclusive com a previsão de realização do Seminário **“Todos pela Educação: aprovação do FUNDEB já!”**, no início de 2020, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

Frise-se que a atuação deste Centro de Apoio, em conjunto com a Comissão Permanente de Educação do GNDH/CNPG nessa seara ganhou destaque no âmbito nacional, ensejando o convite à Coordenadora do CAOp Educação e da COPEDUC/GNDH/CNPG, Promotora de Justiça Sandra Soares de Pontes, para participar de uma **Audiência Pública na Comissão de Educação do Senado Federal no dia 20 de agosto de 2019**, com o objetivo de discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Também se impõe a consolidação do **“Programa de Práticas Pedagógicas instituintes para a qualidade da educação municipal: uma estratégia de efetividade dos recursos do FUNDEF”**, numa iniciativa do MPMA em parceria com Escola de Formação de Governantes, visando à efetiva fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDEF, em um observatório da Educação ao alcance da sociedade, além de outras ações previstas, como o monitoramento das licitações ligadas ao recurso, atuação voltada à improbidade administrativa legislativa, realização de oficina de monitoramento e orçamento público etc.

c) Projeto Educação Infantil: onde começa o direito

Com previsão no Planejamento Estratégico do CAOp Educação, o **“Projeto Educação Infantil: onde começa o direito”** foi criado com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação, para atendimento em creches e pré-escolas nas redes municipais de ensino, com previsão de início nos anos 2019/2020.

Em 2019 foi realizado o georreferenciamento das creches e pré-escolas com construção prevista, com recursos oriundos do Programa Proinfância do Governo Federal.

d) **IV Encontro Regional de Educação da Região dos Cocais – “Projeto Institucional Educação de Qualidade: direito de todos os maranhenses”.**

Como mais uma ação ministerial realizada na perspectiva de contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais do Maranhão, o ERE da Região dos Cocais abriu um importante espaço para reflexão, discussão e análise dos dados municipais e indicadores educacionais evidenciados na mesorregião. Como culminância do encontro, foi elaborado um relatório que vai subsidiar as ações futuras e as já existentes do Ministério Público e seus parceiros, principalmente os que compõem a REMAR e a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão, utilizando o Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação no Maranhão – SOMA como meio de promover a interlocução dos atores educacionais na busca pela efetividade do direito à educação de qualidade. Para 2020 existe a previsão de realização de dois novos encontros: nas regionais de Presidente Dutra e de Santa Inês.

Outras atividades de destaque:



- **Projeto “Biblioteca Escolar: Quem Lê Planta Sonhos, Colhe Sentimento e Conhecimento”.** Surgiu a partir de demandas recebidas no CAOp Educação, quanto ao cumprimento das determinações contidas na Lei nº. 12.244/2010, que “*dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*” e estabelece a obrigatoriedade da instalação de bibliotecas em escolas das redes municipais e estadual de educação, bem como nas escolas particulares até o no ano de 2020.

Como estratégia de implementação da referida ação, foi proposto um kit operacional contendo peças jurídicas que auxiliarão os promotores de justiça no acompanhamento da aplicação da Lei citada e a elaboração de um fluxograma de ações que facilita a atuação ministerial.



Reunião da Comissão Permanente de Educação

- **II Reunião Extraordinária do GNDH – Comissão Permanente de Educação.** No período de 11 a 13 de setembro de 2019, o MPMA recebeu os integrantes do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG para a realização da II Reunião Ordinária do grupo, além das reuniões das comissões temáticas, com a participação de representantes dos Ministérios Públicos dos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Roraima, Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Pará, Acre, Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Durante a reunião foram discutidos temas importantes da área da educação, culminando com a elaboração de

Enunciado Conjunto relativo ao Programa Nacional das Escolas Cívico Militares e a Nota Técnica Conjunta sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, submetidas posteriormente ao GNDH/CNPG.



Palestra sobre podcast e suas funcionalidades na educação

Nunca Mais”.

- **Participação na 13ª FELIS – Feira do Livro de São Luís** - Em 2019, o Ministério Público do Maranhão disponibilizou um stand na Feira do Livro de São Luís, que contou com diversas ações na programação da Feira, com lançamentos de obras literárias, rodas de conversa, oficinas, além de exposições permanentes no stand. Na mesma linha, o CAOP Educação deu a sua contribuição na programação da Feira, enriquecendo os debates com conteúdos relacionados à educação, com palestras, rodas de conversa, oficinas de arte e contação de histórias e o lançamento da Exposição “Pau de Arara



I Encontro de Conselheiros FUNDEB do Maranhão

conselheiros de Alimentação Escolar, gestores municipais e profissionais da educação de todo o Estado, o evento reuniu mais de 200 conselheiros de todo o Maranhão, fortalecendo as ações desenvolvidas e favorecendo novos saberes e práticas, na perspectiva de melhor monitoramento e avaliação das políticas educacionais ofertadas pelos sistemas de ensino.

- **I Encontro Conselheiros do FUNDEB** - Concebido no bojo do Projeto Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação, o I Encontro Conselheiros do FUNDEB do Maranhão foi realizado em 29/11/2019, no auditório do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão, com o tema “Fortalecendo o controle social na educação maranhense”. Com o objetivo de ser um espaço sistemático de interação, troca de experiências e capacitação dos Conselheiros do FUNDEB,



IV Encontro Regional de Educação da Região dos Cocais, em Caxias-MA

- **A Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão (REMAR)** - A Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão – REMAR, tem por objetivo construir ações, em regime de colaboração, que visem à educação de qualidade para o Maranhão, bem como fortalecer a articulação entre os Órgãos e Instituições voltadas ao desenvolvimento e à defesa da educação. Em 2019, sob a coordenação do CAOp Educação realizou reuniões periódicas e discussões sobre a sistematização do regime de colaboração entre o Estado e os municípios maranhenses, estimulando a liderança da Secretaria de Estado da Educação. A REMAR destacou-se, ainda, no

fomento de ações articuladas entre as suas entidades-membro, contribuindo significativamente para a realização de grandes eventos na área de educação, como o IV Encontro Regional de Educação da Região dos Cocais, ocorrido na cidade de Caxias-MA, no período de 12 a 14 de junho de 2019 e o I Encontro de Conselheiros do FUNDEB do Maranhão, na cidade de São Luís, no dia 29/11/2019.

e) Interfaces do CAOp Educação com outros Centros de Apoio

Com uma atuação interdisciplinar, o CAOp Educação desenvolve diversas ações em parceria com outros Centros de Apoio, com o propósito de melhor atender às necessidades dos órgãos de execução, à medida que as demandas vão surgindo. Dentre elas podemos citar:

- Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa Idosa e com Deficiência, especialmente nas ações relacionadas à educação inclusiva, por meio do Projeto “A Escola ideal acolhe e não faz diferença”, com a elaboração de kit operacional, contendo fluxograma de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas a ele alinhadas, construção de pareceres em conjunto, com ênfase na temática do Projeto “Adequando Currículos” e demais campos de atuação;
- CAOp Direitos Humanos, na área de educação quilombola e prevenção ao suicídio e valorização da vida, emissão de pareceres, dentre outras atividades;
- CAOp do Consumidor, no bojo do “Projeto Educação Financeira: instrumento de cidadania”;
- CAOp da Probidade Administrativa, a elaboração de estratégias voltadas ao combate à corrupção e à utilização adequada dos recursos públicos da educação.
- CAOp da Infância e Juventude, a atuação se torna ainda mais próxima, inclusive pela afinidade dos dois ramos, estabelecendo parcerias quanto à primeira infância, educação domiciliar – homeschooling, o uso seguro da internet por crianças e adolescentes, dentre outras vertentes, que resultam em trabalhos conjuntos na emissão de pareceres, notas técnicas etc.
- Iniciativa proposta para o ano de 2020, de realização do “**Projeto uma Eco Escola para uma educação transdisciplinar e multicultural**”, em parceria com o CAOp do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural, que visa desenvolver ações interdisciplinares e multiculturais em escolas do entorno do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, que vão desde a construção/atualização do projeto político-pedagógico das escolas, a implementação/fortalecimento da gestão democrática, aprofundamento de uma cultura organizacional sustentável, com a reflexão sobre o conteúdo histórico e arquitetônico da comunidade em que inserida a escola.

5.3. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAOP-ProAd)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd) é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do Parquet Maranhense, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e na persecução penal dos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária, consumados por agentes públicos em todo território maranhense.

1. Atividades executadas nos projetos do CAOP-ProAd em 2019

1.1. **Projeto Portal da Transparência** com finalidade de promover ação integrada dos Promotores de Justiça com atuação na defesa do Patrimônio Público foram realizadas vitorias pontuais, solicitadas pelos membros e vistoria geral nos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Maranhão, de modo que essa análise geral dos 434 portais, aconteceu entre os dias 19 de agosto e 20 de novembro de 2019, concluindo-se que:

- **100%** dos Portais da Transparência das Prefeituras Municipais foram implementados, porém, apenas 34 Portais, isto é, **15,67% estão com informações atualizadas**. Constata-se a existência 217 links de Portais da Transparência hospedado no *homepage* das Prefeituras Municipais maranhenses;
- **100%** dos Portais da Transparência das Câmaras Municipais foram implementados, porém, apenas 17 Portais, isto é, **7,83% estão com informações atualizadas**. Constata-se a existência 217 links de Portais da Transparência hospedado no *homepage* das Câmaras Municipais maranhenses;

Assim, divulga-se a evolução da execução do referido projeto, de acordo com os procedimentos executados publicados no D.E.MP/MA, bem como informados pelos Promotores de Justiça e vistorias gerais e pontuais realizadas por este CAOP-ProAd nos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Maranhão:

Tabela 43: Evolução do Projeto Portal da Transparência

Resultado	2016/2017	2018	2019
<i>Extrajudicialização: Recomendações, TAC's, ICPs Portarias e Notificações</i>	160	69	44
<i>Judicialização (ACP/ACIA)</i>	58	26	-
<i>Vistoria Geral Portal Prefeitura Municipal</i>	217	217	217
<i>Vistoria Pontual Portal Prefeitura Municipal</i>	15	8	28
<i>Vistoria Geral Portal Câmara Municipal</i>	217	217	217
<i>Vistoria Pontual Portal Câmara Municipal</i>	14	8	19
TOTAL	681	545	525

Fonte: CAOP-ProAd/PJ, 2019.

1.2. **Projeto 02 Administração Pública Legal** atividades inerentes às execuções deste projeto consultada no D.E.MP/MA, bem como informados pelos Promotores de Justiça com atuação na Defesa do Patrimônio Público para o enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa, os quais, as medidas adotadas e encaminhadas para este Centro de Apoio foram:

Tabela 44: Controle - Projeto Administração Pública Legal

Resultados alcançados no Projeto consulta D.E.MP/MA	Exercício 2019
<i>Câmara em Dia</i>	3
<i>Carnaval – Suspensão das festividades</i>	8
<i>Controle Interno e Procurador Municipal</i>	3
<i>Concurso Público – contratação irregular sem concurso público</i>	49
<i>Convênio – acompanhar/fiscalizar execução/prestação de contas</i>	29
<i>Licitação – Fiscalização irregularidade/legalidade Procedimento</i>	168
<i>Nepotismo - Fiscalização /acompanhamento</i>	18
<i>Prestação de Contas – Não apresentação prestação de contas – Prefeitura e Câmara Municipal</i>	56
TOTAL	334

Fonte: CAOP-ProAd/PJ, 2019.

Tabela 45: Controle - Campanha CIDADÃO CONSCIENTE – Acúmulo ilegal de cargo público

Resultados alcançados na Campanha	Exercício 2019
<i>Audiência Pública- conscientização</i>	5
<i>Portarias – verificação de situação de Acúmulo Ilegal de Cargo Público</i>	76
<i>Recomendações – ao gestor público para providências</i>	24
<i>Inquéritos Cíveis</i>	24
<i>Judicialização – ACP por Improbidade Administrativa</i>	17
<i>Notificação de Recomendação</i>	1
TOTAL	147

Fonte: CAOP-ProAd/PGJ, 2019.

Outros procedimentos executados pelo Centro de Apoio no Projeto Portal da Transparência:

Tabela 46: Outras atividades do Projeto Proat da Transparência

Objetivo de Contribuição	Atividades	2019
<i>Iniciativas institucionais implementadas e executadas ou demandas pontuais à medida que foram aparecendo, como objetivo de contribuição apoiar atuação finalística dos membros do MP/MA, no combate à corrupção e à improbidade administrativa.</i>	Atualização Monetária em sentença	14
	Acórdãos TCE/MA executados e encaminhados aos Promotores de Justiça	119
	Convênios celebrados entre Governo Estadual x Governo Municipal	199
	Consulta jurídica	6
	Consulta jurisprudência e modelo de peças	70
	Ofícios Circulares - DIGIDOC	5
	Memorandos - DIGIDOC	3
	Ofícios Expedidos - DIGIDOC	363
	Notas Técnicas	6
	Pareceres técnicos	3
	Publicações Jurisprudências atualizadas	26
	SIMP – atividade não procedimental	793
	Repasse para o Fundo Municipal de Saúde do Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde	1
	Procedimentos Licitatórios (Concorrências, dispensa e inexigibilidades) realizados pelas Prefeituras e Câmaras Municipais	2018

Fonte: CAOP-ProAd/PGJ, 2019.

2) Projeto Município Legal: + Receita + Direitos

Os procedimentos executados para eficácia deste projeto foram desenvolvidos e apresentados aos gestores públicos municipais, referentes aos dados estatísticos dos exercícios financeiros de 2017 e 2018 constatados nos Diagnósticos de Gestão Fiscal dos 217 municípios maranhenses quanto à instituição, previsão e efetiva arrecadação das receitas tributárias prevista na lei orçamentária municipal, bem como atuação na área do combate à sonegação fiscal, estando assim executados:

Tabela 47: Controle dos procedimentos executados - Município Legal: + Receita + Direitos

Resultados	1º Reg	2º Reg	3º Reg	4º Reg	Total
<i>Termo Cooperação Técnico assinado</i>	37	52	34	15	138
<i>Inquéritos Cíveis</i>			1		1
<i>Questionários assinados</i>	12	24	23	12	71
<i>Portarias</i>				16	16
<i>PIC</i>	14	7	-	386	407

Fonte: CAOP-ProAd/PGJ - Atualização em 30.01.20

Tabela 48: Controle dos procedimentos executados - Relação dos 400 maiores devedores distribuídos em cada Regional - Omissos Tributários – Período de 2015 a 2019

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS		
RELAÇÃO DOS 400 MAIORES DEVEDORES DISTRIBUÍDOS EM CADA REGIONAL		
NOME DA REGIONAL	NÚMERO DE DEVEDORES	MONTANTE A SER RECUPERADO
1ª REGIONAL	100	R\$ 298.219.702,04
2ª REGIONAL	100	R\$ 101.912.370,40
3ª REGIONAL	100	R\$ 537.541.685,58
4ª REGIONAL	100	R\$ 237.319.934,65
TOTAL	400	
TOTAL DO MONTANTE A SER RECUPERADO:		R\$ 1.174.993.692,67

Fonte: CAOP-ProAd/PGJ, 2019.

5.4. Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim)

O Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim) foi instituído por meio da Resolução nº 02/97-CPMP e alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP. O CAOP Crim possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do Parquet Maranhense com atuação na área criminal, bem como promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

1. Projetos em execução em 2019:

1.1. Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico - SIGS (Georreferenciamento de CVLIS e CVNLI) com Diagnóstico Criminal.

O Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp Crim) visando contribuir com os órgãos do Estado na área de Segurança Pública, como interlocutor indispensável na formulação das políticas públicas, divulgou as estatísticas de 2019, correspondente aos meses de janeiro a novembro da Grande Ilha de São Luís, formada pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Quadro 9: Dados de Monitoramento da Violência na Grande Ilha de São Luís

Principais informações coletadas de janeiro a novembro de 2019
<ul style="list-style-type: none"> • 300 (trezentas) mortes resultantes de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). • A maior incidência de crimes letais originam-se do uso de arma de fogo • Público-alvo: Sexo masculino, faixa etária de 18 a 22 anos de idade.
<ul style="list-style-type: none"> • O maior quantitativo de ocorrências provém do Município de São Luís, especialmente das regiões com grande concentração de comércio e trânsito de pessoas, cita-se como exemplo os bairros Centro e Cidade Operária. • Principal tipo de crime é o roubo, com mais de 80% dos registros, vitimando principalmente pessoas do sexo feminino. Levando em consideração o horário dos crimes, o maior percentual é registrado no período noturno.

Assaltos a ônibus:

- Os ônibus da empresa **Primor** são os que sofre mais assaltos;
- Principal bairro alvo é o **centro de São Luís**;
- Em valores absolutos, a linha que obteve maior número de assaltos foi a **Vicente Fialho**, que contabilizou **19 ocorrências**;
- A **linha Estiva e Maracanã** apresentaram as maiores médias;
- As linhas de ônibus que circulam nos **bairros das periferias** apresentam maiores números de assaltos;
- Os **terminais de integração** estão na lista dos 10 locais com mais incidências de assaltos.

Dados sobre Femicídio

- Coleta e remessa de dados relativos a todos os municípios do Estado, até o final de dezembro/2019 foram **47 (quarenta e sete)** casos catalogados de **Femicídios**.

Fonte: CAOP Crim/PGJ, 2019.

1.2. Projeto de Integração do Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service.

O projeto foi formalizado por meio de um Termo de Cooperação que visa garantir a interoperabilidade de informações entre os sistemas de informações disponíveis pelo Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual, Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e Secretaria Adjunta da Tecnologia e Informação, com uso da tecnologia Web Service, agilizando as atividades de agentes de segurança pública. Atualmente o software está em fase de conclusão.

5.5. Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC)

Tem como diretriz apoiar os órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio, bem como prestar apoio técnico, coordenar a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e fazer o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas.

1. Projetos desenvolvidos em 2019:

1.1. Projeto “Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas?”

O projeto, desenvolvido em escolas públicas das redes municipais e estadual de ensino do Maranhão desde 2013, tem como objetivo expandir as ações educativas de combate ao uso de drogas por crianças e adolescentes em todos os municípios maranhenses.

Ações realizadas:

- Em 2018 o projeto estendeu-se para o interior do Estado do Maranhão, compreendendo, dessa forma, **46 municípios** que aderiram à Campanha.
- No ano de 2019 foram realizadas **9 palestras** em escolas localizadas na Grande ilha, além da realização/participação em **9 palestras** promovidas no Centro Cultural do Ministério Público ou em entidades parceiras, abordando tema do projeto



Alunos de escolas da rede pública municipal de São Luís participaram de palestras sobre prevenção às drogas

1.2. Programa Interinstitucional Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio

O Programa é desenvolvido por um Grupo de Trabalho e Estudo de caráter permanente com o objetivo de unir esforços para propor ações capazes de prevenir, atender e tratar pessoas propensas ao ato do suicídio. Resultados 2019:

- Criação da Lei nº 11.192, de 18 de dezembro de 2019, que institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado;
- Participação em palestras e fóruns de debate sobre o tema;
- Curso de Capacitação em Saúde Emocional e Mental do Educador.



O auditório do MPMA foi palco de palestras e discussões sobre a prevenção da automutilação e do suicídio

1.3. Projeto “Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos”

Visa dar conhecimento à população sobre as normas previstas no âmbito nacional e internacional que trazem em seu arcabouço a defesa dos direitos humanos, fomentando reflexões e instigando a luta pela garantia de tais direitos.

Ações e atividades realizadas em 2019:

- Roda de Conversa “**Violência de Gênero sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**”, Colóquio Brasil – Espanha
- Confecção de 1.000 exemplares da cartilha “**Conhecendo os Direitos Humanos**”, cujo teor traz a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* na íntegra. Estas cartilhas serão distribuídas nos encontros, eventos e atividades que irão compor os trabalhos do referido projeto.



A Profa. Ester Martinez, da Espanha, palestrou sobre Violência de Gênero sob a Perspectiva dos DH no auditório do CCMP

5.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIP)

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011-CPMP, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoa com Deficiência (CAOp-PIP) tem como finalidade colaborar com os promotores de justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado. Ressalte-se ainda que o CAOp-PIP dá suporte aos promotores de justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo das pessoas idosas e também daquelas com deficiência incentivando-os a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas destinada a esse público em específico.

1. Projetos desenvolvidos em 2019:

1.1. Projeto “Adequando Currículos”

Tem por objetivo propor adequação dos currículos escolares mínimos às necessidades especiais e contribuir com sua implementação. Dentre as principais ações realizadas em 2019, destacam-se:

- Levantamento sobre as atividades desenvolvidas pelos Promotores de Justiça, com sensibilização mediante envio de *e-mails*, questionário eletrônico, peças de apoio aos órgãos de execução e contatos telefônicos;
- Foram realizadas palestras e capacitações, com destaque para:
 - “Lei Maria da Penha: Um olhar sob a perspectiva de gênero e a violência doméstica contra a mulher com deficiência”;
 - Evento em alusão ao “Dia Mundial de Conscientização do Autismo”;
 - Painel “A Inserção da Mulher com Deficiência no Mercado de Trabalho”;
 - Seminário “O Ministério Público na defesa dos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência”, em parceria com a AMPID;
 - VII Semana da Pessoa com Deficiência (SEDUC).
- Elaboração de Painel de BI representativo das adesões ao Projeto.

1.2. Projeto “Efetivando Conselhos”

O projeto objetiva promover a efetivação dos Conselhos Municipais do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Dentre as principais ações realizadas em 2019, destacam-se:

- Ao longo do ano foram realizadas reuniões com os Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa (FEMADI), Promotorias Especializadas de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Comarca de São Luís, e demais entidades que integram a Rede de Defesa do Idoso e o Movimento da Pessoa com Deficiência com objetivo de uma atuação conjunta para implantação e efetivação dos Conselhos Municipais no interior do Estado do Maranhão;
- Em conjunto com o CEDIMA, capacitações com o tema: “O Poder dos Conselheiros”, nas cidades de São Luís e Imperatriz;
- Levantamento sobre as atividades desenvolvidas pelos promotores de justiça, com sensibilização mediante envio de *e-mails*, questionários, peças de apoio aos órgãos de execução e contatos telefônicos
- Elaboração de Painel de B.I (business intelligence), representativo das capacitações realizadas, bem como do número de leis e conselhos criados, referentes ao Projeto em epígrafe.

1.3. Projeto “Previdência Lega Legal: Cuidando do Futuro dos Municípios e dos cidadãos”

Iniciado em 2019, tem como objetivo implementar medida preventiva que busca a viabilidade financeira dos regimes próprios, evitando que no futuro os segurados fiquem sem receber a aposentadoria pela qual contribuíram. Foi realizada uma primeira reunião de apresentação do projeto ao Procurador-Geral de Justiça, que sugeriu que o nome fosse “**Projeto Previdência Legal: Cuidando do Futuro dos Municípios e dos cidadãos**”, sugestão esta acolhida por todos os presentes, em razão do escopo a ser buscado.

Como metodologia de trabalho a ser adotada, face à complexidade do tema decorrente das especificidades de cada um dos 43 (quarenta e três) regimes próprios existentes nos municípios maranhenses, foram selecionadas as cinco Promotorias de Justiça de Entrância inicial com situação mais crítica, quais sejam: **Morros, Amarante do Maranhão, Anajatuba, Parnarama e São Luís Gonzaga**.

2. Indicadores

Na consecução dos trabalhos desempenhado por este Centro de Apoio ao longo do corrente ano e, tendo em vista os projetos prioritários, Adequando Currículos e Efetivando Conselhos, bem como o projeto Previdência Legal iniciado neste ano, foram obtidos os seguintes indicadores:

Tabela 49: Atividades realizadas em 2019

<i>Atividades</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Reuniões e eventos</i>	68
<i>Palestras promovidas</i>	11
<i>Participação em audiência pública</i>	5
<i>Auxílio a Promotores de Justiça</i>	46
<i>Pareceres emitidos em consultas formuladas por Promotores de Justiça</i>	16
<i>Envio de Cartilhas</i>	1.096
<i>Análise de Leis de criação de Conselhos Municipais</i>	12
<i>Minutas de peças elaboradas</i>	48
<i>Entrevistas</i>	4
<i>Capacitações promovidas</i>	7

Fonte: CAOp-PIPD/PGJ, 2019.

5.7. Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp-Consumidor)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp-Consumidor) foi criado através da Resolução nº 2/97-CPMP e atua no sentido de prestar atendimento e orientações, além de subsidiar e divulgar a atuação dos membros do Ministério Público, dentre outras atividades, relativas à esfera consumerista. Tem se empenhado no cumprimento do Plano Estratégico do Ministério Público do Maranhão e, para tal, trabalha na execução dos seguintes projetos:

1. Projeto SOU CAPAZ!

O projeto objetiva promover educação aos consumidores para que utilizem os seus recursos financeiros com responsabilidade e equilíbrio, com planejamento de consumo buscando racionalização de seus compromissos financeiros e o pleno exercício da cidadania, na qualidade de consumidores e fornecedores.

Em 2019, o projeto incorporou outros dois que eram desenvolvidos pelo CAOp-Consumidor: Educação Financeira: instrumento de cidadania e Telecomunicações conexão para a cidadania.

O Projeto SOU CAPAZ! tem o escopo de promover a Educação Financeira, Educação para o Consumo e a Educação Fiscal, cujo público alvo, estudantes das escolas pública e respectivos professores, sem qualquer interferência na grade curricular, utilizam o tempo livre, o contraturno das aulas, os meios e recursos disponíveis para o desenvolvimento das capacidades e da criatividade dos participantes. A proposta é fazer com que os jovens, crianças e adolescentes, aprendam brincando, utilizem as potencialidades para se capacitarem para o exercício dos direitos e obrigações inerentes da cidadania, por meio da obtenção do conhecimento através das experiências da vida cotidiana, utilizando os instrumentais das artes e da cultura.

O projeto foi implantado em **14 municípios** maranhenses, com a realização de palestras, rodas de conversa, atividades teatrais, concursos de redação e poesias nas escolas públicas e privadas; pesquisas sobre o valor e a origem dos produtos consumidos nos municípios maranhenses; produção de cartilhas sobre educação financeira; organização de feiras de trocas entre os alunos atendidos;



Encontro de Balsas



Encontro de Buriti Bravo



Certificado de participação

2. Projeto NOTA FISCAL INTEGRAL

O Projeto NOTA FISCAL INTEGRAL objetiva estimular o cumprimento da legislação quanto à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal ao consumidor, bem como, para que nela constem todas as informações devidas. Cuida também da garantia dos direitos básicos do consumidor, com especial atenção à proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços.

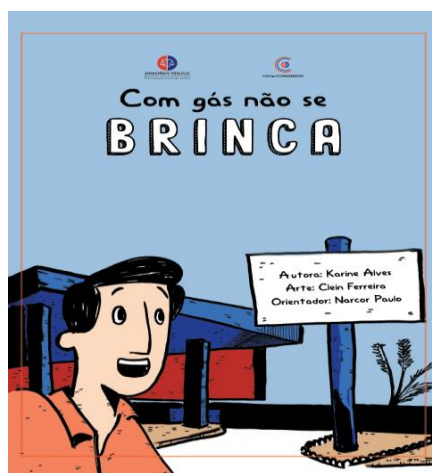
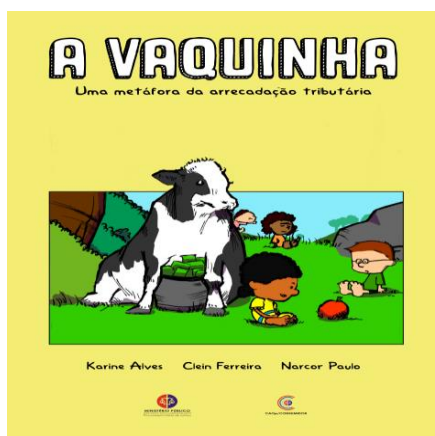
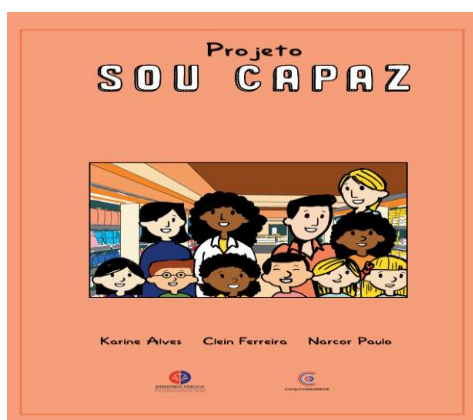
No ano de 2019, o projeto incorporou um outro chamado Municipalização da defesa do consumidor e deu ênfase à fiscalização do fornecimento de alimentos saldáveis pelos fornecedores maranhense, para promoção da qualidade dos produtos de origem animal e vegetal. A partir dessa nova

visão fiscalizadora, foram desencadeadas autuações dos abatedouros públicos e privados pelos ilustres agentes fiscais de defesa agropecuária do Estado do Maranhão, conforme abaixo classificados:

- 74 abatedouros com auto de infração;
- 6is abatedouros sem auto de infração.

Também foram realizadas reuniões com os representantes da Federação dos Municípios Maranhenses (FAMEM) e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA) sobre a situação dos Matadouros Públicos Municipais; com representantes do PROCON-MA e da Administração Superior do MPMA, na sede da Procuradoria Geral de Justiça sobre ao funcionamento do Posto Avançado do PROCON-MA no prédio do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público no centro de São Luís; palestra no evento AGROBALSAS: considerações sobre a proteção dos direitos dos consumidores e no auditório da Secretaria Municipal de Tutoia sobre a Importância da criação do PROCON-Municipal.

3. Produção Literária



5.8. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde) foi criado dar suporte às atividades das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde em consonância com a política institucional de melhor estruturar, organizar e aparelhar o Ministério Público do Estado do Maranhão. Nesse sentido, o CAOp-Saúde visa consolidar a atuação ministerial no combate a toda e qualquer espécie de violação de direitos referentes às políticas públicas de saúde.

Dentre as principais atividades desenvolvidas no período, destacam-se:

1. Fortalecimento do Controle Social na Saúde

No ano de 2019 o CAOp-Saúde despendeu esforços no fortalecimento do controle social na saúde, realizando as seguintes ações:

- **Proposta de alteração do Projeto de Lei nº 49/2018, que dispunha sobre o Conselho Estadual de Saúde** - Atuação institucional no Projeto de lei que versa sobre a composição, a organização, as atribuições e o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde /MA.
- **Qualificação dos conselheiros de saúde** - Realização de evento em conjunto com parceiros de rede de conselheiros, “**Encontro de Conselheiros de Saúde em São Luís/MA**”, realizado no dia 16 de agosto de 2019, no Auditório do Centro Cultural do MPMA, tendo como público-alvo conselheiros de saúde municipais e estaduais, bem como os Promotores de Justiça de Defesa da Saúde. Na oportunidade, o Núcleo de Ação de Ouvidoria e Prevenção da CGU/MA, como forma de desdobramento da estratégia de fortalecimento dos Conselhos de Saúde, inseriu a campanha de coleta de dados “Conselheiro – Queremos conhecer você”, de código nº 416-056, no aplicativo “Monitorando a Cidade” (o qual pode ser baixado na Playstore), com o objetivo de que os conselheiros de saúde respondam aos questionamentos sobre o funcionamento dos Conselhos. Tais informações são imprescindíveis para que a Rede de Controle possa identificar os principais problemas enfrentados por estes importantes órgãos colegiados do SUS, de forma a desenhar futuras intervenções.

2. Políticas Públicas voltadas à Saúde Materno Infantil – Rede Materno Infantil

Conforme consta do Plano Tático Operacional do CAOp/Saúde no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional para o horizonte 2016-2021, a Rede Materno Infantil (anteriormente denominada de “Rede Cegonha”) foi elencada por este órgão auxiliar como um dos temas de enfrentamento/fiscalização prioritária da instituição na defesa do direito à saúde, dada a fragilidade das políticas de saúde materno infantil do Estado, o que impacta diretamente em diversos indicadores de saúde. Nesse sentido foram realizadas as seguintes ações:

- a) **Elaborada planilha de indicadores de Pré-Natal** - Como resultado da coordenação de esforços com diversos atores, foi apresentado aos membros durante uma videoconferência temática da Saúde, realizada no dia 30 de setembro de 2019, cujo teor se encontra disponível no link <https://youtu.be/k5RQQeFKQcs>, a “Planilha de Indicadores de Pré-Natal”, instrumento elaborado pelo CAOp Saúde, CAOp Infância e Juventude e a Secretaria Extraordinária de Articulação das Políticas Públicas do Estado (SEEPP/MA), contém os elementos que são considerados indispensáveis para a assistência ao pré-natal em Unidade Básicas de Saúde/Postos de Saúde, para que seja aplicada pelos conselheiros de saúde, de modo que o promotor de justiça possa,

com tal atuação, induzir o empoderamento do controle social e identificar as inconformidades no pré-natal.

- b) **Emitida Recomendação sobre Transferências Inter hospitalares para os Hospitais de Referência**
- Desde 2018, este Centro de Apoio tem sugerido aos Órgãos de Execução com atribuição na Defesa da Saúde do MPMA que fiscalizem a observância, pelos gestores de saúde locais, do perfil assistencial do Hospital Dr. Odorico Amaral de Matos – Hospital da Criança (HC), bem como as condições em que se dão as transferências/ transporte de pacientes para o referido Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS), referência para o atendimento de urgência e emergência pediátrica (crianças a partir de 29 dias a 11 anos) dos municípios inseridos na Macrorregião Norte de Saúde.

3. Participação nas reuniões das Comissões Intergestores Regionais (CIR)

A permanente interlocução do Ministério Público com a gestão pública é uma estratégia eficaz na garantia do direito fundamental à saúde em todos os municípios maranhenses, tornando desnecessário o aforamento de ações judiciais, que muitas vezes se mostram pouco resolutivas, sobretudo no que tange à efetivação de políticas públicas de saúde. Desse modo, desponta como atuação estratégica que os Órgãos de Execução com atribuição na Defesa da Saúde do MPMA, em atuação em cada espaço regionalizado, estabeleçam contínuo diálogo interinstitucional com o Gestor de Saúde da Unidade Regional de Saúde respectiva, bem como estreitem os laços com a **Comissão Intergestores Regional (CIR)**.

Assim, estando inserido periodicamente nestes espaços, o Ministério Público, como órgão agente de fiscalização da gestão pública de saúde, poderá tomar conhecimento dos compromissos assumidos pelos gestores de saúde na articulação das ações e serviços de saúde em Redes, e atuará no sentido de fiscalizar o cumprimento daquilo que foi ajustado, garantindo a efetivação de políticas públicas de saúde.

Tal atuação prestigia a solução pactuada de conflitos, através da Mediação Sanitária, a qual está inserida como política institucional do MPMA, no Plano Tático-Operacional do CAOp/Saúde para o período de 2016-2021. Ao longo do ano de 2019, o CAOp/Saúde sugeriu às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que participem, sempre que possível, das reuniões da CIR respectiva, encaminhando, inclusive, o correspondente calendário de reuniões, via e-mail institucional.

4. Fiscalização dos impactos da Portaria nº 1.044/2018-SES/MA e da atual política de saúde adotada pelo Estado do Maranhão.

Considerando a necessidade de radiografar a atual configuração/conformação/ desenho da Rede Estadual de Saúde, em face do advento da Portaria SES/MA nº 1044/2018 (que estabeleceu a redução do teto das despesas para a prestação de serviços assistenciais, por plantão de 24 horas, na Rede Estadual de Saúde), o que exige da gestão de saúde o redimensionamento da Rede para assegurar a integralidade da assistência, bem como em razão da nova política de saúde adotada pelo Estado, o CAOp/Saúde encaminhou aos Órgãos de Execução sugestão de roteiro de atuação, contendo um fluxograma de como as Promotorias de Justiça poderiam instruir procedimento administrativo destinado a identificar as mudanças na Rede e apurar possível negativa de atendimento/desassistência em razão das supostas mudanças operadas.

5. Parceria entre o MPMA e a Ouvidoria da Secretaria de Estado da Saúde do MA;

Considerando que o Plano de Ação para a Qualificação e Descentralização das Ouvidorias do SUS, de autoria da Ouvidoria da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA) e aprovado através da Resolução CIB/MA nº 22, de 15 de março de 2019, tem por objetivo induzir a implantação das Ouvidorias nos municípios maranhenses, havendo, portanto, convergência de objetivos entre o MPMA e a Ouvidoria

da SES/MA, em 2019 o CAOp/Saúde estreitou laços com a mesma, estabelecendo parceria destinada à realização de capacitações no Nível II do Sistema Ouvidor SUS nas dependências do MPMA.

Foram oferecidas, na Sala de Reunião do 3ª andar do Prédio Anexo da PGJ (Centro), 4 (quatro) capacitações, as quais tiveram como público-alvo os municípios das Regiões de Saúde de Chapadinha, Codó, Rosário e Itapecuru Mirim.

Outrossim, o calendário de capacitações realizadas pela Ouvidoria da SES/MA nos municípios-sede das Regiões de Saúde foi remetido pelo Centro de Apoio às Promotorias de Justiça, acompanhado de esclarecimentos acerca da estratégia de atuação encampada pelo CAOp/Saúde, e os respectivos modelos de Recomendação, para que os membros do MPMA exigisse a indicação e encaminhamento de servidor da Secretaria Municipal de Saúde respectiva para se submeter à capacitação, que é condição imprescindível para a implantação da Ouvidoria do SUS municipal na maioria dos municípios maranhenses.



Capacitação de para implantação das Ouvidorias Municipais do SUS no MA

6. Visita técnica ao Estado do Paraná (Secretaria de Estado da Saúde e Consórcio Paraná Saúde) discutir sobre assistência farmacêutica.

Durante o período de 23 a 26 de abril de 2019, a promotora titular da 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Dra. Maria da Glória Mafra, bem como a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Maranhão, Dra. Ilma de Paiva Pereira realizaram visita técnica à Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (SESA/PR), bem como ao Consórcio Paraná Saúde (CPS), a fim de imergir nas boas práticas desenvolvidas pelo Paraná no tocante à estruturação da assistência farmacêutica, com o objetivo de ponderar/analisar se o referido modelo é adequado à realidade maranhense.

5.9. Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

O Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural foi instituído pela Resolução nº 002/1997-CPMP e instalado em dezembro de 2004. Subsídia os órgãos de execução em áreas como a fiscalização do ordenamento urbano, do planejamento e parcelamento do solo urbano e do uso de bens públicos imóveis, controle do poder de polícia administrativa dos órgãos ambientais e de fiscalização urbanística, mobilidade urbana defesa da fauna silvestre e doméstica, defesa das florestas e demais formas de vegetação, proteção das unidades de conservação, fiscalização da administração

ambiental, proteção dos bens ambientais como a água, a qualidade do ar, os bens culturais materiais tombados ou não, as manifestações do patrimônio cultural imaterial e o controle do licenciamento ambiental. Todos esses temas são abordados nos aspectos cíveis, criminais e administrativos, inclusive de improbidade conforme prevê o art.225§3º da Constituição da República.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2019, destacam-se:

1. No âmbito do Projeto “Capacitação em Resíduos Sólidos” foram realizadas as seguintes ações:

- Oficina sobre resíduos sólidos com apresentação técnica sobre Aterros Sanitários pelo engenheiro Walter Plácido e discussão quanto as ações para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios do Estado do Maranhão;
- Aplicados diagnósticos para identificação de grandes geradores de resíduos sólidos em 05 (cinco) municípios do Estado para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça para implementação da Política Municipal de Resíduos Sólidos;
- Diagnóstico no município de Itapecuru-MA, onde foram visitados vinte (20) estabelecimentos e realizado diálogo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo como uma das pautas o Projeto “Teia da Sustentabilidade”;
- Diagnóstico no município de Miranda do Norte-MA, sendo vistoriados quatorze (14) estabelecimentos e realizado diálogo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- Diagnóstico no município de Santa Inês-MA, sendo visitados vinte e um (21) estabelecimentos.
- Diagnóstico no município de Santa Luzia-MA, onde foram visitados dezoito (18) estabelecimentos.
- Aplicado o diagnóstico no município de Barreirinhas-MA, sendo visitados vinte e três (23) locais.
- Destaca-se que em todos os municípios contemplados também foram visitados as Cooperativas de Catadores quando existente e os possíveis locais para construção de Ecoponto e vistoriados os Hospitais (Municipal e Regional), Mercado Municipal, lixão e matadouro.

2. Projeto “Valorização de Resíduos Sólidos”:

- Realizada reunião com municípios de 50 a 100 mil habitantes, em especial sob a temática grandes geradores de resíduos e logística reversa.. Foram apresentados diagnósticos de alguns municípios vistoriados pelos analistas do CAOUMA e definidas ações para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos,
- Realizada reunião com Promotores de Justiça de Meio Ambiente, Prefeituras Municipais, FAMEM, SEMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Sendo estabelecido que a FAMEM deve elaborar um projeto básico de Ecoponto para compartilhar com as Prefeituras e sensibilizar quanto a sua importância para implantação da Política Municipal de Resíduos Sólidos. Quanto às Prefeituras, estas devem elaborar legislação contendo a definição de grandes geradores de resíduos sólidos dos municípios, ceder o local e construir Ecoponto visado à cooperativa de catadores, sendo o gerenciamento feito pela cooperativa por meio de contrato de concessão, sem ônus para as Prefeituras.

3. Atuação institucional em 2019

- Reunião com Ibama e promotor de Justiça da Comarca de Guimarães com objetivo de estabelecer ações estratégicas para combater a pesca predatória no município e arredores, considerando denúncia de armação de zangarias no período de defeso;

- Reunião em conjunto com a Corregedoria Geral do Ministério Público, tendo como pauta os crimes referentes ao armazenamento, transporte e comercialização de subprodutos florestais (carvão vegetal, lenha e madeira em geral) nos municípios da Baixada Maranhense;
- Reunião de trabalho para tratar dos crimes referentes ao armazenamento, transporte e comercialização de subprodutos florestais (carvão vegetal, lenha e madeira em geral) na região da Baixada Maranhense;
- Realizada Audiência Pública em Balsas-MA com o objetivo de discutir as responsabilidades pela proteção das nascentes do rio Balsas e de combate ao uso abusivo dos agrotóxicos;
- Realizadas **quatro reuniões** com participação de órgãos de execução que atuam na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns, para atender o objetivo estratégico 05 (intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural), incluindo os Projetos “Valorização de Resíduos Sólidos” e “Capacitação em Resíduos Sólidos”;
- Foram elaborados **vinte e um (21) pareceres técnicos e quatorze (14) laudos periciais** atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias, dentre os quais foram realizadas vistorias em cinco (05) lixões e matadouros. A maioria dos pareceres técnicos atenderam Promotores de Justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão;
- Foi realizado levantamento para a base de dados dos painéis do B.I. do CAOUMA.

6. COORDENADORIAS

6.1. Coordenadoria de Administração (CAD)

A Coordenadoria de Administração da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme determinado **nos arts. 69 e ss. do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ**, tem por incumbências regimentais as atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais de consumo e permanente, além do registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas responsabilidades institucionais.

Para que possa contribuir com a visão estabelecida para o Ministério Público, no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional, elaborou sua missão (conforme seu plano tático-operacional) de *promover a aquisição, guarda e movimentação de materiais, gerindo de forma eficiente e sustentável os bens da Instituição*.

1. Estrutura da Coordenadoria

Com o advento da Lei Estadual nº. 9.688/2012 e artigo 14 do Ato Regulamentar nº. 16/2012-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

2. Melhorias implementadas em 2019:

2.1. Gestão Patrimonial

Ao longo do ano de 2019, a Administração Superior realizou inaugurações de várias Promotorias de Justiça que passaram por construções ou reformas, dentre elas ressaltamos: *(Barra do Corda, Caxias, Centro Cultural e Administrativo do MP, Codó, Coelho Neto, Governador Nunes Freire, Santa Helena e Timon)*, que demandou desta Coordenadoria, providências para aquisições de móveis e equipamentos tais como: cadeiras, estações de trabalho, mesas, armários, condicionadores de ar, cafeteiras, centrais telefônicas, televisores dentre outros materiais.

Considerando que vários dos novos materiais que foram encaminhadas as diversas unidades Ministeriais, substituíram os móveis que estavam em uso e já tinham atingido o prazo de sua vida útil, foi necessário aplicarmos os procedimentos de alienações para esses bens, quais sejam: doações ou inutilizações. Ao todo foram deflagrados **23 processos administrativos** resultando na **baixa de 596** itens, beneficiando **16 Instituições** dentre públicas e filantrópicas.

Os procedimentos mencionados acima, decorreram dos esforços das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais desta Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça do interior do Estado, contribuindo para melhorar as estruturas das instituições donatárias, objetivando colaborar com os seus fins sociais, além do fato da PGJ, desonerar-se dos gastos decorrentes da utilização de espaço, recursos humanos e material para manutenção dos aludidos bens.

Ainda sobre a gestão patrimonial, podemos destacar a quantidade de materiais permanentes

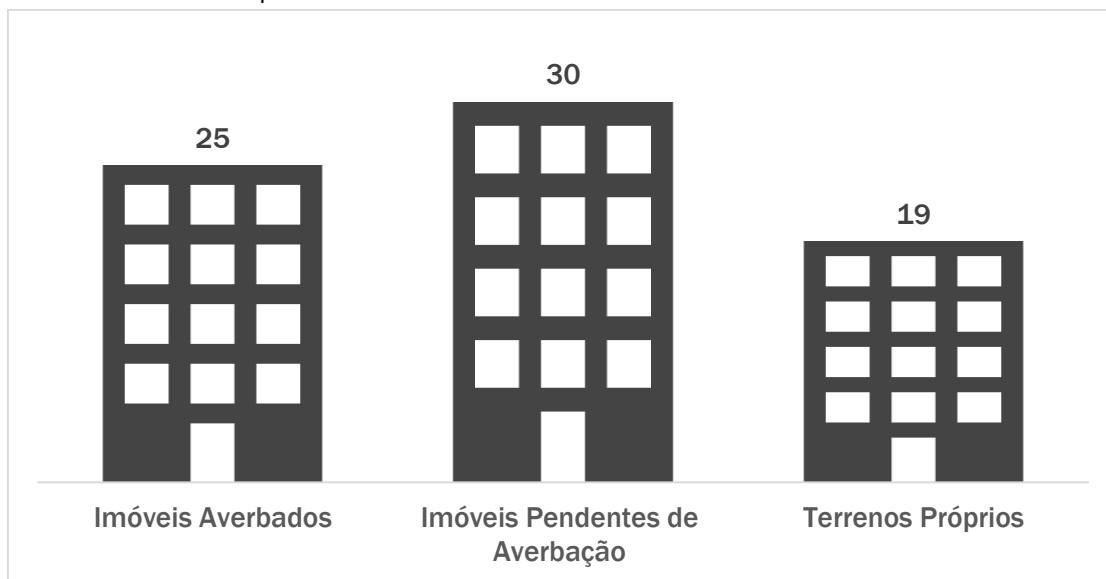
atendidos no sistema **GESP-Patrimônio**, foram **2.267 itens**, que envolveu toda uma logística de aquisição, recebimento, tombamento, carga patrimonial, até a entrega efetiva do bem.

a) Imóveis próprios:

Atualmente a PGJ possui **55 (cinquenta e cinco) Imóveis Próprios/ sedes**, sendo:

- ✓ 25 (vinte e cinco) imóveis averbados
- ✓ 30 (trinta) imóveis pendentes de averbação e,
- ✓ 19 terrenos próprios.

Gráfico 20: Imóveis Próprios



Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Em 2019 foram averbados **6 (seis) imóveis**, sendo:

- ✓ 2 (dois) imóveis foram averbados por Decadência (Presidente Dutra e Vargem Grande), imóveis cujas edificações ocorreram há mais de 5 (cinco) anos.
- ✓ 4 (quatro) imóveis referem-se a obras novas (Coelho Neto, João Lisboa, Rosário e Santa Helena).

b) Imóveis cedidos:

Atualmente a PGJ possui **18 (dezoito) Imóveis Cedidos**, dos quais, **14 (quatorze) desses imóveis** têm como CEDENTE do Governo Estadual. São eles:

Quadro 10: Cessão de Imóveis

IMÓVEIS CEDIDOS AGUARDANDO DOAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL				
ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO	SITUAÇÃO	
			DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
1	ANAJATUBA	Rua Nina Rodrigues, nº 491, Centro	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
2	BACABAL	Rua Barão do Rio Branco, nº 215, Centro	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.

3	BALSAS	Rua Dr. José Coelho Noleto, nº 155, Potosi	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
4	CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MP (CENTRO)	Rua Oswaldo Cruz nº 1396, Centro	Termo de Cessão de Uso	Imóvel em via de transferência de titularidade do SESI para a PGJ, com a anuência da PGE.
5	CODÓ	Avenida João Ribeiro, s/n, Centro	Aguardando da Prefeitura de Codó o Termo de Cessão de Uso. O Gov. do Estado, proprietária do imóvel, delegou a prefeitura gestão dessa área (gleba)	Neste imóvel funciona a atual sede das Promotorias de Justiça desta Comarca
6	COROATÁ	Rua Senador Leite, nº 785, Centro	Termo de Cessão de Uso	Imóvel com rescisão do contrato de cessão em curso
7	JOÃO LISBOA	Rua 15 de Novembro, Praça do Mercado	Termo de Cessão de Uso	Imóvel com rescisão do contrato de cessão em curso
8	LORETO	Avenida Coronel Manoel Santana, s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
9	MIRADOR	Avenida Francisco Luiz, s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	Imóvel encontra-se fechado. A obra da construção da nova sede está prevista para maio/2020 (atualmente a sede funciona em imóvel locado).
10	PEDREIRAS	Rua das Laranjeiras s/n, Bairro Bandeirantes	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
11	PORTO FRANCO	Rua Joaquim Pereira s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
12	SÃO JOÃO BATISTA	Rua Cristóvão Cavalcante s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
13	SEDE PGJ NOVA (CALHAU)	Avenida Prof. Carlos Cunha s/n, Sítio Santa Eulália, Calhau	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.
14	URBANO SANTOS	Rua da Graça nº 10, Centro	Termo de Cessão de Uso	A PGJ negociando com a PGE receber imóvel por Afetação.

Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Os outros 4 (quatro) Imóveis Cedidos, são os citados abaixo:

Quadro 11: Outros Imóveis cedidos

IMÓVEIS CEDIDOS				
ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO	SITUAÇÃO	
			DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
1	BARRA DO CORDA	Lote Urbano, Quadra M, Lote 14, Bairro: INCRA	Aguardamos do INCRA, o Termo de Cessão de Uso	Neste imóvel funciona a atual sede das Promotorias de Justiça desta Comarca
2	CAJAPIÓ	Rua da Chapadinha, s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	Prazo de vencimento deste Contrato de Cessão é 31/12/2020, celebrado com a Prefeitura de Cajapió.

3	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	Rua Albino Lopes nº 7, Conjunto dos Bancários (Travessa Bandeirantes nº 7, Centro)	Termo de Cessão de Uso	O prazo de vencimento deste Contrato de Cessão é 14/02/2026, celebrado com o Tribunal de Justiça do MA. O Termo de Cessão deste imóvel é por prazo indeterminado. Houve a doação de um novo terreno para a construção da nova sede das promotorias desta comarca (prevista para maio/2020), mas na condição da PGJ devolver este imóvel à prefeitura municipal de São José de Ribamar.
4	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Rua José Maria Santiago e Rua 28 de julho, Centro	Termo de Cessão de Uso	

Fonte: CAD/PGJ, 2019.

3. Seção de Material

a) Gestão de Material de Consumo

Foram empregados durante o exercício de 2019, para a aquisição de materiais de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, recursos no montante de **R\$ 1.264.582,98** (Um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos), divididos conforme tabela anexa.

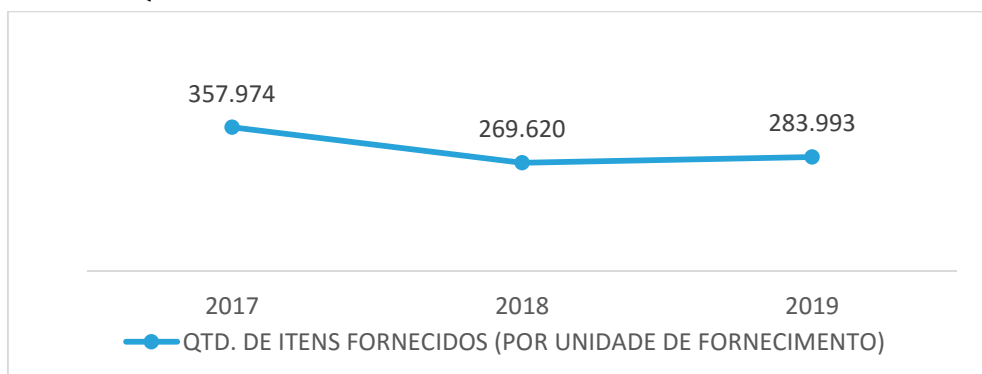
Em 2019, no SISTEMA GESP – módulo Materiais, levando em conta o Almoxarifado Central – Monte Castelo e o Almoxarifado da PGJ, foram atendidas um total de **3.633 (Três mil seiscentos e trinta e três)** requisições de materiais de consumo e delas foram fornecidas **283.993 (Duzentos e oitenta e três mil novecentos e noventa e três)** unidades de todos os itens requisitados. No quadro a seguir verificamos um aumento do número de pedidos realizados em 2019, em face também da individualização desses pedidos por quase todas as Promotorias de Justiça Intermediárias, razão pela qual supomos esse pequeno aumento na quantidade de itens fornecidos em relação a 2018.

Tabela 50: Fornecimento de Materiais

Ano	Quant. de Pedidos	Quant. de Itens Fornecidos (por uni. de fornecimento)
2017	2.417	357.974
2018	3.370	269.620
2019	3.633	283.993

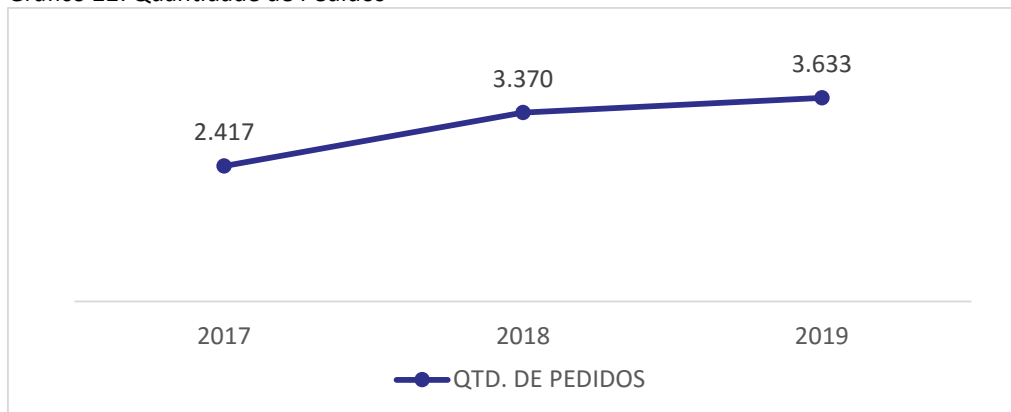
Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Gráfico 21: Quantidade de Itens Fornecidos



Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Gráfico 22: Quantidade de Pedidos



Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Mesmo com toda essa quantidade de movimentação de materiais de consumo, os almoxarifados encerraram o ano de 2019 sem apresentar qualquer diferença no controle dos itens que se encontram em estoque, conforme inspeção realizada pela Comissão de Inventário e pela Auditoria Interna da PGJ. Estes resultados se devem ao aperfeiçoamento dos controles e ao avanço nas melhorias implantadas no SISTEMA GESP – Materiais combinados com os procedimentos de controle adotados em nossos almoxarifados. As melhorias no sistema também proporcionaram relatórios gerenciais mais direcionados, que orientaram a tomada de decisão da Administração Superior no sentido de minimizar os custos relativos ao fornecimento desses materiais.

4. Seção de Compras

Durante o ano de 2019, o setor de compras deflagrou 118 processos de compras, divididos em 19 processos licitatórios referentes a aquisições de bens de consumo e permanentes, 03 processos de adesão e 06 dispensas de licitação.

Com relação aos empenhos, foram abertos 66 processos de consumo e 24 de permanente. Vale destacar a participação de Ministério Público na Ecoliga, uma rede, formada no Maranhão por nove instituições públicas, MPMA, TJ, TRE, TRT, JF, UFMA, TCE, UEMA, DEFENSORIA PÚBLICA que visa a troca de experiência e a execução conjunta de ações que proporcionem a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na Administração Pública maranhense.

Dentre as ações conjuntas, frisa-se a implantação do mecanismo de compra compartilhada, resultando assim em uma economia de larga escala, tendo em vista a celeridade do processo evitando entre outras coisas desperdício de mão de obra, estimando-se uma redução considerável no valor da aquisição.

Destacamos, também, o contínuo aperfeiçoamento dos controles de compras junto com a CMTI e Almoxarifado, onde buscamos avanços nas melhorias implantadas no sistema GESP – COMPRAS, bem como a utilização do módulo de compras do SIGA, ferramenta utilizada pelo Governo do Estado do Maranhão.

As melhorias no sistema também proporcionaram uma ferramenta completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

Pontos de inclusão/melhorias no sistema GESP – COMPRAS.

- Abertura do processo (fase interna)
- Atualização de informações referentes ao pregão.
- Análise documental e de propostas.
- Convocação de amostras (se necessário)

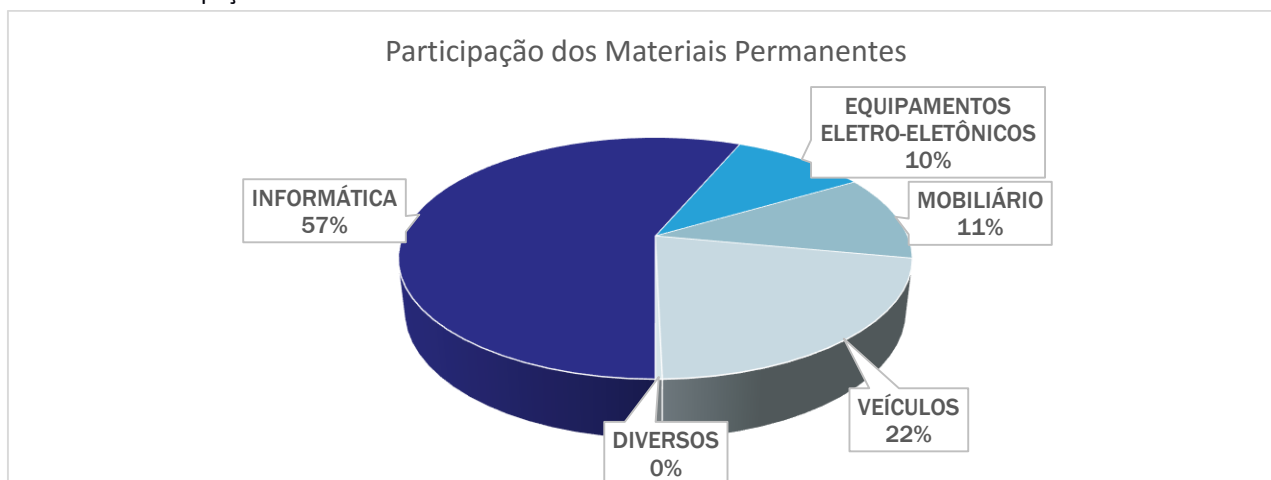
- Inclusão de atas, documentações e informações necessárias para empenhos e fiscalização.
- Pedidos de empenhos.
- Autorização de fornecimento vinculado ao número de empenho.
- Registro de data de recebimento dos empenhos e autorizações de fornecimento.
- Registro de data de entrega dos materiais.
- Informação de lançamento de notas fiscais.
- Informações de pagamentos.
- Notificações.
- Apurações de responsabilidade.
- Históricos de idoneidades.

Tabela 51: Aquisição de Materiais Permanentes

Trimestre	Informática	Eletroeletrônicos	Mobiliário	Veículos	Diversos
1º	R\$ 136.980,00	R\$ 49.680,36	R\$ 24.742,90	R\$ -	R\$ -
2º	R\$ 104.820,00	R\$ 205.002,43	R\$ 327.663,51	R\$ -	R\$ 21.228,37
3º	R\$ -	R\$ 151.011,24	R\$ 266.502,26	R\$ 530.000,00	R\$ -
4º	R\$ 3.071.957,79	R\$ 191.109,07	R\$ 49.922,73	R\$ 744.440,00	R\$ -
SUBTOTAL	R\$ 3.313.757,79	R\$ 596.803,10	R\$ 668.831,40	R\$ 1.274.440,00	R\$ 21.228,37
TOTAL					R\$ 5.875.060,66

Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Gráfico 23: Participação dos Materiais Permanentes



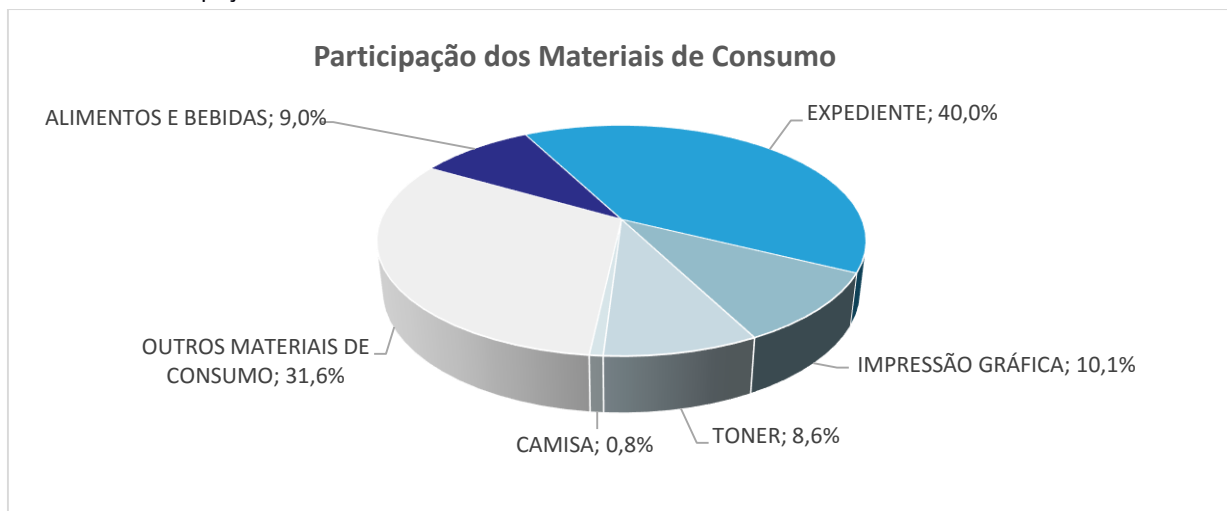
Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Tabela 52: Aquisição de Materiais de Consumo

Trimestre	Alimentos E Bebidas (R\$)	Expediente (R\$)	Impressão Gráfica (R\$)	Toner (R\$)	Camisa (R\$)	Outros Materiais de Consumo (R\$)
1º	26.337,00	153.262,00	2.400,00	28.173,20	-	47.615,68
2º	33.461,32	62.282,06	5.500,00	31.748,80	-	34.232,92
3º	6.327,00	93.274,50	33.440,00	6.965,00	5.925,00	110.096,92
4º	47.291,52	197.018,59	85.850,27	42.287,40	3.687,00	207.505,40
SUBTOTAL	113.416,84	505.837,15	127.190,27	109.174,40	9.612,00	399.450,92
TOTAL						1.264.681,58

Fonte: CAD/PGJ, 2019.

Gráfico 24: Participação dos Materiais de Consumo

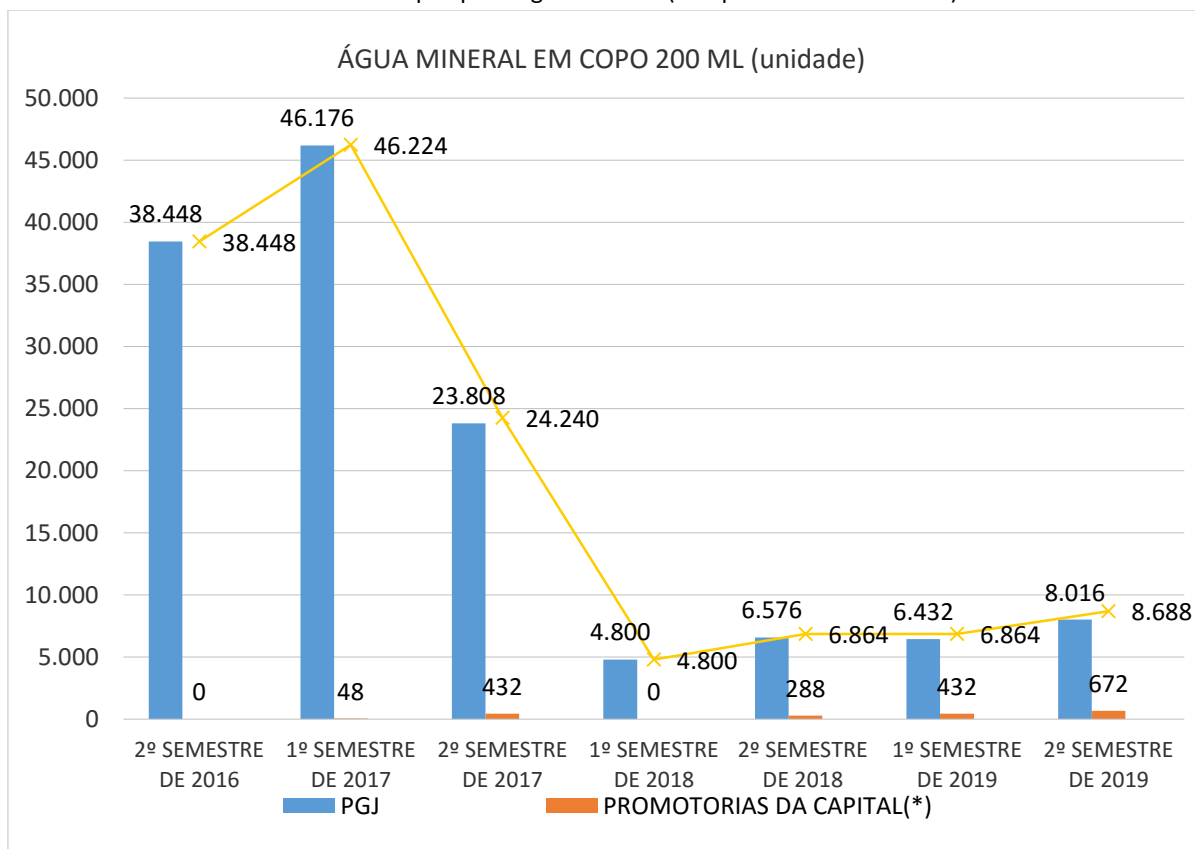


Fonte: CAD/PGJ, 2019.

5. Desafio Sustentável

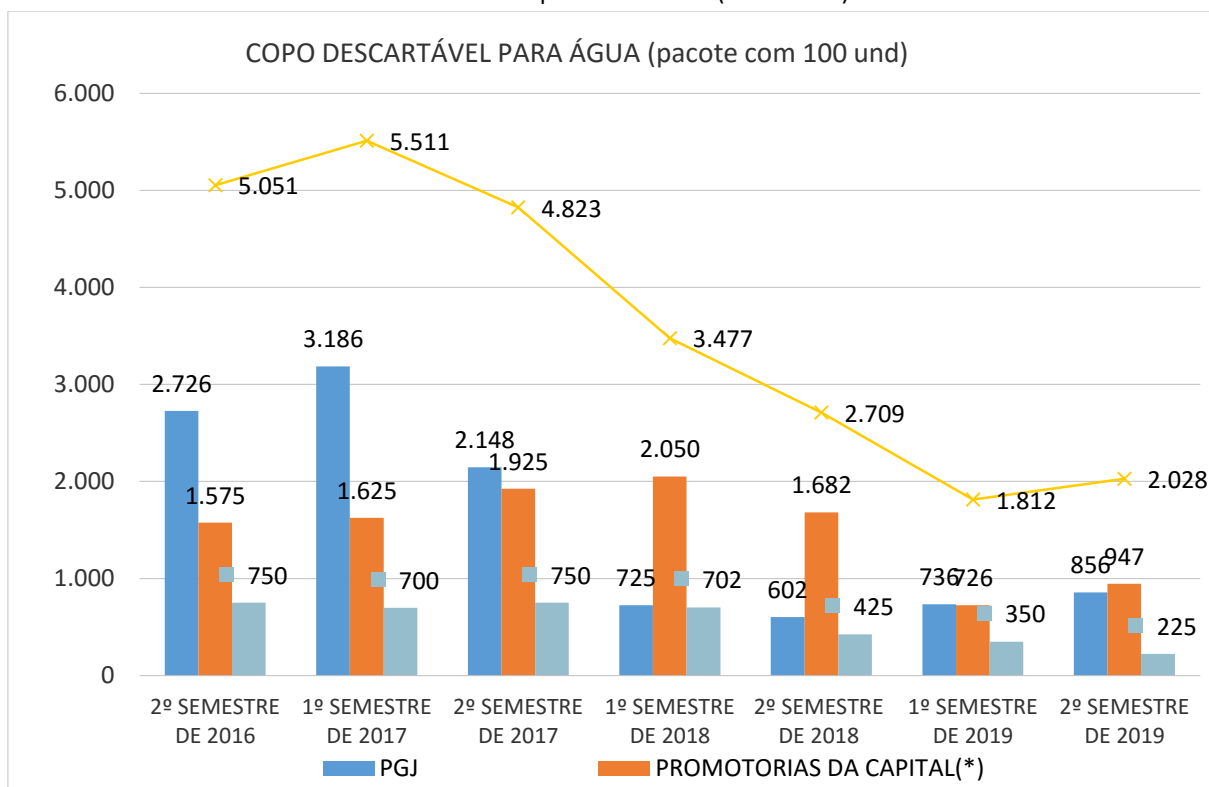
O Ministério Público do Maranhão instituiu, por meio do Ato Regulamentar nº 139/2017- GPGJ, o Programa Integrar: o Desafio Sustentável, que trata do consumo de água e energia de todas as unidades do MPMA, ao longo do ano. Seguem os resultados do programa:

Gráfico 25: Consumo Semestral de Copos para Água Mineral (comparativo 2016 a 2019)



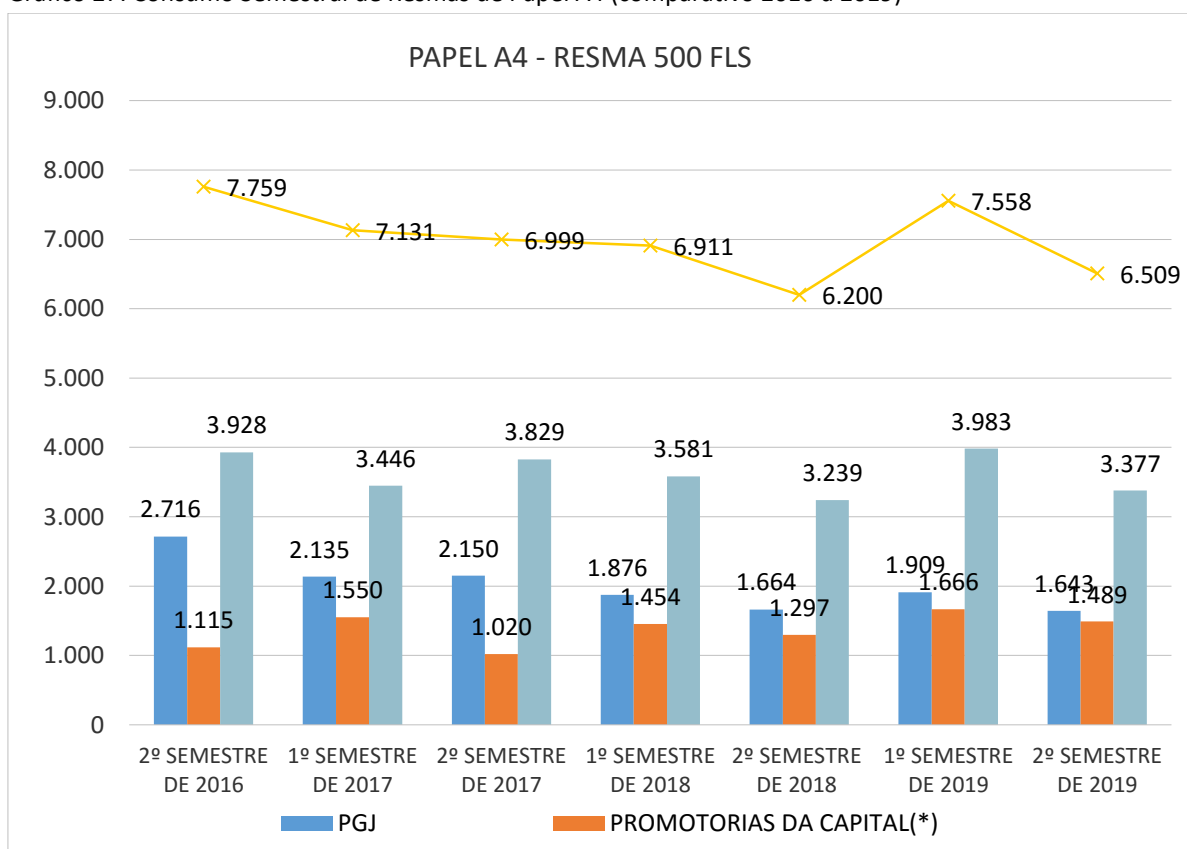
Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

Gráfico 26: Consumo Semestral de Pacotes de Copos Descartável (2016-2019)



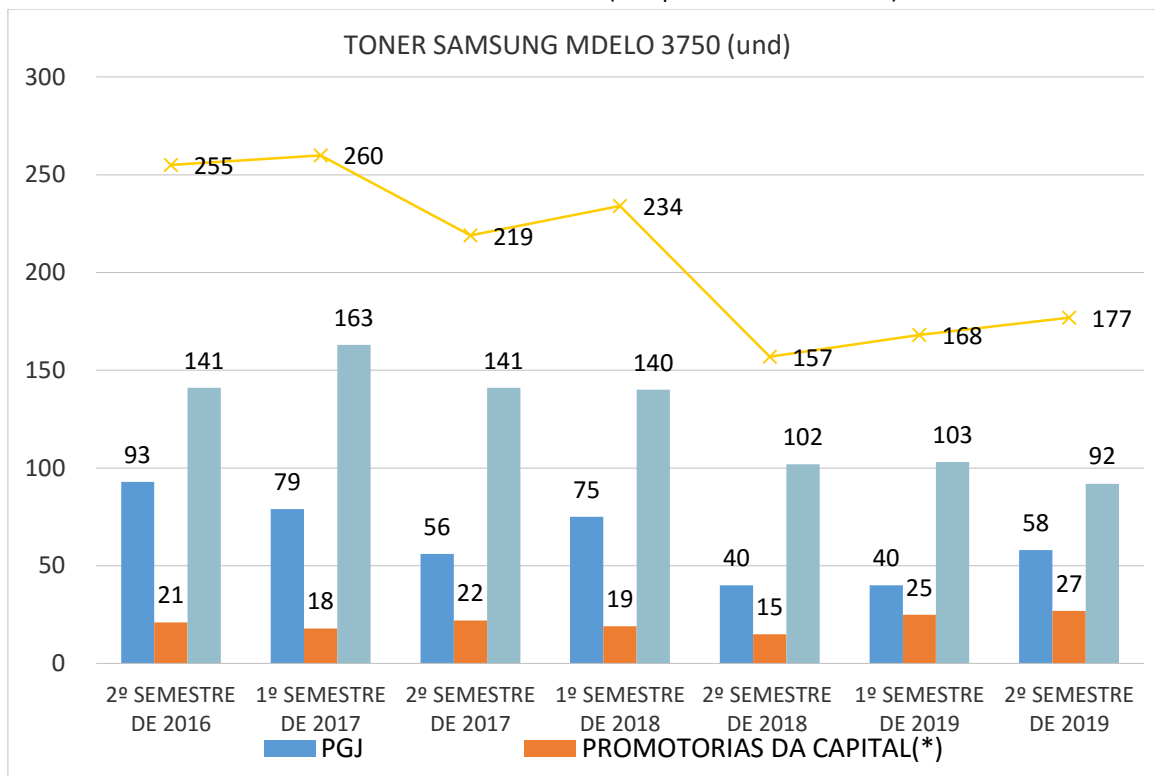
Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

Gráfico 27: Consumo Semestral de Resmas de Papel A4 (comparativo 2016 a 2019)



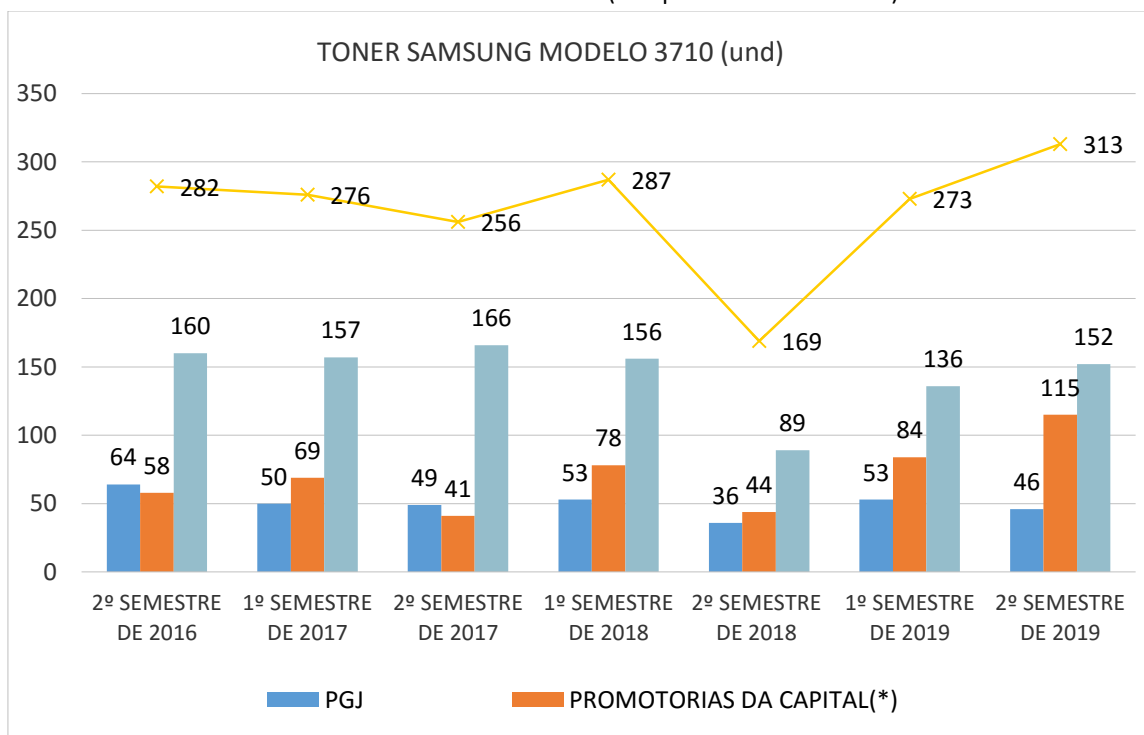
Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

Gráfico 28: Consumo Semestral de Toner Modelo 3750 (comparativo 2016 a 2019)



Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

Gráfico 29: Consumo Semestral de Toner Modelo 3710 (comparativo 2016 a 2019)



Fonte: SECINST/PGJ, 2019.

6.2. Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área em execução durante o ano, conforme detalhamento a seguir:

a) SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Manutenção Predial Preventiva:

- **Reformas finalizadas:** Buriticupu, Penalva, Cantanhede, Mirinzal, Pindaré Mirim, Bom Jardim, Zé Doca, Parnarama, Esperantinópolis, Senador La Roque, Governador Eugênio Barros e São Francisco do Maranhão.
- **Reformas em andamento:** Timon, Humberto de Campos, Icatu, Pio XII, Morros, Santa Inês e Arame.

Manutenção Predial Corretiva:

- **Manutenções corretivas realizadas em 47 localidades:** João Lisboa, Imperatriz, Montes Altos, Esperantinópolis, Barão de Grajau, Bacabal, Buriti Bravo, Açailândia, Passagem Franca, Grajaú, Carolina, São João dos Patos, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga, São Mateus, Paraibano, Colinas, Joselândia, São Domingos do Maranhão, Poção de Pedras, Lago da Pedra, São Pedro da Água Branca, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas, Pedreiras, Alto Parnaíba, Timon, Pindaré-Mirim, Mirinzal, Itapecuru Mirim, Icatu, Santa Helena, Santa Rita, Buriti, Turiaçu, Buriticupu, Parnarama, Chapadinha, Rosário, Morros, Viana, São Bento, Olinda Nova, Pinheiro, São Vicente Férrer, Matinha, Viana.

b) SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

- **Construção de sedes de Promotorias de Justiça concluídas:** João Lisboa, Santa Helena, Caxias, Timon, Codó, Coelho Neto, Barra do Corda, Governador Nunes Freire.
- **Construção de sedes de Promotorias de Justiça em andamento:** São José de Ribamar, Promotorias de Justiça da Capital, Lago da Pedra, Coroatá, Araióses, Estreito, Loreto, Santo Antônio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras, Mirador, Santa Luzia do Paruá.
- **Reformas concluídas** na antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça e na ampliação do prédio sede das Promotorias de Justiça de Açailândia. Enquanto a reforma da antiga sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz, encontra-se em andamento.

c) SEÇÃO DE AVALIAÇÃO E PERÍCIAS

- **Avaliações de imóveis** - Em 2019, foram avaliadas **18 unidades prediais** do MPMA, quais sejam: Santa Luzia do Paruá, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Santa Quitéria do Maranhão, Cândido Mendes, Galpão (Monte Castelo), Santa Rita, São Domingos do Maranhão, Paulo Ramos, Riachão e São Raimundo das Mangabeiras.
- **Perícias** - Em 2019, foram **periciadas 52 localidades/objetos**, sendo solicitados pela: 2ª PJ de Vitorino Freire, 3ª PJ Paço do Lumiar, 1ª PJ Paço do Lumiar, 1ª PJ São José de Ribamar, PJ

Especializada São José de Ribamar, 1ª PJ Viana, PJ Bequimão, PJ Bom Jardim, PJ Cantanhede, PJ Governador Nunes Freire, PJ Grajaú, PJ Olinda Nova, PJ Paraibano, PJ Passagem Franca, PJ São João Batista, PJ Timon, PJ Zé Doca, PJ Presidente Dutra, Núcleo de Investigação, CAOP da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, 29ª PJ Especializada em Defesa do Patrimônio Público e Privado, 8ª PJ Especializada em Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio, 11ª PJ Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, 14ª PJ Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 15ª PJ Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e 16ª PJ Especializada na Defesa dos Direitos do Idoso.

6.3. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) atenta às demandas crescentes da sociedade por um serviço público eficiente, e também às demandas que emergem do novo contexto laboral em que estão inseridos os membros e servidores desta instituição, realizou, no ano de 2019, importantes estudos e benchmarkings acerca dos modelos de Avaliação de Desempenho e dos sistemas atualmente em uso em diversas organizações públicas como o Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral 16ª Zona, Ministérios Públicos de Minas Gerais, Roraima, Distrito Federal, Ceará e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Nesse sentido, promoveu com CNMP a realização de teleconferência para a apresentação dos Sistemas ASTRIS Competências e Talentos, com a finalidade de firmar Acordo de Cooperação Técnica para compartilhamento dos códigos fontes que permitirão o desenvolvimento de um novo e avançado sistema de gestão e avaliação do desempenho. A minuta do novo ato está em processo de finalização e deverá ser apresentada à Administração Superior para apreciação ainda no primeiro bimestre de 2020.

Ainda no intuito de conduzir a área de Gestão de Pessoas a uma atuação mais estratégica e gerencial, após realizar amplo estudo nos diversos ramos do MP brasileiro, a CGP formulou, junto à Administração Superior, a reestruturação do setor com a perspectiva de criação da Secretaria de Gestão de Pessoas, uma Assessoria de Legislação de Pessoal, uma Assessoria de Estatística, sendo à Secretaria vinculadas às Coordenadorias de Gestão de Pessoas, Coordenadoria Administrativa de Pessoas, Coordenadoria de Qualidade de Vida e Coordenadoria de Folha de Pagamentos. Tudo com vistas a promover o fortalecimento das vertentes: Organização Administrativa, Governança de Pessoas e Qualidade de Vida e poder, assim, atingir os objetivos propostos na Política Nacional de Gestão de Pessoas, implementada no Ministério Público do Maranhão por meio do Ato nº 06/2018-GPGJ.

Associado a esses desafios, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas desenvolveu diversas atividades, gerenciou e tratou dados de aproximadamente 17 mil processos, promovendo, ainda, ação de Desenvolvimento e Integração (projeto piloto na Comarca de Timon), conforme se verá a seguir.

1 – Conquistas/Avanços da área de Gestão de Pessoas:

- Previsão da aprovação do projeto de lei encaminhado à Assembleia para reposição de 2.97% (cinco por cento) referente às perdas inflacionárias na remuneração dos servidores, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2020;
- Concessão do Plano de Assistência médico-social devido aos servidores ativos, disciplinado pelo Ato Regulamentar nº 08/2019-GPGJ, com entrada em vigor a partir de 01 de maio de 2019;
- Realização de diversas e importantes ações do Programa de Saúde e Qualidade de vida e no trabalho, desenvolvidas pela Seção de Saúde Funcional, conforme demonstrado no relatório anexo;

- Continuação do Coral Vozes do MP com a contratação de *Ronaldo Pereira Ribeiro* como regente do Coral Vozes do MPMA;
- Implementado Teletrabalho pelo Ato nº 373/2019, em caráter experimental, vigente a partir de 30 de novembro de 2019;
- Novo Ato de Registro de Ponto nº 20/2019 que prorroga período para gozo de banco de horas para 01 ano e demais adaptações;
- Regulamentado o Programa de Serviço Voluntário pelo Ato nº 24/2019, publicado em 30 de janeiro de 2019;
- Instituído o Programa de Exames Periódicos de Saúde para membros e servidores – PEPS, pelo Ato 325/2019, de 18/09/2019;
- Autorizada a conversão em pecúnia de férias interrompidas, conforme Ordem de Serviço nº07/2019 – GPGJ/DG;
- Realizada a Primeira Ação de Integração e Desenvolvimento profissional com membros e servidores da Comarca de Timon, conforme relatório anexo.

Tabela 53: Quantitativo de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça

Descrição	TOTAL em 2019	% de participação
<i>Membros</i>	327	13,89
<i>Servidores Efetivos</i>	617	26,20
<i>Exclusivamente Comissionados</i>	512	21,74
<i>Requisitados</i>	444	18,85
<i>Aposentados /Pensionistas</i>	186	7,90
<i>Estagiários não obrigatórios</i>	228	9,68
<i>Voluntários</i>	41	1,74
TOTAL	2.355	100

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

2 – Provimento de Cargos:

Tabela 54: Provimento de Cargos Efetivos

Provimentos – Cargos Efetivos	2019	2018	2017	2016	2015	2014
<i>Promotor de Justiça</i>	-	1	13	13	40	1
<i>Analista Ministerial</i>	-	1	22	8	2	4
<i>Técnico Ministerial</i>	-	1*	39	19	7	53
<i>Auxiliar Ministerial</i>	-	0	0	0	0	0
TOTAL	-	4	74	40	49	58

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

* Em 2018, 01 Técnico Ministerial foi reintegrado, por decisão liminar.

Tabela 55: Provimento de Cargos Comissionados

Descrição - Provimentos	2019	2018	2017	2016	2015
<i>De indicação do Procurador-Geral de Justiça</i>	16	40	31	47	31
<i>De indicação de Procurador de Justiça</i>	16	16	39	25	43
<i>De indicação de Promotor de Justiça</i>	68	54	59	69	91
TOTAL	100	110	129	141	165

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Tabela 56: Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria)

Descrição Vacâncias	2019*	2018*	2017	2016	2015
<i>Procurador de Justiça</i>	0	0	1	0	0
<i>Promotor de Justiça</i>	8	9	5	12	1
<i>Analista Ministerial</i>	0	0	2	2	1
<i>Técnico Ministerial</i>	5	6	9	6	10
<i>Auxiliar Ministerial</i>	0	0	1	0	0
TOTAL	13	15	18	20	12

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

* em 2018, 03 Técnicos Ministeriais foram demitidos.

* em 2019 houve a reintegração de 01 Técnico Administrativo

Tabela 57: Vacâncias cargos comissionados

Descrição Vacâncias	2019	2018	2017	2016	2015
<i>De indicação do Procurador-Geral de Justiça</i>	19	17	21	31	23
<i>De indicação de Procurador de Justiça</i>	11	18	32	24	38
<i>De indicação de Promotor de Justiça</i>	66	52	51	71	76
TOTAL	96	87	104	126	137

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Ressalte-se que proporcionalmente, a rotatividade de cargos de indicação de Procuradores de Justiça é maior que os de indicação de Promotores de Justiça.

Tabela 58: Movimentação na Carreira de Membros

Descrição	2019	2018	2017	2016	2015
<i>Promoção para Procurador de Justiça</i>	0	1	0	0	1
<i>Promoção de Promotor de Justiça</i>	7	19	0	4	2
<i>Titularidade de Promotor de Justiça</i>	0	5	8	7	38
<i>Remoção</i>	36	45	29	7	28
<i>Aposentadoria Procurador de Justiça</i>	0	0	0	0	0
<i>Aposentadoria Promotor de Justiça</i>	6	1	1	1	1
<i>Demissão de Promotor de Justiça</i>	0	0	1	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Tabela 59: Movimentação na Carreira – Servidores

Descrição	2019	2018	2017	2016	2015
<i>Homologação de estágio probatório</i>	8	8	115	0	0
<i>Promoção + Progressão</i>	344	362	470	279	271
<i>Remoções</i>	22	17	43	7	14

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

3 - Adicional de Qualificação - AQ

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos 42 (quarenta e dois) Adicionais de Qualificação, em 2019.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 490 (quatrocentos e noventa) servidores, correspondendo a 86,42% de um total de 567 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 60: Quantitativo de Servidores estáveis com o Adicional de Qualificação 2013-2019

Nível do AQ	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
<i>Graduação</i>	3	172	5	180	36,73
<i>Especialização</i>	88	190	5	283	57,76
<i>Mestrado</i>	19	4	0	23	4,69
<i>Doutorado</i>	3	1	0	4	0,82
TOTAL de servidores com AQ	113	367	10	490	86,42

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Tabela 61: Quantitativo de Servidores estáveis sem o Adicional de Qualificação 2013-2019

	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL
<i>Cargos Providos servidores estáveis</i>	120	425	22	567
<i>Quantitativo de servidores estáveis sem AQ</i>	7	58	12	77
<i>% por cargo de servidores SEM AQ</i>	5,83	13,65	54,55	13,58

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Por oportuno, descrevemos a seguir a escolaridade do Quadro de servidores efetivos desta Procuradoria Geral de Justiça.

Tabela 62: Nível de Escolaridade de Servidores Efetivos

NÍVEL	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
<i>Fundamental</i>	-	-	2	2	0,32
<i>Ensino Médio</i>	-	90	10	100	16,21
<i>Graduação</i>	28	172	5	205	33,23
<i>Especialização</i>	88	190	5	283	45,87
<i>Mestrado</i>	19	4	0	23	3,73
<i>Doutorado</i>	3	1	0	4	0,65
TOTAL de servidores	138	457	22	617	100%

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Ressalte-se que dos 50 servidores, que se encontram em estágio probatório, foram consideradas as escolaridades exigidas para o cargo.

Tabela 63: Gestão do Estágio Não-Obrigatório

Descrição/Ano	2019	2018	2017	2016	2015
<i>Legislação</i>	Ato Reg 17/19	Ato Reg 12/18	Ato Reg 12/17	Ato Reg 13/15	Ato Reg 13/15
<i>Nº total de vagas de Estagiários</i>	270	243	193	150	150
<i>Admitidos</i>	209	80	195	32	46
<i>Renovação de Estágio</i>	42	135	11	29	64
<i>Desligados</i>	162	82	61	98	56
<i>Nº de estagiários em exercício/dezembro</i>	228	181	183	49	115

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

Destaque-se que não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os selecionados em 2016, assumiram em 2017. O seletivo de 2018 foi homologado em 2019.

4 – Processos seletivos para estagiário não-obrigatório:

Conclusão do seletivo de 2018 e realização e homologação do de 2019, conforme a seguir:

Tabela 64: Processos Seletivos para estagiário não-obrigatório

Processo Seletivo	2019	2018	2018 – PÓS	2017	2016
<i>PA</i>	3676/2019	11360-2018	989/2017	2300-2017	9847D2016
<i>Homologação</i>	Edital 09/2019 DEMP de 22/10/19	Edital 03/2019 DEMP de 01/02/19	Edital 11/2018, de 18/05/18	Edital 08/2017- DJ de 24/07/17	Edital nº 11/2016 - DJ 09/12/16
<i>Validade do concurso</i>	Até 22/10/2020	Até 01/02/20	18/05/19	De 24/07/2017 a 24/07/19	09 de dezembro de 2016- 2017
<i>Nº de vagas</i>	61	44	50	31	90
<i>Nº de aprovados</i>	168	370	21	146	316
<i>Nº Convocados</i>	40	224	21	121	306
<i>Nº de Admitidos</i>	31	179	16	67	193
<i>Cadastro de Reserva</i>	128	146	-	-	-

Fonte: CGP/PGJ, 2019.

5 – Programa Serviço Voluntário

Criado pelo Ato nº 0298/2018 e regulamentado por meio do Ato nº 24/2019 o Programa de Serviço Voluntário no Ministério Público do Maranhão já teve a adesão de 67 voluntários.

No ano de 2019 foi realizado, ainda, o segundo seletivo para a adesão de prestadores de serviço voluntário, tendo sido preenchidas 17 vagas existentes nas Promotorias de Justiça do interior e 03 na Comarca da Ilha de São Luís.

O programa conta atualmente com cadastro de reserva contendo 40 inscritos para Comarcas do interior do Estado e 178 para a Comarca da Ilha de São Luís, para diversas áreas.

6 - Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis em 2019

Foram realizados e homologados 07 concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando 08 Técnicos Ministeriais.

Tabela 65: Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP

ATIVIDADE	2019	2018
<i>Declaração de Margem de Consignação</i>	977	746
<i>Elaboração Atos de servidores e membros</i>	455	496
ATIVIDADE	2019	2018
<i>Elaboração Portarias de servidores e membros</i>	14.682	12.658
<i>Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Reg., outros)</i>	15.137	13.268
<i>Termos de Compromisso de Estágio</i>	209	80
<i>Termo de Renovação de Estágio</i>	42	135
<i>Termo de Desligamento de Estágios</i>	162	82
<i>Termo de Realização de Estágio</i>	162	82
<i>Editais de Convocação de Estágio</i>	34	30
<i>Editais de Convocação de Voluntários</i>	12	-
<i>Termos de Adesão de Voluntários</i>	67	-
<i>Editais de desligamentos de Voluntários</i>	23	-
<i>Termos de Adesão de Voluntários</i>	5	34
<i>Elaboração de Projetos Básicos (Termos de Referência)</i>	7	34
<i>Ofícios expedidos.</i>	116	223
<i>Memorandos expedidos</i>	370	467

Fonte: CGP/PGJ, 2019

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas anteriormente, outras tarefas de rotina não mensurada, tais como:

- Cadastramento e alimentação do Sistema GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Informações em processos sobre direitos de membros e servidores;
- Elaboração da escala de férias de servidores;
- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Abertura e informação nos processos de verbas indenizatórias;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Gestão do Programa de prestadores de serviço voluntário incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos voluntários e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás e de identidade funcional;
- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização de Treinamentos;

7 - Desafios na Gestão da área de Pessoas:

a) Concessão de Adicional de Qualificação de nível médio para os Auxiliares Ministeriais cuja exigência é o ensino fundamental.

O Adicional de Qualificação, instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, é devido a partir da comprovação de ensino superior (graduação). Entretanto, na estrutura de cargos deste MPMA ainda existem 22 servidores ocupantes do cargo de Auxiliar Ministerial, cuja escolaridade exigida é ensino fundamental.

Atualmente dos 22 (vinte e dois) Auxiliares Ministeriais, 9 (nove) já recebem o Adicional de Qualificação, sendo 05 por graduação e 04 por pós-graduação. Dos 13 (treze) restantes, 02 (dois) permaneceram com ensino fundamental, mas 11 (onze) tem ensino médio.

Entende-se que o Auxiliar Ministerial com ensino médio mereça, também, ter reconhecido o seu esforço por buscar uma escolaridade maior. Assim, sugere-se a alteração do Art. 2º do Ato Regulamentar nº 14/2013, para incluir um percentual tratando-se de ensino médio para contemplar os servidores Auxiliares Ministeriais.

b) Revisão na simbologia do cargo de Chefe de Cerimonial.

Atualmente a simbologia do cargo de Chefe de Cerimonial é a CC-06, assim como os cargos de Chefe de Secretaria, Membro CPL, Assessor Jurídico da Administração, Assessor Técnico II e Assessor de

Promotor de Justiça. Porém, observa-se que a complexidade entre eles não é a mesma. Hoje, cabe ao Chefe de Cerimonial a gestão de pessoas, de aquisição e contratos, a coordenação de atividades específicas de um setor e a responsabilidade por uma unidade administrativa na estrutura organizacional deste MP, o que não ocorre com os demais cargos de mesma simbologia.

Em comparação aos demais cargos na estrutura organizacional, percebe-se que o cargo de Chefe de Cerimonial assemelha-se mais às atribuições do cargo de Coordenador ou de Assessor-Chefe.

c) Submeter à apreciação da Administração Superior o Projeto de Integração e Desenvolvimento profissional.

O projeto será realizado com os membros e servidores que integram os 14 Polos, multiplicando a Ação Piloto desenvolvida da Comarca de Timon.

d) Submeter à apreciação da Administração Superior a minuta do novo Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho.

Após a apreciação, desenvolver os requisitos do novo sistema, preparando a instituição para a sua utilização e sensibilizar cada integrante acerca de sua importância para o crescimento e evolução de toda a instituição.

e) Informatização dos dados referentes à vida funcional dos membros, servidores e estagiários que permitam a gestão e controle de direitos e deveres. Para tanto, apresenta-se como primordial:

Estrutura de Pessoal para continuar a transferência dos dados do antigo sistema de RH para o GESP, considerando que por limitações técnicas, a alimentação tem que ser feita manualmente, informação por informação, pessoa por pessoa e imediata adequação do Sistema de Portarias ao Sistema GESP, de acordo com a melhor solução técnica sugerida pela CMTI, para que se otimize os processos, reduzindo retrabalhos e garantindo a segurança da informação e de procedimentos;

f) Adequação do percentual de cargos comissionados aos 50% destinados, preferencialmente, aos servidores efetivos, conforme a Lei nº 8.077/2004.

Dentre os cargos comissionados do MPMA existem os de provimento por indicação dos membros. Cargos que foram excluídos do cômputo dos 50% destinados aos servidores efetivos pela Lei nº 8.824/2008, que assim dispõe: “o provimento dos cargos destacados para o funcionamento dos gabinetes das Procuradorias e das Promotorias de Justiça dar-se-á mediante indicação dos respectivos titulares, excetuando-se do percentual de que trata o caput”.

Dessa forma, a estrutura de cargos comissionados do MPMA apresenta-se conforme tabela a seguir:

Tabela 66: Resumo de Cargos Comissionados no MPMA

Descrição	Cargos criados	%
<i>Cargos de indicação de gabinete de membros:</i>		
- 93 Assessores de Procurador de Justiça		
- 31 Chefes de Gabinete de Procurador de Justiça		
- 31 Assessor Técnico I		
- 314 Assessores de Promotor de Justiça		
<i>Demais cargos comissionados</i>	469	75,16
Total	624	100,00

Fonte: CGP/PGJ, 2019

Atualmente, considerando a exclusão dos cargos pela Lei nº 8.824/2008, o percentual de cargos comissionados ocupados por servidores efetivos corresponde a **25,32%** dos 155 cargos comissionados restantes sendo que este cálculo considerou apenas os 154 providos em dezembro de 2019, conforme descrição a seguir:

Tabela 67: % de Cargos Comissionados ocupados por servidores efetivos

Descrição	Quantitativo	%
<i>Servidores Não-Efetivos (16 Membros + 95 Exclusivamente comissionados + 04 à disposição)</i>	115	74,68
<i>Servidores Efetivos</i>	39	25,32
<i>Total de Cargos Comissionados Providos</i>	154	100%

Fonte: CGP/PGJ, 2019

Entretanto, desconsiderando a exclusão determinada pela Lei nº 8.824/2008, em uma análise simplesmente numérica, a distribuição dos **618 cargos** comissionados **providos** em dezembro de 2019, está conforme descrito a seguir:

Tabela 68: Distribuição de Cargos Comissionados

Cargos Comissionados	2019	%	2018	%	2017	%
<i>Criados</i>	624	-	624	-	628	-
<i>Membros</i>	16	2,59	17	2,76	17	2,76
<i>Efetivos</i>	80	12,94	81	13,15	83	13,45
<i>Requisitados</i>	10	1,62	9	1,46	8	1,30
<i>Exclusivamente Comissionados</i>	512	82,85	509	82,63	509	82,50
Total Providos	618	100	616	100	617	100

Fonte: CGP/PGJ, 2019

Entende-se que o aumento no quantitativo de servidores exclusivamente comissionados pode gerar desmotivação nos servidores efetivos, além do risco da preferência por nomeação de servidores exclusivamente comissionados na tentativa de aumentar o número de servidores e resolver o problema do reduzido quadro de pessoal no MPMA, o que não ocorre quando um servidor efetivo é nomeado para um cargo comissionado.

g) Aumento da participação do número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados:

Embora no Art. 9º da Lei 8.077/2004 conste que “A nomeação para os cargos comissionados é de livre escolha do Procurador-geral de Justiça e recairá, **preferencialmente**, em servidores ocupantes de cargo efetivo no Ministério Público Estadual, no percentual mínimo de cinquenta por cento do total de cargos comissionados” (grifo nosso), a expectativa é de que esse percentual, seja ocupado por servidores efetivos.

Ocorre que no decorrer dos anos, além de se afastar desse percentual de 50%, o número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados somado ao quantitativo de Funções de Confiança, vem reduzindo, embora tenham sido criados novos cargos e novas funções, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 69: Servidores efetivos com cargo comissionado ou função de confiança

Efetivos	2019	2018	2017	2016	2015
<i>Ocupando Cargos Comissionados</i>	80	81	83	96	105
<i>Ocupando Funções de Confiança – FC</i>	76	76	76	70	66
TOTAL EFETIVOS CONTEMPLADOS	156	157	159	166	171
EVOLUÇÃO	-0,6	-1,26	-4,22	-2,92	-0,58

Fonte: CGP/PGJ, 2019

Sugere-se a flexibilização da lotação no texto do Ato Regulamentar nº 20/2008, como exemplo acrescentar a palavra “preferencialmente” ou incluir outras lotações, ou a criação de cargo com nova nomenclatura, havendo a transformação destes.

h) **Atualização do Ato Regulamentar 20/2008, Regimento Interno desta PGJ**, inclusive para vincular os cargos criados pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16), e por consequência, a atualização do organograma.

i) **Equilíbrio entre os quantitativos de cargos efetivos e cargos comissionados.**

Atualmente, o MPMA tem 630 cargos de provimento efetivo, sendo 22 cargos de Auxiliar Ministerial (**extintos a vagar**), 470 de Técnico Ministerial e 138 de Analista Ministerial e 624 cargos de provimentos comissionados, totalizando 1.254 cargos. Em percentuais, percebe-se que os cargos efetivos representam 50,24%, enquanto que os comissionados representam 49,76%.

Tabela 70: Equilíbrio no provimento de cargos

<i>Descrição</i>	TOTAL	%
<i>Cargos Efetivos</i>	630	50,24
<i>Cargos Comissionados</i>	624	49,76
TOTAL	1.254	100

Fonte: CGP/PGJ, 2019

Aponta-se como preocupação uma vez que, para uma situação permanente, o percentual de cargos efetivos deveria ser o preponderante e, não está. Situação que se agrava quando se inclui **os servidores cedidos** de outros Órgão, como pode ser visto na tabela a seguir. Percebe-se inclusive uma tendência decrescente no percentual de participação dos cargos efetivos nos 3 últimos anos.

Tabela 71: Comparativo de provimento de cargos efetivos, comissionados e cedidos

<i>Vínculo</i>	2019		2018		2017	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
<i>Cargos Efetivos</i>	630	37,1	630	37,72	630	38,25
<i>Cargos Comissionados</i>	624	36,75	624	37,37	628	38,13
<i>Cedidos de outros Órgãos</i>	444	26,15	416	24,91	389	23,62
TOTAL	1.698	100	1.670	100	1.647	100

Fonte: CGP/PGJ, 2019

j) **Aumento no Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo – criação de cargos efetivos:**

É notório o aumento das ações deste MP nas diversas áreas de sua atuação. O suporte na área administrativa e nos demais conhecimentos técnicos especializados são fundamentais para que a área-fim atinja seus objetivos. O Quadro de Pessoal atual é insuficiente. Estudos devem ser feitos para que, dentro das limitações orçamentárias impostas, sejam priorizados os cargos a serem criados, com suas áreas e especialidades.

k) **Providências para a realização de concurso público para servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo:**

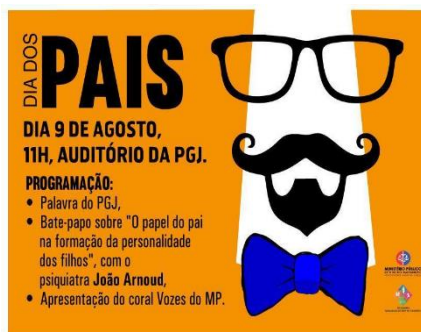
Considerando que este MP se encontra sem cadastro de reserva para provimento de **13 (treze) cargos vagos de Técnico Ministerial**, uma vez que o prazo de validade do concurso vigente encerrou-se em 05 de novembro de 2017, e que o processo de contratação obedece aos trâmites licitatórios.

8 - Seção de Saúde Funcional

Programa Qualidade de Vida no Trabalho

• Programa + saúde

Meio de comunicação institucional do Programa Qualidade de Vida no Trabalho via e-mail, mídia indoor, whatsapp e murais.



4	27/03	Humberto de Campos	01 membro e 06 servidores	- Abertura pela autoridade competente;
5	02/04	São Mateus	01 membro e 05 servidores	- Vídeo do PGJ;
6	03/04	Bacabal	01 membro e 15 servidores	- Apresentação do PQVT;
7	04/04	Vitorino Freire	01 membro e 10 servidores	- Orientação quanto aos serviços de saúde ofertados de forma permanente pela SSF;
8	04/04	Olho d'água das Cunhãs	01 membro e 06 servidores	- Serviços de Enfermagem: P.A. e teste de glicemia capilar;
9	05/04	São Luiz Gonzaga	01 membro e 05 servidores	- Reflexologia;
				- Momento com psicólogo.
Total			09 Comarcas visitadas	07 membros e 64 servidores

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

3. DATAS COMEMORATIVAS

Quadro 13: Eventos em Datas Comemorativas do Programa Saúde para Todos

	Data	Eventos	Atividades
1	27/fev	Bailinho de Carnaval	Banda "Nosso Bailinho" e almoço, no pilotis.
2	08/mar	Dia das Mulheres	Serviços de beleza, saúde e bem-estar para membros, servidoras, estagiárias e terceirizadas.
3	10/mai	Dia das Mães	Abertura pelas autoridades competentes; benção e palavra relacionando a vida das mães a passagens da Bíblia, realizada pela servidora Fabiana Fontes, apresentação do grupo "Caras de Palco"; distribuição dos arranjos florais confeccionados na Oficina de Ikebana para as mães; bolo; exposição, venda e degustação de produtos.
4	28/jun	São João do MP	Almoço típico; banda de forró pé de serra, Boi Novilho Branco; apresentação do Coral Vozes do MP, brincadeiras juninas.
5	09/ago	Dia dos Pais	Abertura do PGJ; bate-papo com o psiquiatra João Arnoud, sobre: "O papel do pai na formação da personalidade dos filhos"; apresentação do Coral Vozes do MP.
6	25/out	Dia dos servidores	Distribuição de vouchers de desconto; apresentação do Coral Vozes do MP; palestra do Prof. Cidinho Marques; premiação dos servidores destaques e sorteio de brindes.
7	19/dez	Cantata Natalina	Confraternização de final de ano na PGJ, com apresentação do Coral Vozes do MP.
Total			7 Datas comemorativas

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

4. EVENTOS E AÇÕES DE SAÚDE

Quadro 14: Eventos e Ações de Saúde do Programa Saúde para Todos

	Data	Evento ou ações de saúde
1	21/02	Doação de sangue e cadastro para doação de medula óssea
2	21 e 22/03	III Feirinha de Nutrição
3	29 a 31/05	I Semana de Saúde – Bem Estar
4	25/09	Doação de sangue e cadastro para doação de medula óssea
5	30/09	Feirinha de Bem-Estar e Saúde
6	15/10	Feirinha de Bem-Estar e Saúde
7	09/12	Feirinha de Bem-Estar e Saúde – Dê um upgrade em sua vida
Total		07 Eventos ou ações de saúde

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

5. CAMPANHAS E TEMAS

Quadro 15: Campanhas Institucionais do Programa Saúde para Todos

Campanhas e Temas	
1	Janeiro Branco: #vemprasaúde mental / Saúde Mental bem perto de você
2	Fevereiro Laranja: Mês de Combate à Leucemia
3	Setembro Amarelo: Prevenção do suicídio – O equilíbrio como fonte de bem-estar.
4	Setembro Dourado: Conscientização do câncer infanto-juvenil
5	Outubro Rosa: Conscientização sobre o câncer de mama
6	Novembro Azul: Combate ao câncer de próstata
Total	06 Campanhas e temas trabalhados

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

7. CELEBRAÇÃO DOS ANIVERSARIANTES

Quadro 16: Comemoração dos aniversariantes

Data	Comemoração dos Aniversariantes
1 03/05	Primeiro quadrimestre da PGJ
2 14/05	Primeiro quadrimestre da PROMOCAP
Total	02 Comemorações com bolo dos aniversariantes

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

8. SERVIÇOS OFERECIDOS

Quadro 17: Serviços de Saúde oferecidos aos membros e servidores

	Serviço	Data
1	Constelação Familiar	22/01 – PGJ 30/01 – PROMOCAP
2	Meditação	23/01, 31/05 e 10/09 – PGJ 13/09 – PROMOCAP
3	Acupuntura	23/01 e 08/03
4	Ventosaterapia	08/03
5	Massagem relaxante	08/03
6	Designer de sobrancelha	08/03 e 16/10
7	Oficina de Ikebana	09/05
8	Vacinação	17/05 – PGJ com 339 vacinados
		29/05 – PGJ com 78 vacinados
		30/05 – PROMOCAP com 190 vacinados
		31/05 – Centro Cultural do MP com 63 vacinados
		17/09 – PGJ com 44 vacinados
		18/09 – PROMOCAP com 32 vacinados
		Total de 746 vacinações
9	Testes rápidos de Hepatite B e C, Sífilis e HIV	29/05 com 36 testes realizados
10	Verificação de Pressão Arterial	29 e 30/05
11	Teste de Glicemia	29 e 30/05
12	Microfisioterapia	29/05
13	Radioestesia	29/05
14	Limpeza de Pele	29/05 e 16/10
15	Auriculoterapia	27/06 e 13/09
16	Cromoterapia	12/09
17	Reiki	12/09
18	Barra de Access	12/09

19 Reflexologia 13/09

Total 19 serviços de saúde e bem-estar oferecidos

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

8. PALESTRAS, WORKSHOPS E RODAS DE CONVERSA

Quadro 18: Atividades de formação/capacitação/informação

	Data	Tema	Local
1	31/jan	Roda de conversa sobre “Janeiro Branco”, com o Psicólogo da Seção de Saúde Funcional Eliandro Araújo	PGJ
2	01/fev	Roda de conversa sobre “Janeiro Branco”, com o Psicólogo da Seção de Saúde Funcional Eliandro Araújo	PROMOCAP
3	08/mar	Roda de conversa sobre “Mitos e verdades sobre procedimentos estéticos”, com o médico Sérgio Adrianny	PGJ
4	08/mar	Workshop de “Automaquiagem para dia e noite”, com a maquiadora Dandara Carvalho	PGJ
5	29/mai	Palestra “A arte de gerenciar o estresse”, com a Fisioterapeuta Patrícia Bógea	PGJ
6	27/jun	Workshop de “Manuseios em Auriculoterapia”, com Silvanilde Severiano de Carvalho	PGJ
7	09/set	Roda de conversa sobre “Setembro Amarelo – mês de prevenção ao suicídio”, com Psicóloga convidada	PGJ
8	16/out	Roda de conversa sobre “A importância do diagnóstico precoce”, com a Enfermeira do Hospital Aldenora Bello, Luciana Leda, em alusão ao Outubro Rosa.	PGJ
9	24/out	Palestra “Da cárie ao câncer: o autocuidado na prevenção de doenças bucais”, com o Odontólogo da Seção de Saúde Funcional Lauber Almeida.	PGJ
Total		09 ações entre palestras, workshops e rodas de conversa	

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

9. APRESENTAÇÕES DO CORAL VOZES DO MP

Quadro 19: Eventos com a apresentação do Coral Vozes do MP

	Data	Evento	Local
1	20/mar	Diálogos Republicanos, com o tema: “Machismo e a Construção de um Sistema de Desigualdade”	Centro Cultural do MPMA
2	28/jun	II Arraial do MP	Pilotis - PGJ
3	02/set	Abertura oficial do Setembro Amarelo	Andares da PGJ
4	06/set	Setembro Amarelo	Centro Cultural do MPMA
5	10/set	Projeto “Rede do Bem: estamos aqui para ajudar”	Praça Nauro Machado
6	11/set	Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos	Hotel Luzeiros
7	24/set	Abertura da 13ª Feira do Livro	Centro Cultural do MPMA
8	28/set	Setembro Dourado – Projeto Amiguinhos da Ana Letícia	Praça do Foguete, Lagoa
9	07/out	Abertura do FEMACO	Praça Deodoro
10	09/out	39º FEMACO – Festival de Coros Maranhenses	Teatro Arthur Azevedo
11	10/out	Itinerância dos corais	Igreja São João
12	20/out	Encerramento da 13ª Feira do Livro	Multicenter Sebrae
13	25/out	Comemoração do dia do servidor	Centro Cultural do MPMA
14	25/nov	9º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão	Auditório – PGJ

15	13/dez	Dia Nacional do Ministério Público e comemoração de 1 ano do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público	Centro Cultural do MPMA
16	13/dez	Cantata Natalina	Praça Deodoro
17	18/dez	“Acolhida” de final de ano, realizado pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhã	Corregedoria – PGJ
18	19/dez	Cantata Natalina de confraternização da PGJ	Hall do térreo da PGJ
Total		18 apresentações do Coral Vozes do MP	

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

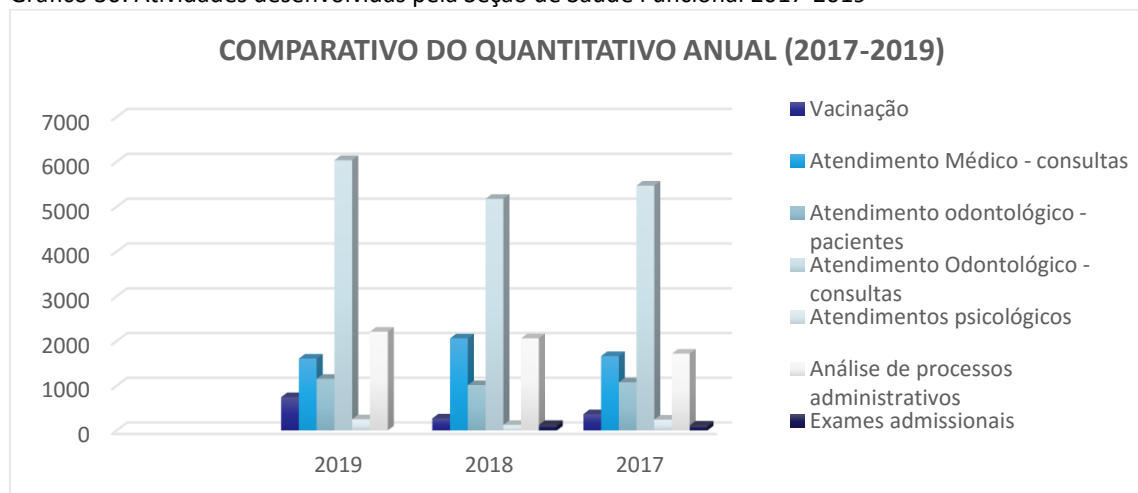
10. COMPARATIVO DO QUANTITATIVO ANUAL (2017-2019)

Quadro 20: Atividades desenvolvidas pela Seção de Saúde Funcional 2017-2019

Atividades	2019	2018	2017
Vacinação	746	270	365
Atendimento Médico - consultas	1.608	2.060	1.664
Atendimento odontológico - pacientes	1.155	1.015	1.077
Atendimento Odontológico - consultas	6.037	5.175	5.471
Atendimentos psicológicos	252	125	244
Análise de processos administrativos	2.210	2.062	1.718
Exames admissionais	-	125	112

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

Gráfico 30: Atividades desenvolvidas pela Seção de Saúde Funcional 2017-2019



Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2019.

6.4. Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2019, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de **R\$ 516.409.644,26**.

Do total aprovado, 75,78% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 20,31% a *Outras Despesas Correntes*, e 3,91% com *Investimento*. No exercício de 2019, foram executados 97,41% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo executado 97,36% do total com *Pessoal e Encargos Sociais*; 98,69% com *Outras Despesas Correntes*, e 91,88% com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Quadro 21: Detalhamento da Despesa - 2019

DESCRIÇÃO	(R\$)
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	503.054,959,75
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	458.934.627,92
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	442.197.368,88
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	12.587.137,02
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	3.058.656,24
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	1.091.465,78
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	44.120.331,83
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	33.557.456,83
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.953.280,01
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	609.594,99

Fonte: COF/PGJ, 2019.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 97,41%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Quadro 22: - Detalhamento da Execução Orçamentária 2019

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	516.409.644,26	503.048.748,34	97,41%
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	472.288.923,26	458.928.416,51	97,17%
0411 – Apoio Administrativo	44.120.721,00	44.120.331,83	100,00%
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	516.409.644,26	503.048.748,34	97,41%
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	472.288.923,26	458.934.627,92	97,17%
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	453.892.536,10	442.191,157,47	97,42%
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	14.216.825,37	12.587.137,02	88,54%

Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	3.059.561,79	3.058.656,24	99,97%
Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	1.120.000,00	1.091.465,78	97,45%
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	44.120.721,00	44.120.331,83	100,00%
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	33.557.565,00	33.557.456,83	100,00%
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.953.452,00	9.953.280,01	100,00%
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	609.704,00	609.594,99	99,98%

Fonte: COF/PGJ, 2019.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Quadro 23: Execução do Orçamento por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	516.409.644,26	503.048.748,34	491.549.484,48	97,41	95,19
1 - PESSOAL E ENCARGOS	391.343.118,00	380.998.555,81	380.998.555,81	97,36	97,36
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	104.900.139,10	103.521.650,71	100.075.811,30	98,69	95,41
4 - INVESTIMENTOS	20.166.387,16	18.528.541,82	10.475.117,37	91,88	51,94

Fonte: COF/PGJ, 2019.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Quadro 24: Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	503.048.748,34	491.549.484,48
05 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU MILITAR	7.309,44	7.309,44
08 – AUXÍLIO MORADIA	15.784.620,67	15.784.620,67
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	311.225.851,23	311.225.851,23
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	44.120.331,83	44.120.331,83
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.717.940,21	1.717.940,21
15 - DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	148.848,50	148.848,50
16 - AJUDA DE CUSTO	4.269.345,82	4.269.345,82
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.580.988,07	1.244.232,82

31 - PREMIACOES CULTURAIS,CIENT.DESPORTO E OUTROS	16.500,00	-
32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	152.000,00	152.000,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	637.511,81	637.511,81
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	7.157.484,76	7.154.484,76
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.598.938,07	10.505.639,53
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	17.314.257,48	15.642.096,96
40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16.719.640,03	15.395.514,93
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	30.866.205,77	30.866.205,77
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	596.898,81	596.898,81
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	75.370,40	75.370,40
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	13.517.785,08	6.056.510,03
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.921.097,39	4.331.815,93
91 - SENTENÇA JUDICIAL	330.222,12	330.222,12
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	475.502,34	472.634,40
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.814.098,51	20.814.098,51

Fonte: COF/PGJ, 2019.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2019.

Quadro 25: Indicadores da Execução Orçamentária

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	97,41
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	97,36
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	75,74
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,69
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	20,58
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	91,88
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	3,68

Fonte: COF/PGJ, 2019.

Através de sua homepage o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Relação de Dirigentes Responsáveis e Ordenadores de Despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão (FEMPE) em 2019.

Nome: Luiz Gonzaga Martins Coelho
Cargo: Procurador-Geral de Justiça
Cargo Efetivo: Promotor de Justiça
Período de Gestão: 14/06/2016 até a presente data
Matrícula: 651919
Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 098 de

30/05/2016, no cargo de Procurador Geral de Justiça
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cargo: Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça

Período de Gestão: 02/09/2014 até a presente data

Matrícula: 387282

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 204, de 15/06/2016, no cargo de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares

Cargo Efetivo: Promotor de Justiça

Período de Gestão: 15/06/2016 até a presente data

Matrícula: 1064039

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 206 de 15/06/2016, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Carmen Lígia Paixão Viana

Cargo: Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

Cargo Efetivo: Analista Ministerial

Período de Gestão: 02/02/2015 até a presente data

Matrícula: 1069541

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 049, de 02/02/2015, no cargo de Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Tatiana Alves de Paula

Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)

Cargo Efetivo: Analista Ministerial

Período de Gestão: 04/07/2005 até a presente data

Matrícula: 470179

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Letícia de Cássia Cantanhede Fonseca

Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças

Cargo Efetivo: Chefe de Seção de Controle Contábil

Período de Gestão: 15/07/2016 a 28/08/2016

Matrícula: 1070893

Data da Publicação (Nomeação): Portaria nº 070/2017 – GPGJ, de 05/01/17

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

6.5. Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)

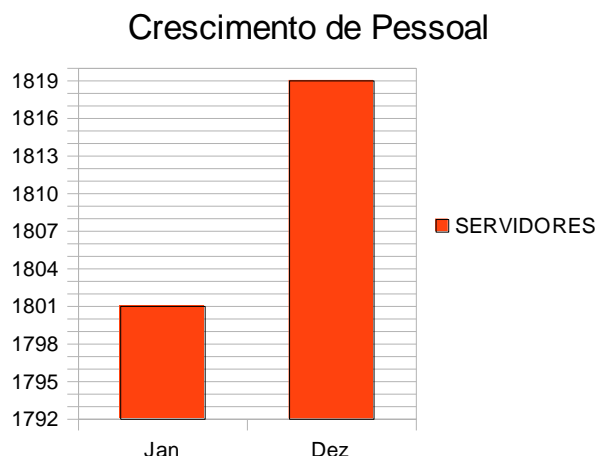
De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 72: Evolução do número de servidores na Folha de Pagamento

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2019	1	Comissionado	507	-
2019	1	Efetivo	622	-
2019	1	Membro	334	-
2019	1	Requisitado	338	-
TOTAL			1801	-
2019	12	Comissionado	511	0,79%
2019	12	Efetivo	618	-0,64%
2019	12	Membro	328	-1,80%
2019	12	Requisitado	362	7,10%
TOTAL			1819	1,00%
CRESCIMENTO ANUAL:			18	1,00%

Fonte: CFP/PGJ, 2019.

Gráfico 31: Evolução do número de servidores na Folha de Pagamento

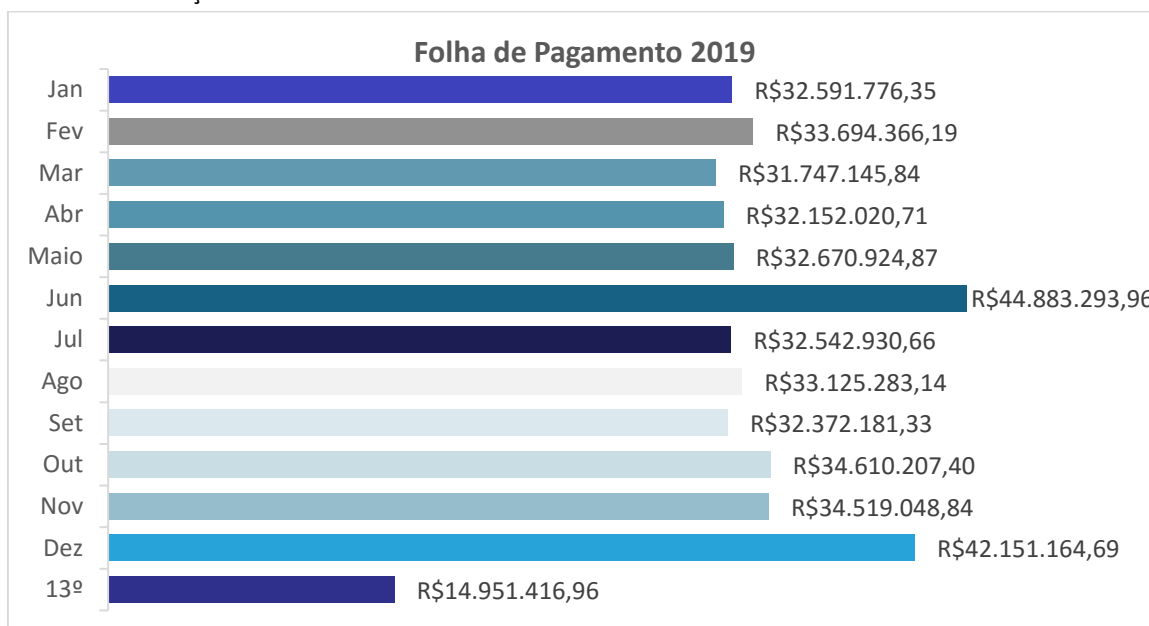


Fonte: CFP/PGJ, 2019.

Houve aumento na ordem de 1% (um por cento) no número de servidores.

a) Evolução da Folha

Gráfico 32: Evolução da Folha



Fonte: CFP/PGJ, 2019.

b) Folhas Extras

Em 2019, número de servidores e remuneração permaneceu praticamente constante. Em termos de inovações, iniciamos testes em paralelos com novo sistema de folha de pagamento – GESP.

Tabela 73: Bolsa Estágio

Ano	Mês	Estagiários	Valor	Crescimento Estagiários	Crescimento Valores
2019	1	181	R\$ 196.556,82	-	-
2019	2	183	R\$ 183.679,38	1,09%	-7,01%

2019	3	224	R\$ 217.340,06	18,30%	15,49%
2019	4	216	R\$ 225.737,58	-3,70%	3,72%
2019	5	213	R\$ 228.019,20	-1,41%	1,00%
2019	6	215	R\$ 231.789,54	0,93%	1,63%
2019	7	215	R\$ 232.208,00	0,00%	0,18%
2019	8	217	R\$ 225.278,55	0,92%	-3,08%
2019	9	202	R\$ 215.004,58	-7,43%	-4,78%
2019	10	203	R\$ 219.838,02	0,49%	2,20%
2019	11	209	R\$ 225.758,30	2,87%	2,62%
2019	12	233	R\$ 251.615,52	10,30%	10,28%
TOTAL			R\$ 2.652.825,55	0,92%	1,63%

Fonte: CFP/PGJ, 2019.

Tabela 74: Policiais Reserva

Ano	Mês	Policiais	Valor	Crescimento	Crescimento
2019	1	65	R\$ 230.517,40	-	-
2019	2	65	R\$ 235.165,05	0,00%	1,98%
2019	3	67	R\$ 236.375,35	2,99%	0,51%
2019	4	68	R\$ 243.116,77	1,47%	2,77%
2019	5	69	R\$ 248.177,41	1,45%	2,04%
2019	6	71	R\$ 253.679,10	2,82%	2,17%
2019	7	75	R\$ 266.355,46	5,33%	4,76%
2019	8	75	R\$ 275.187,75	0,00%	3,21%
2019	9	77	R\$ 275.035,55	2,60%	-0,06%
2019	10	78	R\$ 276.983,96	1,28%	0,70%
2019	11	81	R\$ 291.454,42	3,70%	4,96%
2019	12	84	R\$ 318.216,72	3,57%	8,41%
TOTAL			R\$3.150.264,94	2,60%	2,17%

Fonte: CFP/PGJ, 2019.

Tabela 75: Auxílio-Saúde Inativos

Ano	Mês	Membros	Valor	Crescimento	Crescimento
2019	1	82	283.215,75	-%	-%
2019	2	82	283.215,75	0,00%	0,00%
2019	3	82	281.560,85	0,00%	-0,59%
2019	4	81	279.670,25	-1,23	-0,68%
2019	5	81	279.670,25	0,00%	0,00%
2019	6	83	282.070,60	2,41%	0,85%
2019	7	83	288.808,44	0,00%	2,83%
2019	8	84	288.808,44	1,19%	0,00%
2019	9	85	292.977,48	1,18%	1,42%
2019	10	86	295.504,17	1,16%	0,86%
2019	11	86	295.504,17	0,00%	0,00%
2019	12	86	296.262,17	0,00%	0,26%
TOTAL			3.447.268,32	0,00%	0,00%

Fonte: CFP/PGJ, 2019.

6.6. Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais é composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais, Transporte e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas inseridas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2019, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento e a não contratação em tempo hábil, através de licitação como: limpeza de conservação predial, recepcionistas e motoristas para atender as Promotorias de Justiça do interior.

Concernente à limpeza e conservação predial para atender as Promotorias de Justiça do interior, foi licitada e contratada uma empresa especializada neste serviço, compreendendo também cargos de motoristas, a fim de contemplar a Promotora de Justiça de Imperatriz. Cumpre ressaltar que apenas a Promotora de Justiça de Imperatriz foi contemplada com a contratação de empresa de limpeza e conservação devido à limitação orçamentária, assim como à premente necessidade decorrente da inauguração da sede nova, que é bastante ampla.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes, dedetização na capital e interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras, fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro, fornecimento e instalação de persianas, placas de sinalização, película, fornecimento de chaves e carimbos e conseguiu-se atender todas as demandas solicitadas, sendo utilizado quase todo o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras, gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços de mais qualidade.

Em relação às atividades de transporte, realizou-se manutenções corretivas e preventivas da frota. Foram adquiridos 11 veículos, incluindo 1 micro-ônibus que se encontra em fase de recebimento. Atendeu-se, ainda, às demandas de viagens de servidores e membros e transporte de móveis e materiais.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na busca de novos imóveis com melhor estrutura para abrigar e funcionar as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria, através de locações, inclusive com a renegociação dos valores já contratados.

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, aderimos aos Programas da CEMAR, “EcoCemar” que trabalha com a coleta de resíduos sólidos de maneira correta. Ainda na esteira da redução de gastos, deu-se continuidade ao programa Desafio Sustentável que é uma etapa do Programa Integrar, e tem o objetivo de estimular a economia de água e luz em todas as unidades do MPMA.

No que diz respeito ao programa “Promotora Legal”, os Coordenadores de Serviços Gerais, Engenharia e Informática, viajaram juntos até as Promotorias para verificar as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, acessibilidade, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, assim como a configuração da rede interna, além do atendimento de móveis e equipamentos em geral.

Realizou-se o acompanhamento nos recebimentos provisórios, organização e mudança das promotorias que tiveram sedes próprias inauguradas, aumentando, assim, o número de promotorias com sede própria no âmbito do MPMA.

Seguem, em anexo, o demonstrativo realizado em 2019, assim como as planilhas com os custos fixos e variáveis.

Tabela 76: Demonstrativo de Despesas Fixas em 2019

DESPESAS FIXAS 2019	VALOR
<i>Contrato de Locação de Imóveis</i>	R\$ 1.569.387,58
<i>Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior</i>	R\$ 4.567.900,56
<i>Serviço de Motorista</i>	R\$ 2.388.325,29
<i>Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital e Interior</i>	R\$ 960.980,73
<i>Manutenção de Elevadores</i>	R\$ 11.156,76
<i>Locação de Máquinas Fotocopiadoras</i>	R\$ 208.999,72
<i>Fornecimento de Luz</i>	R\$ 3.441.833,03
<i>Fornecimento de Água e Esgoto</i>	R\$ 359.858,18
<i>Serviço de Telefonia Fixa</i>	R\$ 464.650,01
<i>Serviço de Telefonia Móvel</i>	R\$ 958.622,58
<i>Serviço de Postagem</i>	R\$ 520.885,78
<i>Manutenção de Central Telefônica</i>	R\$ 170.454,12
<i>Locação de Central Telefônica</i>	R\$ 53.394,15
<i>Serviço de Seguro Total de Veículos</i>	R\$ 123.500,00
<i>Fornecimento de Combustível</i>	R\$ 953.716,57
TOTAL DESPESAS FIXAS	R\$ 16.753.665,06

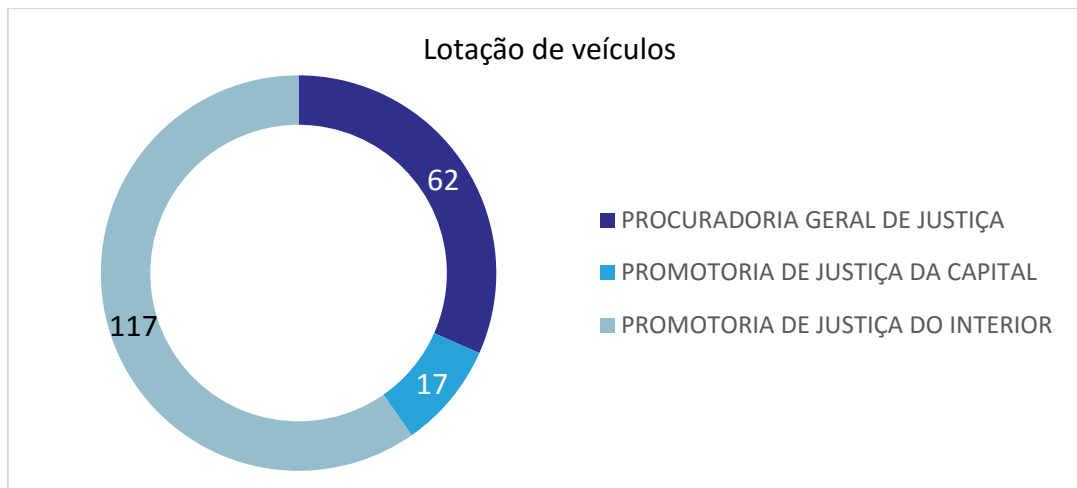
Fonte: CSG/PGJ, 2019

Tabela 77: Demonstrativo de Despesas Variáveis em 2019

DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
<i>Manutenção de Veículos</i>	R\$ 1.650.207,62
<i>Confecção de Chaves e Carimbos</i>	R\$ 38.140,36
<i>Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização</i>	R\$ 63.545,42
<i>Instalação de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior</i>	R\$ 164.313,00
TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	R\$ 1.916.206,40

Fonte: CSG/PGJ, 2019.

Gráfico 33: Lotação da frota de veículos



Fonte: CSG/PGJ, 2019.

6.7. Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

A CCOM tem como principal meta estabelecer comunicação entre o Ministério Público, veículos de imprensa e mídias sócias, a fim de proporcionar um canal de informação com a sociedade. Abaixo destacam-se as principais atividades em 2019:

a) Matérias publicadas no site

No ano de 2019, a Coordenadoria de Comunicação produziu e publicou no site institucional **1.004** matérias jornalísticas. Vale ressaltar que, no ano de 2018, esse número foi de 848, ou 156 a mais que o anterior, cerca de 15,5%.

b) Redes sociais: *Instagram, Twitter, YouTube e Facebook*

- **Instagram:** Em 2019, o *Instagram* institucional do MPMA finalizou o ano obtendo **21.180** seguidores, sendo 9.708 seguidores a mais que 2018. Quanto às postagens, o ano de 2019, somou **1.820** publicações, um total de 1.148 a mais do que o ano de 2018. Atualmente esta rede tem o alcance de **325 mil** pessoas.
- **Facebook:** Em 2019, o *Facebook* finalizou o ano com **4.566** seguidores, logo obteve um aumento de 194 seguidores. **702** postagens com alcance de **1.157** pessoas.
- **Twitter:** Em janeiro de 2019, o *Twitter* do MPMA possuía 607 seguidores, em dezembro esse número saltou para **870**, ou seja, um crescimento de 263 seguidores. Os *twites* postados somaram **837**, com alcance de **152 mil** pessoas.
- **YouTube:** O canal do MPMA postou **123** vídeos e obteve **10.855** visualizações.



c) MPTV

O programa MPTV tem sua produção feita pela Coordenadoria de Comunicação e sua veiculação acontece por meio do canal no *Youtube*. No período foram postados **34 programas MPTV**.

d) Rádioweb

- Número total de acessos à Rádio MPMA: **5,7 mil**
- Número total de ouvintes: **2,8 mil**
- Total de comentários de ouvintes enviados: **107**
- Total de conteúdo produzido (matérias + entrevistas + especiais, como spots e campanhas): **638**
- Ações da rádio: Sorteio de **6 pares de ingressos para sessões de cinema** e de **6 fones personalizados** em alusão ao Dia do Servidor Público.

e) Notícias de interesse do MPMA distribuídas a rádios AM e FM do Maranhão e do Brasil:

- Produção disponibilizada para **166** rádios afiliadas à Agência Rádioweb no MA;
- Produção de matérias de interesse nacional disponibilizadas no site da Agência Rádioweb para **2,2 mil** rádios afiliadas em todo o Brasil;
- 554 conteúdos em áudio produzidos/disponibilizados às rádios no período, os 554 conteúdos em áudio (matérias regionais + matérias de interesse nacional) registraram **13.002** aproveitamentos em emissoras AM e FM afiliadas da Agência Rádioweb em todo o Brasil;
- A cobertura completa, com os 554 conteúdos, atingiu **1.594** emissoras localizadas em **1.201** municípios brasileiros;

- Exposição no MA: dos **13.002** aproveitamentos registrados no Brasil, **3.282** foram de rádios do MA, o que representa **25,2%** da divulgação.

6.8. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

Esta coordenadoria é subordinada à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), conforme Ato Regulamentar nº 02/2008-GPGJ, e integra e secretaria as atividades da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional, responsável pela proposição de ações de resgate e registro da história do *Parquet* Maranhense, em prol desse compromisso institucional do Procurador-Geral de Justiça.

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

Missão: realizar a gestão da política documental do MPMA, visando garantir a guarda, a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Seção de
Pesquisa Jurídica

Seção de Editoração
Editoração e
Publicação

Seção
de
Protocolo

Seção
de
Arquivo

Esta unidade administrativa também compõe a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Programa de Gestão de Documentos (CPAD), responsável pela iniciativa e implementação de políticas voltadas à definição de critérios, mecanismos e procedimentos para a avaliação, guarda e descarte seguro dos documentos produzidos por esta Instituição.

Em 2019, com o apoio da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão e em parceria com a SECINST, o “Projeto Biblioteca Digital do MPMA” foi implementado pela Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, através da aquisição de assinaturas de livros, revistas e informativos (em formato digital) e vídeos atualizados da “Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico”. Trata-se de iniciativa de destaque que promove a democratização do conhecimento e a universalização da informação em matérias de interesse ministerial, de modo a atender as necessidades de atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial por meio de cadastro e acesso *on line* aos Membros, Assessores e Servidores.

Assim, ao longo do exercício de 2019, com o apoio, esta coordenadoria buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas estratégicas do MPMA por meio das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos:



1. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS



Imagem 1: Atividades Administrativas de Gestão e Fiscalização de Contratos
Fonte: CDB/PGJ, 2019.

2. SUPERVISÃO EDITORIAL E NORMALIZAÇÃO DE OBRAS INSTITUCIONAIS



Imagem 2: Atividades de Supervisão Editorial e Normalização de Obras Institucionais
 Fonte: CDB/PGJ, 2019.

3. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2017-2018-2019) das rotinas administrativas, produtos e serviços oferecidos por esta coordenadoria:

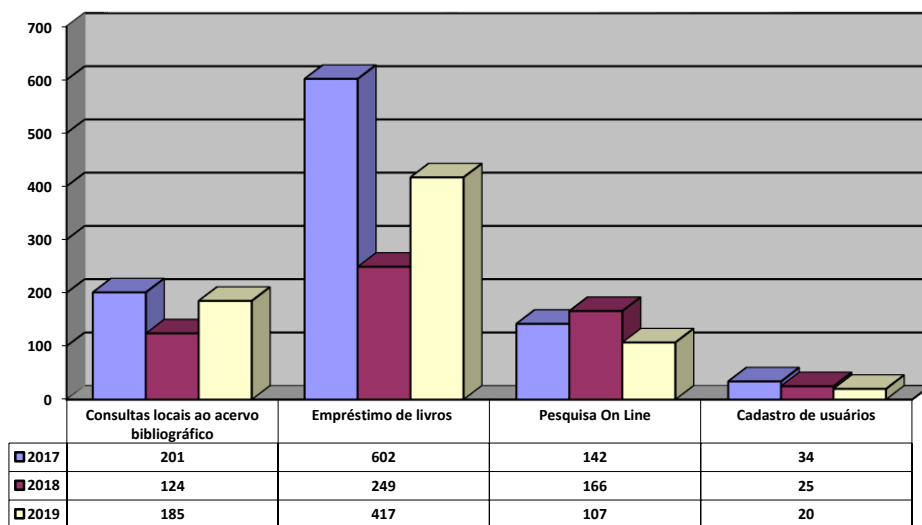
Tabela 78: Rotinas administrativas, serviços e produtos da CDB/PGJ

ROTINAS ADMINISTRATIVAS, SERVIÇOS E PRODUTOS DA COORDENADORIA	2017	2018	2019
Movimentações e Despachos via Sistema DIGIDOC	615	498	471
Expedição de Correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios)	539	409	448
Atendimento às solicitações de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos Membros, servidores e comunidade em geral)	623	654	571
Alerta-legislação (Pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	655	818	215

Disponibilização de atos normativos do MPMA no link virtual “Legislação Interna” (Acesse: https://www.mpma.mp.br/index.php/nova-legislacao-interna)	170	212	173
Disponibilização de Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPMA no link “Portal da Transparência”	104	127	75
Publicação de matérias no Diário Eletrônico do MP (DEMP-MA)	4.658	4.940	5.160
Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA)	239	238	245
Alerta Publicação Oficial (Envio por e-mail das Resoluções, Atos Regulamentares, Portarias, Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta publicados no DEMP/MA à Administração Superior, Membros e respectivas Promotorias de Justiça)	3156	3.348	3.481
Veiculação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais	257	89	124

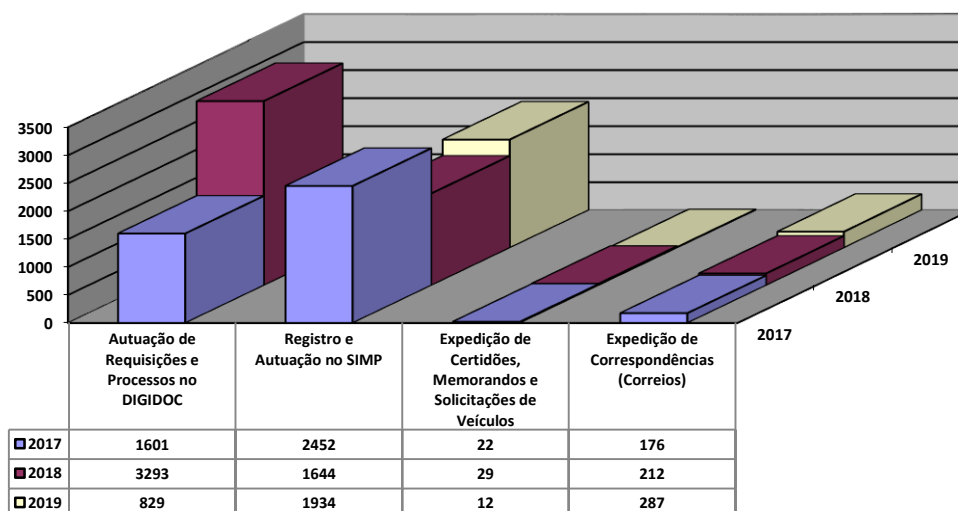
Fonte: CDB/PGJ, 2019.

Gráfico 34: Atendimento ao usuário da Biblioteca/PGJ



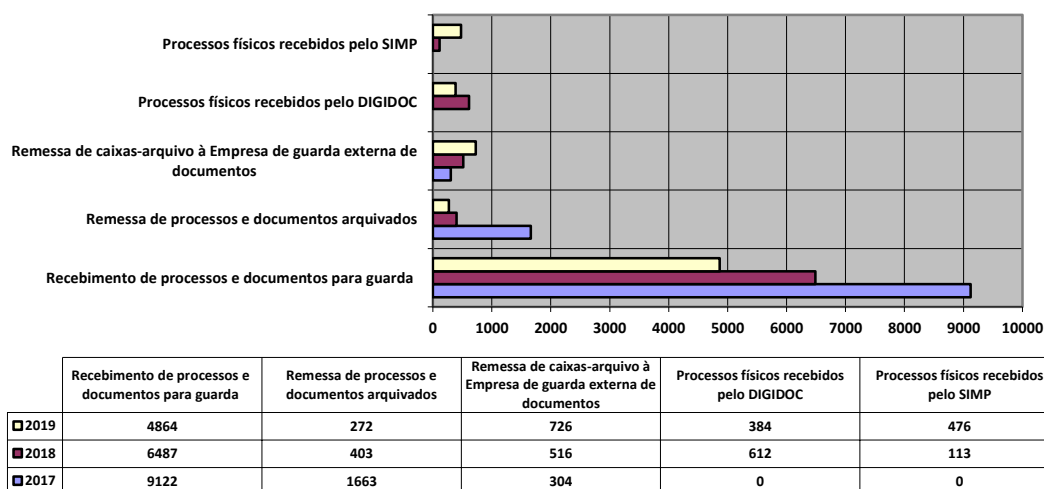
Fonte: CDB/PGJ, 2019.

Gráfico 35: Atividades realizadas pela Seção de Protocolo/PGJ



Fonte: Protocolo/PGJ, 2019.

Gráfico 36: Atividades realizadas pela Seção de Arquivo/PGJ



Fonte: Protocolo/PGJ, 2019.

6.9. Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI) tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações, tudo isso alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, versão 2017-2021.

As atividades foram divididas pelas áreas de atuação desta Coordenadoria e suas seções.

1 – Coordenadoria

A coordenação da CMTI efetuou 27 processos de licitação em 2019, evidenciando o resultado de esforços gerados pela equipe técnica da CMTI no planejamento, gestão e fiscalização das contratações de TI, bem como contabilizou 01 (um) cancelamento e 15 (quinze) pedidos de adesão às atas de registro de preços oriundos de pregões eletrônicos previstos e planejados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

1.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2021:

No ano de 2019, foi realizada a 8ª reunião do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, na qual foram apresentados os resultados alcançados em 2018, atualizados os prazos do Programa de Modernização em Governança e Gestão de TI, além da revisão do Plano Diretor de TI com a redefinição de prioridades, prazos e investimentos, considerando o teor da Ordem de Serviço n. 002/2019-GPGJ/DG. Como ações deliberadas na citada reunião, foram efetivadas diversas ações, das quais podemos destacar:

- Início do primeiro ciclo da etapa de implantação da Governança de TI, seguindo a normativa da Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público Brasileiro (PNTI),

instituída a partir da Resolução n. 171/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

- Projeto para aquisição da mesa digital interativa para o Memorial do MPMA.
- Projeto para aquisição e instalação de equipamentos do tipo totem interativo para uso em Promotorias Intermediárias.
- Carteiras funcionais 100% digitais e ferramenta automática de transcrição de áudio/vídeo em texto também foram discutidos e aprovados.

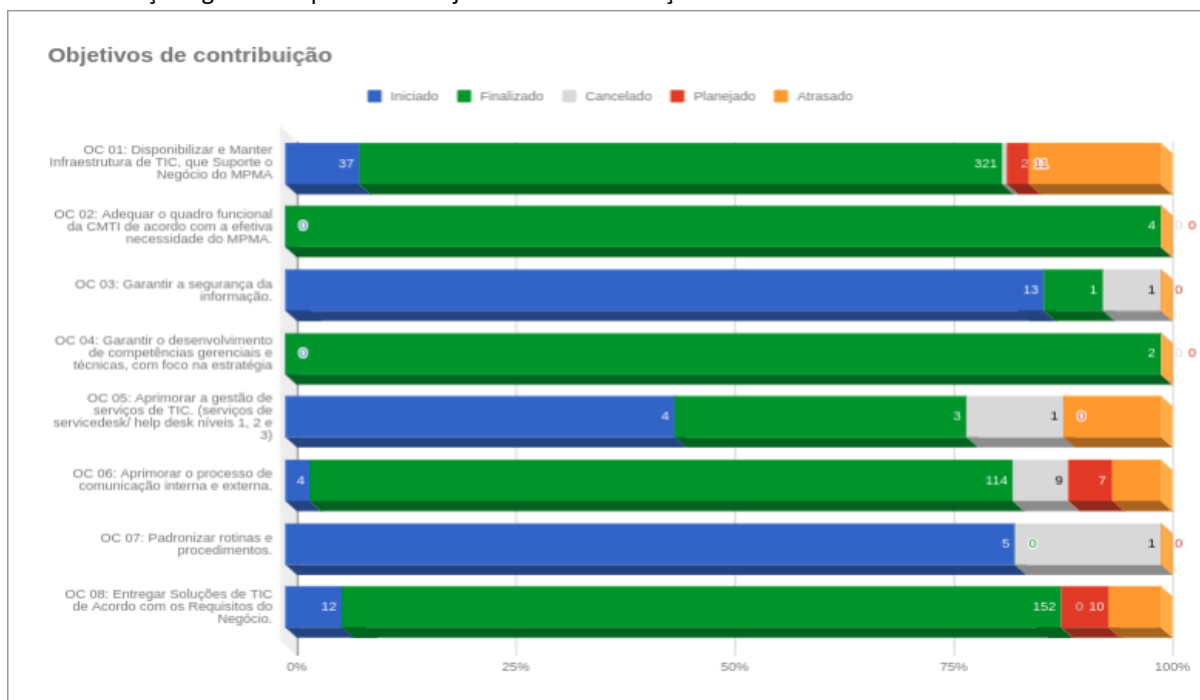
1.2. Gráficos de execução do PDTI 2017-2021

Os gráficos a seguir são utilizados para acompanhamento periódico do atingimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico de TI (PETI), de modo a assegurar que área esteja continuamente alinhada aos objetivos estratégicos institucionais e monitorar o progresso da tecnologia da informação no alcance dos objetivos de contribuição ali definidos.

a) A partir dos objetivos de contribuição

Este gráfico mostra as ações geradas a partir dos objetivos de contribuição, estes desdobrados a partir do Planejamento Estratégico Internacional - PEI. A seguir o cenário atualizado até 31/12/2019, onde o status dos projetos estão quantificados e subdivididos em 5 grupos, a saber: Iniciado, Finalizado, Cancelado, Planejado e Atrasado.

Gráfico 37: Ações geradas a partir dos Objetivos de Contribuição da CMTI



Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

b) Macroações

Evidencia-se através do próximo gráfico, o percentual de projetos/ações, subdividido a partir das fases demonstradas anteriormente, mostrando que até o final de 2019, **74,6% dos projetos** do PDTI 2016-2021 foram finalizados.

Gráfico 38: Percentual de projetos do PDTI finalizados em 2019



Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

c) **Indicadores ligados diretamente aos objetivos estratégicos da Instituição**

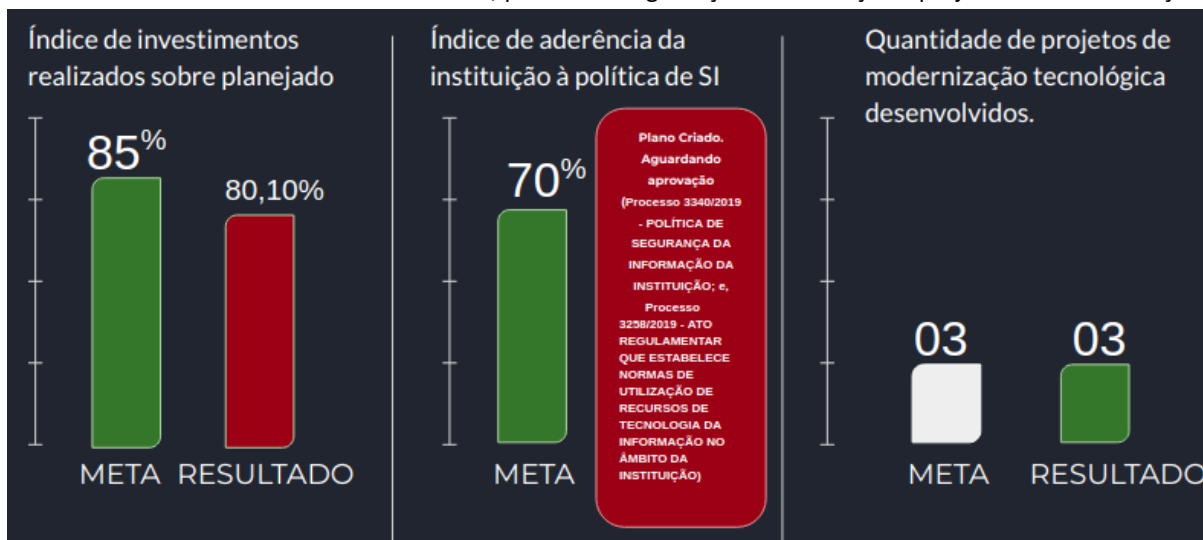
Os índices apresentados a seguir, estão relacionados diretamente ao mapa estratégico institucional contido no PEI, que tratam dos objetivos de aperfeiçoamento da infraestrutura e segurança de TI, bem como acerca da efetivação das melhores práticas de TI. Cabe destacar que nenhuma das metas foram revisadas pela Secretaria de Planejamento da Instituição, portanto, elas refletem o cenário anual de restrições orçamentárias vivenciado nos últimos anos, bem como o quadro reduzido de profissionais de TI da Instituição, sendo impossível o alcance dos resultados dentro das metas pontuadas. Mesmo assim, os resultados foram satisfatórios.

Gráfico 36: Índices de cumprimento dos projetos e ações do PDTI dentro dos prazos e Governança de TI



Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

Gráfico 39: Índices de investimento realizado, política de segurança da informação e projetos de modernização.



Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

O cenário atual da CMTI, resume-se a 21 profissionais, responsáveis por gerenciar 158 projetos registrados no PDTI e aprovados pelo CETI. Dentro desses projetos, temos 800 tarefas registradas, o que significa uma média de 7 projetos e 38 tarefas por profissionais de TI. Todas as tarefas citadas são registradas e monitoradas através da ferramenta de gerenciamento de projetos Redmine (<https://redmine-cmti.mpma.mp.br>).

Além dos projetos registrados no PDTI, a CMTI atua em outras frentes que inclui as atividades operacionais, de inovação, gestão e fiscalização contratual, governança de TI, além de exportador de tecnologia.

No campo operacional, foram 15.669 atendimentos registrados no ano de 2019, uma média de 1.305 atendimentos por mês.

Em 2019, podemos destacar como projetos de inovação o início do Projeto ProID, que visa a emissão de carteiras funcionais 100% digitais, e a prova de conceito para implantação futura da solução de transcrição de gravações de áudio/vídeo em arquivos textuais eletrônicos.

A CMTI realiza, ainda, a gestão e fiscalização de 6 contratos administrativos de serviços essenciais (continuados) para conectividade, central de serviços de TI, backbone, manutenção preventiva/corretiva de datacenter, fábrica de software, comunicação e colaboração baseado em nuvem. Em 2019, foi finalizado projeto para contratação de um novo serviço para fornecimento de link de backbone de contingência.

Por fim, a CMTI também foi provedora de tecnologia na qual soluções desenvolvidas internamente foram disponibilizadas para outros órgãos públicos no Brasil, como Ministério Público do Piauí e Defensoria Pública Estadual do Maranhão, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público do Estado do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina. Aplicações como E-voto, MP-Cidadão e *Checkin* foram as soluções entregues.

2 – SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Diversas melhorias foram implementadas nos sistemas, no ano de 2019, onde podemos destacar novas funcionalidades como a assinatura em lote de documentos no DIGIDOC, a integração entre SIMP e DIGIDOC, a estruturação do SIMP para implantação do processo judicial 100% eletrônico, que passa a vigorar em 2020, os novos módulos de requisição dentro do GESP - Saúde Funcional, material e compras, recursos humanos, a implantação da solução premiada no Inova MP fruto da sugestão vencedora, a saber: Meu MP.

Em nível de área fim, houve a implantação de soluções como o aplicativo Água para o Futuro, demandado pelo CAOp do Meio Ambiente; o projeto SOMA, do CAOp Educação, que teve sua solução de software e arcabouço incorporados para dentro do ambiente tecnológico do MPMA; a aquisição de totens para uso da solução de software consumidor.gov.br, demanda do CAOp Consumidor.

Destaque ainda para o desenvolvimento do sistema de controle de despesas, para uso das unidades administrativas que alimentam o SIC - Sistema de Controle de Custos com informações de pagamentos de contratos administrativos, visando facilitar o envio de dados para a ferramenta e a evolução do projeto integrador, com os órgãos do sistema da justiça, na qual foram disponibilizados os microsistemas para envio e consulta de dados dos demais órgãos como Detran, SSP, Ident, SEAP, TJMA e Icrim.

Ainda em 2019, a Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (SADS) da CMTI implementou o Mapa das Ouvidorias, agregando em um único portal, os canais de comunicação de todas as ouvidorias do Ministério Público Brasileiro, facilitando ao cidadão o acesso direto ao site das ouvidorias estaduais.

O Centro Cultural e Administrativo, através do Memorial do MPMA também recebeu, em 2019, o apoio da CMTI no projeto denominado memória virtual, na qual a CMTI, através das seções de manutenção e controle de equipamentos (SMCE) e da SADS forneceram totens interativos, bem como a produção de conteúdo interativo contendo todo o acervo textual e audiovisual da história do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Outro destaque de 2019, foi o mapeamento de dados do GESP para integração com o novo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Governo do Estado do Maranhão (SIGEF/MA). Com esse mapeamento, foi possível o envio de todas as informações relacionadas aos eventos de depreciação, reavaliação e doação (entrada) controlados e gerenciados pelo sistema local Gesp-Material/Patrimônio vinculando-os ao balanço patrimonial do SIGEF. O primeiro envio de dados será realizado em Janeiro/2020.

3 – SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES

A Seção de Segurança e Rede de Computadores atuou em diversos projetos de melhoria na Infraestrutura de TI, incluindo a segurança da informação, procedimentos de backup, recovery, redundância, Datacenter e ativos de rede. Abaixo, são apresentados os projetos detalhados concluídos em 2019:

Quadro 26: Detalhamento de Projetos Seção de Segurança e Rede de Computadores

Projeto	Escopo
Implantação do Zabbix	Melhoria no processo de monitoramento dos ativos, serviços, servidores e links internos, bem como adequação e ajustes dos acordos de níveis de serviços (SLAs) para o atendimento do 3º nível de atuação operacional.
Melhorias funcionais no Banco de Dados Oracle MPMA	Ajustes e melhorias funcionais no Banco de Dados Oracle do MPMA.
Migração de Hyper-V para Vmware	Transferência de servidor Standalone Hyper-V do Gaeco, de um ambiente sem backup e redundância, para um ambiente de alta disponibilidade, tolerante a falhas e com rotina de backup diária, proporcionando melhorias estruturais e funcionais, além da segurança e proteção dos dados armazenados.
Migração de ativos e contingência para Datacenter Secundário (Move Datacenter)	Transferência dos ativos de contingência e da solução de backup do datacenter da PGJ para o datacenter da PJC, proporcionando melhorias estruturais e funcionais para a execução de plano de contingência em casos de sinistros e desastres (<i>Disaster Recovery</i>).
Atualização Backup	Atualização do ambiente de backup para novas versões dos sistemas operacionais e melhoria de desempenho.

Atualização Vmware	Atualização do ambiente de virtualização para nova versão, visando melhorias de desempenho.
Rede de Backup	Segregação de rede LAN exclusiva para Backup.
Implantação do domínio Active Directory	Visitas técnicas às unidades das promotorias de justiça do interior e região metropolitana para adição dos computadores de cada localidade ao domínio MPMA - todas as localidades no Interior do Estado.
Enlace de rádios	Implantação de link de dados compartilhado, através de enlace de rádios, entre a Sede da PGJ e o Centro Cultural e Administrativo (CCA), otimizando o desempenho no acesso à Intranet e Internet, além da redução de custos com o link anterior.
Migração do ambiente de virtualização de HYPER-V para VMWARE	Migração das máquinas virtuais da plataforma de virtualização Microsoft (usada pelo GAECO), sem contingência a falhas e backup, para a plataforma VMware (usada para todos os sistemas Institucionais), que possui contingência a falhas e solução de backup.
Reestruturação do Active Directory	Reestruturação da hierarquia de unidades organizacionais do serviço de diretório, visando organizar e flexibilizar o gerenciamento do ambiente, implantar mecanismos de segurança e auditoria, além de otimizar o desempenho do serviço de resolução de nomes.
Atualização da plataforma Moodle (EAD, Checkin de eventos)	Atualização da plataforma Moodle do site da ESMP e de Eventos-ESMP para a versão mais atual, aplicando atualizações de segurança e de componentes que facilitem a gerência da plataforma pela equipe da Escola Superior.
Migração do banco de dados DIGIDOC para o ambiente de virtualização VMware	Migração das máquinas virtuais que contêm as bases de dados do sistema DIGIDOC da plataforma de virtualização Oracle para a plataforma VMware, proporcionando contingência a falhas e cópia de segurança (backup).
Migração do banco de dados SIMP para o ambiente de virtualização VMware	Migração das máquinas virtuais que contêm as bases de dados do sistema SIMP da plataforma de virtualização Oracle para a plataforma VMware, proporcionando contingência a falhas e cópia de segurança (backup).
Readequação dos equipamentos de armazenamento do tipo Storage	Reestruturação dos volumes existentes nos conjuntos de sistemas de armazenamento (storages), visando otimização de desempenho para sistemas e bases de dados armazenadas nesses conjuntos.
Visita técnica nos novos prédios inaugurados em 2019	Visita técnica para validação da infraestrutura lógica e elétrica, visando resguardar a integridade do parque computacional de máquinas e ativos de rede das promotorias de justiça de: Rosário, Tutóia, São Bernardo, João Lisboa, Açailândia, Santa Helena, Codó, Timon, Coelho Neto, Barão de Grajaú, Passagem Franca, Mirinzal, Caxias, Olinda Nova, Parnarama e Barra do Corda.
Migração da aplicação SIMBA para o VMware	Migração das máquinas virtuais que contêm as bases de dados do sistema SIMBA, da plataforma de virtualização Oracle, para a plataforma VMware, proporcionando contingência a falhas e cópia de segurança (backup).

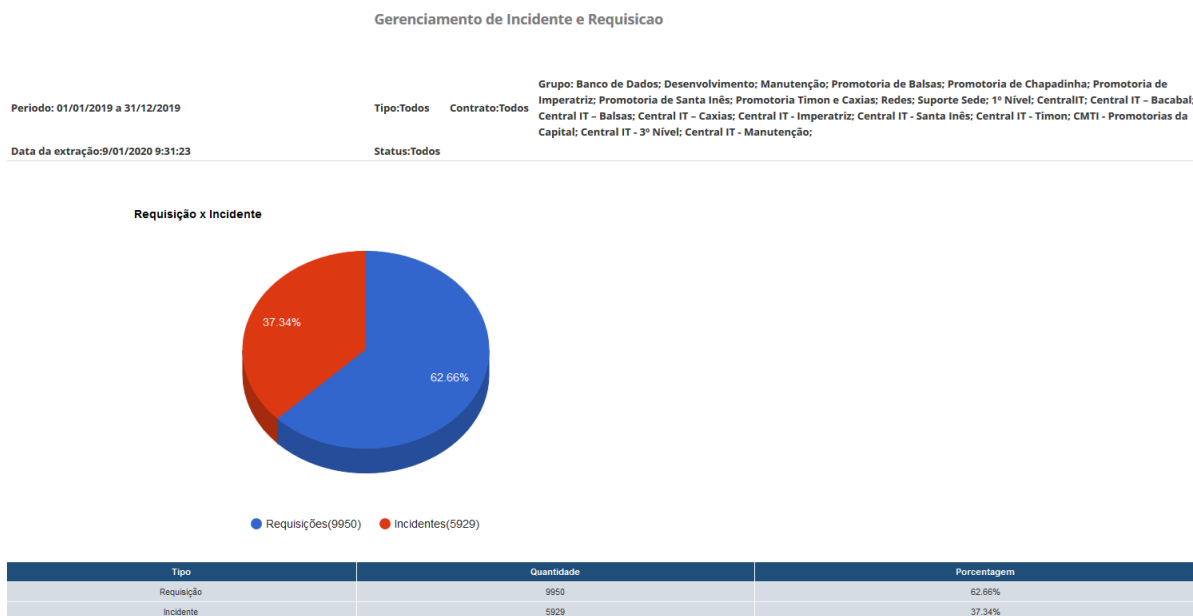
Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

Houve o upgrade tecnológico em 26 links de dados, com o aumento da velocidade dos acessos nas promotorias de justiça, passando da velocidade de 2MBPS para 10MBPS.

No campo da segurança da informação, estratégias adotadas pelas Seções da CMTI resumiram-se na adoção de uma política que focasse na atualização dos *patches* de segurança das máquinas windows, implantação do servidor de autenticação no âmbito institucional e início das ações de implantação do *Windows Update System (WSUS)*, visando principalmente mitigar ataques que explorem vulnerabilidades decorrentes de versões desatualizadas do windows. Nesse sentido, em 2019, iniciou-se um trabalho de comunicação aos usuários alertando-os sobre a necessidade de migração das versões dos sistemas operacionais windows 7, que será descontinuado em 2020, para a versão mais atualizada do citado

O gráfico acima exibe a quantidade de chamados por hora de abertura, através do qual verificamos que os horários de maior demanda de suporte de TI ocorrem entre às 08h00 e às 15h59, equivalente ao total de 14.657 chamados. Esse intervalo de 8 horas corresponde a 93,5% do volume total de chamados abertos na ferramenta de gestão dos serviços de TI no ano de 2019, com média de 1.832 chamados/hora para o respectivo intervalo.

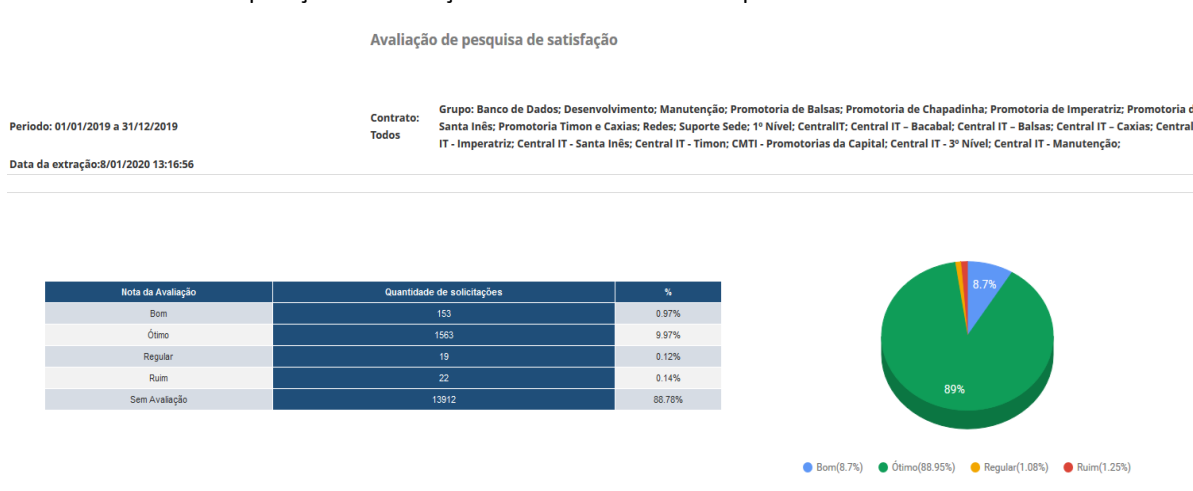
Gráfico 42: Gerenciamento de Incidentes e Requisições



Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

O gráfico acima aponta o percentual de 62,66% de requisições e 37,34% de incidentes, segundo a classificação de chamados, o qual permite constatar que o ambiente tecnológico do MPMA se mostra estável com maior registro de solicitações de serviços de TI por parte dos usuários, do que problemas que denotem redução na qualidade ou interrupção dos serviços disponibilizados.

Gráfico 41: Índice de apuração de satisfação dos usuários atendidos pela CMTI



Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

O gráfico divulga o índice apurado de satisfação dos usuários atendidos que, do total de 1.757 chamados avaliados ao final do ano de 2019, **atingiu a marca de 97,7% de satisfação entre os avaliados como Bom e Ótimo.**

4.1. Atividades de suporte registradas na central de chamados Citsmart com base no Catálogo de Serviços de TI:

- Configuração dos novos ultrabooks institucionais distribuídos aos Membros;
- Cadastro de usuários e e-mails institucionais para membros, servidores e estagiários;
- Redefinição de senha de usuários;
- Instalação de scanner, impressora laser, impressora térmica, webcam;
- Instalação de softwares homologados e softwares gratuitos solicitados pelos usuários para desempenho das atividades funcionais, após verificação da viabilidade;
- Instalação e configuração do sistema de ponto eletrônico;
- Compartilhamento em rede de arquivos e impressoras;
- Configuração de rede;
- Atualização e configuração do Windows na versão 10;
- Análise e emissão de declaração de nada consta em processos administrativos de Verbas Indenizatórias;
- Gerenciamento (registro, classificação, acompanhamento, solução e esclarecimento aos requerentes) das atividades de atendimento e suporte aos usuários do MPMA, sendo o ponto principal de contato entre os usuários e a CMTI;
- Triagem de atendimentos solicitados via telefone e encaminhamento das demandas para as seções competentes da CMTI, bem como demandas de atribuições de outros setores;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários desta CMTI;
- Pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados por toda a equipe da CMTI;
- Participação e suporte à implantação de novas aplicações e da migração de sistemas.

4.2. Outras atividades de suporte não registradas na central de chamados ou não contempladas no catálogo de serviços de TI:

- Configuração de dispositivos móveis (smartphones, tablets, notebooks etc.), institucionais e/ou particulares de membros e servidores, para acesso à rede sem fio na sede e/ou Promotorias;
- Suporte para ligar e configurar equipamentos em reuniões realizadas nas unidades do MPMA, sem comunicação ou registro de chamado com a necessária antecedência;
- Configuração de dispositivos móveis (smartphones, tablets, notebooks etc.), institucionais e/ou particulares de membros e servidores, para acesso à conta de e-mail institucional;
- Configuração de notebooks institucionais e/ou particulares de membros e servidores para acesso e utilização dos sistemas DIGIDOC, GESP, PJe e SEEU;
- Solicitações de configuração para acesso e utilização de sistemas externos, a exemplo da VEP/CNJ, PJE, SEEU, SIGEP, Peticionamento Eletrônico em sites de outras instituições, que extrapolam os requisitos técnicos-tecnológicos de configuração do ambiente para esses sistemas, às quais orientamos os usuários a requer suporte da equipe da respectiva instituição, que faz a gestão do sistema;
- Busca por consultas técnicas acerca de configurações de equipamentos, softwares e ferramentas

de Tecnologia da Informação, por membros e servidores, para uso institucional, mas também, para aquisição particular.

6.10. Comissão Permanente de Licitação (CPL)

As licitações realizadas contemplaram a modalidade de Pregão na forma Eletrônica, Tomada de Preços e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. Na tabela abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2019.

Tabela 79: Licitações Realizadas no ano de 2019

<i>Tipo</i>	<i>Quant.</i>
<i>Pregão Eletrônico</i>	46
<i>Tomada de Preços</i>	11
<i>Concorrência</i>	1
<i>Dispensa de Licitação</i>	12
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	43
<i>Adesão a Ata de Registro de Preços</i>	2
Total	115

Fonte: CPL/PGJ, 2019.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2019, foram concluídas 58 (cinquenta e oito) licitações, nas modalidades Pregão na forma Eletrônica, Tomada de Preços e Concorrência.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 23 (vinte e três) Contratos Administrativos e 76 (setenta e seis) Atas de Registros de Preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2019 encontram-se relacionados na tabela abaixo:

Tabela 80: Valores contratados por meio de licitações

Modalidade	Quant.	Valor Estimado (R\$)	Valor Ofertado (R\$)	Economia	
		(A)	(B)	(Valor absoluto - R\$) (C)	(Valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	46	56.708.689,69	35.916.978,72	20.791.710,97	36,66%
Tomada de Preços	11	12.740.124,59	9.357.049,98	3.383.074,61	26,55%
Concorrência	1	4.857.782,58	3.994.226,00	863.556,58	18,07%
TOTAL	58	74.306.596,86	49.268.254,70	25.038.342,16	33,69%

Fonte: CPL/PGJ, 2019.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R\$ 25.038.342,16, o que equivale 33,69% do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2019.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2019 realizou 12 (doze) enquadramentos de contratações por dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 163.924,44 e 38 (trinta e oito) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 635.083,00 para compras e serviços, tais como material de consumo, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda 02 (duas) contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de R\$ 2.219.160,00.

Dos procedimentos licitatórios realizados pela Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão através do Sistema de Registro de Preços, outros Órgãos Públicos aderiram às nossas Atas de Registro de Preços (Artigo 28 do Ato Regulamentar nº 11/2014 e Decreto Federal nº 5.450/05). Usando desse expediente foram autorizadas 33 (trinta e três) adesões a Atas de Registro de Preços da PGJ/MA no ano de 2019, demonstrando com isso a credibilidade e transparências das ações desenvolvidas por este Órgão nas licitações para aquisição material e prestação de serviços.

Tabela 81: Modalidade de processo licitatório por valor contratado.

Modalidade	Quant.	Valor Contratado
<i>Pregão</i>	46	35.916.978,72
<i>Tomada de Preços</i>	11	9.357.049,98
<i>Concorrência</i>	1	3.994.226,00
<i>Convênio</i>	0	0
<i>Dispensa</i>	12	163.924,44
<i>Inexigibilidade</i>	43	635.083,00
<i>Adesão a ARP</i>	2	2.219.160,00
TOTAL	115	52.286.422,14

Fonte: CPL/PGJ, 2019.

6.11. Chefia de Cerimonial (CER)

A comunicação pública e governamental se propõe a estabelecer espaços de diálogo com os diversos agentes sociais. Objetivo este, que muitas vezes consegue ser atingido por meio da realização de eventos, uma vez que, a estratégia permite que as organizações estabeleçam maior proximidade com seus públicos em um ambiente acolhedor, convidativo ao debate e favorável para o compartilhamento de ideias.

Entende-se que a Chefia de Cerimonial exerce uma função estratégica na realização das ações do Ministério Público do Maranhão e, conseqüentemente, nos resultados obtidos pela Instituição. A seguir destacam-se as principais atividades realizadas pelo Cerimonial em 2019:

- Estruturação, requerimento e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Expedição de convites, elaboração e orientação de roteiros para as cerimônias, elaboração execução de lembranças e kits de “boas-vindas”;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;

- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas e divulgação no portal da transparência.

Ressalte-se que em 2019, foram realizados um total de 263 eventos pelo Ministério Público do Maranhão com apoio da equipe da Chefia do Cerimonial, o que na comparação com ano anterior apresentou um aumento de 44,5%, com destaque para os meses de maio (crescimento de 42,3% em relação ao mesmo mês em 2018) e novembro (com 80% de aumento em relação ao mesmo período em 2018).

Em relação aos eventos apoiados pelo Ministério Público em 2019, ou seja, toda ocasião idealizada por um conjunto de instituições em parceria com o órgão ministerial e que necessitaram de serviços prestados pela Chefia de Cerimonial, foram contabilizados 7(sete) iniciativas. Em comparação com os eventos apoiados pelo MPMA no ano 2018, quando foram realizados 14 eventos, houve uma baixa frequência e diversidade de tipo, com enfoque em eventos dialogais, representando uma queda de 50%.

Em relação ao acompanhamento de membros do Ministério Público do Maranhão em eventos externos, em 2019 a equipe da Chefia do Cerimonial contabilizou 47 eventos. A quantidade de acompanhamentos de membros do Ministério Público do Maranhão em eventos externos realizados por outras instituições em 2019 representou um aumento de 123,8%, em relação a mesma categoria no ano de 2018.

Abaixo classificamos os eventos realizados ou que contaram com a participação do Ministério Público do Maranhão nas categorias descritas a seguir:

Tabela 82: Tipo de eventos realizados pelo MPMA em 2019

<i>Categoria</i>	Quantidade
<i>Ação Social</i>	1
<i>Encontros</i>	1
<i>Eventos Dialogais (Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos)</i>	77
<i>Lançamento de Livros / Exposições</i>	3
<i>Premiações e Homenagens</i>	16
<i>Campanhas e Projetos</i>	17
<i>Concursos e Seleções</i>	-
<i>Eventos em vias públicas (Caminhada, Corrida, Pedalada)</i>	5
<i>Eleição</i>	5
<i>Posse</i>	4
<i>Vitaliciamento</i>	-
<i>Reunião</i>	26
<i>Pedra Fundamental</i>	-
<i>Inaugurações</i>	20
<i>Eventos Fúnebres (Velórios e Missa de 7º dia)</i>	-
<i>Audiência Pública</i>	13
<i>Visitas Guiadas</i>	-
<i>Acompanhamentos externos</i>	46
<i>Programa de Qualidade de Vida</i>	9

Comemorações	14
Capacitações (Cursos, Oficinas, Workshop)	60
Encontros Regionais (EREG)	7

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2019.

1. Atividade de Emissão de Passagens aéreas em 2019

Classificamos como passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Maranhão no ano de 2019 qualquer despesa da Instituição com transporte aéreo.

Tabela 83: Passagens aéreas emitidas pelo MPMA em 2019.

Mês	Bilhetes Emitidos			Total	Valor
	Membros	Servidores	Outros	Mensal	Mensal (R\$)
Janeiro	10	6	0	16	R\$ 18.479,66
Fevereiro	25	12	0	37	R\$ 39.403,62
Março	57	7	3	67	R\$ 75.512,85
Abril	58	44	17	119	R\$ 122.375,37
Mai	28	8	13	49	R\$ 64.143,96
Junho	29	14	12	55	R\$ 60.120,13
Julho	8	6	11	25	R\$ 34.248,41
Agosto	24	24	15	63	R\$ 67.430,47
Setembro	15	3	6	24	R\$ 31.481,39
Outubro	17	1	6	24	R\$ 23.312,67
Novembro	30	10	9	49	R\$ 60.375,56
Dezembro	28	17	3	48	R\$ 56.515,67
TOTAL ANUAL DE BILHETES	329	152	95	576	R\$ 653.399,76
Valor investido em Capacitação (DESEMP)					R\$ 302.813,78
Valor investido em Outras Atividades (CAMPE)					R\$ 338.466,45

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2019.

Destaque-se que no ano de 2019, a Chefia de Cerimonial, setor responsável pela emissão das passagens aéreas do Ministério Público do Maranhão, emitiu **576 bilhetes**, registrando uma redução de 17,83% em relação ao ano anterior (2018).

Quadro 27 – Comparativo de passagens aéreas emitidas pelo MPMA 2018/2019

QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS

Passagens em 2018	701
Passagens em 2019	576
Diferença/Percentual	Redução de 17,83% em relação a 2018
Total Geral de Passagens em 2019	576

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2019

6.12. Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência foi criada através do Ato Regulamentar nº 20/2008, do PGJ-MA, publicado em D. O. do Poder Judiciário em 16 de maio de 2008. A atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção e proteção de conhecimentos. Inteligência e Contra Inteligência são os dois ramos da atividade.

No ano de 2019, no âmbito da atividade de inteligência, foram confeccionados **579 (quinhentos e setenta e nove)** documentos. Nestes, foram feitas **15.304 (quinze mil, trezentos e quatro)** pesquisas relacionadas a pessoas físicas e jurídicas. Tais pesquisas foram realizadas através de buscas em sistemas e operações em campo.

1. SEÇÃO ANÁLISE E OPERAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

Tabela 84: Produção de Relatórios da Seção de Inteligência e Contra Inteligência

Atividades	Quantidade
<i>Relatórios de inteligência produzidos</i>	57
<i>Relatórios técnicos</i>	17
<i>Relatório de busca</i>	84
<i>Relatório de missão</i>	75
<i>Informes</i>	83
<i>Levantamento</i>	
<i>Inteligência/contra-inteligência - Busca de base de dados</i>	15.304
<i>Ordens de missão</i>	74
<i>Ordens de busca</i>	115
<i>Fichas operacionais</i>	69
<i>Pedidos de busca</i>	5

Fonte: CAEI/PGJ, 2019.

Tabela 85: Diligências Realizadas pela seção de operação e Inteligência municípios

Atividades em Campo	Quantidade
<i>Ordens de missão</i>	74
<i>Qtd. de visitas em municípios</i>	131
<i>Qtd. de endereços levantados</i>	476
<i>Pessoas físicas (alvos)</i>	215
<i>Pessoas jurídicas (alvos)</i>	117

Fonte: CAEI/PGJ, 2019.

Nesse quantitativo foram atendidas solicitações dos seguintes órgãos e Promotorias:

1. Procurador Geral de Justiça
2. Conselho Nacional do Ministério Público
3. Gabinete do Procurador Geral de Justiça
4. Assessoria Especial de Investigação
5. Comissão Permanente de Licitação
6. Seção de Segurança Institucional
7. LAB-LD
8. GAECO MPMA
9. GAECO de Imperatriz
10. Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades do Interesse Social
11. Promotoria de Justiça do Idoso
12. Promotoria de Justiça de Matões

- | | |
|---|--|
| 13. 12ª PJ Criminal de São Luís | 27. Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação |
| 14. 17ª PJ Criminal de São Luís | 28. Cerimonial |
| 15. Promotoria da Probidade Administrativa | 29. Diretoria Geral |
| 16. 8ª PJE Defesa do Patrimônio Público | 30. 1ª Promotoria de Justiça de Imperatriz |
| 17. Promotoria de Justiça de Açailândia | 31. 7ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz |
| 18. Setor de Transportes | 32. Coordenadoria de Gestão de Pessoas |
| 19. Promotoria de Justiça de São João Batista | 33. Promotoria de Justiça de Passagem Franca |
| 20. Promotoria de Justiça Agrária | 34. Promotoria de Justiça de São Bento |
| 21. Corregedoria | 35. Promotoria de Justiça de Morros |
| 22. Promotoria de Justiça de Imperatriz | 36. Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar |
| 23. 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz | 37. Promotoria de Justiça de Chapadinha |
| 24. Promotoria de Justiça de Bacabal | 38. Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente |
| 25. Promotoria de Justiça de Caxias | 39. Promotoria de Justiça de Loreto |
| 26. Ouvidoria | |

Foram realizados ainda, atendimentos a outros Órgãos, tais como:

- | | |
|---|------------------------------------|
| 1. Polícia Federal | 7. Tribunal de Justiça do Maranhão |
| 2. Ministério Público do Rio de Janeiro | 8. Polícia Militar do Maranhão |
| 3. Ministério Público da Paraíba | 9. GAECO – Pernambuco |
| 4. Tribunal de Justiça de Minas Gerais | 10. GAECO – Rio De Janeiro |
| 5. Tribunal de Justiça do Distrito Federal | 11. DIAE – PMMA |
| 6. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul | |

2. SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Seção de Segurança Institucional, setor subordinado à Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, é responsável pelas ações de segurança institucional do Ministério Público do Maranhão por meio do planejamento, coordenação e avaliação das atividades voltadas para a proteção dos recursos humanos, das instalações, dos materiais e da informação no âmbito ministerial.

Durante o segundo semestre de 2019, este setor de segurança cumpriu **246 (duzentos e quarenta e seis)** Ordens de Missão e **147 (cento e quarenta e sete)** Ordens de Serviço.

Tabela 86: Comparativo de Atividades Desempenhadas

QUANTITATIVO	2016	2017	2018	2019
<i>Análise de Risco Promotorias</i>	14	35	25	27
<i>Análise de Risco Residências</i>	4	7	07	5
<i>Manutenção corretiva CFTV/Alarme – in loco</i>	123	133	198	332
<i>Manutenção corretiva CFTV/Alarme – remota</i>	23	426	513	5779
<i>Ordens de missão</i>	145	171	264	246
<i>Ordens de serviço</i>	11	118	147	147

Fonte: CAEI/PGJ, 2019.

Além dessas atividades, a Seção de Segurança Institucional também realizou os seguintes eventos:

1. Curso de Formação de Brigada Voluntário de Incêndio, nos prédios da PGJ e Centro Cultural: O



Curso de Formação de Brigada Voluntário de Incêndio

curso foi ministrado pelo 1º Tenente Maikon Sousa, do 1º Grupamento de Bombeiros Militar- 1º GBM, do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão-CBMMA e teve como objetivo habilitar servidores para agir preventivamente executar o combate a princípios de incêndio e gerenciar emergências, a fim de salvaguardar vidas e bens. Também foi ministrado técnicas de procedimentos de atendimento pré-hospitalar.

2. 1º SEMINÁRIO REGIONAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL: composto pelo Curso de noções gerais de segurança institucional e procedimentos de proteção do conhecimento com foco na segurança da informação, destinado a membros e servidores, bem como o Curso de Sobrevivência Urbana, destinado a membros (20 por turma):

- a) Nos dias 24 a 27 de abril nas Promotorias de Justiça de Timon;
- b) Nos dias 29 de maio a 01 de junho nas Promotorias de Justiça de Imperatriz.



Curso de noções gerais de segurança institucional e procedimentos de proteção do conhecimento com foco na segurança da informação – MPMA



Parte prática do Curso de Sobrevivência Urbana – MPMA

3. Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, entre as quais se destaca:

No primeiro semestre de 2019, foram desenvolvidas algumas ações preventivas na segurança de áreas, instalações e informações, como acompanhamento aos procedimentos de segurança adotados

pelos profissionais de recepção e segurança nas unidades, por meio do monitoramento eletrônico, através da Central de Videomonitoramento e Alarmes da PGJ.

Também foram realizados treinamento e capacitação aos servidores que operam o Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, bem como o de Controle de Acesso na sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde são realizadas a identificação, cadastro e inspeção de segurança.

Tabela 87: Comparativo de Recursos Disponíveis para a Segurança Institucional

Quantitativo	2016	2017	2018	2019
<i>Policiais Ativa</i>	25	25	26	30
<i>Policiais da Reserva</i>	31	48	65	83
<i>Detectores de Metais</i>	-	50	50	82
<i>Coletes Balísticos</i>	-	-	80	80
<i>Catracas Eletrônicas</i>	-	-	-	16
<i>Armário Cofre</i>	05	05	05	12
<i>Portal Detector de Metais</i>	-	-	-	15

Fonte: CAEI/PGJ, 2019.

4. Melhorias na legislação relativa à Segurança Institucional, tais como:

SÃO LUÍS - MPMA apresenta cartilha de segurança institucional

Publicado: 07 Maio 2019

Acessos: 387

Imprimir



- Proposta minuta de Ato Regulamentar que trata do Plano de Abandono de Edificações em casos de Incêndios ou Sinistros;
- Publicação do Ato Regulamentar nº 05/2020-GPGJ que trata do Plano de Segurança Institucional do MPMA;
- Publicação do Ato Regulamentar nº 06/2019-GPGJ, que trata do funcionamento do Sistema de Videomonitoramento do MPMA, conforme processo nº 194222018.
- Publicação das Cartilhas de Segurança Institucional destinadas a membros e servidores;
- Publicação do Ato Regulamentar nº 07/2020-GPGJ, que trata da Política de Segurança da Informação. Minuta foi apresentada em conjunto desta coordenadoria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-MPMA.

7. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (GAECO)

O setor de operações e investigações do GAECO é composto pelos membros: Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, Promotor de Justiça titular da 19ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena do Termo Judiciário de São Luís, Klycia Luiza Castro de Menezes, Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Bacabal; e Fátima Maria Sousa Aroso Mendes, Promotora de Justiça titular da 33ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís. A seguir destacam-se as principais atividades desenvolvidas pela unidade em 2019:

a) Investigações

a) Procedimentos Investigatórios instaurados pelo GAECO

Em 2019, foram instaurados *03 (três)* procedimentos investigatórios pelo GAECO, por determinação do Procurador-Geral de Justiça. Além disso, há outros *41 (quarenta e um)* procedimentos investigatórios pregressos em andamento, totalizando **43 (quarenta e três)** feitos cujas ações investigativas estão sob a condução deste Grupo.

b) Investigações por auxílio e/ou atuação conjunta do GAECO com outros órgãos ministeriais em 2019

No ano 2019, em atendimento às solicitações de auxílio do GAECO por outros órgãos que compõem o Ministério Público, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, foram expedidas **33 (trinta e três)** portarias de designação/delegação de poderes a este Grupo para atuação em investigações, seja por ação conjunta com os requerentes ou pelo acompanhamento dos trabalhos investigatórios.

c) Investigações por auxílio e/ou atuação conjunta do GAECO com outros órgãos da Administração Pública

O GAECO também foi requisitado por outros órgãos de investigação do Poder Público do Maranhão para auxílio ou atuação em procedimentos investigatórios, totalizando **11(onze)** Portarias de designação.

2. Atividade Não Procedimental desenvolvidas pelos membros integrantes do GAECO:

Tabela 88: Atividade Não Procedimental do Promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues.

Atividade	Quant.
<i>Atendimento ao Público</i>	15
<i>Diligências</i>	16
<i>Reunião</i>	87
Total	118

Fonte: GAECO/PGJ, 2019.

Tabela 89: Atividade Não Procedimental da Promotora de Justiça Klycia Luiza Castro de Menezes.

Atividade	Quant.
<i>Atendimento ao Público</i>	9
<i>Curso</i>	4
<i>Diligências</i>	19
<i>Reunião</i>	78
Total	110

Fonte: GAECO/PGJ, 2019.

Tabela 90: Atividade Não Procedimental da Promotora de Justiça Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Atividade	Quant.
<i>Atendimento ao Público</i>	3
<i>Diligências</i>	4
<i>Reunião</i>	8
Total	15

Fonte: GAECO/PGJ, 2019.

3. Atividade – Setor Administrativo

O setor administrativo do GAECO é composto por **cinco** servidores, sendo dois Técnicos Administrativos, dois Técnicos Execução de Mandados (um lotado efetivo e outro lotado provisoriamente) e um Auxiliar Administrativo.

Abaixo, algumas das atividades executadas pelo setor administrativo:

- Expedição de documentos pelo sistema DIGIDOC;
- Auxílio técnico em procedimentos investigatórios;
- Controle de movimentações de processos nos sistemas DIGIDOC e SIMP;
- Cumprimento de diligências externas (entrega de ofícios e mandados);
- Levantamento de informações;
- Realização de inventário de equipamentos e mobiliário;
- Auxílio em audiências e oitivas;
- Atendimento ao público;
- Recebimento, registro e distribuição de documentação interna e externa.

a) Documentos Expedidos pelo Setor Administrativo em 2019:

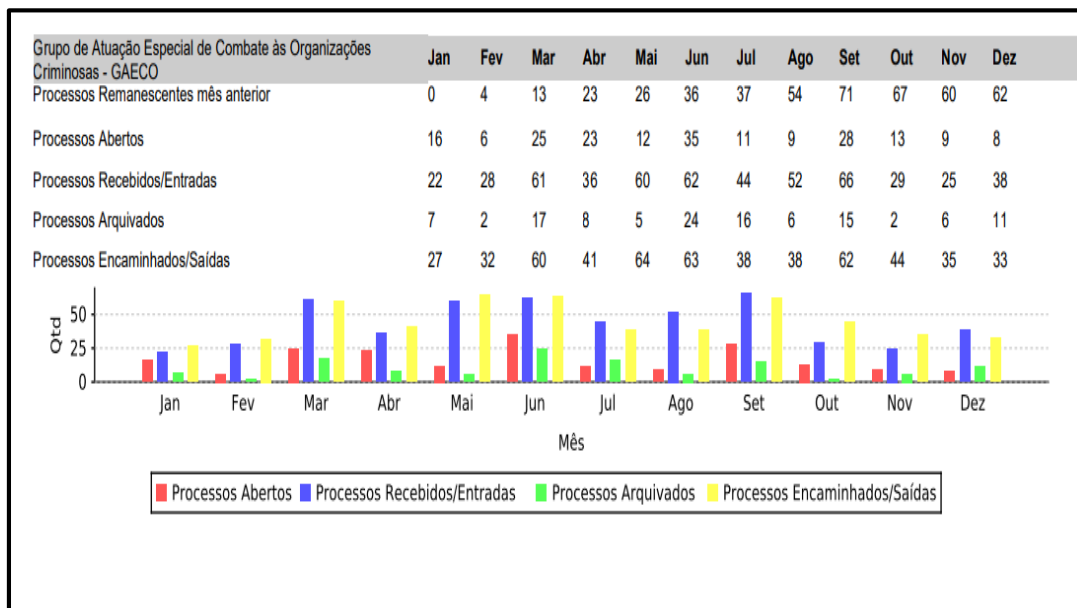
Tabela 91: Expedição de documentos pelo GAECO

Tipo Documento	Total
<i>Ofícios</i>	334
<i>Memorandos</i>	401
<i>Pareceres</i>	43
<i>Manifestações</i>	4
<i>Despachos</i>	182
<i>Decisões</i>	47
<i>Certidões</i>	355
<i>Notificações</i>	211
<i>Precatórias</i>	4
<i>Informativo</i>	3
<i>Portarias</i>	7
<i>Requisições</i>	12
TOTAL	1603

Fonte: GAECO/PGJ, 2019.

b) Processos do sistema DIGIDOC tramitados no GAECO em 2019:

Gráfico 42: Quantitativo de Processos do Sistema Digidoc tramitados no GAECO em 2019



Fonte: GAECO/PGJ, 2019.

c) Atividade do setor administrativo no sistema SIMP em 2019

Tabela 92: Relação das atividades/movimentos realizados no sistema SIMP

Movimento	Quant.
<i>Certidão/informação</i>	65
<i>Comunicação interna</i>	4
<i>Encaminhamento a órgão interno</i>	4
<i>Encaminhamento ao membro</i>	6
<i>Despacho-Membro do MP</i>	16
<i>Juntada</i>	29
<i>Notificação-Diligências</i>	2
<i>Ofício-Diligências</i>	2
<i>Outras Providências-Diligências</i>	22
<i>Prorrogação de Prazo de Investigação</i>	22
<i>Redistribuição de documentos</i>	3
<i>Requisição de documentos</i>	1
<i>Sobrestamento</i>	15
Total	191

Fonte: GAECO/PGJ, 2019.

4 OPERAÇÕES REALIZADAS

Demonstra a relação das operações realizadas pelo GAECO no ano de 2019, referente a Apoio aos órgãos ministeriais e a outros órgãos públicos solicitantes, bem como no cumprimento de diligências resultantes de decisões judiciais.

**1. Apoio à Promotoria de Justiça de Timbiras
"Operação Timbiras – Polpa Bom Jesus"**

Atividade: Busca e Apreensão
Data Diligência: 21/03/2019

- Local: Timbiras e Coroatá – MA
Força-Tarefa: Ministério Público
(Promotoria de Justiça de Timbiras e GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
2. **Apoio à 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim – PIC nº 001934-276/2017 (02/2016 1ª PJIM) “Operação Itapecuru – Carnaval”**
Atividade: Busca e Apreensão
Data Diligência: 29/04/2019
Local: São Luís, Itapecuru-Mirim, Pirapemas, Bacabal e Matões do Norte – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim e GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 3. **Apoio à 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar – IC nº 07/2018 “Operação Paço do Lumiar – Liberty II”**
Atividade: Busca e Apreensão
Data Diligência: 07/05/2019
Local: São Luís e Paço do Lumiar – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar e GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 4. **Apoio à Promotoria de Justiça de Santo Antônio dos Lopes “Operação Santo Antônio dos Lopes”**
Atividade: Busca e Apreensão
Data Diligência: 09/05/2019
Local: São Luís e Santo Antônio dos Lopes – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (Promotoria de Justiça de Santo Antônio dos Lopes e GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 5. **Apoio à 44ª PJ de São Luís (conflitos agrários) – IC nº 01/2017 E IPL nº 02/2016-DECA “Operação Conflito Agrário”**
Atividade: Busca e Apreensão
Data Diligência: 23/05/2019
Local: São Luís – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (Promotorias de Justiça da 1ª Vara Criminal de Caxias e GAECO) e Polícia Civil (Delegacia de Combate aos Crimes Raciais, Agrários e de Intolerância Religiosa - DECA)
 6. **Apoio ao 1º DECCOR/SECCOR – IPL nº 07/2019-1º DECCOR/SECCOR “Operação Ratoeira” – Vitória do Mearim”**
Busca e Apreensão e Prisão temporária
Data Diligência: 05/06/2019
Local: Vitória do Mearim – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 7. **Apoio ao 1º DECCOR/SECCOR – IPL nº 10/2019-1º DECCOR/SECCOR “Operação Mustela”**
Atividade: Prisão Temporária / Busca e Apreensão
Data Diligência: 15/07/2019
Local: São Luís – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 8. **Apoio à 1ª Promotoria de Justiça de Caxias “Operação Higia – Aldeia Perigosa”**
Atividade: Prisão Temporária / Busca e Apreensão
Data Diligência: 16/07/2019
Local: São Luís, Caxias e Aldeias Altas – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (1ª Promotoria de Justiça de Caxias e GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 9. **Apoio à 1ª DECCOR/SECCOR – IPL nº 018/2018 “Operação Créditos Ilusórios”**
Atividade: Prisão Temporária / Busca e Apreensão
Data Diligência: 18/07/2019
Local: Balsas/MA, Riachão/MA, Araguaína/TO, Floriano/PI e Fortaleza/CE.
Força-Tarefa: Ministério Público (1ª Promotoria de Justiça de Caxias e GAECO) e Polícia Civil (1º DECCOR/SECCOR)
 10. **Apoio à 1ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís– PIC nº 023749-750/2019 “Operação Faz de Conta”**
Atividade: Prisão Temporária / Busca e Apreensão
Data Diligência: 05/11/2019
Local: São Luís/MA
Força-Tarefa: GAECO e Polícia Civil
 11. **Apoio ao 2º DECCOR/SECCOR – IPL nº 13/2019-2º DECCOR “Operação Ciretran Santa Inês”**
Atividade: Busca e Apreensão
Data Diligência: 13/11/2019
Local: Santa Inês – MA
Força-Tarefa: Ministério Público (GAECO) e Polícia Civil (2º DECCOR/SECCOR)

12. Apoio ao 1º DICRIF (Delegacia de Crimes Funcionais) “Operação Maiabi – Mirinzal”

Atividade: Realização de oitivas.

Data Diligência: 25/11/2019

Local: Mirinzal – MA

Força-Tarefa: Ministério Público (GAECO) e

Polícia Civil (1ºDICRIF)

13. Apoio à 1ª PJ Meio Ambiente, 7ª Especializada de São Luís “Operação Petrolato”

Atividade: Inspeção Ministerial

Data Diligência: 06/12/2019

Local: São Luís/MA e Paço do Lumiar/MA

Força-Tarefa: Ministério Público (GAECO e 1ª PJ Meio Ambiente), Polícia Civil, Fiscais da ANP no Maranhão, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Luís/MA.

7.1. Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD)

O LAB-LD foi inaugurado em 12 de dezembro de 2017 através do ato Nº 687/2017-GPGJ, alterado por meio do ATO-GAB/PGJ – 1962019. Trata-se de um setor de apoio às atividades ordinárias dos Membros do MPMA que atua na análise de dados com o objetivo de subsidiar eventual denúncia pelo crime de Lavagem de Dinheiro e outros afins. É um setor sensível onde circulam dados e informações sigilosas sobre processos investigativos presididos pelas autoridades demandantes.

No ano de 2019, o LABLD ofertou 10 tipos de produtos aos Membros do MPMA:

- Afastamento de Sigilo Bancário (SIMBA) – Trata-se de orientação e apoio na implementação do afastamento de sigilo bancário através do sistema SIMBA.
- Afastamento de Sigilo Telefônico – Orientação e apoio na implementação de afastamento de sigilo telefônico através do sistema SITTEL (ainda não disponível).
- Relatório de Análise Bancária – Análise da quebra de sigilo bancário buscando identificar os aspectos elencados pelo demandante na quesitação.
- Relatório de Análise Fiscal – Análise simplificada da quebra de sigilo fiscal buscando identificar inconsistências entre os dados fiscais.
- Relatório de Análise de Evolução Patrimonial – Relatório de análise mais complexo que busca analisar a evolução patrimonial do investigado considerando dados da quebra de sigilo fiscal, bancário e pesquisas em outras fontes de dados.
- Relatório de Análise de Dados Telefônicos e Telemáticos – Análise da quebra de sigilo telefônico e telemático buscando identificar os aspectos elencados pelo demandante na quesitação.
- Relatório de Análise de RIF – Análise do Relatório da Inteligência Financeira (RIF) enviado pelo COAF com o objetivo de reescreve-lo utilizando uma linguagem mais clara e acessível.
- Relatório de Análise de Vínculo – Análise de vínculos mostrada através de gráficos de relacionamentos para facilitar a compreensão da estrutura das organizações criminosas e a identificação de pessoas inicialmente ocultas.
- Relatório de Análise Técnica (geral) – Análise de outros tipos de dados não mencionados anteriormente que, considerando a natureza e a expertise dos servidores lotados no LAB, podem ser realizados por este setor.
- Nota Técnica de Extração de Dados – Realização da extração de dados de HD, smartphone, pen-drive e outros equipamentos apreendidos em investigações presididas pelo Membro do MPMA.

Principais atividades:

No ano de 2019, o LABLD/MPMA recebeu **98 pedidos de apoio a investigação (PAI)** que, somando-se os 42 pedidos remanescentes do ano de 2018, totalizaram 140 pedidos. Desses pedidos, **65 foram atendidos em 2019** restando 75⁴ pedidos em aberto.

Gráfico 43: Quantidade de pedidos de apoio a investigação. Encerrados e em andamento no LABLD/MPMA em 2019.



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

Aproximadamente 56% das solicitações de apoio foram realizadas pelo GAECO-SLZ, mas outras 24 Promotorias de Justiça, ou setores especiais, solicitaram o apoio do LABLD/MPMA em 2019.

Tabela 93: Quantidade de pedidos de apoio a investigação por promotoria de justiça ou setor.

Promotoria de Justiça/Setor	Quant.
GAECO	55
Núcleo de Investigação da assessoria do PGJ	9
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar	9
03ª Promotoria de Criminal da Comarca de de Timon	2
Gabinete do Procurador Geral de Justiça	2
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias	2
26ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de São Luís - 1º Promotor da Ordem Tributária	2
Promotoria de Justiça da Comarca de Vitória do Mearim	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Poção de Pedras	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Magalhães de Almeida	1
04ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Santo Antonio dos Lopes	1
10ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz (3ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa das Ordens Tributária e Econômica)	1
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras	1
12ª Promotoria Cível da Comarca de São Luís - 2º Promotor de Justiça de defesa da Família	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Parnarama	1
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Helena	1
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia	1
Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista	1
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia	1

⁴ Sete desses pedidos foram atendidos parcialmente, mas estão aguardando informações bancárias para finalização.

01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Bacuri	1
Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti	1
29ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de São Luís - 2º Promotor do Patrimônio Público	1
Total Geral	99

Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

A maior parte dos pedidos de apoio a investigação foi na apuração de crimes de desvio de recursos públicos seguidos de organização criminosa e lavagem de dinheiro⁵.

Gráfico 44: Tipos de crimes investigados nas análises realizadas pelo LABLD/MPMA



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

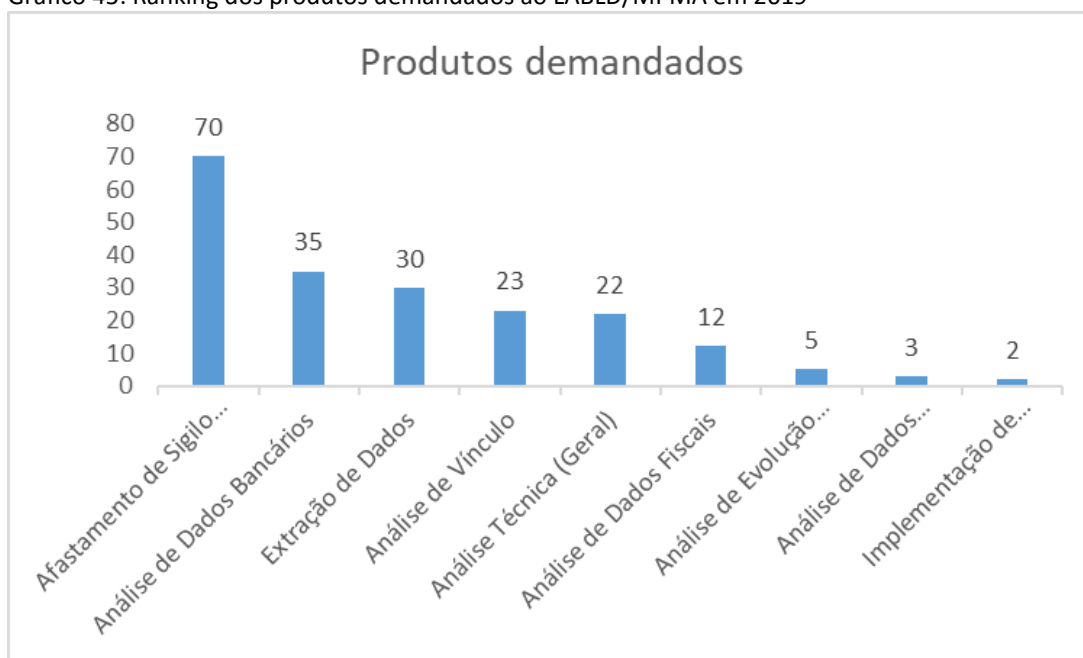
Os produtos mais solicitados ao LABLD pelos demandantes foram Análise Técnica (Geral)⁶, seguido de Análise de Vínculo e Análise de Dados Bancários⁷.

⁵ Cada PAI pode investigar mais de um crime.

⁶ A grande maioria foi de análise de processo licitatório.

⁷ Os produtos solicitados não foram, necessariamente, os produtos entregues. Em alguns casos o tipo de análise solicitada não foi compatível com o tipo de análise necessária.

Gráfico 45: Ranking dos produtos demandados ao LABLD/MPMA em 2019



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

Atualmente o LAB-LD conta com três unidades: Unidade de Análise, Unidade de Tecnologia da Informação (TI) e Unidade Administrativa. Dividiremos a produtividade por setor para melhor avaliação.

2. UNIDADE DE ANÁLISE

O Setor de Análise é responsável por nove dos dez produtos oferecidos pelo LAB-LD. Atualmente é composto por seis Analistas Ministeriais, sendo que um executa a atividade de “chefe” ocupando-se com a administração, organização, estruturação e revisão dos relatórios produzidos.

Da totalidade dos pedidos de Apoio a Investigação em 2019, cerca de 69% (68) foram de competência do setor de análise. Aproximadamente 30% dos pedidos foram atendidos e 70% estão em atendimento. Para o atendimento dos 29 pedidos de apoio a investigação encerrados em 2019 foram produzidos 193 relatórios⁸ conforme tabela abaixo:

Tabela 94: Quantidade de relatório feitos pelo setor de análise em 2019.

Relatório	Quant.
Relatório de Análise Bancária	83
Relatório de Análise Técnica (Geral)	20
Relatório de Análise Fiscal	73
Relatório de Análise de Vínculo	16
Relatório de Análise de RIF	1
Total	193

Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

Além dos relatórios produzidos foram desenvolvidas as seguintes atividades:

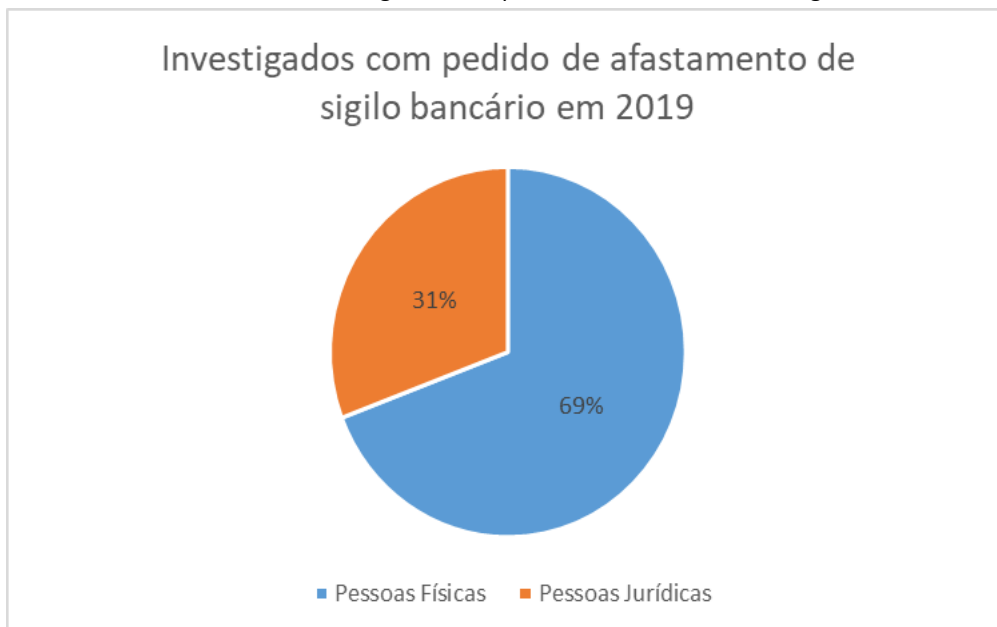
- Atendimento, presencial, a 30⁹ Membros do MPMA para orientações diversas sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do LABLD.

⁸ Uma média de 31 relatórios por Analista.

⁹ Número aproximado

- Realização de 3 cursos/palestras ministrados por analistas de análise do LABLD alcançando uma média de 120 ouvintes.
- Auxílio/orientação a Membros do MPMA na abertura de 71 quebras de sigilo bancário através da plataforma do sistema SIMBA. Foram pedidos afastamentos de sigilo bancário de 380 pessoas físicas e 169 pessoas jurídicas totalizando 549 investigados.

Gráfico 46: Quantitativo de investigados com pedido de afastamento de sigilo bancário em 2019.



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

- Atendimento de, aproximadamente, 80 pedidos de qualificação¹⁰ e localização de pessoas físicas e jurídicas.

3. UNIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A unidade de Tecnologia da Informação realiza três dos produtos ofertados pelo LAB-LD, além de dar suporte de tecnologia da informação aos setores LAB-LD, GAECO-SLZ e CAEI, bem como aos usuários de alguns sistemas sob a responsabilidade do Laboratório. Atualmente a unidade é composta por dois Analistas Ministeriais de Informática, um Técnico Ministerial de Informática, um servidor de Tecnologia da Informação comissionado e um servidor de Tecnologia da Informação cedido da Prefeitura.

Durante o ano de 2019 foram realizados 34 (trinta) pedidos de Apoio a Investigação de competência da Unidade de Tecnologia da Informação para extração de dados, Implementação de Interceptação Telefônica e Análise Técnica de Quebra de Sigilo Telefônico, que somado com 02 (dois) pedidos remanescentes de 2018 totalizam 36 (trinta e seis) pedidos, conforme tabela abaixo.

Tabela 95: Quantitativo de Serviços Executados

Pai (Tipos De Serviços)	Qtd. de Pedidos
Análise Técnica Quebra de Sigilo Telefônico	1
Extração de Dados	30

¹⁰ Apesar de não prestar mais esse tipo de informação já que os membros possuem acesso a sistemas de dados cadastrais como INFOSEG.

<i>Extração de Dados Remanescentes 2018</i>	2
<i>Implementação de Interceptação Telefônica</i>	3
Total de Pedidos	36

Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

Como já mencionado, a unidade de Tecnologia da Informação presta suporte aos setores LAB-LD, GAECO-SLZ e CAEI. Segue a lista de projetos e atividades desenvolvidas em 2019, sendo que a maior parte gera demanda permanente¹¹.

- Suporte na rede e no servidor do LABLD, GAECO-SLZ e CAEI já que utilizam servidor próprio¹²;
- Suporte, à CAEI, de todo o sistema de controle e acesso e videomonitoramento e alarme do MPMA¹³;
- Assessoramento ao LABLD, GAECO-SLZ e CAEI na aquisição de equipamentos e no compartilhamento de ferramentas com outros órgãos da administração pública federal, estadual e municipal;
- Suporte ao sistema SIMBA¹⁴ que possui, atualmente, 511 usuários no MPMA;

Tabela 96: Quantidade de usuários ativos no SIMBA

Usuários Ativos	Quantidade
Membros do MPMA e Analistas do LABLD/MPMA	349
Chaves das Instituições Bancárias + Banco Central	218
Total:	567

Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

- Atualização e suporte do sistema Qlik Sense Server e aquisição de mais 15 (quinze) tokens de usuário para uso do LAB-LD e GAECO-SLZ. Trata-se de ferramenta de BI adquirida pelo MPMA e bastante utilizada no LABLD nas análises bancárias oriundas das quebras de sigilo bancário recebidos pelo SIMBA. No ano de 2019 foram criados aproximadamente 102 (cento e duas) aplicações para Análise Bancária, Fiscal e para cruzamentos de outros dados;
- Implantação do sistema SITTEL. O Sistema de Investigação de registros Telefônicos e Telemáticos, assim como o SIMBA, foi desenvolvido pela Secretaria de Pesquisa e Análise da Procuradoria Geral da República. Com o objetivo de coletar, processar e analisar cadastros e registros de chamadas telefônicas e telemáticas pretéritas, mediante Ordem Judicial, com exceções das requisições diretas. O projeto é composto por dois módulos, o que receberá as cargas telefônicas e telemáticas e o que processará os dados recebidos. Atualmente está em implantação. Atualmente a implantação está suspensa e aguardando a nova versão saí, visto que a versão anterior não está mais recebendo assistência para implantação;
- Suporte e atualização no projeto ARGUS. Fruto da Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Estado do Maranhão, em 2019, o ARGUS foi adaptado e implantado pela unidade de Tecnologia da Informação do LAB-LD no MPMA. O projeto é composto de quatro módulos: Passaporte, responsável pela segurança do sistema; PAI – Pedido de Auxílio às Investigações, responsável pelo gerenciamento das

¹¹ É necessário o suporte contínuo enquanto se utilizar os respectivos sistemas.

¹² Por questões de segurança.

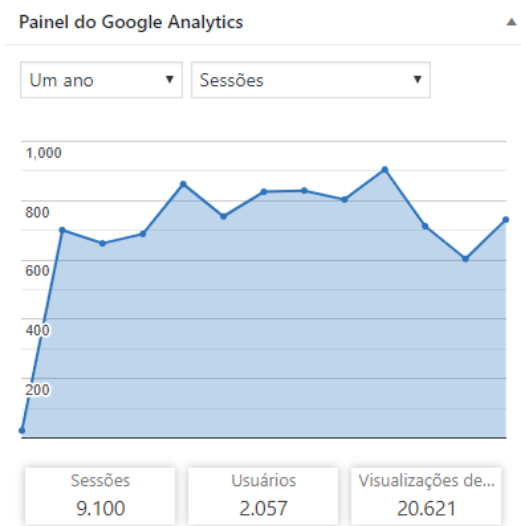
¹³ Vídeo monitoramento, alarme, controle de acesso e incêndio (PGJ).

¹⁴ Sistema Movimentação Bancária.

solicitações dos Membros ao LABLD; e Plutão, base para pesquisa de dados cadastrais do AFIS, Receita Federal Pessoa Física e Jurídica, Vínculo Societário, Óbito, CAGED, RAIS, TSE e CEMAR;

- Manutenção do portal setorial LAB-LD. De acordo com o gráfico gerado pelo Google Analytics, no ano de 2019, o portal setorial registrou: 9.100 sessões ativas (acessos); 2.057 usuários acessaram; 20.621 páginas do site visualizadas, sendo que a mais visualizada foi a de “Ferramentas” com 478 sessões ativas em todo ano de 2019;

Gráfico 47: Manutenção do Portal LAB-LD



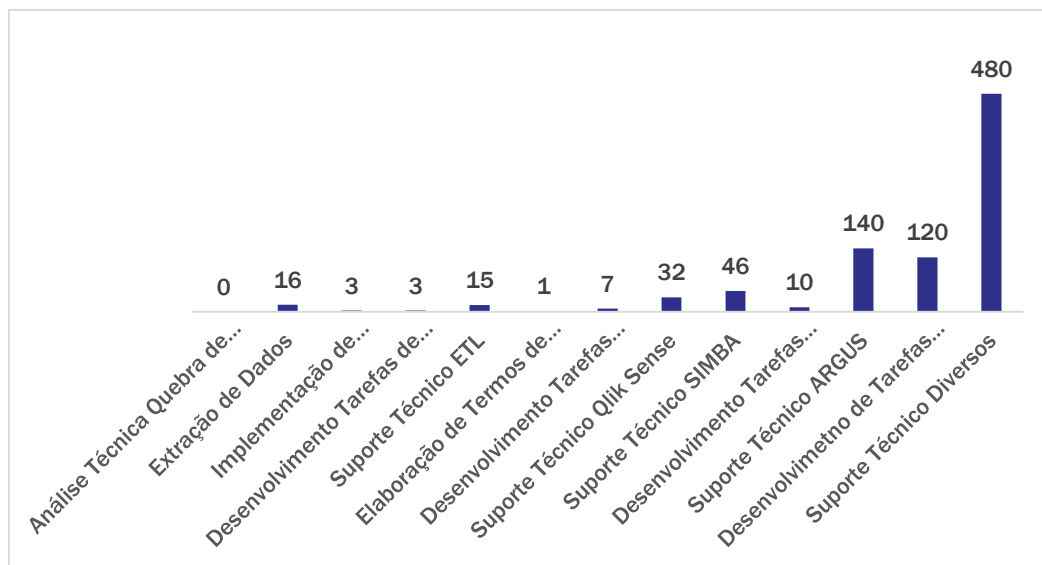
Fonte: CMTI/PGJ, 2019.

- Suporte e atualização do aplicativo NYX que hoje está na versão 1.0.15, que permite compartilhamento do dado pesquisado, emissão de relatório e área de transferência. O aplicativo foi desenvolvido para rodar nas plataformas Android e iOS. Com o aplicativo o Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão será capaz de realizar as qualificações e busca de localizações de maneira mais rápida e autônoma durante, por exemplo, as oitivas. A nova versão só está disponível para Smartphones com SO Android;
- Criação de API's para consulta às bases de dados existentes no GAECO-SLZ, a fim de melhorar a comunicação entre os sistemas já existentes e para os novos que por vir serão implantados;
- Criação de projeto SOLAR de indexação de bases de dados estruturados e não estruturados utilizando a tecnologia Elastic SEARCH, de forma que integre todas as bases existentes no GAECO-SLZ através de uma única consulta;
- Atualização das bases de dados da Receita Federal (PF, PJ), Óbitos, CAGED e AFIS.
- Implantação de sistema para gestão de tarefas para uso da Unidade de TI, o que irá possibilitar melhor gerir as tarefas realizadas na própria unidade;
- Preparação do Termo de Cooperação para criação de Webservice para convênio entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e a Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís;
- Desenvolvimento, instalação e configuração do microsserviço que integrará o projeto denominado Integrador oriundo do Termo de Cooperação assinado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Trânsito, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração;

- Elaboração de Projeto Básico para aquisição de solução moderna para integrar o parque tecnológico especializado do GAECO na área de Interceptação Telefônica e Telemática;
- Participação no projeto de desenvolvido de aplicação cliente para consumo de dados oriundos do projeto integrador juntamente com a CMTI e CAOP Criminal;
- Gerencia da infraestrutura que dá suporte aos sistemas do domínio GAECO.

Para melhor ilustrar as tarefas realizadas pela Unidade de TI do LAB-LD segue um gráfico criado a partir de algumas demandas geradas.

Gráfico 48: Atividades da Unidade de TI/LAB-LD



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

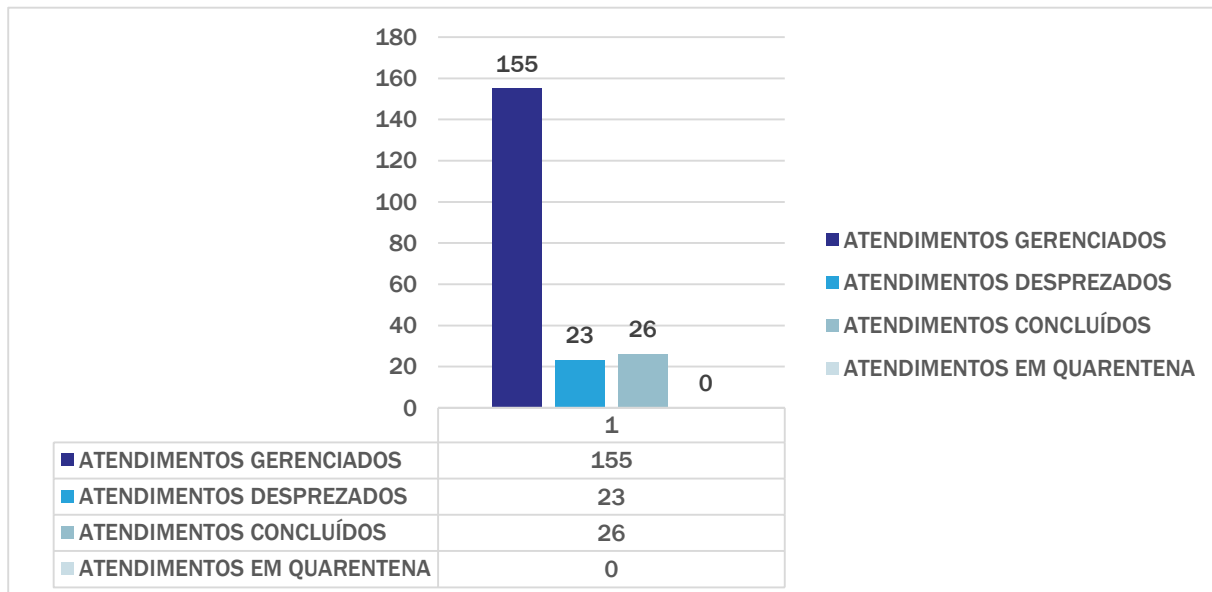
5. UNIDADE ADMINISTRATIVA

O setor administrativo é responsável por toda atividade administrativa do setor sendo operacionalizado por uma servidora.

Dada a vasta possibilidade de atuação desse setor resta inviável elencar todas as atividades executadas no ano de 2019. Listaremos, a título de exemplo, algumas atividades desenvolvidas:

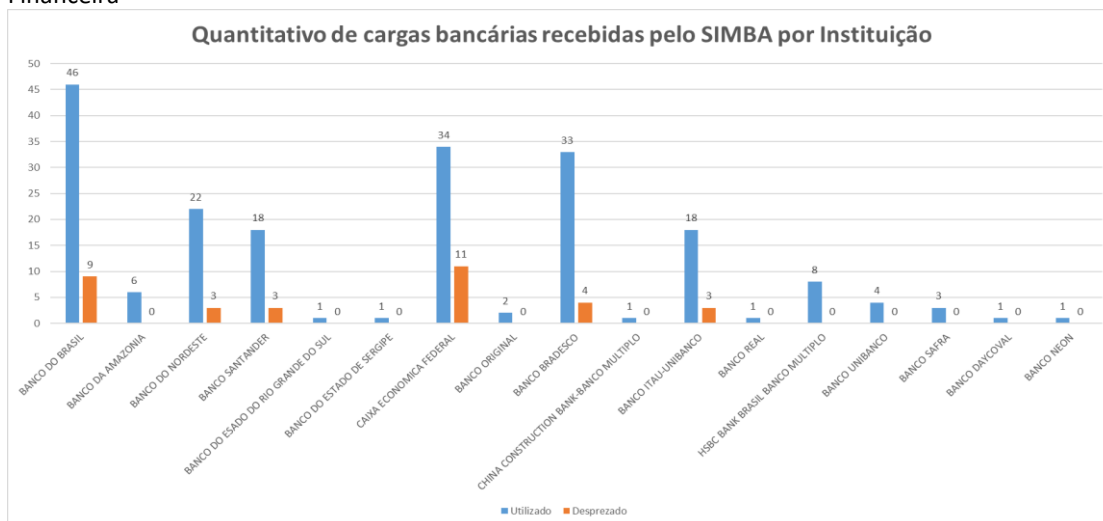
- 224 Ofícios emitidos;
- 99 Memorando emitidos;
- Recebimento e organização dos expedientes que chegam no setor;
- Recebimento e envio de correspondência;
- Gerenciamento do e-mail institucional do LABLD;
- Controle de acesso ao sistema Plutão-MPMA;
- Gerenciamento do ponto eletrônico dos servidores do setor;
- Gerenciamento de equipamentos eletrônicos oriundos de busca e apreensão;
- Realização da “quarentena” (verificação de conformidade) dos atendimentos, realizados pelo Banco Central e Instituições Financeiras, de todos os afastamentos de sigilo bancário solicitados pelo MPMA utilizando o sistema SIMBA conforme números abaixo:

Gráfico 49: Número de Gerenciamento efetuados no Simba



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

Gráfico 50: Quantitativo de cargas de afastamento de sigilo bancário recebidas no sistema SIMBA por Instituição Financeira



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2019.

ATOS NORMATIVOS – 2019

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 221, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 (DOE 20/12/2019) - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 086, de 04 de julho de 2005, adequando aos termos do § 2º do art. 98 da Constituição da República.

LEI COMPLEMENTAR Nº 215, DE 18 DE JUNHO DE 2019 (DOE 18/06/2019) - Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão) e dá outras providências.

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 11.023, DE 16 DE MAIO 2019 (DOE 16/05/2019) - Institui o "Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão.

LEI Nº 10.999 DE 1º DE ABRIL DE 2019 (DOE 02/04/2019) – Dispõe sobre o plano de assistência médico-social para os servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando a Lei nº 8.077/2004.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 88/2019-CPMP, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019 (DEMP 03/03/2020) – Aprova o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 87/2019-CPMP, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019 (DEMP 26/12/2019) - Altera a disposição do item 'k' do artigo 6º-A da Resolução nº 002/2009, redefinindo a descrição das atribuições especializadas de defesa da educação, e modifica a distribuição de atribuições do âmbito das Promotorias de Defesa da Educação de São Luís.

RESOLUÇÃO Nº 86/2019-CPMP, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 08/11/2019) - Altera o item 'b' do artigo 6º-A, da Resolução nº 02/2009-CPMP, para redefinir as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa das Ordens Tributária e Econômica.

RESOLUÇÃO Nº 85/2019-CPMP, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 05/11/2019) - Redefine as atribuições da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça Cíveis do termo judiciário de São Luís, da comarca da Ilha de São Luís.

RESOLUÇÃO Nº 84/2019-CPMP, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 (DEMP 09/10/2019) - Altera o anexo da Resolução nº 38/2016 para redefinir as atribuições da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Especializadas da Infância e Juventude e Educação de Timon/MA.

RESOLUÇÃO Nº 83/2019-CPMP, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 (DEMP 30/09/2019) - Redefine as atribuições da 3ª Promotoria de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da entrância final.

RESOLUÇÃO Nº 82/2019-CPMP, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 (DEMP 30/09/2019) - Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor(a) do Ministério Público, para o biênio 2019/2021.

RESOLUÇÃO Nº 81/2019-CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 20/09/2019) - Altera a Resolução nº 28, de 3 de junho de 2015, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, que instituiu o Programa de Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 80/2019-CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 05/09/2019) - Estabelece critérios para a atuação prioritária dos Promotores de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público nos casos de maior relevância e com maior potencial de obtenção de retorno para o erário e para a sociedade, bem como a não atuação justificada em matérias de menor relevância.

RESOLUÇÃO Nº 79/2019-CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 02/09/2019) - Proceda mudança nas atribuições da 9ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena.

RESOLUÇÃO Nº 78/2019-CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 02/09/2019) - Cria, no Termo Judiciário de Paço do Lumiar, da Comarca da Ilha de São Luís, Promotoria de Justiça, altera a designação da atual 3ª Promotoria de Justiça, e redefine as atribuições de todos os órgãos de execução nela existentes.

RESOLUÇÃO Nº 77/2019-CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 02/09/2019) - Dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2019/2021.

RESOLUÇÃO Nº 76/2019-CPMP, DE 25 DE JULHO DE 2019 (DEMP 31/07/2019) - Altera os incisos II e V do artigo 1º, da Resolução nº 47/2017 CPMP, que redefine a divisão de atribuições no âmbito das Promotorias de Justiça de Santa Inês, Codó, Itapecuru Mirim e Pedreiras, com alteração do artigo 6º da Resolução nº 02/2009 (nova redação ao inciso III e acréscimo do inciso IV).

RESOLUÇÃO Nº 75/2019-CPMP, DE 30 DE MAIO DE 2019 - Estabelece parâmetros materiais e procedimentais a serem observados para a celebração de composição, nas modalidades Compromisso de Ajustamento de Conduta e Acordo de Leniência, envolvendo as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, e aos atos praticados contra a Administração Pública definidos na Lei nº 12.846/2013, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 74/2019-CPMP, DE 20 DE MAIO DE 2019 (DEMP 04/06/2019) - Cria, na comarca de Bacabal, uma Promotoria de Justiça, com atribuição exclusivamente criminal, redefinindo a organização dos demais órgãos de execução nela existentes.

RESOLUÇÃO Nº 73/2019-CPMP, DE 20 DE MAIO DE 2019 (DEMP 23/05/2019) - Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, sobre a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.

RESOLUÇÃO Nº 72/2019-CPMP, DE 25 DE ABRIL DE 2019 (07/05/2019) - Altera a Resolução nº 10/2009-CPMP, dispondo sobre o registro e numeração do procedimento preparatório e do inquérito civil no Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 71/2019-CPMP, DE 25 DE ABRIL DE 2019 (DEMP 06/05/2019) - Redefine a divisão de atribuições das Promotorias de Justiça de Pedreiras.

RESOLUÇÃO Nº 70/2019-CPMP, DE 31 DE JANEIRO DE 2019 (DEMP 05/02/2019) - Dispõe sobre a atuação do Ministério Público do Maranhão nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs).

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 07/2019-CSMP, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 23/10/2019) - Disciplina o procedimento para a indicação de membros do Ministério Público para integrarem a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, a que se refere o artigo 2º da Lei Federal nº. 11.372, de 28 de novembro de 2006, para os fins do inciso III do artigo 130 A, da Constituição da República, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 06/2019-CSMP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 10/10/2019) - Aprova por unanimidade o Enunciado n.º 23 –CSMP, referente aos autos n.º 22349-500/2018 (SIMP), com a seguinte redação: “Não homologado o declínio de atribuições ou o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público, os autos retornam à Promotoria de Justiça de origem para prosseguimento das investigações e demais providências.”

RESOLUÇÃO Nº 05/2019-CSMP, DE 02 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 26/08/2019) - Altera o Art. 4º, da Resolução nº 07/2004 CSMP, para exigir inspeção/correição extraordinária anterior ao afastamento de membro, no órgão de execução de sua titularidade.

RESOLUÇÃO Nº 04/2019-CSMP, DE 24 DE JULHO DE 2019 (DEMP 26/07/2019) - Dispõe sobre o afastamento de membros do Ministério Público para participação em curso ou seminário de aperfeiçoamento profissional.

RESOLUÇÃO Nº 03/2019-CSMP, DE 11 DE MARÇO DE 2019 (DEMP 12/03/2019) - Revoga a Resolução CSMP n.º 03, de 13 de junho de 2005.

RESOLUÇÃO Nº02/2019-CSMP, DE 21 DE JANEIRO DE 2019 (DEMP 23/01/2019) - Disciplina o procedimento para a indicação de membros do Ministério Público para integrarem a composição do Conselho Nacional do Ministério público, a que se refere o artigo 2º da Lei Federal nº11.372, de 28 de novembro de 2006, para os fins do inciso III do artigo 130-A, da Constituição da República, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº01/2019-CSMP, DE 21 DE JANEIRO DE 2019 (DEMP 23/01/2019) - Disciplina o procedimento para a indicação de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão para integrarem a composição do Conselho Nacional de Justiça.

RESOLUÇÕES CONJUNTAS

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA Nº 01/2019, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 07/11/2019) - Dispõe sobre a unificação de datas dos biênios de exercício da função eleitoral de primeiro grau no Maranhão (biênio fixo) e critérios de designação dos Promotores Eleitorais.

ATOS REGULAMENTARES CONJUNTOS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 13/2019-GPGJ, DE 03 DE JULHO DE 2019 (DEMP04/07/2019) - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, redefinindo as regras sobre a compensação do plantão dos Promotores de Justiça.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2019-GPGJ/CGMP (DEMP 12/02/2019) - Regulamenta a Resolução n.º 71/2011-CNMP, no âmbito deste Ministério Público face à necessidade de previsão de disponibilidade de serviços auxiliares especializados aos membros ministeriais, constituídos de profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Antropologia e dá outras providências.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 27/2019-GPGJ, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019 (DEMP 30/12/2019) - Institui o Sistema GESP-Módulos Patrimônio e Material no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 26/2019-GPGJ, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019 (DEMP 30/12/2019) - Dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados (bens móveis permanentes e bens imóveis), assim como para a implementação da depreciação e da reavaliação desses.

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2019-GPGJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019 (DEMP 02/12/2019) - Altera a composição da Comissão Julgadora do Prêmio MPMA de Jornalismo, prevista no Ato Regulamentar nº 19/2016, que cria o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 24/2019-GPGJ, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019 (DEMP 29/11/2019) - Dispõe sobre os procedimentos desenvolvidos pelas Promotorias de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2019-GPGJ, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019 (DEMP 12/11/2019) - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2019 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2019-GPGJ, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019 (DEMP 06/11/2019) - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2020 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2019-GPGJ, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 30/10/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 30/2018-PGJ, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2019 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2019-GPGJ, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 10/10/2019) - Regulamenta o registro e controle biométrico da frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2019-GPGJ, DE 30 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 10/09/2019) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital anuênio 2019/2020.

ATO REGULAMENTAR Nº 015/2019-GPGJ, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 30/10/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 30/2018-GPGJ, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2019 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2019-GPGJ, DE 06 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 16/08/2019) - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório no Ministério Público Estadual e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2019-GPGJ, DE 30 DE JULHO DE 2019 (DEMP 17/08/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da lei Complementar nº 013/91), para acrescentar o inciso IX ao artigo 20.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2019-GPGJ, DE 10 DE JULHO DE 2019 (DEMP 02/09/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 14/2013 que dispõe sobre o Adicional de Qualificação, de caráter permanente, destinado aos servidores estáveis do quadro de apoio técnico administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2019-GPGJ, DE 08 DE JULHO DE 2019 (DEMP 15/08/2019) - Institui o Sistema Integrado de Custos SIC no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2019-GPGJ, DE 28 DE JUNHO DE 2019 (DEMP 02/07/2019) - Regulamenta a Lei Complementar Estadual n.º 215/2019, que trata sobre a concessão de licença compensatória aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2019-GPGJ, DE 07 DE JUNHO DE 2019 (DEMP 11/06/2019) - Altera o horário de funcionamento do Ministério Público do Estado do Maranhão, nos dias de jogos da seleção brasileira durante a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2019-GPGJ, DE 07 DE JUNHO DE 2019 (DEMP 11/06/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 30/2018 para acrescentar a alínea “e” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2019 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2019-GPGJ, DE 08 DE MAIO DE 2019 (DEMP 22/05/2019) - Revoga o § 7º do art. 24 do Ato Regulamentar nº 020/2008 GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2019, DE 02 DE MAIO DE 2019 (DEMP 03/05/2019) - Regulamenta o art. 15, IV, da Lei Estadual n.º 8.077, de 07 de janeiro de 2004, que trata sobre o plano de assistência médico-social devido aos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº. 06/2019 GPGJ, DE 24 DE ABRIL DE 2019 (DEMP 01/07/2019) - Estabelece regras para o funcionamento do sistema de videomonitoramento do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2019-GPGJ, de 09 DE ABRIL DE 2019 (DEMP 11/04/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 30/2018 para acrescentar a alínea “d” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2019 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2019-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2019 (DEMP 25/03/2019) - Altera o Ato Regulamentar nº 30/2017 para acrescentar o inciso VII ao art. 2º, prescrevendo a impossibilidade de gozo de férias simultâneas pelos membros e os seus respectivos assessores no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2019-GPGJ, DE 14 DE MARÇO DE 2019 (DEMP 19/03/2019) - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2019-GPGJ, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (DEMP 10/06/2019) - Dispõe sobre a publicação das decisões do Procurador Geral de Justiça nas hipóteses do art. 28 do CPP ou art. 397 do CPPM, bem como as que dirimem conflitos de atribuição na forma do art. 8º, XII, da LC nº 13/91.

ATOS

ATO Nº 339/2019-GPGJ, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 15/10/2019) - Institui a iniciativa LER E INTEGRAR como desdobramento do Programa de Sustentabilidade INTEGRAR do MPMA, visando o incentivo e a democratização da leitura.

ATO 334/2019-GPGJ, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 09/10/2019) - Regimento Interno do Comitê Estratégico da Tecnologia da Informação.

ATO Nº 3732/2019-GPGJ, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 (DEMP 31/10/2019) - Dispõe sobre a realização de teletrabalho, a título de projeto piloto, no Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 332/2019-GPGJ, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 (DEMP 27/09/2019) - Dispõe sobre a concessão de diploma e estatueta aos parlamentares integrantes da mesa diretora e da direção das comissões temáticas da Assembleia Estadual Constituinte que promulgou a Constituição de 5 de outubro de 1989.

ATO 325/2019-GPGJ, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019 (DEMP 20/09/2019) - Institui o Programa de Exames Periódicos de Saúde do Ministério Público do Maranhão e dá outras providências

ATO Nº 294/2019-GPGJ, DE 28 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 02/09/2019) - Divulgar a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

ATO 283/2019-GPGJ, DE 16 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 20/08/2019) - Dispõe sobre a criação do Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça NAProm no âmbito só Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 201/2019-GPGJ, DE 17 DE MAIO DE 2019 (DEMP 21/05/2019) - Denomina “Edifício José Maria Alves de Carvalho” a sede das Promotorias de Justiça de Codó/MA.

ATO Nº 200/2019-GPJG, DE 17 DE MAIO DE 2019 (DEMP 21/05/2019) - Denomina “Edifício Elda Maria Moureira” a sede das Promotorias de Justiça de Timon/MA.

ATO Nº 196/2019-GPGJ, DE 16 DE MAIO DE 2019 (DEMP 17/05/2019) - Altera o Ato nº 689/2017 – GPGJ que dispõe sobre a organização do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro –LAB-LD, e dá outras providências

ATO 188/2019-GPGJ, DE 07 DE MAIO DE 2019 (DEMP 09/05/2019) - Determina a forma de cumprimento do §9º, do Art. 19, da Constituição do Estado do Maranhão, conforme a EC 79, na denominação de prédios, instalações e equipamentos do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

ATO Nº 150/2019-GPGJ, DE 10 DE ABRIL DE 2019 (DEMP 15/04/2019) - Denomina “Espaço de Artes Mário Leonardo Pereira” a galeria de exposições artísticas das Promotorias de Justiça de Imperatriz/MA.

ATO 149/2019-GPGJ, DE 10 DE ABRIL DE 2019 (DEMP 15/04/2019) - Denomina “Espaço de Artes Mário Leonardo Pereira” a galeria de exposições artísticas das Promotorias de Justiça de Imperatriz/MA.

ATO Nº 130/2019-GPGJ, DE 26 DE MARÇO DE 2019 (DEMP 29/03/2019) - Acrescenta o Inciso IV ao art. 4º do Ato n. 495/2016, que versa sobre o programa institucional.

ATO 024/2019-GPGJ, DE 25 DE JANEIRO DE 2019 (DEMP 30/01/2019) - Retificar o Ato nº 298/2018-GPGJ que dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 09/2019-DG, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019 (DEMP 02/12/2019) - Determina que a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da PGJ/MA, por meio da Seção de Manutenção Predial, quando no exercício das suas atribuições referentes à manutenção preventiva e corretiva dos prédios ocupados pelo Ministério Público, constatar a necessidade de intervenção de algum outro setor em situação que não seja de sua competência, deverá acionar diretamente o setor responsável.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2019-GPGJ/DG (Boletim Interno Eletrônico 02/10/2019) – Faculta a membros e servidores e interessados a conversão em pecúnia de até 40 (quarenta) dias de férias interrompidas oriundas de exercícios anteriores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/2019-DG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019 (DEMP 11/09/2019) - Dispõe sobre o uso do auditório, salas de reunião e sala de videoconferência do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, do auditório do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público e dos auditórios de Promotorias de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2019-DG, DE 22 DE AGOSTO DE 2019 (DEMP 26/08/2019) - DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2019-GPGJ/DG, DE 02 DE JULHO DE 2019 (DEMP 16/08/2019) - Plano de Abandono de Edificação em casos de Incêndios ou Sinistros do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça, na forma do anexo único desta Ordem de Serviço, cujo conhecimento e cumprimento é de caráter obrigatório por todos os integrantes da instituição.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2019-DG, DE 09 DE MAIO DE 2019 (DEMP 14/05/2019) - Racionaliza e contingencia gastos orçamentários no MPMA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2019-GPGJ/SUBADM, DE 26 DE MARÇO DE 2019 (Boletim Interno Eletrônico 05/04/2019) - Recadastramento E-Social.